

A Defesa Nacional



MARÇO
1959

NÚMERO
536

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS



RIO DE JANEIRO

BRASIL

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1958/1960

Diretor-Presidente

Gen João Batista de Mattos

Diretor-Secretário

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas

Diretor-Gerente

Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

Conselho de Administração

Cel Henrique Carlos de Assumpção Cardoso

Cel João Batista Peixoto

Ten-Cel Lauro Alves Pinto

Conselho Fiscal

Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu

Maj Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello

Maj Octávio Tosta da Silva

Suplentes

Cel Adailton Sampaio Pirassinunga

Ten-Cel Welt Durães Ribeiro

Maj Heitor Furtado Arnizaut de Mattos

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913



Ano XLVI

BRASIL — RIO DE JANEIRO, MARÇO DE 1959

N. 536

SUMÁRIO

Págs.

CULTURA PROFISSIONAL

O Observador Aéreo na Conduta do Tiro — Major Ary Leonardo Pereira	3
A Evolução Militar do Brasil — General João Baptista de Mattos	19
Fumígenos em Operações Pacíficas — Capitão Diógenes Vieira Silva	11
O Candidato à ESAO — Coronel João Bina Machado	21
I — Topografia — Régua de Cálculo Militar	21
II — Artilharia — Missões da Artilharia	31
O Candidato à ECEME — Major Octávio Tosta	39
I — Comentários Diversos	39
II — Questões do Concurso de 1958	47
Engenhos-Foguetes e Satélites — Ten-Cel Welt Durães Ribeiro	49
I — Bases de EF no Nordeste Brasileiro	51
II — Noticiário	53
III — Engenhos-Foguetes das Forças Armadas dos Estados Unidos — Major Idácio Leite Pereira	63
IV — O Possível Funcionamento dos Foguetes Nucleares	69
V — O Ano Geofísico Internacional e a Antártida	73
Doutrina Militar Brasileira — Major Amerino Raposo Filho	73
I — Caxias e a Doutrina Militar Brasileira (conclusão)	73

CULTURA GERAL

A Gruta do Inferno — Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas	85
Transbrasiliana, Fator de Unidade, de Prosperidade e de Segurança Nacional — Tenente-Coronel Tasso Villar de Aquino	89
O Fitotron	92
Ofensiva Econômica Russa Contra a América do Sul	93
Historiadores do Século XX — Anibal Freire da Fonseca	95

GEOPOLÍTICA

I — Doutrina (Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba) — Tenente-Coronel John E. Kieffer	115
II — Estudos e Ensaios — (Problemas Estratégicos da África e em Particular da África do Norte (conclusão) — Tenente-Coronel Carlos de Meira Mattos	125
III — Problemas da América Latina — (O Brasil e a Defesa do Ocidente) — Continuação — Coronel Golbery do Couto e Silva	133
IV — Fronteiras — (Brasil-Bolívia: O Acôrdo de Roboré — 3ª Parte) — Major Octávio Tosta	145
V — Artigo Estrangeiro — (Como Devemos Estudar Geopolítica) — Tradutor Tenente Heitor Ferreira	163
VI — O Livro do Mês — (A Geografia na Política Externa) — Tenente-Coronel Geraldo Magarinos	167

NOSSA MARINHA

Págs.

Principais Tipos de Navios de Guerra — Tenente A. Brandão de Freitas	169
Construção Naval	173
Submarino Triton	174

DIVERSOS

Juramento à Bandeira dos Reservistas de 3ª Categoria — Coronel Moacyr de Araújo Lopes	175
Os Estados Unidos da África	188
População Mundial — Cálculos da ONU	189

BRASILIANAS

Viracopos — Prognóstico sobre o Café — Produção de aço em 1960 — Concorrência do Café Africano — Safra de Algodão em 1959 — Obras contra as secas	191
---	-----

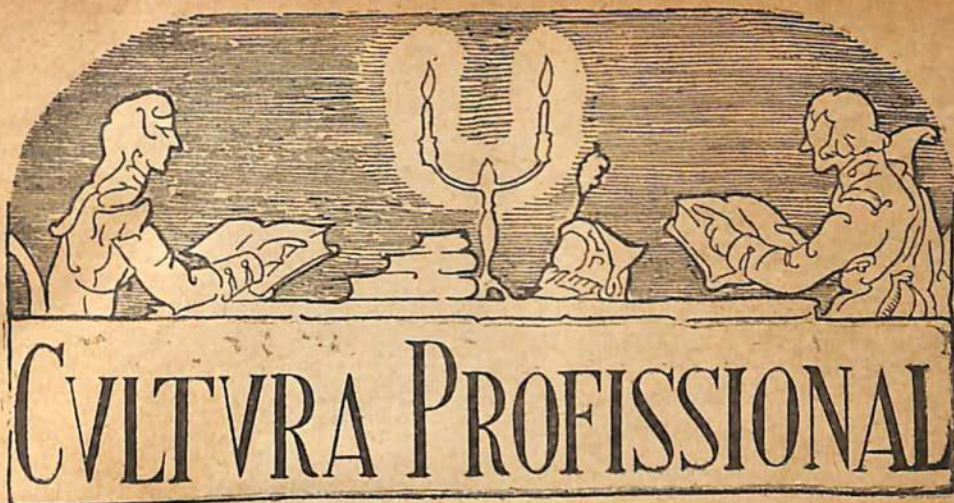
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR

Os "Pequenos" e a Energia Nuclear — Caça Supersônico Aperfeiçoado — O Fornecimento de Armas a Países Estrangeiros — Projétil a Jato quatro vezes mais veloz que o som	197
Porteira de Moirões — Barbosa Leite	200

ATOS OFICIAIS

Leis, decretos, portarias e avisos de interesse geral para o Exército e publicados durante o mês de janeiro de 1959, no "Diário Oficial"	201
--	-----





O OBSERVADOR AÉREO NA CONDUTA DO TIRO

Maj. ARY LEONARDO PEREIRA

O Major Leonardo Pereira, especializado em Observação Aérea tece interessantes considerações sobre o problema da conduta do tiro.

1 — INTRODUÇÃO

a. O observador aéreo faz a observação do tiro, obedecendo aos princípios e regras aplicados pelo observador terrestre, diferindo, somente em alguns pontos.

2 — POSSIBILIDADES

a. Considerando a segurança contra aviões de caça inimigo, o avião de ligação é observação, voando sobre território amigo, a uma altitude de 1.000 metros (aprox 3.300 pés), possibilita uma observação a 6.000 — 8.000 metros sob condições médias de visibilidade.

b. Em ótimas condições de visibilidade, a distância de observação pode ir além de 10.000 metros, para alvos de grande porte.

c. Usando binóculo, sob ótimas condições de visibilidade, e sem considerar a segurança necessária, voando numa altitude de 2.500 — 3.000 metros (aprox 7.500 — 9.000 pés), ajustando com artilharia pesada, em alvos de grande porte, a observação pode estender-se para 16.000 — 18.000 metros.

3 — MISSÕES

As missões de conduta de tiro, atribuídas ao observador aéreo, podem ser:

- Regulações e destruições;
- Ajustagem e tiro sobre zona;
- Contrôle das eficácias (tiros previstos);
- Levantamento do Ponto Médio;
- Contra-bateria.

4 — COMUNICAÇÕES

a. O meio normal de comunicações, entre o avião e os elementos em terra, é a radiofonia, empregando-se o RAD-109 (SCR-619) ou o RAD-109A (AN-PRC-9), operado pelo próprio observador.

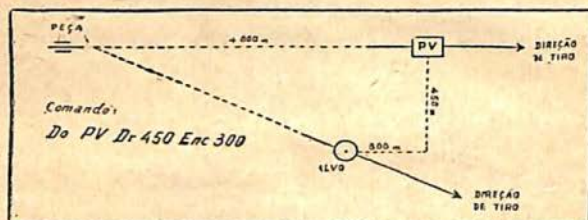
b. O observador aéreo deverá conhecer, perfeitamente, as regras de exploração em radiofonia, os princípios e ordens para a segurança das comunicações.

c. Em casos especiais, a ligação do observador com os elementos de terra, e vice-versa, poderá ser feita por meio de código de ligação terra-avião e outros processos (evoluções de avião, painéis, mensagens lastradas, dispositivo de apanha mensagem).

5 — CONDOTA DO TIRO

a. Generalidades

- (1) O observador aéreo, normalmente, não utiliza instrumentos de observação, porém, poderá usar binóculo para a observação de alvos em grandes distâncias (além de 10.000 metros) ou para estudar detalhes do alvo.
- (2) O transporte inicial e as correções são estimados no terreno.
- (3) As observações e as correções são efetuadas em relação à linha Peça-Alvo, cuja materialização no terreno assume importância capital para o observador aéreo, uma vez que a posição do avião varia constantemente. A materialização da linha Peça-Alvo é muito facilitada, quando o observador voa sobre a região de posição de bateria ou próximo à linha Peça-Alvo.



- (4) Na mensagem inicial o observador não envia o lançamento para o alvo.
- (5) No transporte, em relação a um ponto de referência (que deverá ser um PV, AA, um tiro, uma concentração ou um ponto qualquer identificável no terreno e conhecido na C Tir) para a localização de um alvo, a sequência é a seguinte:
 - ponto de referência
 - correção de direção
 - correção de alcance

Exemplo:

- (6) As correções do desvio e de alcance são estimadas no terreno.
- (7) A correção, em altura, é omitida pela dificuldade que tem o observador de perceber a diferença de altitude.
- (8) Após o primeiro tiro, o observador aéreo dará um lance de 400 metros, em alcance ou direção, para determinar a "referência no terreno". Obtido o segundo tiro e determinada a "referência

- no terreno", o transporte seguinte, para o enquadramento desejado, 100 ou 200 metros, será realizado deste último tiro.
- (9) O lance de 400 metros para a determinação da "referência no terreno", só é realizado quando o observador não conhece o terreno ou tem dificuldade para determinar a "referência" com o auxílio de uma carta, fotocarta ou fotografia aérea vertical.
- (10) O primeiro tiro de regulação ou a primeira rajada (salva) de uma ajustagem é executada ao comando do observador aéreo. Isso é normal e a expressão "Ao Meu Comando" não precisa ser incluída na mensagem inicial do observador.
- (11) Os tiros ou rajadas (salvas) seguintes serão executados "Quando Pronto"; entretanto, quando houver dificuldade de observação ou muitos tiros caindo na região, todos os tiros podem ser executados ao comando do observador aéreo, que acrescentará na mensagem inicial ou subsequente (o controle): — "Ao Meu Comando".
- (12) Nos tiros a grandes distâncias, haverá sempre um "Tempo-Código" que é o tempo de duração do trajeto para o PV ou para o CZA. Logo que o observador aéreo designar um alvo, a C Tir enviará:
- Tempo-Código Mais (ou Menos) Tanto que será a duração de trajeto para o alvo designado.
- (13) Para auxiliar o observador, a fim de que se coloque em posição para observar, a C Tir pode enviar "Atenção" (cinco) 5 segundos antes de fim de duração de trajeto, ou a duração de trajeto no começo de cada missão.
- (14) A duração de trajeto é especialmente necessária quando se atira com grandes alcances ou com tiro vertical, a fim de dar tempo ao piloto para manobrar o avião, de modo a ficar o observador em condições favoráveis de observação.
- (15) Se o observador tiver dificuldade na observação dos arrebentamentos, em virtude da natureza do terreno ou grande distância de observação, pode empregar projéteis fumígenos ou em tempo alto.
- (16) Para evitar a perda do alvo, quando o avião realizar uma curva ou tiver que se furtar a um ataque, o observador deve identificar pontos característicos do terreno nas proximidades do alvo e que sirvam de referência para localizá-lo rapidamente.
- (17) Fim de missão.
- (a) Ao terminar uma missão, o observador aéreo pode receber outra missão da C Tir. Se outras mais já tiverem sido pré-estabelecidas a Tir transmitirá:
- "Siga Instruções"
- (b) Terminadas todas as missões a C Tir transmitirá:
- "Não Necessito Mais de Você — Aterre"
- (c) Se o avião é forçado a aterrar, o observador aéreo comunicará:
- "Forçado a Aterrar"

b. Tiro de precisão

(1) Fase de ajustagem

- (a) Observado o primeiro tiro, o observador pode enviar para a C Tir a mensagem:

Repita Direção — Alongue (Encurte) 400;
com a intenção de obter a "referência no terreno" e mate-

rializar também a direção de tiro, com dois arrebitamentos.

- (b) Em alguns casos poderá fazer o lance em direção e assim não será materializada a direção de tiro, com dois arrebitamentos, sendo obtida somente a "referência no terreno".
- (c) Após obter a "referência", o observador conduzirá o tiro para a linha Peça-Alvo e procurará o enquadramento desejado.

Exemplo:

- (e) Observando a pequena distância e com comandante de vistas, o observador aéreo, desde que tenha estabelecido a "referência no terreno", pode estimar com exatidão as correções para levar o tiro sobre o alvo, sem enquadrá-lo.

ESQUEMA	Número do tiro	COMANDOS
	<p>Mensagem Inicial</p> <p>1</p> <p>2</p> <p>3</p> <p>4</p>	<p>Aq CACAU MT DO DV</p> <p>Dr 450 Enc 300 Pg Aj</p> <p>RD Alo 400</p> <p>Dr 200 Enc 200</p> <p>Es 50 Enc 100</p> <p>RD Mlh Alo 50</p>

- (f) Somente com a obtenção do enquadramento desejado pode-se assegurar uma eficácia correta, sem desperdício de munição. No tiro de precisão, o enquadramento de 100 metros é sempre procurado.
- (g) No tiro de tempo, a avaliação da altura de arrebitamento é difícil para o observador aéreo, mas ele pode distinguir o arrebitamento em tempo do percuteute, o que possibilita à C Tir a regulação em tempo.

(2) Fase de eficácia (melhora)

- (a) O observador aéreo inicia a eficácia (melhora) quando a direção está estabelecida corretamente e quebra o enquadramento de 100 metros, ou quando obtém um tiro no alvo.

- (b) A observação de cada tiro é enviada à C Tir:
 - Desvios
 - Alcances
- 1) Os desvios em direção, em relação à linha Peça-Alvo, são enviados com grandeza e sentido:
 - 50 Direita
 - 60 Esquerda
 - Boa Direção
- 2) O alcance é dito:
 - Longo
 - Curto
 - Não Observado
- 3) Um tiro no alvo é dito:
 - No Alvo

Exemplos:

50 Direita — Longo
60 Esquerda — Não Observado
Boa Direção — Curto
No Alvo

- (c) Se o observador não puder, desde o primeiro tiro, estimar a grandeza do desvio em direção, informará somente o sentido do desvio.

c. Tiro sobre zona

(1) Fase de ajustagem

É realizado de modo idêntico ao estabelecido para o tiro de precisão, sendo as observações realizadas em relação ao centro dos arrebitamentos.

(2) Fase de eficácia

O observador aéreo pede a eficácia, quando a direção, o alcance e a distribuição estão corretos ou quando o tiro eficaz possa ser obtido, com segurança, quebrando o enquadramento em alcance.

d. Contrôles das eficácias (tiros previstos)

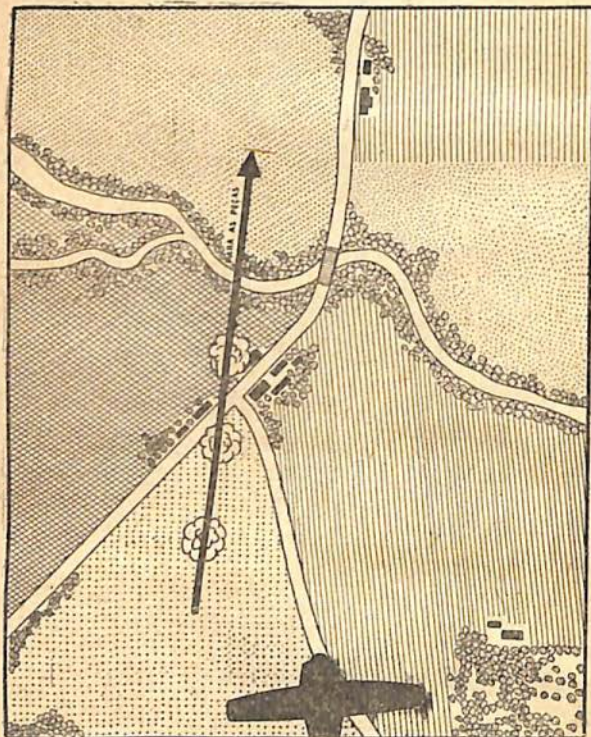
O observador aéreo poderá receber a missão de observar a eficácia sobre um determinado alvo, remetendo, após o desencaamento, para a C Tir, os efeitos causados no alvo e as correções necessárias.

e. Regulação pelo levantamento do Ponto Médio

(1) Um único tiro é dado, inicialmente, na zona em que se deseja regular:

- (a) Se o arrebitamento coincidir ou estiver próximo a um detalhe do terreno facilmente identificável na carta (fotografia aérea vertical ou fotocarta), o observador comandará:
Repita Direção — Por 6 — Repita Alcance
- (b) Se o arrebitamento não coincidir ou não estiver próximo a detalhe do terreno facilmente identificável no documento que está sendo utilizado para a conduta do tiro, o observador transportará o tiro para uma região conveniente.

- (2) O Observador loca, por inspeção, o ponto médio da série dos seis arrebitamentos, no documento que está sendo utilizado para a condução do tiro.
- (3) Locado o ponto médio o observador poderá:
 - (a) Fornecer as coordenadas do PM, a C Tir, pelo rádio;
 - (b) Lançar, por intermédio de uma mensagem lastrada, o documento com o ponto médio locado, ou as coordenadas deste;
 - (c) Aterrizar, e entregar o documento, com o ponto médio locado, ou fornecer as coordenadas do PM.



f. Contra-bateria

- (1) Quando há suspeita de atividades da artilharia inimiga em áreas gerais ou específicas, o observador aéreo pode receber missão para localizar as posições inimigas.
- (2) Para isso o observador deverá observar a região em aprêço de vários ângulos de observação e de altitudes diversas.
- (3) Observando os tiros inimigos que caem na área amiga, poderá determinar a direção de suas origens, empregando os seguintes processos:
 - (a) Visando inversa dos arrebitamentos

Uma linha imaginária de dois arrebitamentos sucessivos, ou por rajadas, que forem dados com a mesma deriva, in-

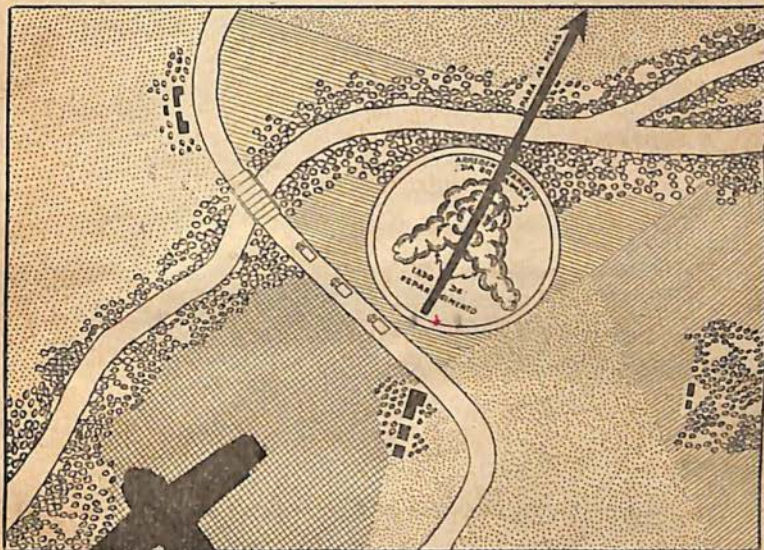
dicará a direção-geral onde o observador fará a sua busca de posição inimiga.

(b) Bissetriz do lado de espargimento

- 1) O lado de espargimento de um arrebatamento em percussão é mais nítido para um observador aéreo.
- 2) O espargimento dá ao arrebatamento a aparência de uma ponta de seta voltada para a posição de bateria do inimigo.
- 3) Visando, inversamente, ao longo de uma linha que divida o ângulo formado pelos lados de espargimento, terá o observador aéreo a direção em que deverá fazer a busca da posição de bateria inimiga.

(c) Direção dos arrebatamentos no ar

- 1) Como no caso dos arrebatamentos em percussão, o tipo-padrão de um arrebatamento no ar é um bom indicio para a determinação da direção onde se encontra a posição da bateria inimiga.



- 2) O tipo-padrão, geralmente, é de forma crescente, convexo para a peça, com o eixo maior, facilmente perceptível, perpendicular à direção de tiro.
- 3) O ricochete forma um tipo similar, porém, a direção da posição de bateria inimiga não é digna de confiança, pois, após o impacto, a direção do projétil pode não ser a mesma da trajetória inicial.

(d) Crateras

Em condições de solo e vegetação apropriadas, a cratera pode fornecer elementos para determinar a direção da bateria inimiga, pois, sua forma é semelhante a do espargimento.

- 4) Frequentemente o observador aéreo recebe a missão de conduzir o tiro contra-bateria sobre as posições que ele locou e enviou em relatório.
- 5) Relatórios
 - (a) A locação da posição de bateria inimiga deve ser relatada pelo meio mais rápido possível.
 - (b) O relatório deve conter:
 - Coordenadas
 - Calibre
 - Número de peças
 - Tempo e volume dos tiros observados.

CAP. VASCO RIBEIRO DA COSTA

A Diretoria de "A Defesa Nacional" agradece e felicita o prezado camarada que já conseguiu mais de cem assinaturas entre instrutores e alunos da Escola de Comando e Estado-Maior.

NOVOS ASSINANTES

O interesse despertado, por nossas novas Seções dos Candidatos à ECEME e EsAO, entre nossos companheiros, particularmente Capitães e Tenentes, elevou em várias centenas o número de nossos assinantes.

FUMÍGENOS EM OPERAÇÕES PACÍFICAS

Cap. DIÓGENES VIEIRA SILVA

O Cap Diógenes foi assessor da Comissão da chamada "Operação Geadas" e coletou dados interessantes relativos ao emprego de fumígenos neste particular.

I — INTRODUÇÃO

Talvez sintamos o verdadeiro valor de qualquer ação por nós perpetrada, apenas quando outros pas-sam a desejar sua paternidade, ob-jetivando, assim, colhêr as glórias sem as agruras da luta. Foi a sensa-ção sentida pelos membros da Co-missão de Estudos para Defesa con-tra Geadas ao receberem o n. 2, de 1958, da Revista ESSO, publicação bimestral da Esso Standard do Bra-sil, em que, correspondendo ao anúncio "Há defesa contra geada", de sua capa, encontrava-se à pá-gina 16 a reportagem de mesmo nome, com a declaração de que "A primeira experiência pública no Brasil, com óleos fumígenos contra geadas, foi realizada pela Esso, em Londrina, a 7 de maio de 1957". Se bem que em todo o Estado do Paraná se saiba que, já em 1956, a CEDCG, com o apoio do Exército Nacional, por intermédio da Com-panhia-Escola de Guerra Química em pessoal, e Escola de Instrução Especializada, em material, reali-zara as primeiras experiências pú-blicas de utilização de fumígenos no combate aos efeitos das gealas, o poder da propaganda é muito grande, e pode ser mesmo que, da-qui a algum tempo, essa atuação já tenha sido esquecida, pelo pas-sar dos anos, e realmente a Esso surja como a pioneira em mais uma atividade. Já não temos visto, até em publicações nacionais, a afirmativa de que os irmãos Wright foram os pioneiros do mais pesado que o ar? Esse receio deve ter sido a mola impulsionaladora de

inúmeros pedidos de divulgação de suas atividades, endereçados à CEDGG, que decidiu imprimir um relatório, documentando para o fu-turo suas atividades durante mais de dois anos de existência.

Mas, tendo tomado parte no que se chamou na época "Operação Geadas", e como assessor da citada comissão, julgamos de nosso dever divulgar, entre os camaradas, algo do que pudemos coletar relativa-mente ao emprego de fumígenos no combate aos efeitos das geadas, por ser o que mais interessa a nós, especializados em Guerra Química, que devemos estar aptos a bem utilizar os fumígenos para fins mi-litares. A Comissão não pode mes-mo tomar a seu crédito o ter rea-lizado as primeiras experiências no Brasil, como proclamou a Esso, pois antes de 1956 já se tinham feito, em nosso país, tentativas nesse sentido. Pode, e isso é mo-tivo de orgulho para o Exército, que lhe possibilitou os recursos técnicos para tal, se vangloriar de ter, em 1956, realizado a primeira experiência de larga envergadura. Mas, neste trabalho, não pretende-mos mais fazer referências à "Ope-ração Geadas", suficientemente di-vulgada pela imprensa diária, em 1956, e que já relatamos, em li-nhas gerais, nesta mesma revista sob o título "Operações Fumígenas com finalidades pacíficas" ("A De-fesa Nacional", n. 506/7 — Set e Out/1956 — Págs. 21/28). Pro-curaremos condensar outras expe-riências realizadas, não apenas no Brasil, mas também em outros pa-íses, com a mesma finalidade.

II — NOS ESTADOS UNIDOS

O único documento que nos permitira ter uma idéia da viabilidade de utilização dos geradores "Besler", da EsIE, na execução da Operação Geada, fôra o artigo "*Smoke Troops get emergency training fighting jack frost in Utah orchards*" com que o Coronel Donald D. Bodé, comandante de *Dugway Proving Ground* relatara suas experiências a respeito, no número de julho-agosto de 1955 de "*Armed Forces Chemical Journal*". Essa a razão pela qual, ao embarcarmos para os Estados Unidos, eu e o Prof. Reinaldo Spitzner, catedrático da Escola de Química da Universidade do Paraná, a 17 de dezembro de 1957, movia-nos a intenção de, por qualquer forma, nos encontrarmos com o citado oficial, para podermos pessoalmente colher suas impressões a respeito dessa experiência. Já uma semana depois, a primitiva intenção se reforçara, ao sentirmos, em Washington, no Weather Bureau, que seus técnicos nenhuma experiência possuíam do problema, desconhecendo mesmo aquelas experiências realizadas em Utah. Assim é que, ao irmos à presença do General Currie, para programarmos nossas visitas às instalações de Guerra Química do Exército norte-americano, convite que amavelmente nos fôra feito, por sugestão da Seção de Guerra Química, da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, por sermos o comandante da única tropa de guerra química existente na América do Sul, solicitamos que a primeira instalação a ser visitada fosse *Dugway Proving Ground*. No Weather Bureau, os técnicos com que tratamos o problema, Norman Matson, Elza Lorimor e Nels Johnson, não acreditavam na viabilidade da utilização de neblinas ou recursos semelhantes como proteção contra os efeitos das geadas. Baseavam suas opiniões, porém, exclusivamente em dados fornecidos pela Esso. Tratava-se de documento por nós já conhecido do Brasil, que obtivéramos nos escritórios da Esso, no Rio de Janeiro, por cópia fotostática: "*Technical*

Committee Report on EVALUATION OF ARTIFICIAL OIL FOG AS MEANS OF PROST PROTECTION", Relatório n. PD-22T-46, Projeto n. 22150 (12), datado de 28 de outubro de 1946 e levado a cabo pelos Laboratórios da Esso.

Pouco depois do término da guerra de 39/45, as atenções dos técnicos e agrônomos norte-americanos se voltaram para a possibilidade de utilização dos geradores militares, então usados pelo Corpo Químico na proteção contra a geada, tendo em vista as observações feitas, de que neblinas naturais em certas partes tinham protegido plantações desses danosos efeitos. Já no outono de 1943 foram feitas experiências nesse sentido e, posteriormente, inúmeros estudos com câmaras de radiação, em laboratórios, levaram os técnicos a se inclinarem pela negativa quanto à possibilidade de resultados satisfatórios. Assim sendo, no Arsenal de Edgewood, foram programadas novas experiências, em colaboração com os "*Esso Laboratories*", levadas a efeito na noite de 10 de junho de 1946, nela tomando parte também o pessoal do "*Chemical Warfare Service Technical Command*". Os geradores utilizados foram os do tipo M1, semelhantes aos "Besler", por nós utilizados na "Operação Geada" aqui no Brasil dez anos depois. As conclusões contidas resumidamente no relatório da Esso foram:

a) As neblinas de óleo produzidas pelos geradores operando no princípio do *U.S. Army Generator, Smoke, Mechanical M1*, e caracterizadas por partículas de tamanho uniforme, com diâmetros de 0,5-0,6 microns, são substancialmente transparentes à passagem das radiações infra-vermelhas tendo um comprimento médio de onda de 10 microns, como as emitidas por corpos às temperaturas de 30-70° F. Isso se verifica até com concentrações de neblina acima de 2.000 galões de óleo por milha quadrada, vinte vezes a concentração requerida para uma efetiva ocultação visual.

b) Em virtude de sua quase completa transmissibilidade à ra-

dição de baixa temperatura encontrada entre a terra e as camadas altas da atmosfera, o uso da neblina de óleo desse tipo é considerada comercialmente sem valor como um meio de proteção da vegetação contra os efeitos da geada.

c) Contrastando com a neblina de óleo, as nuvens de constituição natural apresentam baixa transmissibilidade, ou, em outras palavras, elevada opacidade à radiação com comprimento de onda de 10 mi-

estudos relacionados com a aplicação comercial desse tipo de óleo fumígeno para a solução do problema de proteção de grandes áreas contra os efeitos, na vegetação, da geada.

Nessas conclusões todos os técnicos do *Weather Bureau* justificavam suas opiniões, porém, todos eram concordes em afirmar que nenhum deles procedera a experiências de campo, em que realmente se procurasse proteger culturas

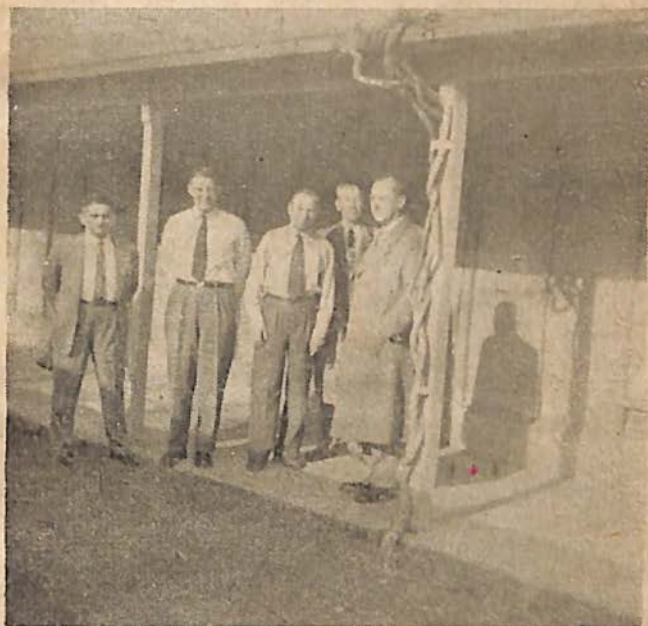


Fig. 1 — O autor, em Campus Davis, na Califórnia, em companhia do Dr. A. S. Leonard e Professor Berbert Schultz (segundo e terceiro a contar da esquerda, respectivamente). O da extremidade direita é Mr. Timothy Colvin, presidente da Besler Corporation, de Oakland, Califórnia, e ao seu lado e ao fundo, um dos engenheiros da Besler.

crons, em virtude de seu tamanho de partícula, em média maior (da ordem de 10 microns de diâmetro). Isso confirma o conhecido efeito protetor que essas nuvens exerceram sob condições favoráveis à destruição pela geada.

Terminava o relatório suas conclusões, aconselhando que nenhuma atenção mais fosse dada aos

contra os efeitos das geadas. Eram de opinião de que, caso os diâmetros de partícula na neblina fossem de 10 microns ou superiores, talvez se obtivesse um resultado satisfatório, julgando que aí a opacidade à irradiação do calor seria bem maior, e que essa neblina reteria da ordem de 95 % de calor da camada protegida. No entanto,

como em Pomona, Calif., no *Frost Protection Service*, já utilizavam, com resultado, fogareiros e ventiladores, não se tinham interessado em outras experiências. Sabiam que o Dr. F. A. Brooks, professor em *Campus Davis*, onde se acha localizada a Escola de Agricultura da Universidade da Califórnia, era elemento que se interessava pelo problema, tendo emitido opinião favorável a essa utilização de neblinas artificiais.

Essas opiniões serviram apenas para reforçar consideravelmente o nosso desejo de discutir o problema com o Cel. Bodé que, então soubemos, já se achava transferido para a Alemanha. Mas, com gentileza, o Gen. Currie estabeleceu a data de 14 de janeiro de 1957, para chegarmos em *Dugway Proving Ground*, onde nos encontraríamos com o Cel. Bodé. Infelizmente por ser área restrita, onde se realizavam experiências militares norte-americanas, o Prof. Spitzner lá não poderia permanecer, mas eu ficaria durante dois ou três dias, para depois continuar para o Fort Mc Clellan, onde estagiaria na *Chemical Corps School*.

Antes de nos dirigirmos, porém, para Dugway, ainda desejávamos atravessar para a Costa Oeste, visitando em Oakland, a Fábrica Besler e, em Davis, a Escola de Agricultura da Universidade da Califórnia, ampliando nossa viagem, se o tempo o permitisse, até Los Angeles, onde, em Pomona, nas suas vizinhanças, pretendíamos visitar o *Frost Protection Service*.

Aproveitando nossa estada em Oakland, na Fábrica Curtis, fomos de carro, no dia 8 de janeiro, a Davis, aproximadamente 200 quilômetros distante, à procura do Dr. F. A. Brooks. Na sua ausência, por se encontrar de férias, pudemos discutir o problema com o seu assistente, Dr. A. S. Leonard e também o Prof. Berbert Schultz, credenciado elemento, que também nos fôra indicado pelo Weather Bureau. O Dr. Leonard nos ofereceu um seu trabalho em que divulgava a opinião de que a neblina obtida à base de óleos não poderia dar resultados satisfatórios, mas, o

que nos admirou, emitira essa opinião sem realizar qualquer experiência. O próprio presidente da Besler Corporation, Mr. Thimoty Colvin, que até lá nos acompanhara, desejava saber algo a respeito do problema, pois há algum tempo havia fornecido à Escola um gerador de fumaça do tipo por eles montado para o Corpo Químico do Exército Norte-Americano, e ficara sem saber os resultados das experiências. Naquele momento tínhamos a resposta: não tinham sido feitas as experiências, pois o grande volume de fumaça produzido iria interferir com o intenso tráfego rodoviário das estradas californianas, e os professores da Escola não desejavam enfrentar esses problemas, desde que o serviço especializado, em Pomona, se achava satisfeito com seus trabalhos e com os resultados obtidos por meio de aquecedores e ventiladores.

Mais uma vez, vinha à baila o famoso relatório da Esso (parecia que todos nos Estados Unidos baseavam sua opinião nesse documento) e os dois técnicos emitiam opinião também quanto à probabilidade de, com neblina constituída de partículas de diâmetros no mínimo igual a 10 microns, se obter resultados satisfatórios.

Descendo de San Francisco para Los Angeles, no dia 11 de janeiro, estávamos em Pomona, com o Professor Roy Simpson e o seu auxiliar, meteorologista William J. Rogers, os primeiros que, em nossa peregrinação pelos Estados Unidos não se mostravam descrentes da viabilidade do processo de proteção contra os efeitos da geada, por meio de neblina artificial. Declaravam que, sem experiências claras e positivas, achavam temerário fazer qualquer juízo antecipado, pois, apesar de não conhecerem os trabalhos do Coronel Bodé, tinham a lembrança de que Mr. Floyd D. Young, em 1917, utilizara a fumaça no combate aos efeitos da geada, nos trabalhos por ele realizados no *Fruit-Frost Service*. Realmente, a publicação especializada "*The California Citrograph*", em seu número de novembro de 1920,

publicara um artigo desse técnico, intitulado "*Smoke Cover and Direct Radiation in Frost Protection*", e os dois encarregados do serviço agora nos esclareciam que a fumaça utilizada por Mr Young fôra obtida à base da queima de vários produtos, principalmente carvão e óleo. Mr Willian declarou também ter efetuado, por conta própria, algumas pequenas experiências, ainda utilizando fumaça obtida com queima de carvão e óleo, mas que não pôde determinar os

atmosférica, desde que fôsse possível obter partículas com grandes diâmetros, talvez os resultados fôssem favoráveis.

Além disso, não tinham interesse nessas experiências, pois o problema vinha sendo enfrentado com aquecedores e ventiladores, de modo que qualquer outra solução não os atraía, principalmente a que nós propúnhamos, que iria trazer aborrecimentos sérios com os que usavam as rodovias. Realmente, o problema não seria de se des-



Fig. 2 — Uma fileira de aquecedores, em um laranjal, nas proximidades de Pomona, em Los Angeles, Califórnia, utilizados na proteção contra os efeitos das geadas.

resultados, com um controle eficiente, tendo posteriormente desistido dessas experiências por ocasionarem elas inúmeros aborrecimentos, não apenas interferindo com o tráfego rodoviário, como também sujando residências nas proximidades das plantações. Não conhecia os geradores de neblina à base da condensação de vapores de óleo, mas julgava que dentro de certas condições de umidade

prezar, e lembramo-nos de Rolândia, em 1956, quando numa simples demonstração de funcionamento, o tráfego rodoviário na estrada Londrina-Cambé-Rolândia, ficou interrompido durante um período considerável de tempo.

Nossa última esperança era, mais uma vez e com mais razão, o Cel. Bodé e sua experiência, desconhecida de todos os técnicos com que entráramos em contato nos Estados

Unidos. Esperávamos informações pessoais a respeito das conclusões obtidas com a "Operation Smoke Stack", tiradas não apenas pelo comandante das tropas empenhadas na Operação, mas também pelo Doutor em Física e antigo Professor de Química da Universidade de Tampa, Flórida.

Assim é que a 14 de janeiro de 1957, uma segunda-feira, depois de termos passado o fim de semana em Las Vegas, desembarcávamos,

dante das experiências de Provo, em uma mesa redonda da qual faziam parte também o Prof. Spitzner, e nosso amigo Joaquim Borges, representante do Escritório do IBC em New York, Mr Levinson, representante da Curtis Automotive Devices (que no caminho da Estação para Dugway tínhamos apanhado no Hotel Utah, em Salt Lake City, tirando-o do melhor dos sonos), o Major Pierce (que já conhecêramos, em 1956, no Fort Clay-



Fig. 3 — Um dos enormes ventiladores, movidos a motor de avião, utilizados na movimentação das camadas de ar, evitando os efeitos danosos da geada. Utilizados juntamente com os aquecedores, sendo que se pode apreciar um deles, bem destacado, na parte inferior esquerda da fotografia.

de madrugada, na Estação de Estrada de Ferro de Salt Lake City, onde um praça a nós se apresentou, por se achar com o carro de lado de fora, enviado pelo Cel. Bodé para nos conduzir a *Dugway Proving Ground*, afastado daquela cidade aproximadamente 60 milhas. Ao começar o expediente no Campo de Provas já nos encontrávamos conversando com o coman-

ton, no Panamá) e o Major John, que além de sua experiência na Coréia, com o 2º Batalhão de Armamento Químico, fôra também o Oficial de Operações da "Operation Smoke Stack".

Muito proveitosa foi a manhã ali passada, porém uma faceta curiosa da vida militar norte-americana iria nos impedir de obter uma opinião definitiva do Cel. Bodé a res-

peito das suas experiências. Esclareceu-nos que, como militar, não poderia emitir opinião a respeito, pois o assunto tratado fugia completamente da esfera militar, e assim, para evitar complicações com seus superiores, nada mais poderia acrescentar, oficialmente, ao que já constava da publicação feita no "Chemical Forces Journal". Qualquer outro dado, envolvendo a questão da efetividade da cobertura fumígena como proteção às culturas dos efeitos das geadas, só poderia ser dado por intermédio das autoridades da agricultura, desde que fôra assessorado naquele trabalho por representantes do "Utah Department of Agriculture". Suas opiniões oficiais, como comandante do Campo, não pudemos, assim, obter, e as opiniões particulares expressas nessa e noutras oportunidades, em que pudemos conversar, ficaram apenas conosco, cumprindo seu desejo de, como militar, não se envolver em assuntos estranhos à profissão. Momentos depois nossos companheiros de viagem se retiravam do Campo, pois ali não poderiam permanecer, por serem civis, e tinha início um longo período em que iríamos percorrer várias instalações militares norte-americanas, sozinhos.

Os dias passados em *Dugway Proving Ground*, não apenas no 2º Batalhão de Armamento Químico, com o Maj. W. K. Richardson, Subcmr do Btl. e os Tenentes Ralph A. Dodds e Nathan R. Shaw, mas também na Divisão de Meteorologia, com os meteorologistas Harold V. Thompson e W. A. Shreve, foram utilizados em estudar uma série de experiências levadas a efeito com geradores, nos vários campos de prova do Corpo Químico, no território continental, como também no Panamá e no Alasca. Mas, ficamos com a convicção que depois da "Operation Smoke Stack" nada mais se fizera, e nem mais se falara no assunto.

O resto de nossa estada em Fort Mc Clellan, em Edgewood, e

nas Fábricas Clayton, Besler e Curtis, foi utilizado em estudar exclusivamente geradores, pois nada mais foi possível obter, quanto à utilização de geradores e fumaças ou neblinas no combate aos efeitos das geadas. Apenas em maio, quando atravessávamos de carro a península da Flórida, pela estrada 92, indo de *Daytona Beach* na costa leste, para *Tampa*, na costa oeste, dando para o Golfo do México, em companhia do Mr Ernest Hostettler, vice-presidente executivo da Curtis Automotive Devices, vimos, nas proximidades da cidade de Orlando, junto à estrada, alguns avisos pedindo cuidado aos motoristas, no caso de "geadas, fumaças e neblinas". Procurando esclarecimentos, soubemos que alguns agricultores ainda teimavam em utilizar fumaças, à base de queima de substâncias várias, para proteção dos seus laranjais contra os efeitos das geadas. Mas, a interferência produzida no tráfego os estava levando a abandonar tal procedimento, adotando o já amplamente utilizado na Califórnia: aquecedores e ventiladores.

No entanto, depois de tudo isso, a Comissão de Estudos para Defesa Contra a Geadas chegou à conclusão, a que já haviam chegado os próprios americanos, de que, no assunto, a nossa experiência era bem maior que a deles, razão mais do que suficiente para a continuação dos trabalhos em busca de uma solução satisfatória para o nosso caso particular, sem procurar fora conselhos divorciados de nosso ambiente, principalmente nos Estados Unidos, onde os fatores que interferem na questão são bem diversos.

E, assim, continuaram, no decorrer do ano de 1957, já no Brasil, as experiências de 1956, agora seguidas, com interesse, por representantes norte-americanos, através do Ponto IV.

Além disso, resultados favoráveis obtidos em outros países, como veremos em próximo trabalho, nos incentivaram a prosseguir no mesmo rumo.

PUBLICAREMOS EM NOSSO PRÓXIMO NÚMERO

Em **CULTURA PROFISSIONAL**, entre diversos artigos que interessam à classe militar, encontraremos:

- **"O QUE É O CURSO DE FORMAÇÃO DE OBSERVADORES AÉREOS"** de autoria do Cap Braz Monteiro Campos, Instrutor do CFOA, onde, além de um ligeiro histórico sobre o referido curso, o Capitão aborda outros aspectos mostrando a necessidade de seleção acurada e conclama os Tenentes do Exército a se especializarem em Observação Aérea.
- A **SEÇÃO DO CANDIDATO À Es AO** nos apresentará dois artigos, um deles referente à Topografia e que interessa à todas as armas "Cálculo de Lançamento e Distâncias" e outro de Artilharia, referente ao discutido "Estudo de Situação".
- A **SEÇÃO DO CANDIDATO À Es AO**, a cargo do Major Octavio Tosta, continuará com seus artigos diversos, abordando as questões propostas em anos anteriores e suas respectivas soluções.
- Em **ENGENHOS-FOGUETES E SATÉLITES**, seção orientada pelo Ten-Cel Welt Durães Ribeiro, vamos ler o artigo do momento, "EUA versus URSS", onde novo colaborador compara e tece paralelos entre os satélites de uma e outra potência. Na mesma seção o Cel Linhares de Paiva, Professor da AMAN e estudioso de Balística, escreve "Noções elementares sobre os Engenheiros-Foguetes".
- Na **SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA**, dirigida pelo Major Amerino Raposo Filho, encontraremos "Aspectos Fundamentais da Surpresa", artigo onde o próprio coordenador resume, numa sessão por ele ministrada ao terceiro ano da Es CEME e "Ensaio sobre a Psicologia do Combatente Brasileiro" marcando o reaparecimento, nas folhas de nossa revista do culto e inteligente General R-1 L. Flamarion Barreto de Lima.

Em **CULTURA GERAL** encontraremos Rio-Pôrto Alegre-Rio, onde um grupo de alunos do segundo ano da Es CEME nos descreve as sensações e nos dá a impressão que lhes ficou de uma viagem de estudos.

Em **COLÔMBIA**, G. L. Bomicci nos descreve como um europeu vê o progresso da grande república vizinha.

Em **NOSSA MARINHA** o Tenente Brandão de Freitas faz um ligeiro histórico dos "Estabelecimentos de Ensino Naval", descrevendo a formalidade de cada uma das escolas de nossa Armada e transcreve, ainda, artigo do Cmt Arthur Struble sobre "O Hidro-Avião de Propulsão Nuclear".

Em **GEOPOLÍTICA** o Cel Golbery e o Maj Tosta nos brindam com interessantes artigos doutrinários e sul-americanos.

Em **BRASILIANAS** serão publicados diversos artigos interessantes como "Energia Elétrica", "Exportação durante o terceiro trimestre de 1958", "Indústria automobilística".

Em **DIVERSOS** daremos notícias de "Pôrto no Alaska aberto com bombas nucleares", "O canhão anti-aéreo de 40 mm", "Arrebentamento subterrâneo da Bomba Atômica" além de outras informações sobre aviões ultrasônicos, etc.

A EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL

A Biblioteca do Exército terminou o ano de 1958 editando o trabalho do Cel João Baptista de Magalhães — "A Evolução Militar do Brasil" — que deve ser lido, meditado e criticado pelos militares que se interessam pela profissão.

Sem o conhecimento de nosso nascimento, crescimento, crise, lutas, etc., não se pode prever para construir com acêrto e decidir com justeza.

O Autor foi sempre um profissional estudioso, um trabalhador incansável e capaz, que na cátedra, em funções de comando o de Estado-Maior, sempre estêve entre aqueles que primavam por impulsionar o aperfeiçoamento das Fôrças Armadas e, na reserva, na qual ingressara a pedido, continua a produzir, a trabalhar em prol do aperfeiçoamento militar, a ministrar ensinamentos a jovens e velhos camaradas. "A Evolução Militar do Brasil", que vem preencher sensível lacuna nas letras militares, está destinada a prestar reais serviços à Administração Militar e a todos os profissionais das armas.

Na convicção de cooperar com nossos assinantes e leitores, no sentido de obtermos o máximo de ensinamentos de tal obra, teceremos comentários sôbre cada um de seus diferentes títulos, tomaremos a iniciativa de solicitar pareceres de vários camaradas e receberemos, com prazer, apreciações expontâneas, tudo com a finalidade de completar ou complementar trabalho tão útil quão oportuno.

Rio, março de 1959 — Gen Bda João Baptista de Mattos,
Diretor-Presidente.

AVISO SÔBRE ASSINATURAS

PARA FACILIDADE DO CONTRÔLE DO SERVIÇO, SÓ EXISTIRÁ UMA FORMA DE PAGAMENTO :

ASSINATURA ANUAL DE CR\$ 100,00, PAGA NO INÍCIO DE CADA ANO.

— OUTROSSIM, SOLICITAMOS AOS Nossos REPRESENTANTES E ASSINANTES COMUNICAREM SUAS TRANSFERÊNCIAS OU MUDANÇAS DE ENDERÊÇO, USANDO A FICHA DESTACÁVEL QUE SE ENCONTRA ABAIXO.

A DEFESA NACIONAL

MINISTÉRIO DA GUERRA

Caixa Postal 17 — Rio de Janeiro

FICHA DE MOVIMENTAÇÃO

Nome do assinante

Pôsto Força Armada :

Enderêço antigo :

Unidade Região

Residência

(Rua, Bairro, Cidade e Estado)

Enderêço atual :

Unidade Região

Residência

(Rua, Bairro, Cidade e Estado)



SEÇÃO DO CANDIDATO

À

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

N. 2-59

Coordenador : Cel João Bina Machado.

SUMÁRIO

I — TOPOGRAFIA — Régua de Cálculo Militar

II — ARTILHARIA — Missões da Artilharia

TOPOGRAFIA

RÉGUA DE CÁLCULO MILITAR

1. Introdução

Régua de cálculo militar, é uma régua de cálculo comum, com um dispositivo especial que facilita a resolução de triângulos por meio de uma escala de ângulo oposto. Efetua ela as operações aritméticas : multiplicação, divisão, quadrado, raiz quadrada, proporções, transformações e, ainda, em operações trigonométricas, as resoluções de triângulos, com suas escalas de seno, cosseno e tangente. A vantagem de seu conhecimento e emprego é de nos dar em levantamentos e operações simples uma ótima rapidez e boa precisão. Antes de abordarmos o seu manejo, sua aplicação e sua prática, vejamos a questão de soma e diferença, praticadas graficamente. Suponhamos dois instrumentos de medida, A e B, graduados de 0 a 10, em uma unidade qualquer de medição e, que queiramos somar os valores 5 e 2. Tomamos o valor 5 no instrumento A e coincidimos com ele a origem do instrumento B, justapondo os dois nessa situação (Fig. 1).

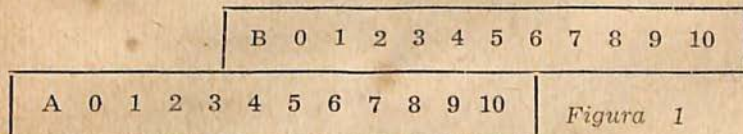
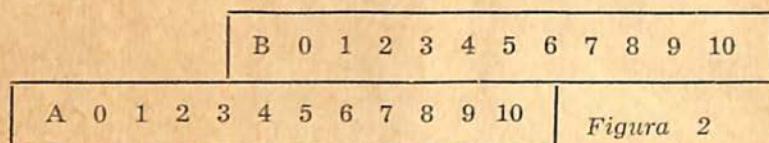


Figura 1

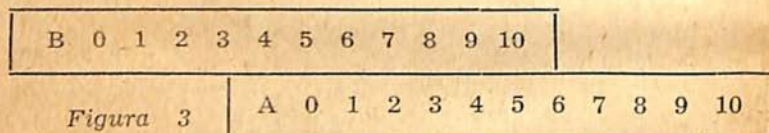
Se procuramos no instrumento B, a segunda parcela 2, teremos no primeiro instrumento, A, em coincidência, o valor da soma, ou seja o conjunto das parcelas 5 e 2 ou 7.

Caso a soma a ser efetuada for de 5 com 8 observemos que, se processarmos como no caso anterior, não podemos obter o valor da soma,

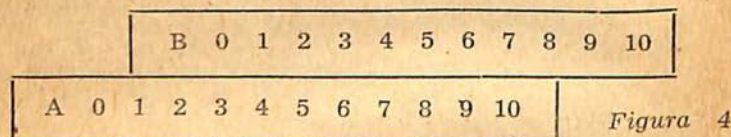
pois o valor da soma do instrumento B está além do fim do instrumento (Fig. 2).



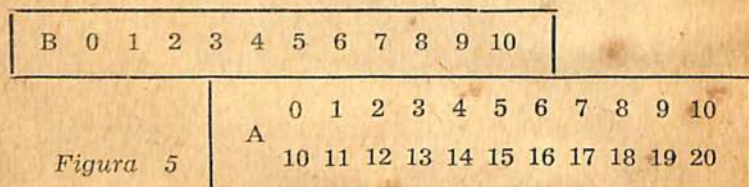
Notamos, porém, que a graduação 10 do instrumento A está em coincidência com a de 5 do B. Se deslizarmos o B, e, agora, coincidirmos a sua graduação 10 com o 5 do A verificamos que a graduação 5 de B está em coincidência com o 0 de A. Houve, então, a continuação da soma. De início foi somado o valor 5, depois continuada a soma até 8, que está em coincidência com o 3 de A. O valor da soma será, então, o total de 10 mais a parte de agora, 3, ou seja 13 (Fig. 3).



O mesmo raciocínio é feito para o caso de subtração de dois valores, realizada graficamente. No caso da Fig. 4 queremos subtrair 5 de 8. Fazendo coincidir o 5 de B com o 8 de A vamos encontrar a coincidência com o 0 de B o valor da diferença. Subtraímos em A, à esquerda de 8, cinco unidades de B.



Caso queiramos subtrair 9 de 14 (Fig. 5) notamos que o 0 de B está fora da escala de A. Observamos, também, que o 5 de B está com o 0 de A e o 10 de B com 15 ou, neste caso 5, pois de início são subtraídas quatro unidades até 0 em A e depois da direita para a esquerda outras cinco unidades, ou 10 menos 5, que sejam 5.



Tendo em vista esta ilustração de soma e diferença gráfica de valores, vamos à Régua de Cálculo sabendo que todas as escalas nela contidas são logarítmicas. A régua é então aplicação de:

- o logaritmo de um produto é a soma dos logaritmos das parcelas;
- logaritmo de quociente é a diferença entre o logaritmo do dividendo e o logaritmo do divisor;
- o logaritmo da raiz quadrada de um número é a metade do logaritmo deste número.

Estudaremos a Régua de Cálculo gravando-se as operações como soma e diferença de logaritmos, em escalas gráficas.

2. Descrição da Régua de Cálculo Militar

Compõe-se de um corpo, uma corredeira e um cursor.

a) Corpo :

Compõe-se de base, guias superior, inferior e tabela.

(1) Base : consiste em uma peça de acaju ou vinylite sobre a qual estão colocadas as guias e a tabela.

(2) Guia superior : apresenta duas escalas e quatro pontos de referência :

(a) As duas escalas são referentes ao ângulo oposto. Uma (superior) é graduada em graus e outra (inferior) em milésimos. Estas duas escalas são utilizadas juntamente e com a do ângulo do vértice existente na corredeira para solução de triângulos obliquângulos. Seu uso será tratado mais adiante.

(b) Os quatro pontos de referência são marcados, respectivamente : $VS = 369,2 \text{ Jd/s ; M/Jd ; o/Mil ; VS} = 337,6 \text{ M/S}$. Esses quatro pontos usados com a escala C. O ponto $VS = 369,2$ ou $337,6$ é usado no levantamento pelo som. O o/Mil , para a conversão de graus em milésimos e o M/Jd , para a conversão de metros em jardas.

(3) Guia inferior : nela temos duas escalas : a das distâncias D e a escala A.

(4) Tabela : ela contém fórmulas e relações trigonométricas de uso mais comum, inscritos às costas da base.

b) Corredeira :

A parte central da régua, móvel, é chamada corredeira. Numa das suas faces há quatro escalas :

(1) A inferior chamada "escala da base C". É utilizada juntamente com a das distâncias D para multiplicação e divisão (funcionando simplesmente como escala da base e das distâncias).

(2) Acima da escala C está a C1 (escala C invertida). É usada juntamente com a escala D para multiplicações e divisões.

(3) As duas escalas de cima da corredeira são as chamadas "escala do ângulo do vértice", uma graduada em graus (inferior) e a outra em milésimos (superior). Estas escalas são usadas conjuntamente com as do ângulo oposto na resolução de triângulos.

Na outra há quatro escalas adicionais :

(1) A inferior é a escala C, idêntica à do lado.

(2) As outras três acima de C são as chamadas "escalas dos senos", "dos senos-tangentes" e "das tangentes" todas graduadas em milésimos. São as usadas em cálculos trigonométricos.

c) Cursor :

É um auxiliar para a leitura e manejo da régua. Compõe-se de duas barras e um vidro, em cuja face inferior existe um retículo vertical.

3. Cálculos aritméticos

A escala básica da régua é a escala D, ela dividida em nove partes principais numeradas : 1000, 2000, 9000 e 10000. Cada uma dessas referências representa o primeiro algarismo de um número. Assim, 3000 representa 3,30, 300 ou 0,003, etc. As referências 1000 e 10000 são conhecidas como índice esquerdo e direito da escala D.

O espaço entre duas referências principais é dividido em 10 partes por nove referências secundárias. Entre as referências principais 100 e 400 a referência secundária é numerada. Cada uma dessas referências secundárias representa o segundo algarismo de um número. Assim, a terceira referência secundária à direita da principal numerada 2000 representa 23000, 2300, 0,0023, etc. Finalmente o espaço entre duas referências secundárias é dividida em referências terciárias, com as quais se obtém o terceiro algarismo de um número. O número dessas referências terciárias varia ao longo da escala. De 1000 a 2000 tem 10 divisões. De 2000 a 4000 tem cinco divisões e de 4000 a 10000 tem duas divisões, tudo entre duas referências secundárias. Se as terceira e quarta referências secundárias à direita da principal numerada 2000 são consideradas como 230 e 240, os números 232, 234, 236 e 238 são formados associando-se ao 230 as quatro referências terciárias existentes entre 230 e 240.

Da mesma forma, a referência terciária entre as terceira e quarta secundárias à direita da principal 5000 é associada a esta para formar o número 535. Depois das referências terciárias as leituras são feitas por estimativa. Para isto é necessário grande prática.

A escala C, colocada na parte inferior da corredeira e de cada lado, é idêntica à escala D, exceto na numeração. As suas graduações são de 100 a 1000 em vez de 1000 a 10000. Por conveniência os zeros das graduações são deixados para futuras referências nestas escalas. Assim 200 na escala C, ou 2000 na D, representa simplesmente 2.

Chama-se de opostas ou em oposição duas referências cobertas pelo retículo do cursor, sem se mover a corredeira.

a) Multiplicação :

Usando-se as escalas C e D, ela é feita do seguinte modo :

- (1) Levar o retículo do cursor para um dos fatores da escala D.
- (2) Levar um dos índices da escala C, para sob o retículo do cursor.
- (3) Levar o retículo do cursor para o outro fator, na escala C.
- (4) Ler o produto na escala D, sob o retículo do cursor.
- (5) Índice a usar.

Multiplica-se os dois primeiros algarismos dos fatores. Se o produto for menor que 10 o índice a usar será o inicial da escala "C". Se o produto for maior que 10 o índice será o final da referida escala.

Exemplo :

23×36 — usaremos o índice inicial porque 2×3 é menor que 10 ;

$0,56 \times 0,008$ — usaremos o índice final porque 5×8 é maior que 10.

(6) Número de algarismos do produto.

Sempre que usar o índice inicial quer na escala direta quer na inversa, o número de algarismos do produto será igual à soma dos algarismos dos fatores menos 1 (— 1).

Assim no produto :

$0,034 \times 24700$ o número de algarismos do produto será :
menos 1 mais 5 menos 1 ou mais 3, então teremos 844 ;

quando se usar o índice final será :

m mais n , isto é, soma dos algarismos dos fatores.

Assim no produto de :

$47,9 \times 64,3$ teremos 2 mais 2 ou 4 algarismos, sendo 3080.

NOTA — Um zero (0) à direita da vírgula será considerado — 1 ; dois zeros — 2 e assim por diante.

b) Divisão :

- (1) Levar o retículo do cursor para o dividendo na escala D.
- (2) Colocar o divisor na escala C, sob o retículo do cursor.
- (3) Ler o quociente na escala D, oposto ao índice da escala C.

A escala recíproca C1, colocada sobre a escala C, em uma das faces da correção é igual às escalas C e D, porém graduada da direita para a esquerda. Os números estão impressos em vermelho para lembrar ao operador que a leitura é feita da direita para a esquerda.

O recíproco de um número é obtido dividindo-se 1 por esse número. Assim o recíproco de 2 é $1/2$; o de $3/2$ é $2/3$ e o recíproco de 4 é $1/4$ ou 0,25.

O recíproco de qualquer número é lido na escala C1 em oposição ao número na escala C.

(4) Índice a usar :

- se o dividendo for maior que o divisor será lido sob o índice inicial da escala "C" ;
- se o dividendo for menor que o divisor o quociente será lido sob o índice final da referida escala.

(5) Número de algarismos do quociente :

Se a leitura for sob o índice, o número de algarismos do quociente será : m menos n mais 1.

Assim em $856/5,47$ o número de algarismos será : $3 - 1$ mais 1 ou 3, então será 156,5.

Se for o índice final será $m - n$.

Assim em $5,47/856$ será $1 - 3$ ou -2 , então será 0,00639.

c) Multiplicação usando a escala C1 :

O produto de dois números pode ser determinado dividindo-se um dos números pelo recíproco do outro, usando-se as escalas C1 e D. Assim para se multiplicar 12 por 3, pode-se dividir 12 por $1/3$, logo :

- (1) levar o retículo do cursor para um dos fatores, na escala D ;
- (2) colocar o outro fator, na escala C1, sob o retículo do cursor ;
- (3) ler o produto, na escala D, em oposição ao índice da escala C.

d) Divisão usando a escala C1 :

A divisão pode ser feita multiplicando-se o dividendo pelo recíproco do divisor. Essa operação é conveniente quando se quer dividir um determinado quociente por um produto qualquer. Assim :

- (1) levar o retículo do cursor para o dividendo, na escala D ;
- (2) levar um dos índices (esquerdo ou direito) da escala sob o índice do cursor ;
- (3) levar o retículo do cursor para o divisor na escala C1 ;
- (4) ler o quociente da escala D, sob o retículo do cursor.

A escala A, colocada em baixo de D, é constituída por duas escalas exatamente semelhantes : a A esquerda e a A direita, começando uma onde a outra termina. Estas escalas são semelhantes à escala D, exceto que elas são a metade dela e as graduações terciárias são espaçadas dife-

rentemente. A escala A é usada para, quando o retículo do cursor estiver sobre um número da escala D, achar o seu quadrado na escala A. A escala A é usada com a escala D para a determinação de quadrados e raízes quadradas.

e) Quadrado :

O quadrado de um número pode ser determinado pela multiplicação, usando-se as escalas C e D ou, diretamente, pelas escalas A e D. Pelas escalas A e D, leva-se o retículo do cursor para o número na escala D e lê-se o resultado na escala A, sob o retículo do cursor.

(1) Número de algarismos :

Se usarmos a escala da esquerda o número de algarismos do quadrado será : m mais $n - 1$ ou $2m - 1$.

Se usarmos a escala da direita o número de algarismos será : m mais n ou $2m$.

Exemplo :

$(0,02)^2$ o número de algarismos será :

$$2(-) - 1 = -2 - 1 = -3 \text{ ou } 0,0004$$

f) Raiz quadrada :

A raiz quadrada de um número é melhor determinada usando-se as escalas A e D. O primeiro é dividir o número em grupo de dois algarismos a partir da vírgula. Se o número é maior que um, o número de casas na raiz é igual ao número de grupos. Se o número é menor que um, há tantos zeros entre a vírgula e o primeiro número significativo quantos são os grupos de duplos zeros. Determinar a maior raiz quadrada que se pode extrair do último grupo da esquerda que contém algarismos significativos. Este é o primeiro algarismo da raiz quadrada desejada.

Para se determinar a raiz quadrada, pelas escalas A e D, levar o retículo do cursor sobre o número da escala A e, sob o mesmo retículo, ler a raiz quadrada, na escala D. Se o grupo da esquerda contém apenas um algarismo, o retículo do cursor deve ser levado para a escala A esquerda. Se tiver dois deverá ser levado para a escala A direita.

(1) Escala a utilizar :

Usaremos a escala da direita se o número de algarismos à esquerda da vírgula for par ou se o número de zeros à direita da vírgula também for par.

Usaremos a escala da esquerda se tivermos número ímpar de algarismos à esquerda da vírgula ou número ímpar de zeros à direita da vírgula.

(2) Número de algarismos da raiz :

Se o número for maior que a unidade, divide-se a parte inteira em grupos de dois algarismos a partir da vírgula e teremos na raiz tantos algarismos quantos forem os grupos divididos.

Se o número for menor que a unidade, divide-se a parte fracionária em grupos de dois algarismos a partir da vírgula para a direita e a raiz terá tantos zeros quantos forem os grupos completos de zeros do número.

Exemplo :

$\sqrt{15}$ — será na escala da direita e terá um algarismo ;

$\sqrt{928}$ — será na escala da esquerda e terá dois algarismos ;

$\sqrt{0,0851}$ — será na escala da esquerda e não terá zeros na raiz porque não há grupo completo de zeros ;

$\sqrt{0,00482}$ — será na escala da direita e terá um zero na raiz.

g) Proporção :

A razão de dois números pode ser escrita como uma fração.

A igualdade de duas ou mais razões é chamada proporção assim :

$$2/3 = 6/9$$

$$x/5 = 7/11$$

Se o numerador de uma das razões for colocado na escala C, em oposição ao denominador da mesma razão na escala D, o numerador de qualquer outra razão da proporção deverá ser encontrado na escala C em oposição ao denominador dessa razão, na escala D. Se o número sair da escala, levar o índice do cursor para um dos índices C e, em seguida, levar o outro índice C para sob o retículo do cursor.

Indicar a proporção e efetuar primeiro a divisão.

(1) Números de algarismos do resultado.

Efetuada as operações conforme número (1), se todas elas forem feitas sem se mover a correção, o número de algarismos será igual à diferença entre a soma dos algarismos do numerador para o número de algarismos do denominador. Assim $x/2 :: 9/5$ teremos 1 mais 1 — 1 ou mais 1. Se após a divisão precisarmos trocar o índice final pelo inicial ou vice-versa, devemos àquele resultado, como o indicado acima, ainda, subtrair 1 ou somar 1, respectivamente, isto é :

- mais 1 para cada substituição do índice inicial pelo final ;
- menos 1 pela substituição do índice final pelo inicial.

h) Proporções especiais :

(1) Para converter metros em jardas, utilizar a referência M/jd existente na guia superior da régua. Esta referência equivale a 0,9144, fração do metro igual a uma jarda, na escala D.

Opera-se como se segue :

- (a) colocar em posição a M/jd o índice C ;
- (b) levar o retículo do cursor sobre o valor de metros na escala D ;
- (c) sob o retículo do cursor ler as jardas na escala C.

(2) Para converter graus em milésimos, utiliza-se a referência o/Mil, existente na guia superior da régua. Esta referência equivale a 0,056, fração do grau igual a um milésimo na escala D.

Opera-se como se segue :

- (a) converter os minutos em fração decimal do grau ;
- (b) levar o índice C para a referência o/Mil ;
- (c) levar o retículo do cursor para o valor em graus, na escala D ;
- (d) ler o valor em milésimos, na escala C, sob o retículo do cursor.

NOTA — Ângulos maiores que $2^{\circ} 30'$ podem ser transformados fácil e diretamente, levando-se o retículo para o valor em graus nas escalas do ângulo do vértice ou do ângulo oposto e ler, sob o mesmo retículo, nas mesmas escalas, o valor em milésimos.

4. Cálculos trigonométricos

a) Escalas dos senos, senos-tangentes e tangentes :

Os números nessas escalas representam ângulos. Para se levar o retículo do cursor para um ângulo, nessas escalas é necessário determinar o valor dos ângulos representados pelas subdivisões em várias posições destas escalas, do mesmo modo que se estudou na D.

(1) Escalas dos senos :

Esta escala representa os senos dos ângulos de $100''$ a $16''$ e co-senos dos ângulos $0''$ a $1500''$. Quando o retículo do cursor é levado para um número preto (ângulo) na escala dos senos, o seno do ângulo é lido, sob o mesmo índice na escala C, ou quando em coincidência os índices C e D, na escala D. Quando o retículo do cursor é levado sobre um número vermelho (ângulo) na escala dos senos, o coseno deste ângulo pode ser lido na escala C ou, quando em oposição os índices C e D, na escala D, sob o retículo do cursor.

(2) Escalas dos senos-tangentes :

Esta escala representa os senos dos ângulos de $10''$ a $105''$. Quando o retículo do cursor é levado para um número (ângulo) na escala seno-tangente, o seno do ângulo pode ser lido, sob o retículo do cursor na escala C. Como para ângulos menores que $100''$ a tangente é aproximadamente igual ao seno, a escala seno-tangente pode também ser usada para determinar a tangente de um ângulo. Daí o nome sen-tg.

(3) Escalas das tangentes :

A escala das tangentes representa as tangentes dos ângulos de $100''$ a $800''$ e as co-tangentes os ângulos de $800''$ a $1500''$. Quando o retículo do cursor é levado para um número preto (ângulo) na escala das tangentes, a tangente do ângulo pode ser lida, sob o mesmo retículo, na escala C. Para os ângulos maiores de $800''$ quando o retículo do cursor é levado a um número vermelho (ângulo) na escala das tangentes a co-tangente deste ângulo pode ser lida na escala C. A tangente é recíproca da cotangente ($\text{tg.} a = 1/\text{cotg.} a$). A tangente de um ângulo maior de $800''$ pode ser lida diretamente levando-se o retículo do cursor para um dos índices da escala D e levando o valor do ângulo, em números vermelhos, na escala das tangentes, para sob o retículo do cursor, ler o valor da tangente na escala D em coincidência com o índice C. Para ângulos menores que $100''$ ou maiores que $1500''$ usar a escala dos senos-tangentes.

b) Funções naturais — Arcos :

Precisamos recordar que :

$$\text{Tg } a = \frac{1}{\text{cotg } a}$$

$$\cos a = \sin (1600 - a)$$

$$\text{tg } a = \text{cotg } (1600 - a)$$

Igualmente precisamos conhecer as variações das funções quanto à parte inteira de seus valores naturais. Assim teremos:

Seno :	0''' a 10'''	0,001 a 0,01
	10''' a 100'''	0,01 a 0,1
	100''' a 1600'''	0,1 a 1
Coseno :	0''' a 1500'''	1 a 0,1
	1500''' a 1590'''	0,1 a 0,01
	1590''' a 1600'''	0,01 a 0,001
Tangente :	0''' a 10'''	0,001 a 0,01
	10''' a 100'''	0,01 a 0,1
	100''' a 800'''	0,1 a 1
	800''' a 1500'''	1 a 10
	1500''' a 1590'''	10 a 100
	1590''' a 1599'''	100 em diante

Podemos observar agora na régua que muito facilmente guardaremos estes valores, pois de um modo geral são semelhantes, sendo que o coseno é igual ao seno do complemento. Então, se quisermos achar a tangente, seno ou coseno de determinado ângulo, o resultado terá tantos algarismos significativos (inteiros ou zeros) conforme o quadro antes mostrado.

Inversamente, se quisermos achar de um arco de tangente, seno ou coseno, iremos procurar na escala conveniente conforme a função e em face de seus algarismos significativos.

(1) Seno :

(a) Para os ângulos de 100''' a 1600''' encontramos diretamente na terceira escala da correição.

(b) Para ângulos compreendidos entre 10 e 100'', também, diretamente encontramos na segunda escala da correição.

(c) Para ângulos entre 0 a 10'' devemos procurar na segunda escala usando o artifício de multiplicá-la por 10 (dez).

(2) Arco/Seno :

Para se achar o arco devemos considerar a parte inteira e o número de zeros após a vírgula :

(a) introduz-se os algarismos na escala C ;

(b) verifica-se qual a parte inteira ;

(c) em função desta parte inteira, lê-se o ângulo sob o retículo do cursor ;

(d) se fôr entre o 0,001 e 0,01 devemos dividir por 10 o ângulo lido.

(3) Coseno :

(a) Para ângulos compreendidos entre 0 e 1500''' entramos diretamente na escala do coseno (que cresce inversa ao seno).

(b) Para ângulos entre 1500 e 1590''' entramos na escala dos SEN-TG porém procurando o seno do complemento, isto é, $\cos a = \sin (1600 - a)$.

(c) Para ângulos entre 1590 e 1599''' encontramos nesta mesma escala porém multiplicando por 10 (dez).

(4) Arco/Coseno :

Para achar a linha natural, precisamos primeiro saber do ângulo, e conforme seu valor procurar a escala e nela introduzir o ângulo ou seu complemento e depois de lido o resultado abaixo do índice da escala C, colocar convenientemente a vírgula. Para se achar o arco devemos primeiro saber dos seus algarismos significativos, para saber qual a escala. Se for compreendido entre 0,1 e 0,01 devemos ler o arco na escala SEN-TG e depois achar o seu complemento, sendo o resultado o valor procurado. Se estiver compreendido entre 0,01 e 0,001 devemos dividir o valor do arco achado por 10 para depois tirar o complemento.

(5) Tangente :

(a) Para os ângulos de 0 a 10''' entramos na escala SEN-TG porém multiplicando o ângulo por 10.

(b) Para os ângulos de 10 a 100''' entramos diretamente na escala SEN-TG.

(c) Para os ângulos de 100 a 800''' entramos diretamente na escala de tangentes.

(d) Para os ângulos de 800 a 1500''' procuramos em função da co-tangente que é seu inverso. Para isso divide-se a unidade pelo valor da co-tangente. Assim colocamos o retículo sobre "1" na escala D, levamos a correção de modo a colocar o valor da co-tangente debaixo do retículo e então vamos ler o quociente sob o índice da escala C.

(e) Para ângulos entre 1500 a 1590''' toma-se o complemento, e portanto a co-tangente e iremos igualmente usar do mesmo artifício explicado acima, usando a escala SEN-TG.

(f) Para os ângulos entre 1590 e 1599''' usaremos a escala dos SEN-TG, tomando o complemento e multiplicando o ângulo por 10 para se poder entrar na escala.

(6) Arco/Tangente :

A expressão $\arctg 0,341$ significa um ângulo cuja tangente é 0,341. Se a tangente é menor que 1, o ângulo é menor que 800'''. Para se determinar um ângulo menor que 800''' quando a tangente é conhecida, colocar a tangente na escala C e ler o ângulo na escala das tangentes ou senos tangentes. Para tangentes entre 0,1 e 1 o ângulo é lido na escala dos senos-tangentes. Para tangentes entre 0,01 e 0,001 o ângulo é um décimo do valor lido na escala dos senos-tangentes. Se a tangente é maior que 1, o ângulo é maior que 800'''. Para se determinar um ângulo maior que 800''', quando a tangente é conhecida, colocar um dos índices da escala C oposta ao valor da tangente, na escala D; levar o retículo do cursor para o índice da escala D e, se a tangente estiver entre 1 e 10, ler o ângulo na graduação vermelha, na escala das tangentes, sob o retículo do cursor. Se a tangente estiver entre 10 e 100, subtrair o valor lido, na escala dos senos-tangentes de 1600'''. Se a tangente estiver entre 100 e 1000, subtrair de 1600''' um décimo do valor lido na escala dos senos-tangentes.

ARTILHARIA

MISSÕES DA ARTILHARIA

1. *Generalidades*

A Artilharia, por sua própria organização, não pode agir independentemente; ao contrário, a sua ação deve estar sempre ligada a uma outra arma (Inf, Cav, Bld) que, lhe oferecendo certas condições de segurança exigirá, em troca, a presença dos seus fogos sobre os alvos que mais lhe possam prejudicar o cumprimento da missão.

Esses alvos, logicamente, se distribuirão no terreno não só em largura como em profundidade e pela sua natureza ou localização exigirão conseqüentemente materiais adequados à sua neutralização ou destruição.

2. *Missão geral da Artilharia*

Condensando o que foi dito acima podemos expressar como missão geral de Artilharia:

— apoiar pelo fogo as unidades de Infantaria, Cavalaria ou Blindadas, neutralizando ou destruindo os alvos mais perigosos para a arma apoiada;

— dar profundidade ao combate com fogos de contrabateria e de isolamento, tendo em vista, respectivamente, obter e manter a supremacia sobre a Artilharia inimiga e restringir os movimentos nas áreas de retaguarda, desarticulando reservas, órgãos de comando e instalações de serviço do inimigo.

Dai podemos perfeitamente distinguir dois modos de agir da Artilharia; um exige uma atuação mais íntima, mais ligada à arma básica, outra mais afastada, mais longínqua, mais profunda nas linhas inimigas, interessando mais propriamente ao conjunto.

3. *Missões táticas*

Tendo em vista o parágrafo anterior podemos distinguir missões distintas que podem ser atribuídas às unidades de Artilharia:

— Apoio Direto (Ap Dto);

— Ação de Conjunto (Aç Cj);

— Reforço de Fogos (Ref Fogos);

podendo ser feita uma combinação entre as duas últimas, surgindo, então, a missão de Ação de Conjunto e Reforço de Fogos (Aç Cj — Ref Fogos).

As responsabilidades principais e específicas de uma unidade de Artilharia que as recebe estão perfeitamente definidas no C 6-101.

4. *Apoio Direto*

Missão dada a uma unidade de Artilharia que deve dar apoio pelo fogo diretamente em proveito de uma unidade de outra arma, tal como um RI, um RC, um GT Bld ou um Btl.

Na DI e na DAeT a missão de Ap Dto é atribuída, via de regra, ao Grupo leve orgânico de numeração correspondente ao RI; o mesmo acontece na DC e DB em relação às suas unidades básicas. Sempre que possível, u'a mesma unidade de Artilharia deve fazer o Ap Dto de u'a mesma unidade da arma apoiada, o que muito facilitará os entendimentos mútuos, o trabalho em equipe e o desenvolvimento das NGA comuns.

As unidades de Artilharia em Ap Dto não reforçam as unidades apoiadas, permanecem sob o comando do Cmt da Artilharia. Os seus fogos, no entanto, são manobrados pelos Cmts das unidades de Ap Dto em íntima coordenação com as unidades apoiadas, por forma a fornecer-lhes o máximo e mais eficiente apoio.

Por força da organização tática, os Grupos em Ap Dto tem sua direção de tiro descentralizada da AD; normalmente cabe aos Grupos com tal missão a direção do seu tiro. Quando, porém, a situação tática o exigir, poderá o Cmt da AD centralizar o tiro daqueles Grupos desde que o tiro da AD esteja organizado e que tenha o Cmt da AD delegação de atribuições do Cmt da Divisão para tal.

Em certas situações, o escalão superior não interfere na escolha das posições das unidades em Ap Dto, tendo em vista dar-lhes grande liberdade de ação, de forma que possam proporcionar o melhor apoio possível; entretanto, outras situações podem exigir que o escalão superior imponha as regiões de procura de posições.

Dentro do princípio de subordinação de comando, toda a vez em que a unidade de Ap Dto tiver que executar um deslocamento, o que normalmente é feito em coordenação com a unidade apoiada, deverá notificar o Cmt da AD, antes de iniciá-lo, quanto à hora e ao local da nova posição.

5. Ação de conjunto

É a missão atribuída às unidades de Artilharia (Grupos ou Agrupamentos) que permanecem sob o comando do Cmt da Artilharia da GU, o qual dirige seus tiros de modo a apoiar a manobra da GU como um todo.

É uma parcela ponderável de fogo, disponível pelo Cmt de uma Força, com a qual pode influir no curso do combate, seja reforçando em fogos a Art de Ap Dto, seja aprofundando a sua ação.

Se bem que a designação de posições e os deslocamentos sejam ordenados pelo escalão superior, os Cmts de unidades com esta missão devem estar preparados para fazer sugestões quanto aos locais a ocupar, como também quanto ao momento do início do deslocamento, no decurso do combate.

6. Reforço de fogos

Unidades de Artilharia recebem esta missão com a finalidade de fornecerem um poder adicional de fogo àquelas a que reforçam.

A missão de reforço de fogos é atribuída quando se faz mister que uma unidade (a reforçada) exerça a direção dos tiros de outra (em Reforço de Fogos) por imposição da dosagem mínima para atender às necessidades da unidade reforçada.

O Cmt da Artilharia da GU quando atribui missão de Reforço de Fogos às suas unidades mantém-nas centralizadas sob seu comando, porém, descentraliza em parte a sua direção de tiro.

Ao Grupo em Ref de Fogos é atribuída uma ZAç que deve abranger obrigatoriamente a ZAç da unidade reforçada e mais, se possível, uma faixa adicional, além dessa ZAç, que seja de importância vital para a manobra da GU; quando a manobra exigir, o Cmt da Art dirigirá o tiro daquela unidade, enquanto perdurar a situação de crise. Se os seus tiros estiverem sendo aplicados no momento pela unidade reforçada, somente o Cmt da GU poderá decidir a sua retirada, mesmo momentânea.

Normalmente as unidades com esta missão têm liberdade de escolha de posições em estreita coordenação com a unidade reforçada. A mesma coordenação é normal nos deslocamentos em combate, cabendo ao Grupo Ap Dto a responsabilidade de notificar o escalão superior do processo do deslocamento, da hora do início, de sua duração e do local da nova posição.

Tal como para o Ap Dto, certas situações impõem que o escalão superior interfira, impondo restrições e mesmo prescrevendo as próprias regiões de procura de posições.

7. Ação de conjunto e reforço de fogos

A uma unidade de Art em Aç Cj pode ser atribuída a missão secundária de reforçar os fogos de outra unidade da arma; neste caso, as intervenções relativas à missão de conjunto terão sempre prioridade.

A unidade com esta missão permanece sob o controle do escalão superior, estando, no entanto, em condições de atender diretamente aos pedidos de tiro da unidade a que reforça, desde que isto não interfira com o cumprimento de sua missão principal (Aç Cj).

8. Artilharia em reforço

É a situação da unidade de Artilharia que, dadas as necessidades ou as condições de apoio à determinada manobra, é posta pelo escalão superior à disposição de outra unidade sob o comando da qual permanece, cabendo a este fixar-lhe a missão.

No escalão Divisão, uma unidade de Artilharia poderá reforçar:

- uma unidade de outra arma (Inf, Cav, Bld), constituindo GT ou Dst;
- outra unidade de Artilharia, constituindo um Agrupamento-Grupo.

Quando uma unidade de Artilharia reforça uma outra de arma diferente, as suas responsabilidades em relação à unidade reforçada são as mesmas das unidades com a missão de Ap Dto, com as exceções consequentes da sua não subordinação ao escalão imediatamente superior de Artilharia, isto é, deve:

- ter como ZAç a da unidade reforçada ou a parte da ZAç que fôr determinada pela mesma unidade;

- observar na ZAç ou na parte desta que fôr determinada pela unidade reforçada; enviar OAv às companhias (ou elementos correspondentes) em primeiro escalão ou aos elementos especificados pela unidade reforçada;

- estabelecer comunicações com a unidade que reforça;

- atender pedidos de tiro, por prioridade:

- Unidade reforçada;

- seus próprios observadores;

- deslocar-se à ordem da unidade que reforça.

Quando é desejável que um Grupo de Artilharia exerça sobre outro uma ação de controle superior àquela que existiria no caso do reforço de fogos, é constituído um Agrupamento-Grupo (Agpt-Gp).

O Agrupamento-Grupo, no escalão DI, é raramente empregado nas operações centralizadas, mas se impõe, seja na ofensiva, seja defensiva, quando a extensão das frentes ou a situação conduzirem o Cmt da GU a descentralizar o seu comando; quando, em tais situações, o comando julgar necessário, como dosagem mínima, mais de um Grupo para o apoio a um RI, o Agrupamento-Grupo será organizado e integrará o GT então constituído.

Neste caso haverá para a AD a descentralização do comando e da direção do tiro. O Cmt da AD, no entanto, mantém contato com seus

Grupos e prepara planos, tendo em vista, no momento oportuno, estabelecer a centralização de acordo com a manobra projetada pela DI.

O emprêgo centralizado do Agrupamento-Grupo com a missão de Ap Dto é comum na DB. O Grupo que normalmente fica em Ap Dto a um GT Bld é freqüentemente fortalecido pelo reforço de um ou mais Grupos orgânicos da Divisão. A formação do Agrupamento-Grupo nestas condições, dá ao Cmt do GT Bld um poder de fogo adicional e o possibilita a tratar somente com um Cmt de Artilharia. Aos Grupos do Agpt-Gp podem ser atribuídas missões independentes de apoio, enquanto que o Agpt-Gp, como um todo, permanece em Ap Dto ao GT Bld; por exemplo, em GT Bld, constituído de dois ou mais Btl reforçados, apoiado por um Agpt-Gp, com a missão de Ap Dto e constituído de dois Gp, a cada Gp pode ser atribuído, pelo Cmt do Agpt-Gp, a missão de apoiar a ação de cada um dos Btl reforçados. Cada Gp estabelece ligação com o Btl reforçado que apóia e o Cmt do Agpt-Gp estabelece ligação com o Btl Ref que apóia e com o Cmt do GT Bld.

Normalmente os Agpt-Gp são constituídos por dois Gp, e, excepcionalmente, o poderão ser por três.

O Cmt do Agpt-Gp é o Cmt do Gp orgânico da GU quando a formação inclui outros Gp da Reserva Geral ou é o Cmt do Gp que habitualmente apóia uma determinada unidade de outra arma, quando a sua constituição é feita com dois ou mais Gp orgânicos da Divisão.

Quando, excepcionalmente, for formado por dois Gp da Reserva Geral, o Cmt do Agpt-Gp será o Cmt de Gp mais antigo.

Em circunstâncias excepcionais podem ser constituídos Agpt-Gp para executar missões de Aç Cj; isso se dá quando for necessário grupar dois ou mais Grupos de Aç Cj e não se dispuser de um Comando de Agrupamento.

9. Zona de Ação

a) Generalidades :

Zona de Ação (ZAç) de uma unidade de Artilharia é a faixa do terreno onde a unidade deve estar em condições de atirar. É definida, geralmente, pelos seus limites laterais e pelo limite longo de alcance útil, podendo, em certos casos, incluir o limite curto de atuação.

Os limites devem ser designados por linhas ou pontos de referência.

Em certas situações podem ser estabelecidas, apenas, imposições gerais às unidades, as quais se refletem sobre a ZAç; é o caso, por exemplo, da fixação apenas da área de desdobramento do material, ou da designação da linha de limite curto ou longo de atuação ou da determinação de uma área onde aplicar a totalidade ou maioria dos meios.

A caracterização da ZAç de uma unidade deve levar em conta as possibilidades técnicas em direção e alcance do material.

Uma ZAç pode compreender :

— uma ZAç normal — onde a unidade deve estar em condições de atuar sem perda de tempo e que deverá estar dentro das possibilidades técnicas do material em direção e alcance ;

— uma ZAç eventual — onde a unidade poderá atuar, em regra, por determinação do escalão superior de Artilharia, a fim de atender a manobra da arma apoiada.

A ZAç eventual poderá estar dentro ou além das possibilidades técnicas em direção mas sempre estará dentro das possibilidades técnicas em alcance.

b) ZAç de um Gp ou Agpt-Gp de Ap Dto :

A ZAç de um Gp ou Agpt-Gp de Ap Dto, geralmente, coincide em largura com a ZAç da unidade apoiada, e caracteriza a faixa do terreno onde o seu Cmt terá normalmente a iniciativa de atirar.

Poder-lhe-á ser atribuída zona ou zonas de ação eventual para atender, seja o apoio à manobra do escalão superior, seja à manobra da própria unidade apoiada, podendo estar fora ou dentro da ZAç da unidade apoiada, desde que a ZAç da unidade apoiada exceda às possibilidades técnicas em direção do material de que é dotado o Gp.

Quando uma ZAç eventual é atribuída para atender ao apoio à manobra do escalão superior o Cmt da Artilharia deve levar em consideração que u'a mudança de frente nas posições, que atendem à ZAç normal, acarreta atraso no apoio, variável em duração, dependendo particularmente da amplitude do deslocamento e das condições do terreno.

Quando a ZAç da unidade apoiada é mais larga que as possibilidades técnicas do material do Gp, competirá ao Cmt da unidade estabelecer para o Cmt do Gp qual a faixa em que deseja a sua atuação normal e a região de atuação eventual, devendo o Cmt do Gp alertá-lo para as deficiências no apoio provocadas pela necessidade de mudanças de frente.

Quando a unidade apoiada dispõe de um Agpt-Gp poderá pedir a superposição das ZAç dos Gp ou distribuí-las para bater toda a frente da sua unidade.

Normalmente a ZAç das Bias é a mesma do Gp. Quando o Gp tiver necessidade de descentralizar a direção de tiro de suas Bias, deverá fixar as faixas onde elas deverão ter a iniciativa do tiro.

c) ZAç do Gp de Ref Fogos :

A ZAç normal do Gp de Ref Fogos deve englobar a ZAç normal da unidade reforçada.

Poderá também receber ZAç eventual, tal como o Gp de Ap Dto.

O Gp de Ref Fogos não tem iniciativa de tiro, os fogos de reforço são dirigidos pelo Gp reforçado e os fogos em proveito do conjunto da GU serão dirigidos pela C Tir da Art dessa GU.

d) ZAç do Gp de Aç Cj :

A ZAç normal do Gp de Aç Cj será toda a ZAç da GU ou parte dela, como fôr determinado. Em regra, em face da largura da frente da GU, compreende a faixa do terreno coberta pela integral capacidade técnica do material.

Podem ser prescritas ZAç eventual, além das possibilidades técnicas do material, considerando, no entanto, que materiais pesados e muito pesados exigem tempo, muitas vezes considerável, para mudança de frente e mesmo para o simples conteiramento, sem mudanças de frente.

As ZAç normal das unidades de Aç Cj freqüentemente serão superpostas nas áreas mais importantes para a manobra da GU. Isso não trará embaraços à execução dos tiros, pois aquelas unidades não têm, normalmente, iniciativa de atirar, isto é, têm o seu tiro dirigido pela C Tir do escalão superior de Artilharia e quando fôr mister dar a iniciativa de atirar a esses Gp, o escalão superior de Artilharia limitará faixas do terreno para tal fim.

Os alvos assinalados pelos observadores das unidades de Aç Cj, quando com a iniciativa do tiro, devem ser verificados com o escalão

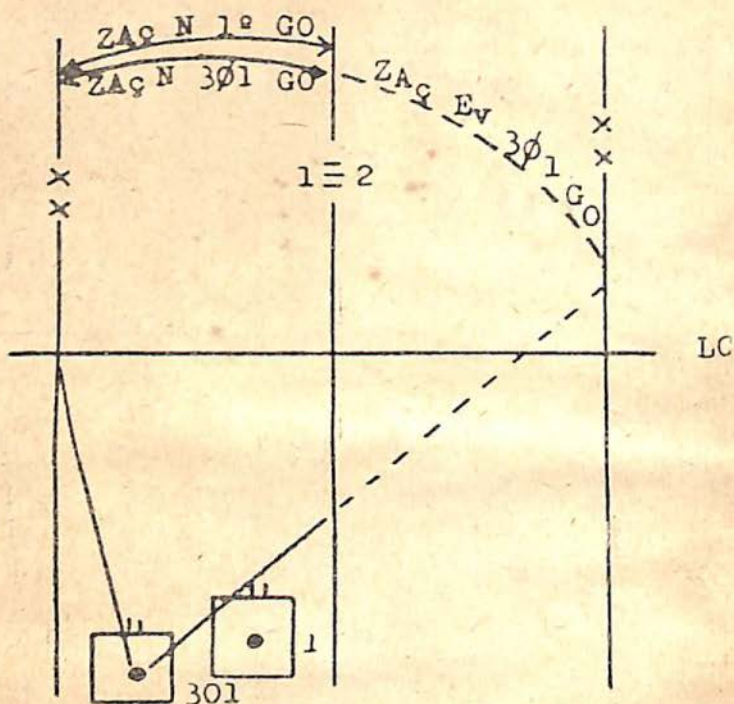


Fig. 1 — ZAç de um Gp Ref Fogos

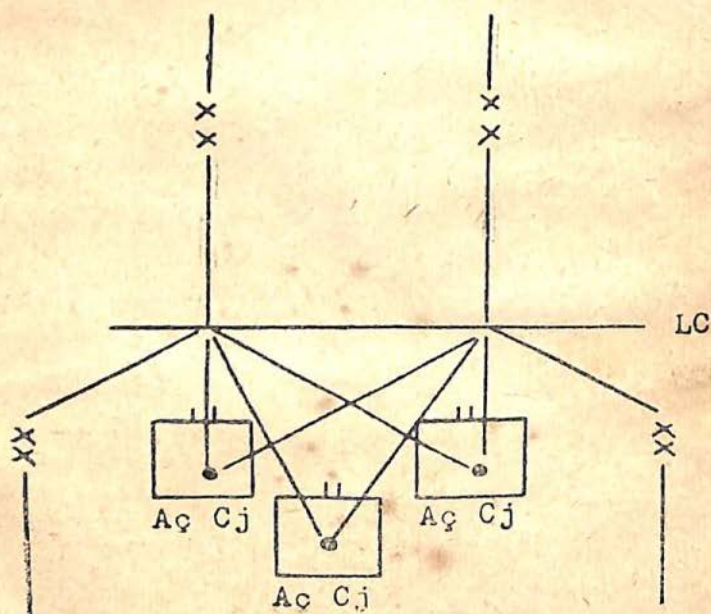


Fig. 2 — ZAç dos Gp Aç Cj coincidentes com a ZAç da DI

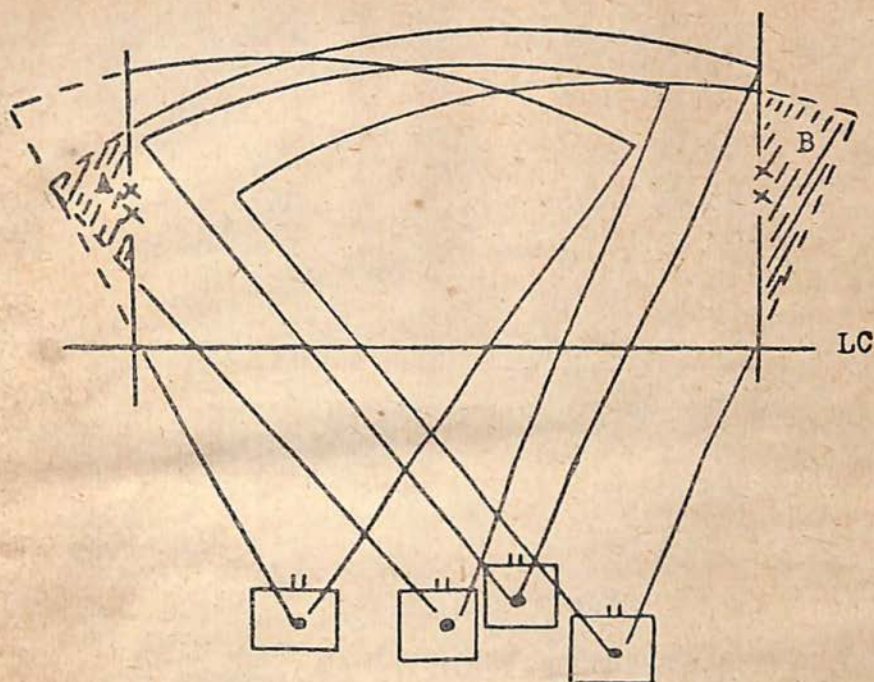


Fig. 3 — Distribuição de ZAC aos Gp Aq Cj estando a AD em condições de atuar com 2 Gp na região A e com 1 Gp na região B

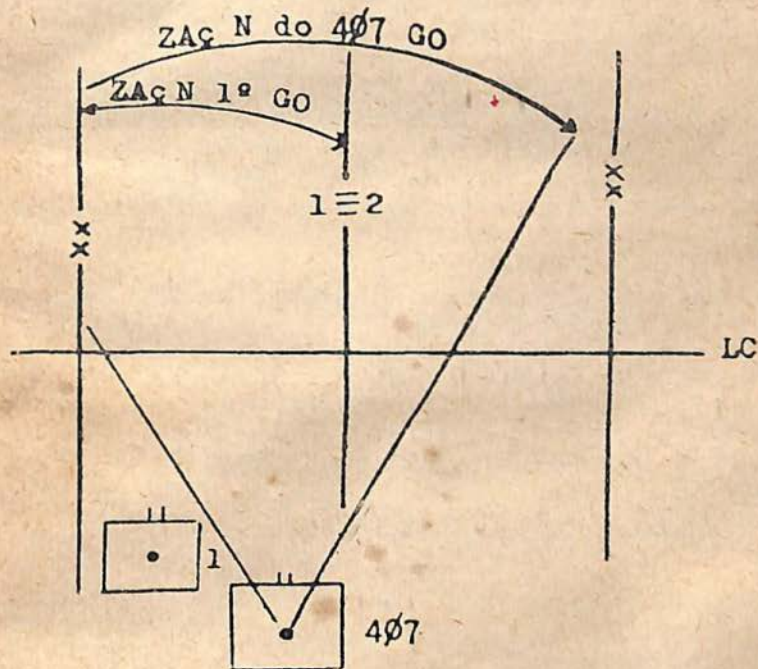


Fig. 4 — ZAC N de um Gp Aq Cj Ref Fogos

superior de Artilharia ou com o Gp Dto interessado, antes que o tiro seja desencadeado, podendo ser dispensável tal entendimento quando estiverem situados além de uma linha de segurança de apoio de Artilharia (LSAA) atualizada.

e) ZAç do Gp de Aç Cj e Ref Fogos :

A ZAç normal de um Gp de Aç Cj e Ref Fogos é a ZAç da GU ou parte dela, conforme fôr determinado, estando nesta parte incluída toda ou, pelo menos, a parte de maior interesse da ZAç da unidade reforçada.

10. *Coordenação em profundidade*

Ao se estabelecer e distribuir missões aos Gp de Artilharia, isto é, ao *organizar a Artilharia para o combate*, o maior cuidado deve ser levado em conta na definição precisa das responsabilidades de cada Gp, não só em direção como em profundidade; em direção, conforme já foi acentuado, essa responsabilidade é traduzida pela ZAç do elemento apoiado; em profundidade, um dos elementos a se levar em consideração é o alcance do material e o outro será a situação no terreno dos elementos mais avançados da tropa apoiada.

Para evitar que os tiros da nossa Artilharia atinjam as tropas amigas é necessária pelo emprêgo de Observadores avançados e pelo estabelecimento de uma Linha de Segurança de Apoio de Artilharia (LSAA).

A aplicação dos tiros das unidades de Artilharia é restrita à sua ZAç normal, sendo necessário coordenar com as unidades vizinhas para atirar fora daquela ZAç; essa coordenação é, normalmente, desnecessária quando uma LSAA está estabelecida e atualizada.

A LSAA é uma linha materializada na carta e na prancheta de tiro, tendo em vista a segurança das tropas amigas.

Quaisquer armas de apoio que não sejam as orgânicas ou de refôrço da unidade apoiada e a Art Ap Dto somente poderão atirar aquém da LSAA quando a pedido ou com autorização do comandante do Gp Ap Dto que atua na zona onde os tiros deverão ser aplicados.

A Art Ap Dto pode atirar aquém da LSAA em sua ZAç normal quando solicitado pela unidade apoiada, mas deve coordenar com as unidades vizinhas antes de executar missões de tiro próximas dos limites da unidade apoiada e aquém da LSAA.

Cada unidade de primeiro escalão designa uma LSAA para limitar a proximidade dos fogos da Art do escalão superior e de apoio às unidades vizinhas.

A localização da LSAA é, normalmente, estabelecida pela AD dentro da ZAç da Divisão, baseada em informações recebidas dos comandantes dos Gp Ap Dto. O Cmt da AD difunde a localização da LSAA para todas as unidades da AD e para o Cmdo da ACEX que as difunde pelas outras AD e pelas unidades da ACEX.

As Centrais de Tiro devem procurar informar-se freqüentemente sobre possíveis mudanças na LSAA, a fim de figurá-la em sua prancheta de tiro.

A LSAA pode ser transmitida, seja por calco, seja por meio de coordenadas. Seu traçado deve ser o mais próximo possível da linha de frente, mas essa proximidade ficará na dependência da precisão com que podem ser localizadas as posições dos elementos da primeira linha e da rapidez com que a situação evolui.



N. 3-59

Coordenador Major OCTAVIO TOSTA

I — COMENTÁRIOS DIVERSOS

MOSTRAREMOS hoje o tratamento dado às provas dos candidatos à **CECEME** a partir do momento em que as mesmas são entregues às Comissões Regionais, até a publicação dos resultados do Concurso no Boletim do Estado-Maior do Exército.

O **CANDIDATO** ao terminar a prova entrega-a, juntamente com o cartão de identificação (que vai num envelope pardo) e todo o material recebido (questões, mata-borrão, rascunhos, etc.), a um dos membros da Comissão Regional. Este, verifica a documentação, fecha com cola o envelope do cartão de identificação e grampeia-o à prova, diante do candidato. A Comissão Regional, após o término dos trabalhos dos candidatos, reúne as provas em uma ordem qualquer e numera-as, dando a cada envelope grampeado o número da prova correspondente. Terminado esse trabalho, as provas são postas em envelope que depois de lacrado é entregue ao Presidente da Comissão.

DEPOIS que são apresentadas tôdas as provas das diversas Regiões, o Secretário da Comissão reúne-as por matéria e após misturá-las bem procede à numeração (à máquina) das provas e envelopes respectivos. Cada matéria recebe uma numeração arbitrária. Por exemplo: as provas de História podem ser numeradas de 1 a 150, as de Inglês de 151 a 200, etc.

APÓS esse trabalho, o Secretário coloca as provas das diferentes matérias em envelopes e entrega-as aos membros das Subcomissões respectivas. Compete a estas o primeiro **JULGAMENTO DAS PROVAS**.

AS SUBCOMISSÕES ao entregarem ao Presidente da Comissão as propostas de questões apresentam, também, uma proposta de solução. Para a questão aprovada é feito um gabarito provisório.

ANTES de ser iniciado o julgamento das provas os membros das Subcomissões verificam, pela leitura de umas 20 ou 30 provas, como os candidatos interpretaram as questões. Após essa leitura são feitas as modificações (se fôr o caso) no gabarito provisório e é preparada uma *fôlha de correção* com a qual vai ser feito o julgamento das provas.

PASSEMOS agora a um exemplo :

QUESTÃO PROPOSTA

Considerando-se como material estratégico todo aquêlê que, essencial à Defesa Nacional, terá que ser obtido, total ou parcialmente, fora do nosso território, caracterizar :

- os minerais estratégicos, do ponto de vista brasileiro existentes nos países hispano-sul-americanos ;
- as regiões de sua localização.

Antes de mostrarmos como é feita a correção, faremos algumas considerações sôbre a solução dos pedidos.

* *

Desde 16 Mai 1952 está em vigor uma conceituação de *material estratégico* proposta pelo EMFA e aprovada pelo Presidente da República.

Segundo essa conceituação :

- *materiais essenciais* são as matérias-primas e produtos necessários ao esforço de guerra das Forças Armadas, da indústria bélica e da população civil ;
- *materiais estratégicos* são materiais essenciais que, não existindo no território nacional de um Estado, ou existindo em quantidade insuficiente, devem ser importados total ou parcialmente ;
- *materiais críticos* são materiais essenciais difíceis de conseguir em virtude da escassez de sua produção mundial, ou porque circunstâncias especiais dificultam sua aquisição, exigindo certas medidas para garantir seu oportuno abastecimento em quantidade e qualidade adequadas, de modo a tornar possível sua estocagem prévia e sua conservação e distribuição.

Segundo o Dr. Luciano Jacques de Moraes, Engenheiro de Minas do Departamento Nacional de Produção Mineral são *materiais estratégicos* para o Brasil os seguintes produtos minerais (Bol. Geo. n. 129/55):

I — Metais : cobre, zinco, chumbo, estanho, antimônio, mercúrio, vanádio, molibdeno, cádmio, prata, platina, magnésio, boro, tântalo, tungstênio e outros utilizáveis em menor escala.

II — Não metálicos : enxôfre, sais potássicos, azôto e nitratos, fluoreto e iôdo, asfalto e amianto.

III — Combustíveis : petróleo, gás natural, rochas oleígenas e carvão mineral.

* *

O Dr. Othon Leonardos eminente cientista nacional, em interessante artigo publicado na "Revista de Engenharia, Mineração e Metalurgia"

(1955) explica que "a questão dos minerais estratégicos assume para cada nação uma importância diferente, conforme seja ela industrializada ou não, seja principalmente importadora ou exportadora, faça ou não parte de uma comunidade".

"Para países subdesenvolvidos cuja economia se esteia na exportação de minérios, estes podem assumir o caráter estratégico, não obstante a sua abundância; é o caso do cobre do Chile; do estanho da Bolívia e da Malaia; do urânio do Congo Belga, etc."

No mesmo artigo o Dr. Othon apresenta uma tentativa de classificação de nossos bens minerais que compreende:

I — Minerais que temos em grande abundância e cuja exportação é aconselhada, mesmo no estado bruto, como fonte de divisas:

1. Minérios de ferro de Minas Gerais e Mato Grosso.
2. Minérios de manganês de Amapá e Urucum.
3. Magnesita do Ceará e Bahia (bruta ou calcinada à morte).
4. Barita da Bahia (Camamu).
5. Quartzo.
6. Mica moscovita.
7. Diamante (industrial e gema).
8. Pedras semipreciosas (topásio, citrina, ametista, água marinha).
9. Zircônia (subproduto da extração da monazita).
10. Xilita do Nordeste.
11. Bauxita.
12. Agalmatólito de Minas Gerais.
13. Pedras decorativas.

II — Minerais que possuímos em abundância mas para os quais não há facilidade de exportação, no estado natural, seja pelo baixo valor dos mesmos, seja pelo alto valor dos fretes:

1. Feldspatos.
2. Argilas refratárias.
3. Calcário.
4. Dolomita.
5. Gesso (Maranhão, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte).
6. Quartzo comum.
7. Areia de quartzo para vidro.
8. Pedras de construção.
9. Apatita (Araxá) e fosforita (Olinda).
10. Salgema (Sergipe e Alagoas).
11. Garnierita de Goiás.
12. Topázio comum.

III — Minerais que aqui existem em relativa abundância, mas que, por serem escassos noutros países, deveríamos exportar beneficiados ou industrializados:

1. Berilo metálico e óxido de berilo (do berilo).
2. Terras raras (da monazita).
3. Níquel e ferro-níquel (da garnierita).
4. Colúmbio (da columbita).
5. Tântalo (da tantalita, djalmaita, etc.).

6. Óxido de zircônio (da badeleíta de Poços de Caldas).
7. Ferro-manganês (dos minérios de Minas Gerais).
8. Titânio, óxido de titânio (da ilmenita e do rutilo).
9. Sais de lítio (da amblygonita, espodumênio e lepidolita).

IV — *Minerais que possuímos em quantidades suficientes para as nossas necessidades próximo futuras, mas não tão fartas para que se incentive a exportação :*

1. Caulin.
2. Diatomita.
3. Amianto anfibólico.
4. Fluorita.
5. Granada.
6. Talco.
7. Cianita.
8. Corindon.
9. Grafita.
10. Vermiculita.
11. Estroncianita.
12. Cromita.
13. Cassiterita.
14. Arsênico.
15. Rutilo.

V — *Minerais cujas reservas conhecidas são insuficientes para as nossas necessidades e que, portanto, não devem ser exportadas :*

1. Petróleo.
2. Carvão siderúrgico.
3. Pirita e enxofre.
4. Crisotila.
5. Bentonita.
6. Minérios de cobre.
7. Minérios de zinco.
8. Minérios de chumbo.
9. Minérios de prata.
10. Minérios de bismuto.
11. Minérios de antimônio.
12. Sais de potássio.

VI — *Minerais e metais que praticamente não possuímos e que carecemos importar :*

1. Molibdênio.
2. Vanádio.
3. Urânio (?).
4. Rádio.
5. Mercúrio.
6. Cádmio.
7. Platina, ósmio, irídio e paládio.
8. Germânio e outros metais raros.

9. Iôdo.
10. Bromo.
11. Nitratos (enquanto não criarmos a indústria de nitrogênio do ar).
12. Boratos, ácido bórico.

VII — *Minerais, minérios e combustíveis que deveríamos importar no estado bruto para tratamento no país:*

1. Minério de cobre.
2. Minérios de zinco; minérios de chumbo e prata.
3. Pirita; cassiterita da Bolívia, enquanto a produção nacional não fôr suficiente para satisfazer às necessidades da Cia. Estanífera do Brasil.
6. Crisotila do Canadá e Rodésia.
7. Carvão metalúrgico.
8. Petróleo bruto.
9. Salitre do Chile.
10. Fosfatos do norte da África e Estados Unidos, enquanto a produção nacional não estiver suficientemente desenvolvida.

Para o Dr. Glycon de Paiva, os seguintes minerais importam fundamentalmente na solidez estrutural do edifício industrial de qualquer nação:

1. Cobre.
2. Ferro.
3. Carvão.
4. Petróleo.
5. Fertilizantes-enxôfre.
6. Calcários-Cal-Cimento.

Dêsses minerais podemos, em nosso estudo, excluir o ferro e os calcários-cal-cimento por não haver carência dos mesmos no Brasil.

* *

O COBRE é dos mais importantes metais não ferrosos. É utilizado principalmente na indústria de material elétrico. A proporção que o Brasil se industrializa aumenta o seu consumo de cobre. Em 1950 consumimos 23.000 toneladas. Atualmente devemos estar consumindo mais de 30.000 toneladas.

O CARVÃO é um dos elementos do trinômio siderúrgico. Os outros dois, minério de ferro e minério de manganês, são encontrados com fartura no Brasil. Já exploramos hulha de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Também há indícios de vastos depósitos de carvão mineral de boa qualidade no subsolo do Meio Norte e no Rio Xingu. Todavia, apesar de ocupar o Brasil o primeiro lugar na América Latina como produtor de hulha com 2.348.000 toneladas, ainda importamos grande quantidade de carvão mineral.

A pobreza atual de PETRÓLEO e de gás natural de nosso território constitui o aspecto mais sério da fragilidade estrutural de nossa indústria. Importamos, pelo menos, 75 % do petróleo e derivados que consumimos.

Relativamente aos minérios para química industrial, é muito sensível a pobreza de recursos brasileiros em ENXÔFRE metalóide atualmente escasso em todo o mundo, sujeito a um regime de racionamento internacional, e atualmente limitante das possibilidades de crescimento da indústria química no Brasil.

Além desses fundamentais convém citar o trinômio: ESTANHO, ZINCO e CHUMBO.

O ESTANHO tem aproximadamente as seguintes finalidades percentuais: folhas-de-flandres, 37%; soldas, 21%; bronze, 18%; metal anti-fricção, 10%; ligas de estanho, 5%; estanhagem, 3%; tipos de imprensa, 2%; bisnagas para cosméticos, 1%; barrinhas, 1%. Em 1937 o Brasil consumiu menos de 1.000 toneladas de estanho. Em 1956 consumiu mais de 2.000 toneladas. O consumo em 1960 deverá ultrapassar de 4.000 toneladas. Atualmente produzimos apenas 800 toneladas de cassiterita rica.

O ZINCO tem cerca de 50% do seu consumo na galvanização do ferro. Além disso, é muito utilizado na fundição de moldes metálicos e para preparar produtos de latão, lâminas de zinco e óxido de zinco. Grande parte das sucatas de cobre e chumbo é recuperada, todavia, recupera-se menos de 10% das sucatas de zinco. O Brasil consome cerca de 25.000 toneladas de zinco por ano. Atualmente importamos quase todo o zinco que consumimos. É possível que em futuro próximo, o Brasil possa produzir todo o metal de que necessita como aproveitamento do silicato de zinco que possuímos em quantidade.

O CHUMBO é um dos elementos essenciais nas indústrias automobilística, aeronáutica, ferroviária e naval. É também necessário aos modernos métodos de comunicação, ao raio X e ao rádio. Tem grande aplicação na energia atômica, em algumas indústrias químicas e derivadas, nas residências, etc. O consumo brasileiro de chumbo está aumentando rapidamente. Em 1956 produzimos umas 8.000 toneladas de chumbo das quais 4.500 foram de chumbo primário e o restante de sucata. Estima-se para 1960 uma produção de 15.000 toneladas de chumbo para um consumo de, pelo menos, 40.000 toneladas.

MOLIBDENO, TUNGSTÊNIO e VANÁDIO são condimentos metalúrgicos de grande importância.

MERCÚRIO, CÁDMIO e TÂNTALO, também chamados "metais menores" têm muitas aplicações industriais, principalmente como componentes de ligas. O MAGNÉSIO, metal leve, tem aplicações semelhantes.

ENXOFRE, SAIS POTÁSSICOS, AZÓTO e NITRATOS, fluorita e iodo têm largo emprego na indústria química.

Ainda não se conhecem, em nosso território, depósitos de valor econômico de ENXOFRE, SAIS POTÁSSICOS, NITRATOS, IODO, MERCÚRIO, VANÁDIO, MOLIBDENO e CÁDMIO.

Somos bem dotados de minérios de MAGNÉSIO, TITÂNIO, NIÓBIO, TUNGSTÊNIO, ZIRCÔNIO, BERILO e TÓRIO, todavia os minérios destes metais ainda não são industrializados entre nós para produção dos respectivos metais. A matéria-prima extraída é utilizada quase exclusivamente para fim de exportação.

* * *

Passemos agora às possibilidades dos países hispano-sul-americanos relativas aos minerais estratégicos para o Brasil:

As ocorrências de PETRÓLEO são grandes na faixa orogênica andina desde o lago Maracaibo até a Patagônia, sendo explorado nos seguintes países: VENEZUELA (região do lago Maracaibo), COLÔMBIA (região do vale do Magdalena), EQUADOR (região do litoral próximo dos limites com o Peru), PERU (região noroeste do Peru, quase nos limites com o Equador e bacia amazônica), CHILE (região da Terra do Fogo), BOLÍVIA (região do Departamento de Santa Cruz de la Sierra) e ARGENTINA (regiões de Comodoro Rivadavia, Salta e Jujui).

As ocorrências de CARVÃO, apesar de pouco numerosas e de não apresentarem grande valor econômico, são conhecidas nos seguintes países: VENEZUELA (região do litoral das Antilhas), COLÔMBIA (re-

gião de Medellín e arredores de Bogotá), PERU (região do Cêrro de Pasco) e CHILE (é o mais rico em carvão mineral — região do litoral não muito distante de Concepcion, no Sul).

O COBRE ocorre em abundância no CHILE — segundo produtor do mundo (regiões de Chuquicamata, Potrerillos e El Teniente, nas Províncias de Antofagasta, Atacama e O'Higgins — próximo a Santiago), BOLÍVIA (nos departamentos de Oruro, La Paz, Potosi e Cochabamba; a jazida de Corocoro em La Paz é responsável por quase toda a produção do país), PERU (jazidas de Morocho, Casa Plata e Jauli situadas na região de Cêrro Pasco), COLÔMBIA (as melhores jazidas estão situadas nos Departamentos de Madalena, Santander, Cundimarca e Antioquia) e VENEZUELA (região de Arca no Estado de Yaracuy). Em 1956 o CHILE produziu 433.000 toneladas, o PERU 43.000 e a BOLÍVIA 3.500.

O ENXÔFRE é encontrado na ARGENTINA, na BOLÍVIA, no CHILE e no PERU. Os nitratos são encontrados abundantemente no CHILE.

O ZINCO é produzido pela BOLÍVIA (13,6 mil toneladas em 1955), PERU (11,2 mil toneladas no mesmo ano) e ARGENTINA (3.000 toneladas também em 1955).

O CHUMBO é produzido pelo PERU (119.000 toneladas em 1954), ARGENTINA (28.000 toneladas no mesmo ano), BOLÍVIA (20.000 toneladas também em 1954) e CHILE (3.000 toneladas no ano referido).

A produção de concentrados de ESTANHO foi, em 1955, de 28.369 toneladas na BOLÍVIA e de 86 toneladas na ARGENTINA.

O ANTIMÔNIO é encontrado na BOLÍVIA; o MERCÚRIO no CHILE; o VANÁDIO no PERU; o MOLIBDENO no CHILE; a PRATA na ARGENTINA, BOLÍVIA, CHILE e PERU; a PLATINA na BOLÍVIA e COLÔMBIA; o BORO na ARGENTINA e no CHILE; e o TUNGSTÊNIO na ARGENTINA, BOLÍVIA, EQUADOR e PERU.

O iodo é encontrado com fartura no Chile.

Observação — O assunto está apresentado com maior desenvolvimento nas notas de aula do Clube Militar sobre "Petróleo na América do Sul" e "Aspectos Econômicos e Militares da Mineração na América do Sul" feitas pelo então Coronel João Punaro Bley.

* *

Vejamos agora um processo de julgamento:

Para a organização de um gabarito para a questão, vários elementos devem ser considerados:

- 1) os minerais estratégicos do ponto de vista brasileiro;
- 2) as regiões de sua localização;
- 3) os erros cometidos;
- 4) uma apreciação sobre a questão compreendendo:

A redação, a objetividade, o espírito de síntese, a capacidade de raciocínio, análise e de conclusão, o método e a organização do trabalho.

Os minerais estratégicos do ponto de vista brasileiro e encontrados nos países hispano-sul-americanos podem ser distribuídos (de acordo com a importância que têm para o nosso parque industrial e pela escassa produção do país) em três grupos:

- 1) petróleo, carvão;
- 2) enxôfre, fertilizantes (salitre, sais potássicos e azoto), cobre, estanho, chumbo e zinco;
- 3) antimônio, mercúrio, vanádio, molibdeno, prata, platina, boro, tungstênio e iodo.

O primeiro grupo apesar de abranger apenas dois minerais é o que tem maior valor no conjunto. Constitui assunto de um dos pontos do programa. Portanto, as regiões desses minerais devem ser bem conhecidas.

O segundo grupo compreende também minerais essenciais ao processo industrial de um país. Apesar de abranger maior número de minerais que o anterior, o grau atribuído ao grupo é, como vimos, inferior, o que acarretaria um menor valor para as respostas certas. Além disso, a precisão exigida na caracterização das "regiões de localização" poderia ser bem menor.

O terceiro grupo abarcando, por sua vez, bem maior número de minerais do que o anterior, apresenta maior relevo. Portanto, as suas respostas poderiam ter um valor menor e as exigências relativas à "região de localização" poderiam limitar-se quase à citação do país.

Poderiam ser considerados erros mais graves ou decorrentes de má interpretação da questão, por exemplo :

- citar materiais estratégicos não minerais, como borracha, etc. ;
- citar minerais estratégicos mas não sob o ponto de vista brasileiro, como ferro, manganês, etc.

* *

O julgamento das provas pode ser feito de várias maneiras, por exemplo :

- cada examinador corrige individualmente cada prova e depois os dois confrontam os resultados ;
- os dois membros da subcomissão examinam juntos cada prova, fazem o julgamento de cada questão e dão logo o grau correspondente ;
- um dos examinadores lê a prova e vai anotando nas margens da mesma as "idéias" certas em azul, os erros em vermelho e as respostas supérfluas em verde enquanto o outro examinador vai anotando na folha de correção os acertos e os erros. Depois de examinada cada questão é feita a troca ; o que estava lendo passa a anotar na folha de correção. Quando há divergência grande no grau, os dois tiram a dúvida em conjunto. O grau de apreciação da prova também é dado em conjunto ; é nesse momento que são levadas em consideração as anotações "verde" sobre a prova que podem ser interpretadas como falta de objetividade.

Finalmente, depois que é dado o grau de todas as provas os dois membros da subcomissão ordenam as mesmas em função do grau e fazem a "apreciação" de cada prova. Verificam, se a hierarquia dos graus corresponde ao real valor de cada prova. O importante é que a prova que recebe o grau 5,4, por exemplo, seja superior à que tirou 5,3 e inferior à de grau 5,5.

Após esse último exame, são colocados os graus nas provas com as rubricas dos membros da subcomissão. A partir desse momento os graus não são mais modificados.

Depois que as subcomissões terminam o seu trabalho o Secretário reúne as provas e sob a direção do Presidente da Comissão realiza a identificação das mesmas.

Em seguida, o Secretário calcula as médias e prepara a ata com todos os graus e resultados finais. Esta ata é assinada por todos os membros da Comissão.

O Chefe do Estado-Maior do Exército recebe do Presidente da Comissão a Ata de Exame e a apresenta ao Ministro da Guerra. Compete, finalmente, a esta Alta Autoridade a permissão para a publicação da relação dos aprovados em Boletim do Estado-Maior do Exército e a consequente matrícula dos mesmos na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

II — QUESTÕES DO CONCURSO DE 1958

(Continuação do número anterior)

A) OFICIAIS DAS ARMAS — GEOGRAFIA

PRIMEIRA QUESTÃO

Considerando-se como material estratégico todo aquele que, essencial à defesa nacional, terá que ser obtido, total ou parcialmente, fora do nosso território, caracterizar:

- os minerais estratégicos; do ponto de vista brasileiro, existentes nos países hispano-sul-americanos;
- as regiões de sua localização.

SEGUNDA QUESTÃO

Estudar, no quadro da circulação interna da América do Sul, as regiões de articulação rodoviária, ferroviária e fluvial existentes na nossa fronteira terrestre, caracterizando a sua influência nas relações políticas e econômicas continentais.

TERCEIRA QUESTÃO

Partindo de um estudo sumário das regiões Amazônica e Nordeste, no qual sejam apreciados os principais problemas regionais e a posição daquelas regiões com relação ao triângulo de poder econômico Rio-São Paulo-Belo Horizonte, mostrar a possível influência do deslocamento do centro político do Brasil para o Planalto Central, no fortalecimento da unidade nacional.

B) OFICIAIS MÉDICOS — ANTROPOGEOGRAFIA

PRIMEIRA QUESTÃO

Enumere e analise os principais fatores, favoráveis e desfavoráveis, à imigração japonesa no Brasil.

SEGUNDA QUESTÃO

Enumere e aprecie as principais contribuições do elemento negro à evolução social brasileira, sob os aspectos econômico e religioso.

TERCEIRA QUESTÃO

Enumere as diferentes atuações humanas que resultaram na incorporação da Amazônia ao território brasileiro.

C) OFICIAIS INTENDENTES — GEOGRAFIA ECONÔMICA

PRIMEIRA QUESTÃO

Analisar as possibilidades da indústria brasileira de produtos alimentares, com vistas à elaboração de tipos de rações de reserva, para consumo no Exército.

SEGUNDA QUESTÃO

A indústria de couros no Brasil. Sua importância na obtenção de material de intendência para o Exército. Apreciar as vantagens e desvantagens da instalação e manutenção, pelo Exército, de fábricas militares para produção de calçados.

TERCEIRA QUESTÃO

As ligações rodo e ferroviárias entre o Sul do país e a zona produtora do Rio e São Paulo. Suas deficiências atuais para o intercâmbio econômico e as medidas que estão sendo adotadas para saná-las.

D) OFICIAIS MÉDICOS-VETERINÁRIOS — HIGIENE VETERINÁRIA MILITAR E ZOOTÉCNICA

PRIMEIRA QUESTÃO

Uma tropa, com grande efetivo de animais, vai ser transportada por via férrea, num percurso de vários dias. O Sr., como Chefe do Serviço de Veterinária, que medidas higiênicas proporia para antes, durante e após a viagem?

SEGUNDA QUESTÃO

Estudar o problema da Inseminação Artificial, suas conseqüências econômicas para o Brasil e, em particular, para o Exército.

TERCEIRA QUESTÃO

Raiva: caracterização da doença, erradicação e combate.

III — INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

O "Suplemento Econômico e Comercial" (sexto caderno) do "Correio da Manhã" dos domingos costuma apresentar uns artigos muito interessantes para o candidato à ECME. Exemplos:

- 1) 16 Jun 57: "A Siderurgia no Brasil", Pimentel Gomes.
- 2) 26 Mai 57: "A Siderurgia na América Latina", Pimentel Gomes.
- 3) 1 Jun 58: "A Usina Hidrelétrica de Furnas", Pimentel Gomes.
- 4) 16 Nov 58: "O Carvão Brasileiro", Pimentel Gomes — "Barragem de Três Marias (primeira parte)".
- 5) 23 Nov 58: "Estaleiros Brasileiros", Pimentel Gomes — "Barragem de Três Marias" (segunda parte).
- 6) 30 Nov 58: "Imigrantes para o Brasil", Pimentel Gomes — "Barragem de Três Marias" (terceira parte).
- 7) 11 Jan 59: "O Alumínio", Pimentel Gomes.
- 8) 18 Jan 59: "O Cobre", Pimentel Gomes — "Importância da Navegação Fluvial para a Economia do Vale do São Francisco".
- 9) 25 Jan 59: "O Chumbo", Pimentel Gomes — "Nova Tese de Salvação do Nordeste Brasileiro", Jason Chianca — "Produção Nacional de Alumínio".
- 10) 1 Fev 59: "O Zinco", Pimentel Gomes — "Incremento da Produção do Cobre em Escala Industrial no País" — "Acréscida de 109.200 kw a Capacidade Geradora Instalada no País em 1957".
- 11) 8 Fev 59: "O Estanho", Pimentel Gomes — "O Problema do Trigo" — "Implantação da Indústria de Construção Naval no País".

A revista "Observador Econômico e Financeiro" também fornece ótimos subsídios para o estudo do programa de Geografia.

ENGENHOS-FOGUETES

E

SATÉLITES

Coordenador :

Ten-Cel Welt Durães Ribeiro,
do QEMA

N. 3



BASES DE EF NO NORDESTE BRASILEIRO

Ten-Cel⁺ WELT DURÃES RIBEIRO

Ex-Instrutor da EAAAe

O Ten-Cel Welt, comentando um artigo de autoria do General James M. Gavin, situa o Nordeste Brasileiro no panorama mundial dos Engenhos-Foguetes.

O trabalho de nosso brilhante oficial de Estado-Maior é digno de ser lido e comentado por nossos leitores.

Na guerra passada o Nordeste brasileiro desempenhou papel relevante como uma das "esquinas do mundo". As bases nêle instaladas pelos EE.UU., contribuíram poderosamente para a vitória aliada e, num futuro próximo, ainda será maior o seu valor estratégico, pelas possibilidades que oferece para a instalação de plataformas de lançamento de EF intercontinentais.

Nossa atenção foi despertada para o problema, depois de lermos o magnífico artigo do General Ja-

mes M. Gavin, do Exército dos EE.UU — A Guerra e a Paz na Era do Espaço. Em linhas gerais, êle acredita que numa conflagração total, haverá amplo desdobramento das bases de EF, exigindo grande avanço das posições dos engenhos de alcance intermediário (alcance de 2.500 km), em relação aos de longo alcance, chamados intercontinentais (10.000 km de alcance), que serão dispersados em regiões muito mais à retaguarda e fora das zonas de combate. Assim, a defesa futura da

Europa poderia ser realizada por meio de EF de alcance intermediário (IRBMs), situados no continente europeu e com EF balísticos intercontinentais de longo alcance (ICBMs), instalados na África do Norte. O mesmo raciocínio seguiu em relação à Ásia Livre, estabelecendo a utilização das Filipinas e Bornéu como bases afastadas, para EF de alcance intermediário. No caso, não admite Gavin o emprêgo de EF de alcance intercontinental, por desnecessário, pois as ilhas do Japão, Okinawa e Formosa não têm praticamente profundidade. "Estarão nas linhas de frente, no mais alto sentido da expressão".

Quando o comentarista aborda a defesa da América, localiza tanto os EF de alcance intermediário como os de longo alcance intercontinental, aproximadamente na região central da América do Norte, desdobrando-os em pouca profundidade. Ora, "o mais sério fator, em qualquer defesa contra as ações de bombardeiros pilotados ou de engenhos-foguetes, é o tempo capaz de permitir a reação com engenhos-foguetes defensivos". Essa afirmação parece contraditória face ao fraco desdobramento em profundidade dos EF norte-americanos. Em compensação, os EE.UU e Canadá estabeleceram uma eficiente rede de radares no Norte do Continente, desde o Alaska à Groenlândia. Esta rede (DEW) destina-se, especialmente, a aviões pilotados, embora o General Gavin preveja para 1965, uma rede com radares de maior alcance, a fim de fazer frente a uma "invasão" de foguetes.

Mesmo assim, se os EF soviéticos forem assinalados no momento do lançamento, meia-hora depois estarão nos seus alvos. Dessa forma, ou as bases norte-americanas de EF de longo alcance recuam ou estarão em posições muito vulneráveis. O General Gavin deixa o assunto em suspenso. Vamos tentar prosseguir, obedecendo aos

mesmos princípios por ele estabelecidos.

De forma global, considera o comentarista a Europa e a Ásia Livre como destinadas a abrigar as tropas que vão atuar com EF de alcance intermediário; a África e a América do Norte, os continentes que disporão de bases de lançamento de retaliação, equipadas com EF de longo alcance.

Ora, acabamos de ver que os EF intercontinentais norte-americanos, estão arriscados à destruição, mesmo antes de atuarem. Precisariam "caminhar" para o Sul. Acontece porém, que esse deslocamento significaria perda de alcance, pois o lançamento mais curto sobre a Rússia, seria feito através do Pólo Norte. A distância, por exemplo, entre New York e Moscou, em números redondos e pelo Ártico, é de 8.000 km; a base situada mais ao Sul dos EE.UU, em Cabo Cañaveral, dista de Moscou, cerca de 10.000 km pela rota polar.

Os norte-americanos informaram há pouco, que o "Atlas" pode atingir 10.000 km e os russos garantem para seus EF, objetivos a 14.000 km. Vamos raciocinar com 14.000 km, pois as considerações feitas no trabalho do General Gavin são para o ano de 1965 e até lá, 14.000 km poderá ser mesmo uma previsão pessimista.

Os EE.UU se desejarem fugir à possibilidade de destruição de suas bases situadas em território metropolitano, terão que deslocá-las como vimos, ainda mais para o Sul. Em apoio dessa idéia, lembremos que o território norte-americano não está livre de uma invasão pelo Alaska, o que vem corroborar a necessidade de bases suficientemente afastadas da frente. Ainda mais, a defesa do Canal do Panamá e a da região petrolífera venezuelana só teriam a lucrar se outras bases, além das da metrópole, fossem escolhidas na América do Sul, para atuar em seu proveito.

Uma solução seria a instalação de novas bases mais ao Sul e, si-

multaneamente, para recuperar o alcance perdido, deslocá-las para Este. Desta forma, desapareceria a possibilidade de atingir o território russo pela rota polar, mas por outro lado, os EF lançados dessas bases, diretamente rumo a Nordeste, poderiam perfeitamente alcançar a URSS.

O saliente do Nordeste brasileiro atenderia perfeitamente a esse "desideratum". A Ilha de Fernando de Noronha, ainda em melhores condições, poderia ser utilizada para tal fim.

Tomemos como exemplo, uma base situada em Natal. Esta região dista de Moscou cerca de 11.300 quilômetros. Anotemos outras distâncias geográficas aproximadas:

Natal-Leningrado ...	11.400 km
Natal-Stalingrado ...	10.900 km
Natal-Bagdá	10.500 km
Natal-Kharkov	10.500 km
Natal-Kieve	10.100 km
Natal-Ankara	9.200 km

Constata-se assim, que a região do Nordeste brasileiro assume, dia a dia, maior significado estratégico, tanto para o aprofundamento da defesa dos EE.UU., como para

ações de retaliação do território russo, supondo aumentada a "performance" dos EF norte-americanos. Aliás, Eisenhower não pôs em dúvida as declarações russas de que haviam conseguido 14.000 km de alcance para seus EF. (*)

Ademais, o "Nordeste" situa-se na possível rota de invasão da América do Norte, por um inimigo vindo de Este e que haja conquistado o Norte da África. A possibilidade de batê-lo desde o Oriente Médio, não poderá ser desprezada pelas potências ocidentais.

Finalmente, o "Nordeste" pode exercer no Atlântico, papel semelhante e igualmente tão valioso, quanto o da fortaleza de Gibraltar, em relação ao Mediterrâneo, para proteção das rotas marítimas e aéreas de suprimentos.

Urge, portanto, atribuir ao "Nordeste", nosso TO mais provável em caso de conflagração mundial, um valor muito acima dos padrões normais de previsão. O progresso vertiginoso dos novos engenhos exige além de planejamento, sobretudo "imaginação" se não quisermos ser surpreendidos pela pressão dos acontecimentos da era espacial.

(*) N. da R. — Este artigo já estava escrito quando os EE.UU. anunciaram que o EF "Titan" teria um alcance de 14.000 km.



NOTAS MILITARES MUNDIAIS

(Noticiário)

ESTADOS UNIDOS

Turbo-hélice Exército-Marinha

O avião biplace bimotor AO-1 *Mohawk* foi projetado para operar de campos pequenos e não preparados. É reconhecido pela sua cauda alta e asa média, com os motores T-53-L-3 montados sobre a asa. Tem 12 m de envergadura; consegue visibilidade máxima pelo emprêgo de uma capota transparente. O *Mohawk* será produzido para o Exército e Corpo de Fuzileiros Navais, e representa o primeiro trabalho conjunto da Marinha e do Exército para criar um avião de utilidade comum.

Produção de Engenhos-Foguetes

Foi autorizada a produção para fins operativos dos *mísseis* dirigidos de alcance médio *Jupiter* do Exército e *Thor* da Força Aérea. Ambos os engenhos de 2.500 km de alcance têm sido lançados com êxito nas provas, e espera-se que em fins de 1958 estejam prontos para emprego. — Da imprensa.

Sistema de Defesa Aérea

O sistema *Missile Master* (MR, ago 1956, p 66), agora funcionando em *Fort Meade, Maryland*, e de instalação planejada na Cidade de Nova Iorque e em outros centros estratégicos de toda a nação, combina num grau fora do comum e eficiência e a flexibilidade. Fornece em duplicata os elementos mais essenciais e pode continuar em atividade com um ou mais elementos importantes fora de ação. É projetado para utilizar os informes do sistema *SAGE*, da FAe, de controle dos aviões de interceptação, ou para elaborar os dados dos seus próprios radares de vigilância. Uma característica fora do comum do *Missile Master* é o *protetor do amigo*, que impede que os mísseis *Nike* sejam lançados contra aeronaves amigas.

GRÃ-BRETANHA

Bases de Engenhos-Foguetes

Dentro dos termos de um acordo entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, devem ter base nas Ilhas Britânicas 4 esquadrões de mísseis balísticos de alcance médio. Três deles serão britânicos e o quarto pertencerá à Força Aérea dos Estados Unidos. O primeiro esquadrão foi prometido pelos E.U.A. para antes do fim de 1958.

Foi também divulgada a entrega à Grã-Bretanha de dois tipos americanos de *mísseis* de pequeno alcance, um para emprego antiaéreo e outro de superfície-superfície.

JAPÃO

Aberto um Escritório de Atômicos

A Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos (CEA) inaugurou o seu quarto escritório no exterior, para divulgar informações sobre o emprego pacífico da energia atômica. O novo escritório de Tóquio terá um serviço de consultas e executará os acordos sobre energia atômica dos Estados Unidos com o Japão, China Nacionalista, Coreia do Sul, Filipinas, Nova Zelândia, Austrália e Tailândia. Os três outros escritórios são em Londres, Paris e Buenos Aires.

URSS

Estoque de Engenhos-Foguetes

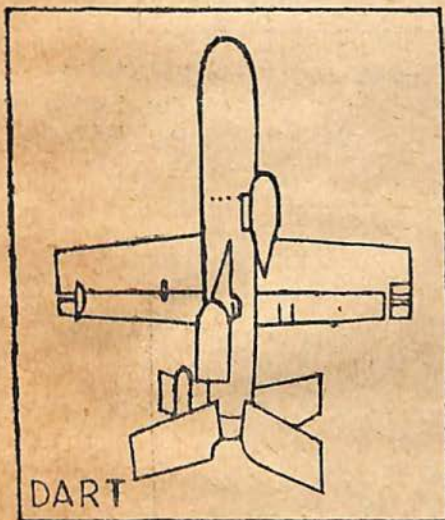
Segundo notícia de um jornal, a respeito de um relatório recebido pela Subcomissão de Eficiência das Forças Armadas, do Senado a União Soviética tem um estoque de 20 mil *mísseis* balísticos e uma capacidade de produção mensal de 2 mil *mísseis*. Diz-se que cerca de 30 do estoque é de *mísseis* com o alcance de 2.000 km, e o restante de 1.300 km.

ENGENHOS-FOGUETES DAS FORÇAS ARMADAS DOS ESTADOS UNIDOS

Major "T" IDÁCIO LEITE PEREIRA

Os projetis esboçados abaixo não estão em escala. Os valores de comprimento e peso não incluem os impulsadores, e são aproximados. Muitos dados são ainda desconhecidos.

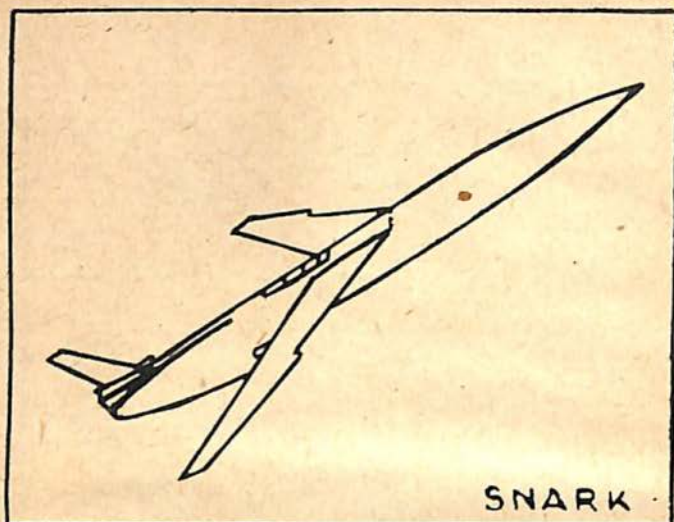
1) DE TERRA PARA TERRA



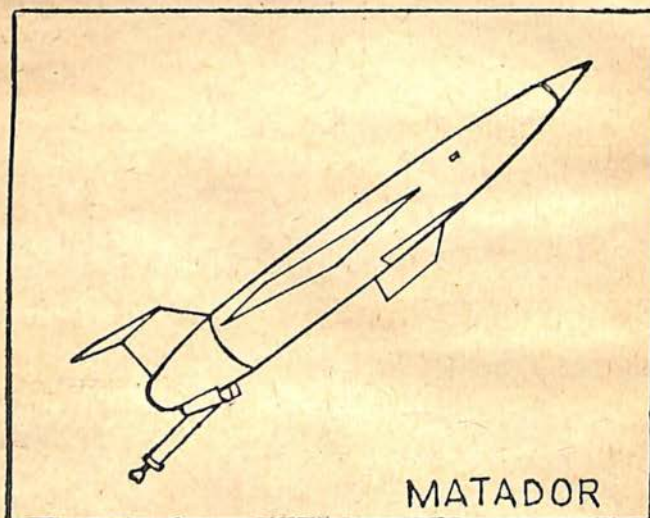
DART — Do Exército. Comprimento: 1,5 m; envergadura 90 cm; guiado com fio; usa propelente sólido; alcance: 3 km; velocidade: 960 km/h. Emprêgo: contra tanques. Fabricante: Utica Bend.

LACROSSE — Do Exército. Em produção. Comprimento: 6 m; envergadura: 2,8 m. Usa propelente sólido. Alcance: 32 km. É o foguete de artilharia de pequeno alcance. Fabricante: Martin Co.

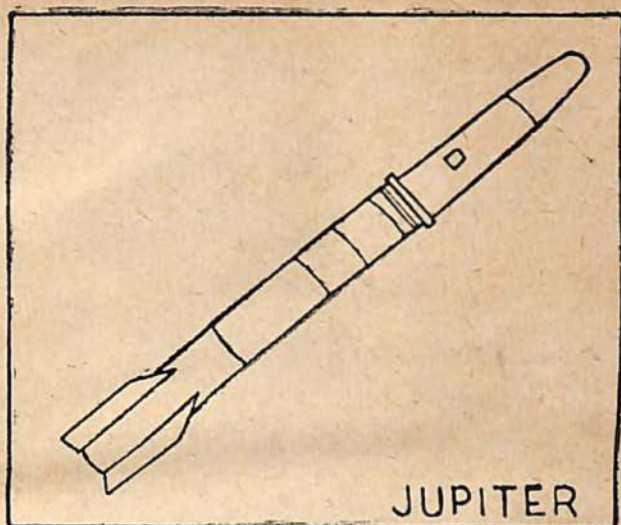




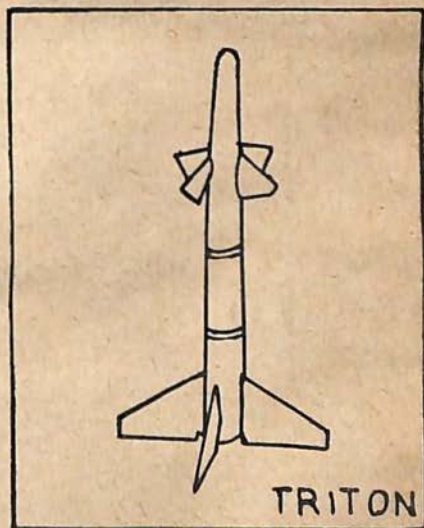
SNARK — Da Fôrça Aérea. Em produção. Comprimento: 23 m; peso: 18 toneladas; envergadura das asas: 19 m. Usa motor turbo-jato. Alcance: 8.000 km; velocidade: Mach 0.9. Construtor: Northrop Co.



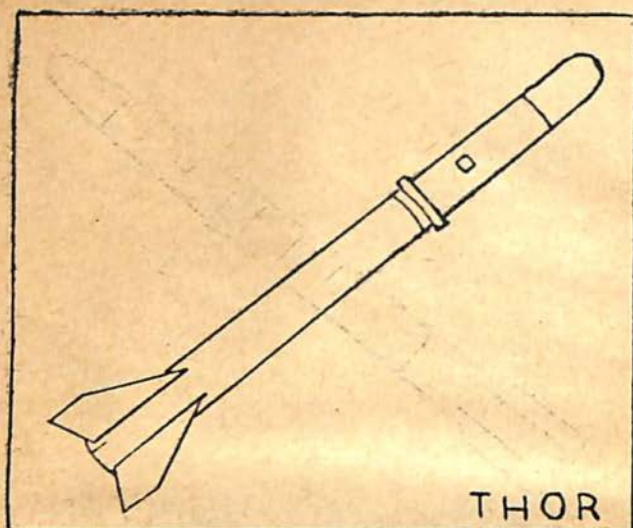
MATADOR — Da Fôrça Aérea. Três tipos já foram produzidos. O último é o TM-61 B. Comprimento : 14 m; peso : 6 toneladas; envergadura: 9 m; comandado por radar ou giroscópio. Usa motor turbo-jato. Alcance: 960 km; velocidade: Mach 0.9. Fabricante: Martin Co.



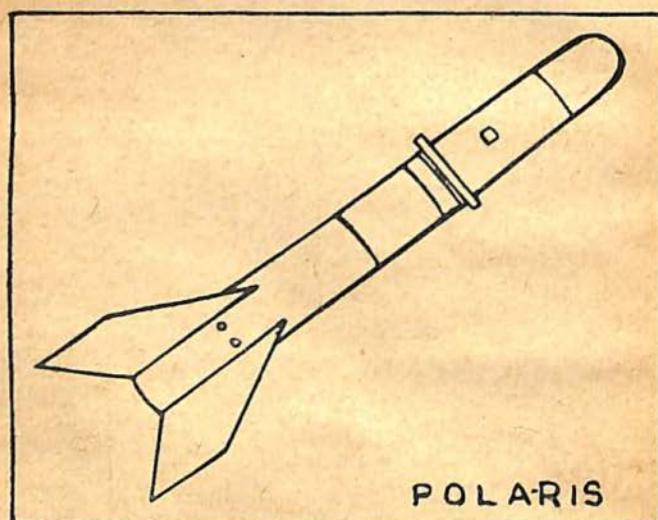
JUPITER — Do Exército. Já aprovado. Comprimento: 18 m; diâmetro: 2,4 m; alcance: 2.400 km. Primeiro balístico de longo alcance que obteve vôo bem sucedido. Fabricante: Chrysler Co.



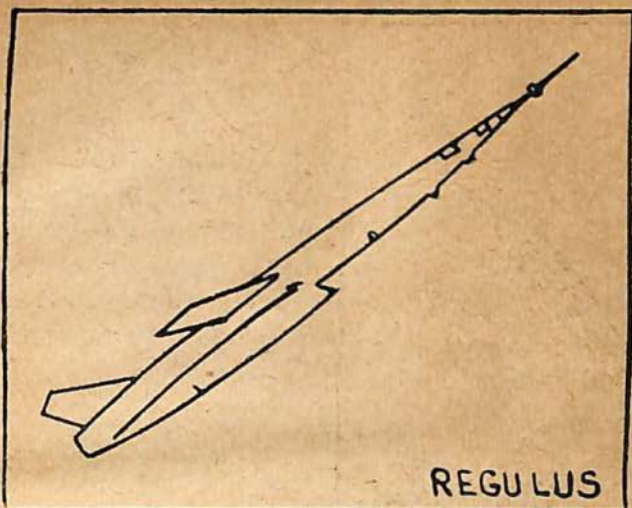
TRITON — Da Marinha. Comprimento: 14 m; peso: 9 toneladas; motor Ramjet; alcance: 2.400 km; velocidade: Mach 3.5. Lançamento: por submarino. Fabricante: Mac Donell.



THOR — Da Força Aérea. Propelente líquido. Alcance: 2.400 km; velocidade: Mach 10. Fabricante: Firestone.

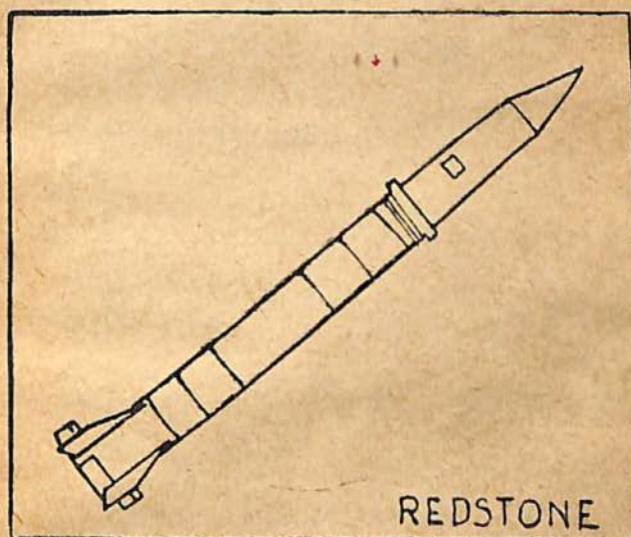


POLARIS — Da Marinha. Já lançado. Comprimento: 12 a 15 m; propelente: sólido; alcance: 1.600 a 2.400 km. Planejado para eventuais lançamentos por submarinos atômicos, bem como de navios de superfície. Fabricante: Lockheed.

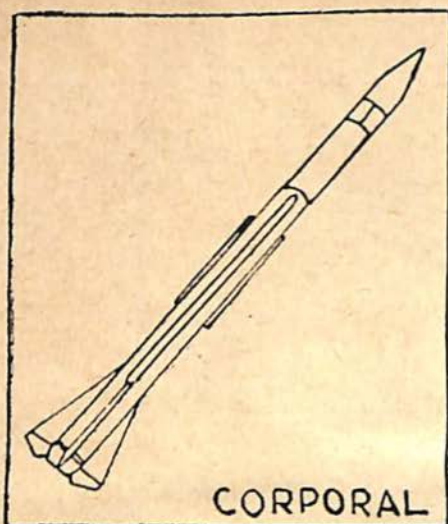


REGULUS I — Da Marinha. Comprimento: 9 m; peso: 5,5 toneladas; envergadura das asas: 1,2 m; motor turbo-jato; alcance: 960 km; velocidade: 960 km/h.

REGULUS II — Mais pesado. Uma versão para alcance de 1.600 km. Fabricante: Chance Vought.

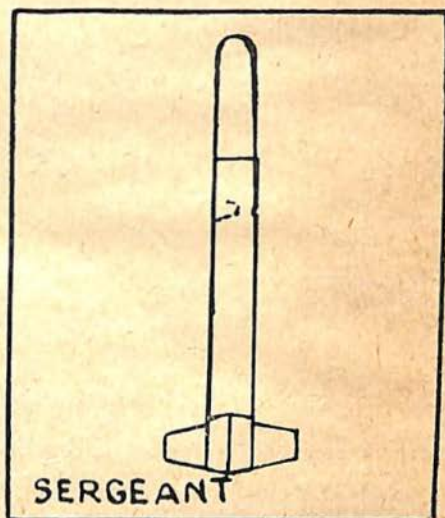


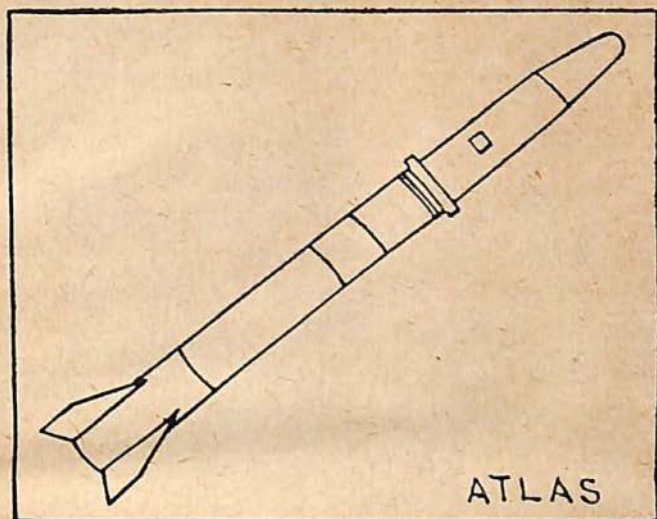
REDSTONE — Da Marinha. Em produção. Comprimento: 18 m; propelente líquido; alcance: 400 km. A cabeça do foguete é destacável para vôos balísticos. Fabricante: Chrysler Co.



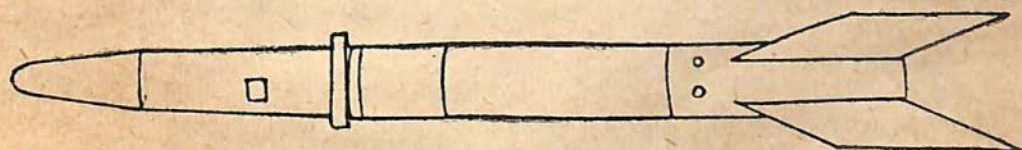
CORPORAL — Do Exército. Comprimento: 14 m; peso: 4.500 kg. Trajetória pré-ajustada, com pequenas correções durante o voo. Propelente: líquido; alcance: 160 km; velocidade: Mach 3. Fabricante: Firestone.

SERGEANT — Do Exército. Em produção. Comprimento: 9 m; peso: 10 toneladas; envergadura: 2,8 m; propelente sólido; alcance: 120 km. Fabricante: Sperry Gyroscope.



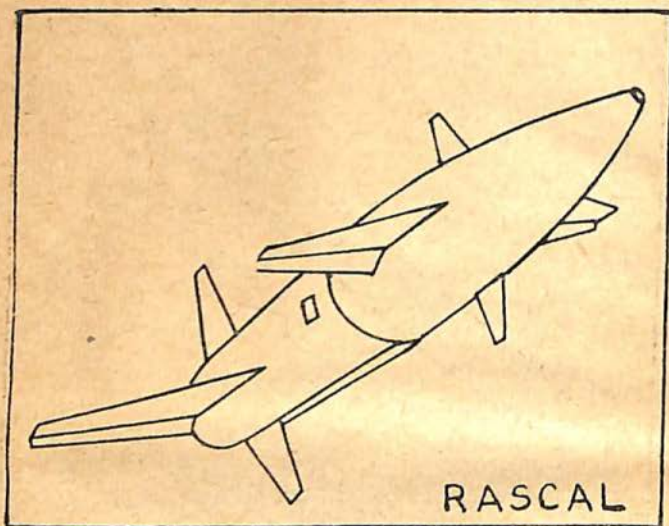


ATLAS — Da Força Aérea. Comprimento: 21 m; peso: 80 toneladas; propelente líquido; alcance: acima de 8.000 km. A uma altura da ordem de 1.300 km pode alcançar a velocidade de Mach 15. Fabricante: Convair.

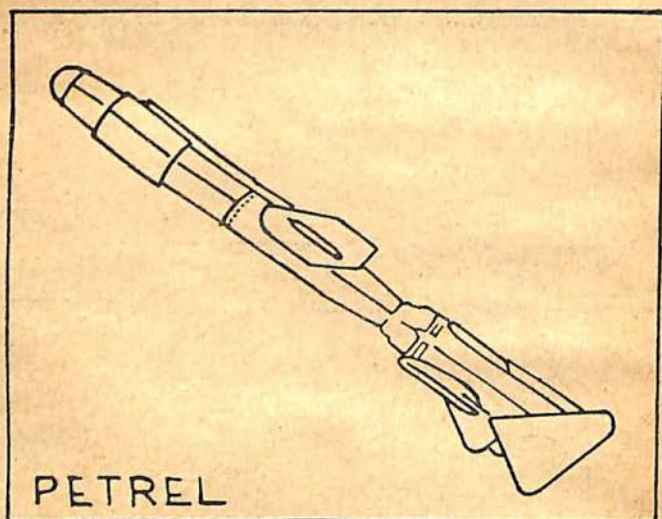


TITAN — Da Força Aérea. Similar ao Atlas; em estudos. É mais longo e possui um motor no 2º estágio que desliga ao alcançar uma certa altitude. Fabricante: Martin Co.

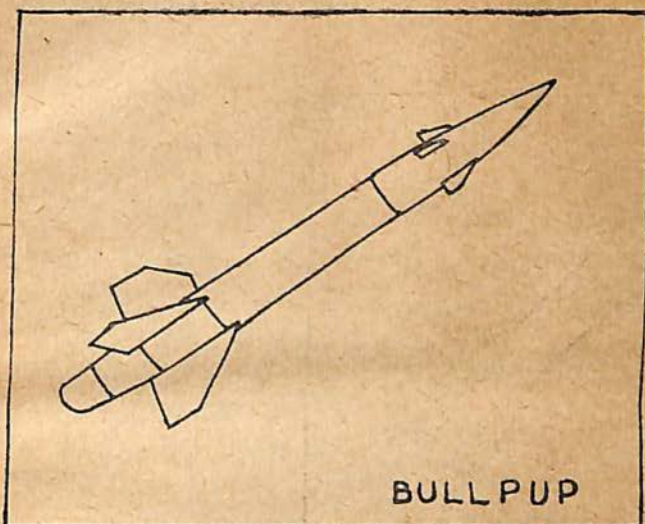
2) DO AR PARA TERRA



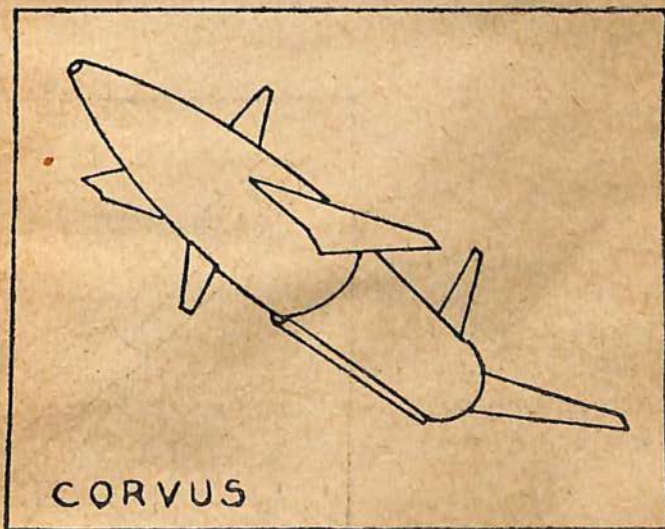
RASCAL — Da Força Aérea. Em desenvolvimento. Comprimento: 11 m; peso: 590 kg; envergadura: 1,6 m. Propelente líquido. Alcance esperado: 160 km; velocidade: Mach 2. Lançamento por Fortalezas Voadoras B-47, 52 e 58. Fabricante: Bell Aircraft Corp.



PETREL — Da Marinha. Fora de produção. Comprimento: 7 m; peso: 173 kg; envergadura das asas: 4 m; motor turbo-jato. Comando por radar. Lançamento por barcos-patrolhas. Fabricante: Fairchild Engine and Airplane Corp.

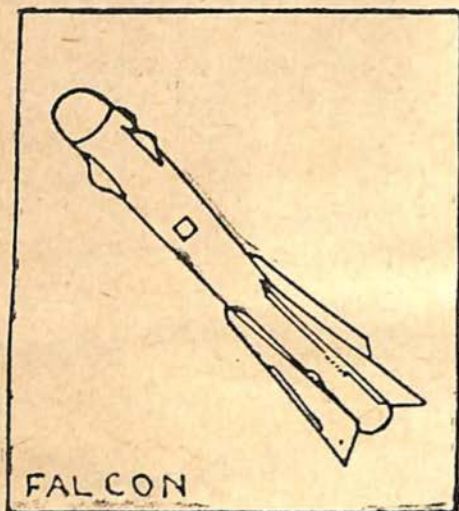


BULLPUP — Da Marinha. Fase experimental. Comprimento: 3,4 m; peso: 270 kg; alcance 4.800 m. Propelente sólido. É modelo experimental do *Bulldog*, destinado a atingir núcleos fortes de defesa anti-aérea.



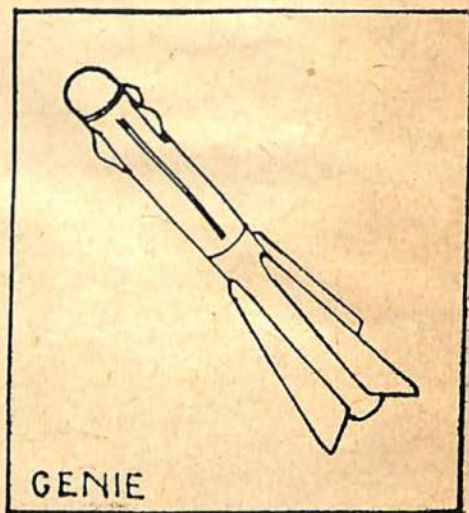
CORVUS — Da Marinha. Em experiência. Propelente sólido. Para uso em porta-aviões. Foi já testado no modelo em túneis aerodinâmicos do MIT. Fabricante: Temco Aircraft Co.

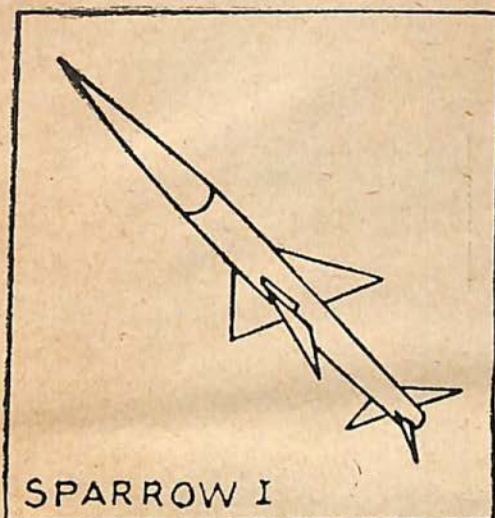
3) DO AR PARA AR



FALCON — Da Fôrça Aérea. Comprimento: 1,8 m; pêso: 45 km. Dirigido pelo radar. Propelente sólido. Alcance: 8 km; velocidade: Mach 2. O Modelo 2A tem cabeça para raios infravermelho. Fabricante: Hughes Aircraft Co.

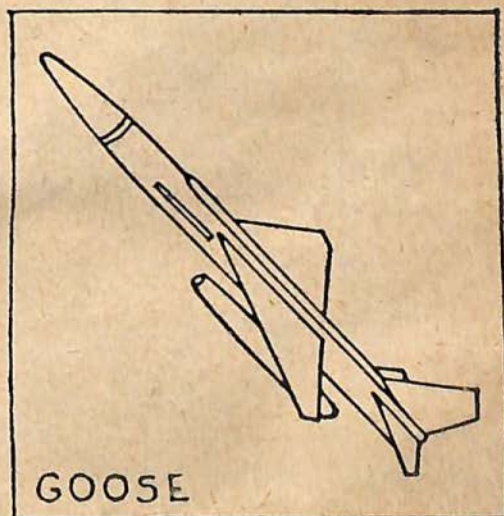
GENIE — Da Fôrça Aérea. Propelente sólido. Conduziu uma "cabeça atômica", no teste realizado pela AEC, no campo de provas de Nevada, em 1957. Fabricante: Douglas Aircraft Co.





SPARROW I — Da Marinha.
Comprimento: 3,7 m; pêsso:
137 kg. Propelente sólido. Al-
cance: 8 a 13 km; velocidade:
Mach 3. Fabricante: Sperry Rand.

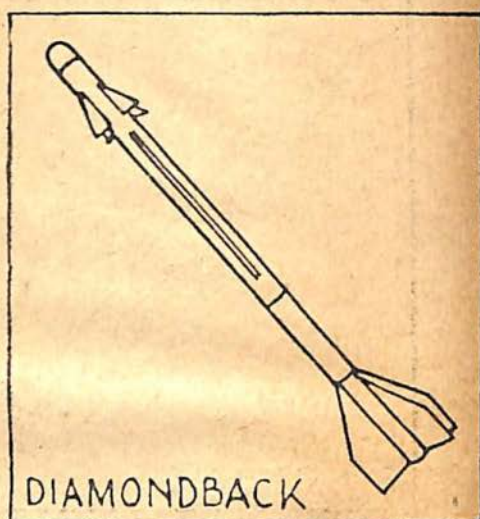
GOOSE — Da Fôrça Aérea.
Em desenvolvimento o projeto.
Acredita-se destinado à defesa
contra bombardeiros. Fabricante:
Fairchild Engine and Airplane
Corp.





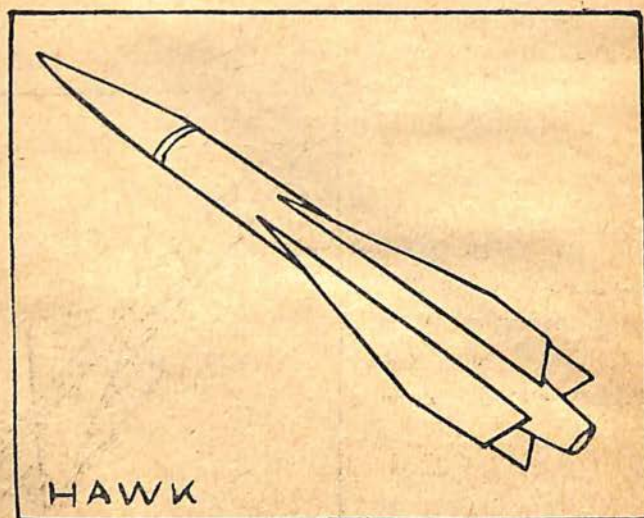
SIDEWINDER

SIDE-WINDER — Da Marinha. Operacional. Comprimento : 2,7 m; peso: 70 kg. Guiado por raios infravermelho. Propelente sólido. Alcance: 1,5 a 3 km; velocidade: Mach 2,5. Fabricante: Philco Corp. e General Electric Co.



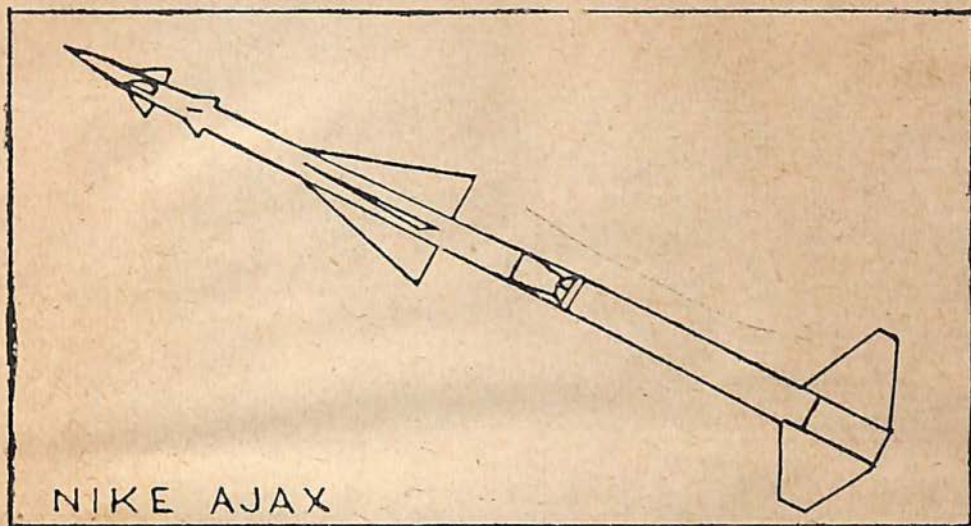
DIAMONDBACK

DIAMOND-BACK — Em experiência. Acredita-se ser um modelo avançado da família Side-Winder. Foi desenvolvido na Estação de teste da Intendência da Marinha, em Clima Lake (Califórnia).

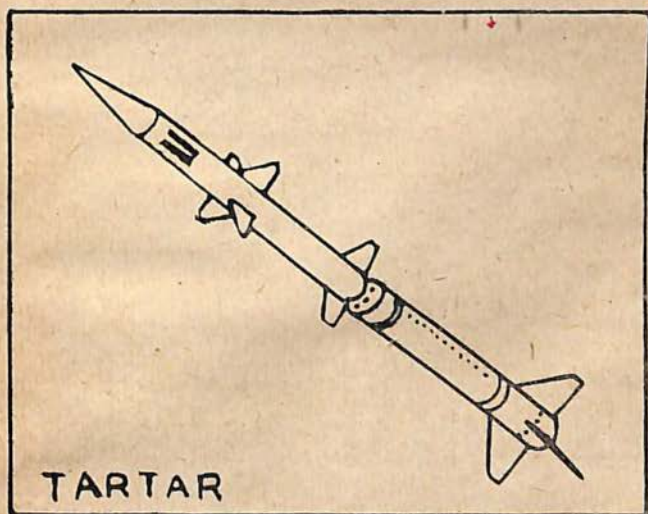


HAWK

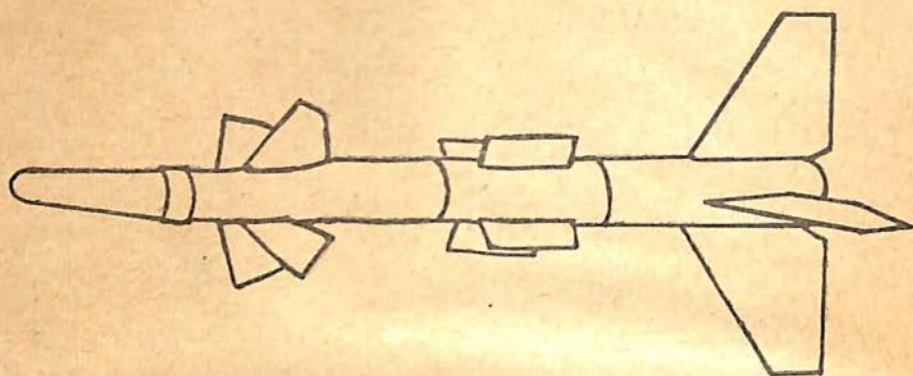
HAWK — Protótipo pronto. Comprimento: 3 m; peso: 90 kg. Propelente sólido. Velocidade supersônica. Alcance: 24 km. Para interceptar aviões em vãos baixos. Construtor: Raytheon.



NIKE-AJAX — Do Exército. Comprimento: 6 m; peso: 450 kg. Propelente líquido. Alcance: 40 km. Operacional. Velocidade: Mach 2. Constitui a arma básica para a defesa antiaérea dos 12 centros básicos industriais anteriores. Construtor: Douglas Aircraft Co e Western Electric Co.

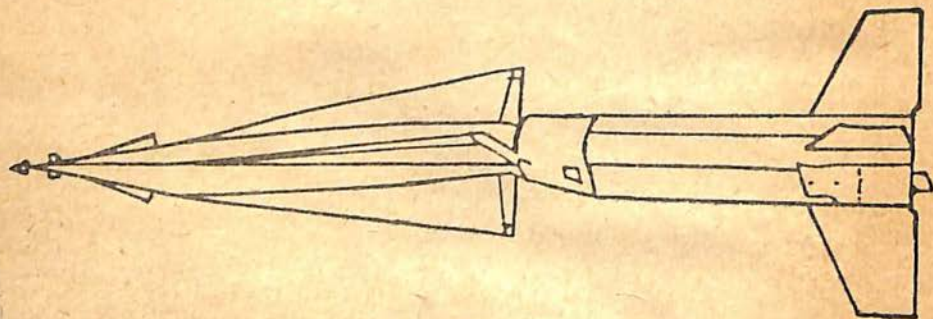


TARTAR — Da Marinha. Semelhante, porém menor que o *Ternier I*, porém mais eficiente. Com fecho de ondas dirigidas. Propelente sólido. Alcance e velocidade próximos da do *Ternier II*. Para defesa antiaérea dos novos destróieres. Construtor: Convair.



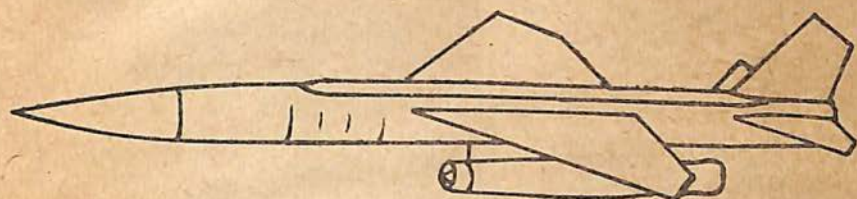
TALOS

TALOS — Da Marinha. Em produção. Comprimento: 6 m; peso: 1.400 kg. Dotado de espoleta de proximidade. Motores Ramjet. Velocidade: Mach 3,5; altitude de vôo: 227 km. A ser instalado nos últimos 4 cruzadores a partir de 1958 (com o galveston). Construtor: Bendix Aviation Corp.



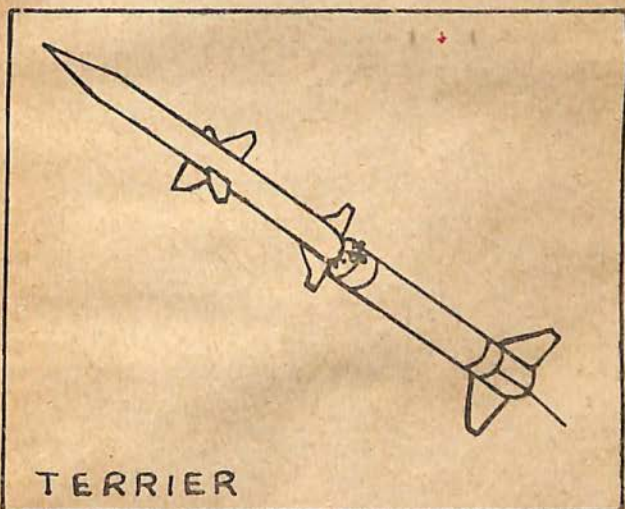
NIKE HERCULES

NIKE-HERCULES — Do Exército. Em fabricação. Comprimento: 8 m. Propelente sólido. Alcance: 102 km; velocidade superior a Mach 3. É mais eficiente que o seu predecessor *Nike-Ajax*, podendo transportar bombas atômicas. Fará parte da defesa aérea, juntamente com o *Nike-Ajax*. Fabricante: Douglas Aircraft Co, associado com a Western Electric Co.



BOMARC

BOMARC — Da Força Aérea. Produção iniciada. Comprimento: 14 m; peso: 3.800 kg; envergadura: 5 m. Comando, guia e radar, motores Ramjet com combustível líquido. Alcance: 320 km; velocidade: Mach 2,5. É uma arma de defesa de grande área e destinada a interceptar caças em missões. Construtor: Boeing Airplane Co.



TERRIER

TERRIER — Da Marinha. Comprimento: 4 m; peso: 450 kg. Propelente sólido. Alcance: 16 km; velocidade: Mach 2,5. Montado em cruzadores e destróieres pesados.

TERRIER II — Em produção, será maior e terá maior alcance. Guiado pelo radar. Construtor: Convair.

O POSSÍVEL FUNCIONAMENTO DOS FOGUETES NUCLEARES

Um foguete grande, de um só estágio, é impulsionado por um reator de combustível sólido que aquece o hidrogênio (combustível) a altas temperaturas para fornecer o empuxo. Diferentemente do foguete químico, a versão nuclear não tem limites quanto à temperatura de descarga do combustível e não é obrigada a carregar oxidante de grande peso molecular, tais como o oxigênio líquido ou a fluorina. Isto significa que um foguete nuclear teria uma velocidade final de combustão pelo menos duas vezes superior à do melhor foguete químico do mesmo tamanho e carga útil. Um problema capital é o da construção da estrutura de um núcleo de reator capaz de suportar as altas temperaturas necessárias. Foguetes nucleares poderiam ser usados para elevar cargas úteis à órbita terrestre ou para escapar totalmente da atração da Terra, o que é irrealizável com foguetes químicos de um só estágio. Um foguete normal pesaria de 100.000 a 200.000 libras, produziria um empuxo de 1/2 milhão de libras e utilizaria um reator de 1.000 a 2.000 MW (th).

Um reator muito menor impulsiona um foguete movido a ion. O calor da desintegração aciona um turbo-gerador para produzir eletricidade. O gerador mantém uma alta voltagem através das grandes paralelas que aceleram átomos ionizados do combustível a enormes velocidades de descarga. Assim o foguete movido a ion retira, da mesma quantidade de combustível, até 50 vezes mais empuxo do que um foguete comum; o complicado equipamento necessário para produzir eletricidade do calor impõe, entretanto, uma razão de empuxo para peso cerca de 1.000 vezes menor. Como os foguetes movidos a ion são os que melhor fornecem um pequeno empuxo por longo período de tempo, são eles ideais para viagens espaciais, depois de fuga à gravidade. Um foguete movido a ion, de 200.000 libras, usando um reator de 50 MW (th) poderia depois de 6 meses de aceleração alcançar, a velocidade de cerca de 100.000 mph.

O ANO GEOFÍSICO INTERNACIONAL E A ANTÁRTIDA

Ten-Cel WELT DURAES RIBEIRO

Encerrou-se a 31 de dezembro último, o Ano Geofísico Internacional, que teve a duração de 18 meses, com início a 1 de julho de 1957. Cerca de 30 mil cientistas de 66 nações, repartidos em 4.000 estações de observação, inclusive no Brasil, empenharam-se no esforço mundial em prol do conhecimento mais aprofundado do planeta em que vivemos. Em terra, a cooperação foi a mais completa o que não se passou nos domínios da exploração do espaço, onde a disputa entre o Ocidente e o Oriente tornou-se ainda mais acirrada, dada a importância militar dos satélites, pois do ponto de vista balístico, não padece dúvida o valor do lançamento de objetos pesados a distâncias cada vez maiores. O "Pioneiro", mesmo sem chegar à Lua, provou que os norte-americanos são capazes de atirar 52 toneladas a 12.000 km de distância (Der Aktuelle Osten, Bonn, 28 Nov 1958).

Assistimos o desenrolar impressionante de experiências de toda ordem, dos laboratórios aos foguetes lunares, em busca de melhores conhecimentos, cujos aspectos mais interessantes apresentamos e comentamos a seguir:

1 — Cientistas britânicos confirmaram o fenómeno das auroras polares se processa, concomitantemente, no pólo Norte e no pólo Sul.

2 — As auroras estão relacionadas com a emissão de correntes de partículas pela superfície do Sol, no momento das explosões. Elas surgem justamente quando estas partículas atingem a atmosfera.

3 — Os foguetes puseram à prova que a velocidade dos ventos, nas altas camadas atmosféricas, alcança, às vezes, quinhentos quilômetros por hora.

4 — Na alta atmosfera, a temperatura desce não raro a 75 graus centígrados abaixo de zero.

5 — O envoltório gasoso que nos cerca e que se convencionou situar até a altura máxima de 80 km, existe muito além desse limite, embora rarefeito.

6 — As manchas e explosões solares perturbam as ondas de rádio que, como se sabe, refletem-se na ionosfera. As explosões e manchas estão relacionadas com a atividade dos raios cósmicos e do geomagnetismo, tendo influência sobre as condições climáticas. A temperatura da atmosfera aumenta de mais de dez vezes por ocasião das explosões solares.

7 — Os raios cósmicos chegam muito mais perto da superfície terrestre do que se supunha. Antigamente, acreditava-se que não descessem aquém de 80 km do solo e que a atmosfera funcionasse como um anteparo às suas investidas. Hoje, sabe-se que alcançam a distâncias bem mais próximas da Terra. Contudo, seus efeitos reais sobre a vida humana ainda são pouco conhecidos.

8 — O EF "Pioneiro" evidenciou que sobre as zonas equatoriais, as radiações cósmicas chegam a 11.000 km da superfície terrestre, mantendo-se altamente letais até 24.00 km. Acima dos pólos magnéticos é onde se apresenta com intensidade mais fraca.

9 — Durante as tempestades magnéticas, formam-se sobre os pólos fortes correntes elétricas.

10 — Na Antártida, em dois pontos de uma extensão territorial que varia de 800 a 1.000 quilômetros, a temperatura pode oscilar com a diferença de até 40 graus centígrados. Esse continente torna-se menos frio de ano para ano.

11 — Com os estudos meteorológicos efetuados no continente Antártico, incluindo-se aí, complementarmente, os da ilha da Trindade, será possível prever o tempo com muitos dias de antecedência.

12 — Apesar da falta de sol nessa região polar, durante o inverno, a energia calorífica permanece nas camadas mais altas da atmosfera.

13 — Quarenta mapas meteorológicos foram elaborados pelas diversas estações do Antártico e com isso, os cientistas contam com elementos preciosíssimos para estudar as causas dos vendavais que aí se verificam.

14 — Os climas de épocas remotíssimas poderão ser melhor aquilatados, graças às perfurações de 350 metros de profundidade nos gelos da Groenlândia, que forneceram dados importantes.

15 — A zona mais fria da Terra é o pólo Sul, onde as temperaturas mínimas absolutas podem atingir 90 a 100 graus centígrados abaixo de zero. Conseguiu-se, também, medir a maior camada de gelo, na Antártida, com 15 milhões de quilômetros quadrados, quase duas vezes a superfície do Brasil.

16 — Verificou-se a existência de uma corrente marítima, de 5.600 km de extensão, ao longo do Equador. Essa corrente tem a largura máxima de 400 km e corre a 300 metros de profundidade.

17 — No fundo do oceano Pacífico, existem jazidas de ferro, manganês, de cobre e de cobalto, cujo valor por 2,59 quilômetros quadrados, pode ser calculado em meio milhão de dólares.

18 — Um dos resultados mais notáveis do AGI terá sido permitir a publicação de cartas meteorológica diárias, cobrindo pela primeira vez todo o globo terrestre.

A colaboração brasileira, embora modesta, foi muito proveitosa, graças aos esforços da Marinha, que transformou o navio-escola "Almirante Saldanha" em navio Hidrográfico. Pudemos, assim coletar preciosas informações oceanográficas ao longo da costa brasileira e equipar a ilha da Trindade, com as instalações necessárias a um posto oceanográfico. O ocupação da ilha começou no início de 1957, com imensas dificuldades devido à sua inacessibilidade, sem molhe de atracação e sob a ação de marés fortíssimas.

Pelos nossos marinheiros foram estudados: os fenômenos das marés, do encontro das camadas de água fria do Sul com as de água tépida, a existência de cinco correntes superpostas que caminham do pólo Sul em direção ao Norte do país: além de pesquisas referentes à pressão, temperatura e salinidade das águas, com imenso benefício para o problema da pesca no Brasil.

Passando em revista as pesquisas e descobertas acima apresentadas verificamos, desde logo, o interesse especial despertado pelo continente Antártico. Os EE.UU. acabam de convidar a mais 10 nações para que prossigam nos seus trabalhos sobre o pólo Sul, apesar de encerrado o Ano Geofísico Internacional. Essas nações são a Rússia, Inglaterra, Argentina, Austrália, Nova Zelândia, Chile, Bélgica, França, União Sul-Africana e Noruega.

Por que foram convidadas a participar dessas pesquisas?

Existe uma teoria estabelecendo presumíveis direitos sobre a Antártida, advogada por países cujos territórios são "limitrofes" com esse continente. Essa noção de "limites" é concebida de maneira muito especial. O Brasil, por exemplo, segundo esse conceito limitar-se-ia com a Antártica, aproximadamente, entre os meridianos de 35° e 54° de longitude Oeste de "Greenwich", pois não havendo outro país de permeio, as nossas terras, compreendidas pelos cita-

dos meridianos, confrontar-se-iam com o continente Antártico. Assim, segundo tal doutrina, a França, por exemplo, não poderia pretender possessões no pólo Sul e, da mesma forma, a Noruega, Bélgica e a Inglaterra (exclusiva a "Commonwealth").

É bem verdade que esse conceito especialíssimo de estabelecer limites, embora nos beneficiasse, iria de encontro às nossas tradições, pois sempre fomos partidários do "uti-possidetis".

Por outro lado, se tivéssemos essa descabida pretensão, iríamos nos deparar com uma superposição de áreas, pois que a Argentina reivindica terras entre os meridianos de 25° a 74° de longitude Oeste "Greenwich". O mesmo ocorre, presentemente, com o Chile, que pleiteando posses entre os meridianos de 53° e 90° longitude Oeste, vem tendo com a Argentina sérias divergências. Para tornar mais confusa a situação, a Inglaterra, de fato e desde 1831, ocupa parcialmente os setores advogados pelos nossos vizinhos do Sul (Dependências Falkland). Aliás, tanto a Argentina como o Chile pretendem fazer valer, com relação à Inglaterra, não somente o conceito de "limites", mas, principalmente, ponderáveis razões históricas e de proximidades incontestáveis.

Aparentemente, o critério do "uti-possidetis" deverá prevalecer, pois é notório que, desde 1904, a Inglaterra seguida pela Noruega e EE.UU. vem organizando expedições onerosas e arriscadas, lideradas por Scott, Amundsen, Byrd e outros exploradores. Os norte-americanos em 1928, se instalaram em caráter permanente na "Little América" e hoje, possuem uma estação no pólo geográfico, enquanto que a Rússia e a França ocupam, respectivamente, os dois pólos magnéticos.

As maiores possessões pertencem à Inglaterra (Dependências Falkland e Terra de Graham), França (Terras de Adélia e Wilkes), Nova Zelândia (Dependências de Ross) e Austrália (Terra de Vitória).

As pretensões argentinas e chilenas terão de se acomodar ao critério dos "limites", aliás sem grandes esperanças de encontrar maior compreensão por parte dos ingleses, salvo se estes estiverem interessados em obter outras possessões, por intermédio da União Sul-Africana, que "debruçada" sobre a Antártida, acha-se em situação de pleitear boa porção de território, com o mesmo argumento.

Quanto à Rússia, tem tomado parte em várias expedições científicas, bem como a Bélgica, ambos muito interessados, mas que dificilmente poderão fazer valer o conceito de "limites", já que o primeiro acha-se por demais distante e o segundo, somente no caso de ser aceita a discutível proximidade do Congo Belga.

Um fato, porém, vem se tornando evidente: cada vez mais aumenta o interesse científico pelo continente Antártico. Segundo uma publicação argentina, "esse continente oferece enormes perspectivas econômicas". "Ainda que razões estratégicas ou de conveniência diplomáticas ou políticas façam que se desconheçam os resultados dos estudos que realizaram numerosas expedições, tem-se comprovado a existência de numerosas jazidas minerais, além da riqueza em baleias e lóbos. A estrutura geológica faz presumir possibilidades de ouro, carvão, chumbo, cobre e petróleo, tal como sucede na cordilheira andina, Patagônia e Terra do Fogo".

Trata-se de um continente com 14.200.000 km² e, portanto, quase duas vezes a área do Brasil, duas vezes a superfície da Austrália, maior que a metade da Europa e equivalente à metade da África. Não esqueçamos que no hemisfério Norte, em terras situadas ao Norte do círculo polar ártico — tais como, um terço do Canadá, quase a metade do Alaska, dois terços da Groenlândia, Norte da península escandinava e grande parte da Sibéria — estão situadas inúmeras bases militares de ocupação permanente.

Por outro lado, a posição geográfica da Antártida, voltada para quatro continentes e dominando as passagens do Atlântico para o Pacífico e Índico, numa época em que os canais de Panamá e Suez são facilmente destruíveis pelas potências do bloco oriental, torna compreensível o aqodamento com que se estuda essa região polar. Se na guerra passada já se chamava a atenção para a importância das Dependências de Ross (Nova Zelândia), próximas ao estreito de Magalhães, quanto mais agora, que os alcances das armas modernas, aliadas aos submarinos atômicos, tornaram mais reduzida as distâncias.

A curiosidade científica do AGI confunde-se, no caso da Antártida, com os preparativos para uma possível ocupação estratégica dessa região, por parte do Ocidente, que é o detentor das maiores áreas, possuindo, somente o Império Britânico, cerca de cinco milhões de quilômetros quadrados, não nos parecendo possível que a Rússia consiga obter muito mais do que alguns simples postos de observação.

Essa grande preocupação com as regiões polares, não trará modifi-

cações dos conceitos geopolíticos clássicos como à primeira vista poderia parecer. O coração do mundo continuará na Eurásia, como queria Mackinder e, por isso mesmo, é que as potências marítimas ocidentais necessitam ocupar novas posições, capazes de contrabalançar a excepcional situação continental da URSS, assegurando a livre roçada de forças navais, de um oceano para outro, na previsão da fatal destruição dos usuais canais de comunicação.

Em outras palavras, o "slogan" da era espacial, "quem dominar os pólos dominará o mundo", está cada vez mais presente no pensamento militar ocidental, como necessidade imperiosa para contrapor-se à vantagem geográfica russa e, assim, durante o Ano Geofísico Internacional, apesar dos seus altos propósitos ostensivos, não se poderia ficar alheio ao mais crucial problema contemporâneo: a sobrevivência da civilização cristã. Daí, a alta prioridade que vem sendo concedida ao continente do futuro, mesmo após o encerramento do AGI.



DEFESA CONTRA AVIÕES

As últimas notícias de Cabo Canaveral informam que o E F "BOMARC" conseguiu interceptar um avião sem piloto que viajava a uma velocidade de 3.200 km por hora. O "BOMARC" é um engenho-foguete SUPERFÍCIE-AR, com 14,00 x 5,00 m, 3.800 kg de peso, alcance de 320 km e velocidade de 2,5 Mach (3.080 km p/hora). É uma arma de defesa de grande área e destinada à interceptação de aviões de caça. Este E F da Força Aérea dos EE.UU. foi disparado mediante um apêto de botão, de uma distância de 2.400 km, o que evidencia a magnífica rede de vigilância e comando da defesa aérea norte-americana, permitindo o disparo de um foguete na Flórida, por um operador situado em Nova York,



N. 2

Coordenador — Major AMERINO RAPOSO FILHO,
Instrutor da ECEME

CAXIAS E A DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA

(Conclusão)

3. BATALHA DO PIQUICIRI

a) Situação geral (Esbôço n. 3)

Terminada a conquista de Humaitá, havia que prosseguir para o N, pois o inimigo, vencido embora, não estava completamente derrotado, tanto que se recuperara para bater-se em nova luta no corte do rio

Piquiciri. Tratava-se para Caxias de reajustar o dispositivo das Forças Aliadas e cerrar os meios para a região de Palmas a fim de, com melhor conhecimento da situação, decidir sobre a manobra mais adequada.

Assim é que, depois de mudar sua base de operações para Humaitá e aí manter o 2º CEX de Argolo, desloca o grosso das Forças Terrestres para o N, a 17 de agosto, alcançando Palmas a 30, estacionando o grosso entre o Surubi e o Piquiciri, depois de se darem alguns combates. Antes mesmo de alcançar Palmas, vemos Caxias tomando uma decisão preliminar consoante a evolução dos acontecimentos :

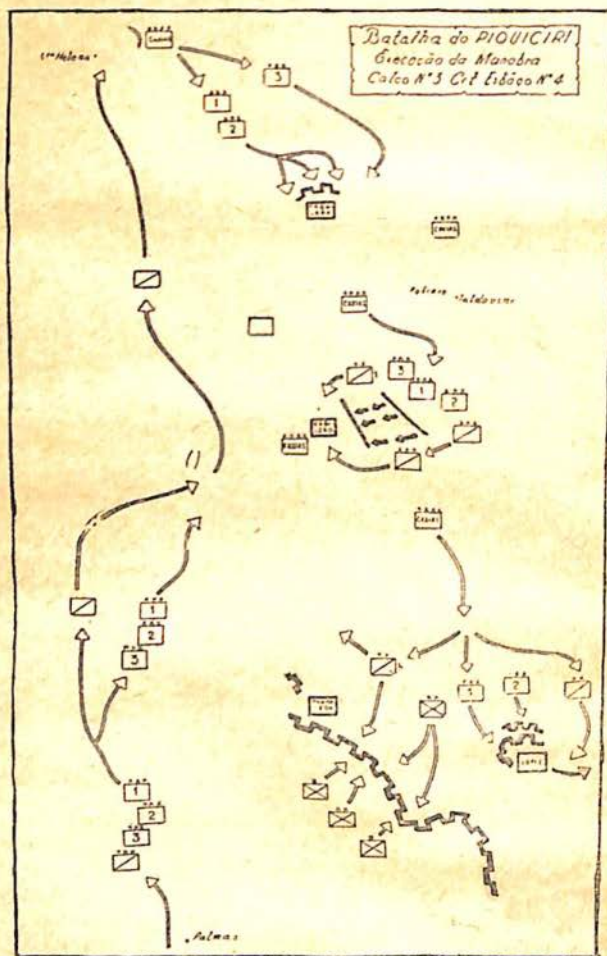
“Tenho hoje por ponto objetivo Villeta, para onde se retirou Lopez com seu exército, e que estou resolvido a atacar, logo que lá chegue. Quer o inimigo seja batido em Villeta, quer se retire diante de nós, tenho deliberado seguir daí para Assunção, que ocuparei militarmente e de onde farei seguir expedições”.



Esboço N.º 3

Era, sem dúvida, a concretização das primeiras idéias contidas no Plano de Operações que enviara ao Ministro da Guerra de então, mostrando como iria conduzir as operações, agora que Humaitá estava dominada:

"Operando no vale do rio Paraguai, atingir Assunção. Em seguida, restabelecer os transportes com a Província de Mato Grosso, instalar um governo no Paraguai e destruir os remanescentes do exército inimigo."



Atingindo a vanguarda o corte do Piquiciri, constatou-se que os paraguaios defendiam essa linha, na margem N; além disso, outros reconhecimento informavam que Angostura estava fortificada.

b) Plano de Caxias (Esbôço n. 4 e Calco n. 2)

Não há dúvida que as Forças Aliadas estão diante de outra posição de resistência fortificada, com 9 km de extensão, coberta a E por uma lagoa e pelas águas que dela provêm. Como vencer o inimigo se uma manobra central, de ruptura, será muito onerosa, pois o Piquiciri fôra

transformado num obstáculo de 20 m de largura e alguns metros de profundidade e o terreno a E, coberto por densa floresta e alagadiço, não possibilitando uma ação de flanco pela esquerda paraguaia? Será possível operar por W, pelo GranChaco, uma planície aluvional, baixa e alagadiça, sem estradas e coberta de espessa vegetação? Qual o plano a adotar-se contra um inimigo que dispõe de 20.000 homens e mais de 100 canhões para a defesa do Piquiciri, quando os aliados numeram, apenas, 34.000 homens?

Diante da realidade que se apresenta, eis que Caxias abandona qualquer ação frontal ou pelo flanco E, decidindo-se pelo envolvimento integral, por W, para desembarcar em Santo Antônio e atuar pela retaguarda dos defensores, fixando a posição frontalmente. Portanto, consistia a manobra em levar a massa dos aliados para o N do Piquiciri, com o propósito de atacá-lo pela retaguarda, sendo necessário transpor o rio Paraguai entre Palmas e Santa Teresa e, daí, seguir para Santo Antônio marchando em seguida para o S, com o flanco W apoiado no rio Paraguai, ocupando a região de Villeta. Naturalmente que tal plano ia importar num desbordamento inicial pela margem W do rio Paraguai, para livrar a coluna dos fogos da artilharia de Angustura. Dentre outras vantagens desse Plano ressaltam aquelas idéias que condicionam o êxito de uma manobra de flanco, podendo Caxias adotá-las, todas: reunião da massa de manobra na ala externa do dispositivo, um obstáculo (rio Paraguai) proporcionando a segurança necessária à reunião dos meios e, finalmente, possibilitar a obtenção da surpresa pela ação rápida e violenta na retaguarda do adversário.

c) *Execução da Batalha*

(1) *Marcha de Flanco (Esbôço n. 4 e Calco n. 3)*

Caxias vai dar início à marcha de flanco, por W, para a Batalha decisiva com os paraguaios que, a essa altura, sentindo iminente o movimento pelo Gran-Chaco — devido aos trabalhos que se faziam de construção de 11 km de estrada — evoluíram sua estrutura defensiva, lançando uma cobertura para Villeta e constituindo uma reserva móvel (5.000 homens) que ficou em Ita-Ivaté, aí preparando uma última linha de defesa. A massa de manobra, constituída pelos três CEX (1º, 2º e 3º) e, mais, as quatro DC (1ª, 2ª, 3ª e 5ª), totalizando 23.000 homens, aproximadamente, deslocou-se, depois de ter sido transportada pela Esquadra, de Palmas até Santa Teresa, pela estrada do Chaco. Daí seguiu para a confluência do arroio Villeta, alcançando essa região a 4 de dezembro, de onde prosseguiu viagem, agora novamente transportada, para Santo Antônio. A cavalaria, ao invés de seguir para o arroio Villeta, desmontou-o e marchou pela margem direita do Paraguai, até Santa Helena, pouco ao S de Santo Antônio.

Estabelecida a cabeça-de-ponte em Santo Antônio, podia Caxias lançar-se para o S sobre as defesas do Piquiciri. Estrategicamente, Lopez estava envolvido.

(2) *A Dezembrada*

(a) *Itororó*

Ao 2º CEX determinou Caxias “procurar e ocupar, logo que desembarcasse (em Santo Antônio), a ponte do arroio Itororó, para evitar que o inimigo, prevenido do nosso movimento, tome nela posição e nos dispute o passo”. Por não ter sido suficientemente interpretada a missão, pois se tratava de manter-se a passagem no Itororó até a chegada do

Tôda aquela massa, que há pouco amolecera e se desfibrara sob a ação do pânico, readquire, de súbito, sua vitalidade e poder combativo" (Dionísio Cerqueira).

Vencida a resistência em Itororó, prosseguiu Caxias, a 7, para o S, despontando as cabeceiras do Ipané, o que anulava qualquer tentativa de retardamento nesse arroio, acampando o grosso, por 2 dias, na região de Cerro do Ipané.

Restabeleceu-se a ligação com a Esquadra e reorganizaram-se as forças para o choque decisivo.

(b) Avaí

Derrotado em Itororó, Caballero recebeu ordem de Lopez no sentido de deter Caxias no corte do Avaí, sendo consideravelmente reforçado. Tal decisão do ditador paraguaio deixa dúvidas quanto à sua verdadeira intenção: travar a batalha decisiva no Avaí ou em Ita-Ivaté.

Informado Caxias pela vanguarda, que a linha do Avaí estava defendida, determinou que a posição fôsse abordada em tôda a frente e, mais, percebendo que a defesa de Caballero não apresentava os flancos apoiados, decidiu-se a reproduzir Cannae, isto é, fixar os paraguaios frontalmente e desbordá-los simultaneamente pelos dois flancos, para cortar a retirada. Lançou o 2º CEx pelo flanco direito do inimigo, enquanto a 1ª DC atacava pelo esquerdo. As 2ª e 3ª DC atuariam no flanco direito.

Quando Caxias percebeu que os dois flancos paraguaios estavam sendo envolvidos, lançou no flanco direito o 1º CEx e a 5ª DC, que mantivera em reserva. O inimigo foi completamente derrotado, perdendo cêrca de 4.800 homens, num total de 5.000 e foi possível às forças aliadas ocupar Villeta a 11 de dezembro e restabelecer ligação com a Esquadra, reorganizando Caxias as forças nessa região.

(c) Lomas Valentinas

Para a fase final da luta, a distribuição das forças paraguaias era a seguinte: em Angustura havia 2.000 homens ao comando de Thompson; no corte do Piquiciri distribuíram-se 3.000 homens pelas trincheiras; e, em Ita-Ivaté, os 9.000 restantes. Para fazer face a essa articulação de Lopez, Caxias adota a seguinte linha de ação: a 5ª DC faria a cobertura na direção de Angustura, enquanto a 1ª DC reforçada atacaria a linha da Piquiciri, ligando-se às forças de Palmas. O grosso das Forças Terrestres atacaria a posição de Ita-Ivaté, chave de todo o dispositivo paraguaio.

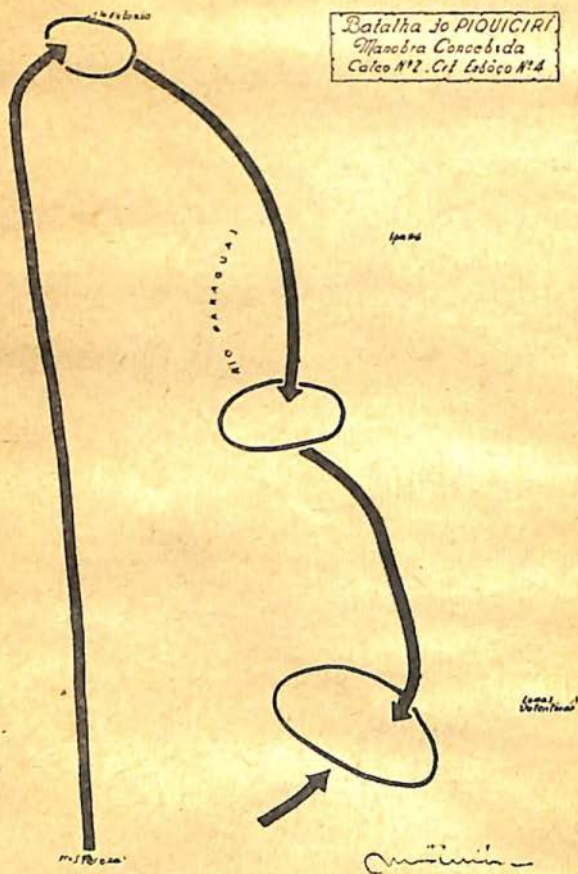
Os princípios da economia de forças e do objetivo aí se configuram, de modo notável. Deixando tão secundárias quanto possível as ações de menor importância, Caxias emprega a proporção de 1/2 na ação de cobertura (1.000 aliados contra 2.000 paraguaios); para o ataque da 1ª DC ao Piquiciri apresenta 3.000 homens contra outro tanto inimigo; e, finalmente, na ação decisiva, lança 15.000 homens contra 9.000 de Resquin. Também o princípio do objetivo ressalta espontâneo, bastando considerar-se a importância relativa dos diferentes objetivos selecionados e os meios empregados em sua consecução.

Serão necessários 3 violentos ataques para que o inimigo seja definitivamente batido e aniquilado. O primeiro é desencadeado a 21, atacando Andrade Neves com seu grupamento de cavalaria (2ª DC, 3ª DC e 9ª Bda Cav) o inimigo em Potrero Marmol, para cobrir o ataque principal de Caxias, que parte às 1500 sobre Ita-Ivaté, ao mesmo tempo que a 5ª DC fazia a cobertura face a Angustura. O ataque dos 1º e

2º CEx entra pela noite a dentro e pouco êxito obtém diante da resistência heróica dos paraguaios. Já o grupamento de Mena Barreto, consegue pleno êxito no ataque à linha do Piquiciri.

A 25 novo ataque é realizado contra os paraguaios, agora reforçados com mais 1.600 homens vindos de Assunção, e pequeno avanço é conseguido. Finalmente, a 27 desfecha-se o golpe decisivo, partindo em primeiro escalão o destacamento de Palmas, sendo completamente batidas as forças de Lopez, fugindo, em seguida, o ditador com um pequeno grupo de paraguaios (cêrca de 60). Uma vez terminada a luta em Ita-Ivaté, volta-se Caxias contra Angustura, que se rende sem combater.

A 5 de janeiro a Capital inimiga era ocupada pelos aliados, sem nenhuma reação.



(d) Comentários

Nessa manobra Caxias completou-se, não há dúvida alguma, como Chefe e Condutor de homens. Rápido, audacioso e heróico, não imprimiu às operações o ritmo lento da primeira fase. Percebeu que o fator tempo era decisivo para o aniquilamento total do adversário. Numa apreciação sumária, ressalta a judiciosa repartição dos meios, ficando em Palmas

o efetivo estritamente necessário (8.000 homens) à proteção da linha de transportes, fixando o inimigo pelo S, enquanto jogava a massa de manobra, representada por 23.000 homens, para envolver Lopez pelo N. Como reserva ficariam apenas 1.800 homens no Chaco, para atender aos grupamentos.

Não só na repartição das forças, mas principalmente na combinação de direções e atitudes e ritmo da manobra — inclusive na região de desembarque ao N do Piquiciri, que poderia ter sido Villeta, Ipané ou Santo Antônio, decidindo-se Caxias pela mais afastada — os movimentos para a Batalha do Piquiciri se configuram como autêntico Risco Calculado. Foi uma cartada decisiva o que o Comandante-Chefe lançou-se:

- quando condicionou o êxito da marcha de flanco a uma estrada a ser construída em menos de um mês e que só poderia ser utilizada durante o mês de novembro, pois em dezembro ficaria submersa; portanto, sob a “ameaça tenebrosa de ver o Exército tragado pela cheia do rio Paraguai”;
- quando afastou-se de sua base de operações e foi colocar o grosso de suas Forças entre o Exército inimigo e seu centro vital, cortando-lhe as linhas de transportes, de início;
- finalmente, quando lançou-se heróicamente pela ponte de Itororó para vencer o inimigo num combate frontal, quando a ação de flanco se tornava duvidosa.

Dos violentos e sucessivos combates de Itororó, Avai e Lomas Valentinas, os mais sangrentos e plenos de bravura e heroísmo de toda a guerra, travados por Caxias em menos de um mês, que dizer disso? Não é extraordinário Caxias nessa fase quando altera completamente a manobra de Itororó, em plena conduta? Quando abandona os métodos e processos de ação empregados na Batalha de Humaitá, apelando exaustivamente e com verdadeira sofreguidão, para a audácia, a velocidade, a surpresa? Ainda mais: atentai para a prudência no movimento de Humaitá ao Piquiciri; em seguida, a ousadia na marcha de flanco; depois a precaução e o sigilo na operação de desembarque em Santo Antônio (2 horas da manhã). Mais adiante a bravura, a velocidade nas ações, a calma impressionante logo aparecendo em Ita-Ivaté?

IV — CAXIAS INSPIRADOR DE NOSSA DOCTRINA

SUMARIO

- 1 — *Forma da Guerra*
- 2 — *Leis e Princípios*
- 3 — *Doutrina Tática*

1. FORMA DA GUERRA

Quais as lições, no domínio da Estratégia, que nos legou Caxias, com sua extraordinária experiência de Planejador e Condutor da Guerra da Tríplice Aliança? Evidenciada ficou aquela verdade tão apregoada por Clausewitz, no sentido de que a Guerra, quando tiver que ser feita, visará ao aniquilamento completo do Poder Militar adversário e que apenas a Ofensiva conduz à vitória, impondo-se a necessidade de ser desenvolvida de modo enérgico e rápido? Mantendo-se intransigentemente fiel aos princípios a priori estabelecidos? Deixando tão secundárias quanto possível as ações menos importantes para concentrar o

máximo de esforços na direção decisiva? Que nos ensinou o Mestre quando à Estratégia Operacional, no que interfere com os fatores fundamentais que a condicionam, como a Relação das Forças em presença, o Espaço para as Batalhas e o Tempo necessário à Concepção e ao Desencadeamento das Operações?

Senhores: do que ficou assinalado na análise do Comando Supremo das Forças Aliadas, exercido por Caxias após tantos fracassos e flutuações na Direção da Guerra pela Tríplice Aliança, culminando no desastre de Curupaití, podemos inferir da visão estratégica realmente notável que possuía o Duque. E isso porque ele conhecia a fundo a Guerra em que estávamos empenhados; sua conjuntura política-militar; suas origens e causas. Sobretudo, as forças em presença e as peculiaridades do TO. Da resposta endereçada ao Ministro da Guerra, logo ao início da Invasão do território nacional, exponta o notável Planejador, de concepções largas e vigorosas; o conhecedor profundo daquela Guerra que teríamos de enfrentar. Aí se nota a perfeita visão estratégica do TO. As Leis e os Princípios afloram em completa integração: A Massa e a Força; a Ofensiva e o Movimento; a Segurança e a Economia de Forças. E, por ventura, as Forças Morais aí não estão presentes quando se refere às operações ao Sul de Mato Grosso?

Que idéias inspiram a Concepção e a Conduta da Guerra do Cmt-Chefe, com relação aos tipos e à mecânica operacional da Manobra para o TO em que atuou, com suas características especiais, suas condicionantes geográficas e peculiares? Em suas manobras configuram-se aspectos relevantes como Superioridade das Forças no momento oportuno, dada a impossibilidade de se apelar para a Massa e a Potência, em toda a frente. Onde a tendência para manobrar, sempre que possível, sobre os Flancos e as Linhas de Transportes do adversário. Preferência, pois, para as Manobras de Flanco, do tipo Envolvimento, em detrimento da Manobra Central, de Ruptura. Mas, atentai bem, Senhores; manobras de flanco, principalmente, porém flexíveis, podendo e devendo evoluir com a Batalha ou durante ainda a execução da Manobra para a Batalha. Manobra "a priori", às vezes, como na antiga Escola Alemã; planejamento prévio, podendo transformar-se posteriormente, em função das reações apresentadas, como hoje entendem as principais Escolas Doutrinárias. Finalmente, em certos casos, como nas lutas de Guerrilhas dos Farroupilhas, manobra inteiramente a posteriori. Portanto, judiciosa adaptação às condições particulares da Região de Operações e da Situação das Forças em presença.

E vêde como Caxias se ajustava, com extrema facilidade, realizando tipos de operações completamente diversos em cada caso. De início, à base de raídes audaciosos, como nas revoluções de Sorocaba e Minas Gerais. Mais tarde, tornou-se fervoroso adepto das Guerrilhas na Revolução Farroupilha, apelando muitas vezes para o Cêrco e a Perseguição, simultaneamente. Culminando, finalmente, nas magníficas manobras de flanco e Cêrco, sem Perseguição.

Prestai atenção, Srs, que a Manobra do Piquicirí é ímpar na História Militar; nem mesmo Napoleão pôde dela aproximar-se na batalha de Iena-Auerstaedt, verdadeira manobra "a posteriori", envolvente e de ruptura ao mesmo tempo. Nem nas 1ª e 2ª Grandes Guerras — e, nesta, especialmente no TO russo — nem aí se viu coisa igual, sem embargo das extraordinárias possibilidades da Ciência e da Técnica o serviço da Guerra. Caxias, Srs., consegue, por meio de uma concepção audaciosa, aliada à rapidez e à surpresa na execução operacional, consegue, de um só fôlego, desenvolver excelente manobra de flanco. E vai mais além: culmina a manobra com o Cêrco de todos os grupamentos de força de Lopez, na frente secundária onde se fazia a fixação. Vemos então, uma manobra de flanco, que termina no Cêrco sem haver, prò-

priamente Perseguição durante as 1ª e 2ª fases. O adversário seria batido tenta a Fuga, não a Retirada. Onde encontramos exemplo semelhante?

Senhores: reivindicamos, nesta oportunidade, a Glória da Manobra de Cêrco para nosso Patrono, para o Duque de Caxias, que, por intuição privilegiada em parte, mas principalmente pelo valor e audácia insuperáveis, seria o Pioneiro desta Forma de Manobra tão encontradiça na 2ª Grande Guerra nos TO russos e da África do Norte, que os soviéticos para si invocam a primazia da concepção. Mas que, na realidade, o mérito da estruturação doutrinária, em termos de teorização da guerra e conseqüente planejamento operacional é autêntico, inequívoco, de Schlieffen, quando traduziu em planos seus profundos estudos de Cannae.

Eis um ponto a interessar os formuladores de nossa Doutrina Militar: — a inserção do Cêrco, como tipo de Manobra para certos TO, como querem e preconizam os soviéticos em sua Doutrina.

Outro aspecto que a meditação de Caxias sugere é a orientação duma Doutrina fundamentada na Segurança Estratégica e Tática, face a todas as direções, hoje mais compreensível e até conceitual e dogmática, sendo normal para a Guerra Atômica ou Convencional. Todavia, recordemos que nosso patrono viveu no meado do século passado quando, até então, só Napoleão fôra capaz de semelhante preocupação. O quadro da batalha do Piquiciri denuncia o que pode acontecer a um Exército, como o de Lopez, que não se guarda estrategicamente face a todas as direções...

Senhores: constatamos na Concepção da Guerra de Caxias, mas particularmente, na maneira como Conduzia as Operações, aquele mesmo fenômeno que, ao final do século passado, já se notava na Doutrina Alemã, isto é, "impregnado na intelectualidade das idéias de Moltke, tendia o EM alemão a aproximar-se, cada vez mais, de uma concepção científica da Guerra", a ser conduzida com Unidade e Continuidade de Direção, abolindo os conceitos materialistas e pré-fabricados. E, vêde bem, Caxias, não desempenhou o papel de Clausewitz, nem de Moltke, nem de Jomini, que êle jamais foi um teórico da Ciência da Guerra, mas Chefe essencialmente prático, Condutor de homens para a Batalha Decisiva. Traçou, isso sim, as verdadeiras bases de nossa Doutrina de Guerra com a ponta de sua espada e no próprio campo de batalha, como o fizeram Frederico, na Prússia; Napoleão, em França; Suvorov, na Rússia e Sherman, nos EUA.

2. LEIS E PRINCÍPIOS

Que inspiração nos sugere o estudo de Caxias no compartimento amplo das Leis e dos Princípios que deverão nortear-se os aspectos científico e artístico da Nossa Guerra ou das Nossas Guerras? Como variará o grau de importância relativa das Leis Fundamentais e dos Princípios da Guerra e da evolução da Tática nos nossos TO? Poderemos negligenciar as questões que dizem com "o querer e o poder bater-se", assim como aquelas que apontam o "como bater-se e como utilizar as Forças Armadas"? Em outras palavras, porque não mergulhar fundamente no estudo das nossas guerras para daí emergir aquilo que orientará nosso comportamento no sentido de qual deverá ser o espírito que deverá animar nossas Forças Armadas, e, em conseqüência, como caracterizar a Guerra e empregar as Forças nos diferentes TO?

Poderá Caxias servir-se de ponto de partida para a solução de problema tão importante? Vêde a Lei do Movimento perfeitamente configurada nas suas manobras, a justificar que a Guerra deverá ser fundamentalmente caracterizada pelo movimento; pois, "o movimento dizia Foch

— é a lei da estratégia". Em seguida, contemplemos os atos de Fôrça, finalidade do movimento em campanha, e eis Caxias dando ênfase à Lei da Fôrça quando desembarca em Santo Antonio para aniquilar o adversário pela retaguarda. Quereis uma batalha para a manobra? Ai está Humaitá.

Sem embargo, encontramos, também, a Lei da Ofensiva perfeitamente evidenciada no fato de Caxias, uma vez desencadeada as operações, não mais se deter, do ponto de vista estratégico pelo menos. "A guerra, para ser vitoriosa, deve ser essencialmente ofensiva sob pena de não ser guerra". Excelente insinuação da Lei do Atrito é o fato de ter Caxias obviado ao máximo as desvantagens dessa terrível lei, sobretudo para nós latinos. Finalmente, durante a primeira fase da ofensiva aliada, ficou claro que "não há vitória possível sem contar com o imprevisível", o que se viu na marcha do Chaco e realça o valor dessa lei na formulação de uma teorização da Guerra.

Dos Princípios, já tivemos oportunidade de dizer como Caxias os aplicou e em que grau de importância relativa considerou-os. Assim é que o Objetivo, naquela acepção de "saber o que se quer e não querer senão isso", reflete plenamente em Humaitá depois visando a Assunção, numa lembrança de que "cada operação militar deverá ser dirigida contra um objetivo decisivo e atingível". E da Ofensiva, que ensina o Mestre? Que deve ser desencadeada ou retomada sempre que as condições se apresentarem propícias e não a todo custo, de modo suicida. Essa a ofensiva que deve inspirar nossa Doutrina: prudente, segura de início, para culminar até no Risco Calculado, como vios na segunda fase da guerra da Tríplice Aliança. Já a Unidade de Comando aparece como imprescindível à obtenção da unidade de esforços, enquanto o conceito de Massa não deve ser o da superioridade de efetivos e da potência de fogo, mas também o que resulta da aplicação de outros princípios, como Manobra e Surpresa.

Ainda mais, da importância das Fôrças Morais como fundamento à nossa preparação para a Guerra, Caxias nos ministrou magníficos exemplos, em todas as campanhas, pois certamente pensava como Voltaire, que dizia "não ser o número de mortos e, sim, o desânimo dos que sobrevivem que faz perder as batalhas".

3. DOCTRINA TÁTICA

Poderemos, a esta altura, sugerir algumas idéias gerais sobre os Métodos e Processos de Ação, no domínio da Tática, que meditação do comportamento de Caxias, como Soldado, mas acima de tudo como Chefe, nos está a apontar, tendo bem presente que "a tática é a ciência do possível" (Ardant Du Pico), e ela "diz como bater-se" (Moltke) e, por isso, é considerada como "a arte de travar batalhas".

Sem dúvida que a Doutrina Tática, inspirada na atuação de Caxias, deveria traduzir-se:

- por um comportamento eminentemente ofensivo ou, se a defensiva surgir como imposição do quadro estratégico, torná-la agressiva, ousada; uma defensiva — ofensiva, enfim;
- pela adoção de uma tática inspirada na superioridade moral, na coordenação dos comandos descentralizados e caracterizando a responsabilidade dos Chefes, em todos os graus da hierarquia, a iniciativa brotando como essencial ao êxito da Batalha e do Combate;

- pelo emprêgo de Processos de Combate apropriados, função da região de operações; ora prevalecendo a audácia e a surpresa, ora preparando-se para viver isolado e cercado. Aqui as formações regulares, atuando de modo normal, acolá a luta diferente, em guerrilhas, com forças irregulares;
- pelo emprêgo de estruturas de combate aptas a possibilitar formações ligeiras, podendo viver independentes e dos recursos locais;
- pelo exaustivo apêlo às ações desbordantes e de surpresa dadas as características do combate moderno;
- considerando-se, em destaque, nosso Homem como elemento essencial, não apenas da Guerra, de modo geral, antes a influir nos processos de combate e, até, na própria forma da manobra.

Enfim, uma Doutrina com solicitação intensa à Surpresa, à Audácia, à Iniciativa, aos Movimentos rápidos, às Manobras flexíveis. As Estruturas leves e aptas a viver em grandes espaços, isolados e à própria sorte, até. Doutrina, pois, que atenda, verdadeiramente, às peculiaridades de nossos TO, do nosso Potencial Humano, de nossas Possibilidades Econômico-Industriais.

V — SÍNTESE FINAL

Eis aí, Srs, em grandes pinceladas, a contribuição do nosso maior Soldado a uma formulação doutrinária para a Guerra Brasileira, uma Guerra com fisionomia e personalidade próprias, a Guerra, inclusive, com nossas Estruturas e Possibilidades. A Nossa Guerra. Ele que foi além do Chefe que, pelo estudo, pela meditação, pela intuição principalmente, concebia e conduzia manobras com extraordinária felicidade e acêrto. Quando Ministro da Guerra lançou, pela primeira vez no nosso Exército, em 1855, as bases da Nova Escola, visando a renovar a tática vigente e adaptá-la às exigências da Guerra. Ele que propoz a adoção da tática elementar das três armas contida nas ordenanças então em vigor no Exército português, “enquanto — dizia — não se cogita de uma tática elementar privativamente nossa, em harmonia com as circunstâncias peculiares ao nosso Exército e com a natureza de nossas guerras”.

Ao contrário do sucedido com os franceses depois de Napoleão, que achavam “que a vitória necessariamente devia sorrir a tropas comandadas por Generais corajosos, espertos e práticos da guerra; mais audazes que prudentes; mais de valor que de sabedoria”, nós guardamos de Caxias, por seu conjunto de virtudes e por sua notável atuação em Campanha e na Pasta da Guerra, a lição extraordinária que a Vitória só será possível àquelas Forças organizadas, instruídas e bem comandadas, sobretudo atuando em consonância com a realidade da guerra em cada TO. Vale dizer, em conformidade com uma Doutrina própria, indígena, doméstica. Doutrina inspirada em princípios e peculiaridades do nosso Homem e da nossa Gente.

Sua atuação como Cmt tático e, mais que isso, como Cmt-Chefe de nossas Forças Armadas em tão longo período de nossa evolução política, como Nação e em meio à Comunidade Platina, durante tantas lutas e glórias configura, nos seus principais pontos a trajetória de uma autêntica Doutrina Militar Brasileira. Essencialmente nacional.

Criemos, pois, uma “Nova Escola”, como entendia Caxias; uma Doutrina, não como pensavam os franceses que viveram em seguida a Napoleão, mas uma escola verdadeiramente de Guerra. Objetiva e

realista, consoante o feitio próprio e peculiar do nosso Homem e das áreas geo-estratégicas de atuação provável. Doutrina fundamentada no emprêgo de elementos de segurança altamente móveis, como nas operações contra os farrapos e no lançamento do grosso das Forças de surpresa, atuando principalmente pela Manobra e, não, pela Massa. Doutrina que preconiza, ao máximo, a Dispersão dos meios e das forças, para os deslocamentos e permanentes solicitação à Velocidade na concentração para a Batalha Decisiva. Exatamente como aspirava Caxias que, por isso, legou-nos a melhor base de partida para a solução intentada: sua vida, sua longa carreira militar de Soldado e de Chefe.

Aí está, Srs., o sentido da homenagem que pretendemos significar ao nosso maior Soldado, no dia em que reverenciamos sua glorificação, no sentido de que tenhamos uma Doutrina Militar para atendimento às diferentes necessidades da Segurança Nacional, traduzidas pela Estratégia Militar a ser empreendida.

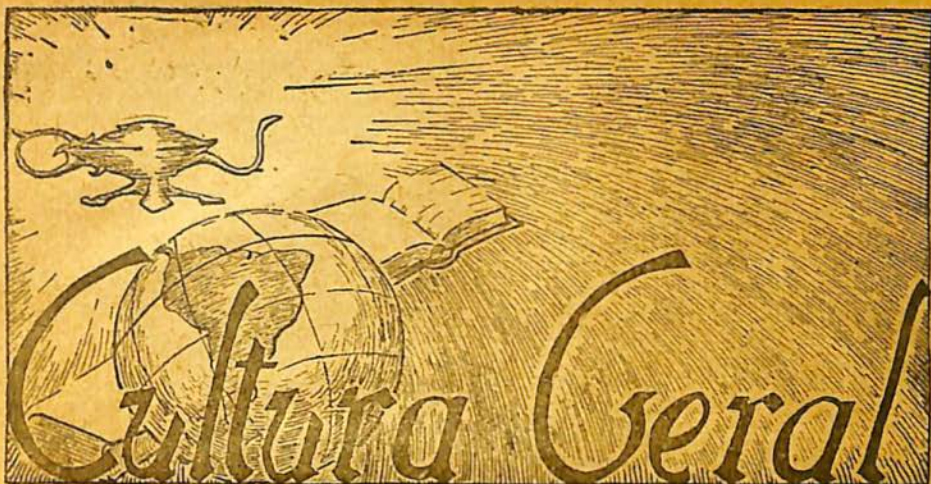
* *
*

TRÊS MÁXIMAS DE NAPOLEÃO

— As decisões de um bom General não são o ponto da oportunidade e do destino. Elas resultam de um planejamento bem feito ou de seu gênio.

— A primeira preocupação de um Comandante é determinar o que fazer, verificar se tem os meios necessários para vencer as resistências que o inimigo pode lhe opor e, uma vez decidido, envidar todos os esforços no sentido de superar aqueles óbices.

— As guerras devem ser conduzidas metódicamente e por isso têm um objetivo preciso. Devem ser realizadas segundo os princípios e regras da arte. As forças empregadas nas operações devem ser proporcionais aos obstáculos que se supõe encontrar.



A GRUTA DO INFERNO

Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

Existem, no Brasil, maravilhas subterrâneas capazes de suplantar a "Wonder Cave".

O "Fernandes Vieira" dobrou a curva fechada do rio Paraguai e, vimos, ao longe, surgir uns pontos brancos sôbre o fundo verde da floresta que nos circundava. Tais pontos, foram se tornando mais nítidos à proporção que nos aproximávamos, e, com auxílios de binóculos, alguns companheiros já podiam divisar a Bandeira Nacional tremulando à extremidade de um mastro e assinalando o local de nosso desembarque — o lendário FORTE DE COIMBRA.

Um marujo da tripulação, acostumado àquelas constantes viagens, informou-nos, que ainda faltavam uns quarenta minutos para abordarmos a "praia do Forte". Resolvemos, então, face à monotonia da paisagem circundante, reincetar nossas conjecturas e recordar o que representava, aquêlo reduto, na história de nossa Pátria.

"Sua existência monta de 1775, por ordem de Luiz de Albuquerque

que, tendo a fortificação, naquela época a dupla finalidade:

- aliviar o povo de Cuiabá das contínuas depredações do gentio paiaguá;
- impedir que os espanhóis se animassem a invadir o território português.

E, assim, foi que, COIMBRA, chave da navegação brasileira no rio Paraguai, sustentou dois assédios: o de setembro de 1801, executado por D. Lázaro de Ribera que, após oito dias de tentativas desiste da aventura ante a brava e heróica guarnição ao comando de Ricardo Franco de Almeida Serra e o de dezembro de 1834, sob a direção de Vicente Barrios.

Aproxima-se o pequeno vapor da "praia de desembarque", situada à margem direita e onde já divisávamos a guarnição formada, tendo à frente seu jovem comandante.

O rio, cujas margens até então não apresentavam obstáculos à sua

transposição, passa, na região do Forte, apertado entre duas elevações, que, nas enchentes de maior vulto transformam-se em verdadeiras ilhas.

O canal, conhecido na região pelo nome de "Estreito de Coimbra", é limitado à direita por uma elevação alongada, de uns três quilômetros de extensão, com cotas variáveis entre duzentos e trezentos metros. Em sua encosta noroeste acha-se construído o FORTE com o traçado da gola e das amuradas apresentando características das obras deixadas pelos portugueses, em nosso território, todas elas, obedecendo a um tipo-padrão.

Após as cerimônias de estilo, parte da caravana embarcou em caminhão que seguiu para a região da "Gruta do Inferno", da qual, muitos viajantes têm falado, o que não impede, que cada novo visitante narre, também, as surpresas e emoções por que passou.

Nem o sol causticante, nem a "estrada pedregosa", provocando solavancos no velho caminhão, nem os ramos espinhosos, que, por vezes, eram lançados por sobre os passageiros, conseguiram perturbar o bom humor reinante. Mas, em meio caminho, a viatura, seja pelo peso que transportava, seja pelo estado impraticável em que se encontrava a "estrada" sofreu avaria, obrigando-nos a descer e percorrer a pé, os quilômetros restantes.

Mais adiante abandonamos a "estrada" e seguimos por uma trilha distante uns quinhentos metros do rio e entre arbustos ribeirinhos que os nativos chamam de "saraus", alcançamos a encosta do morro, onde está encravada a gruta.

O terreno, até então percorrido, é uma baixada sujeita a freqüentes inundações, coberta de gramíneas e apresentando, de quando em quando, touceiras de "algodão" do campo, ou ingazeiros isolados.

Começamos a galgar a encosta pedregosa de uma elevação de uns duzentos metros, atravessando uma região arborizada, onde se destacavam a "umburana" e os "guayacos", saindo do interior de muitas

que servem, segundo nos informam, de ninhos às serpentes venenosas que habitam aquela região. O caminho, além de íngreme, é limitado por cercas vivas de espinhos, tanto aos lados como por sobre a cabeça do "alpinista", o que torna a subida mais difícil ainda e mesmo, muito vagarosa, pois a todos esses percalços, devemos acrescentar o cansaço da "turma" pela marcha já efetuada. Mas, a vontade de prosseguir era grande e ninguém podia esmorecer, dado o exemplo dos mais graduados e mais velhos. Finalmente, chegamos a mais de meio do morro e deparamos com a entrada da GRUTA DO INFERNO, também conhecida pelo nome de "Buraco do Soturno" (tudo leva a crer que seja uma corruptela local de Saturno).

Uma gameleira, que parece ser a sentinela da GRUTA, está postada à sua entrada, como que procurando esconder do mundo profano, a beleza que aí se encerra e tanto é o seu cuidado que, suas raízes mais longas se lançam até a "porta de entrada", como que procurando impedir o acesso de quem se atrever a penetrar no âmago da terra. Existe mesmo uma lenda que atribui aos jesuítas terem escondido, naquele local um grande tesouro e plantado à entrada do esconderijo diversas árvores, das quais, a única que até hoje resistiu foi a gameleira.

Transpondo a "porta", logo ao entrarmos na Gruta, deparamos com o primeiro "descanço", ou seja, uma lage de quatro por três metros. Aproveitamos o local para retirarmos as camisas de instrução, desembaraçando nossos movimentos, para então, iniciarmos a prova de descida.

A todas essas, o general, ao qual acompanhávamos, seguia à frente, nos acenando com seus cabelos brancos e sua vontade férrea.

Acendidas as velas, colocado o guia à frente do general, começamos a descer por uma "escadaria" de uns trinta metros de altura que, serpenteando a parede à direita, deixa à esquerda uma série de precipícios, cujo fundo a vista não devassa.

A descida não foi mais que uma sucessão de tombos que os degraus, colocados em falso, ocasionavam, mas nada podia nos privar de contemplar, mesmo à luz fraca da vela, a magnificência daquele trabalho da natureza e onde a mão do homem em nada interferiu.

De um lado colunas de estalactites, por vezes contorcidas, que desciam de alturas que não podíamos divisar, se nos afigurando como fixas em um teto muito alto; de outro lado as estalagmites, que, com suas bases em forma de crivos se elevavam em busca do infinito. Nos intervalos, formações caprichosas soerguiam-se entre pedras soltas ou nelas engastadas.

Agora, olhando-se para cima, podia-se, ainda, ver a "porta" por onde havíamos entrado, o que nos proporcionava um suave contentamento, ao sentir que aquele mundo subterrâneo estava ligado ao nosso mundo.

Terminada a escada chegamos a uma grande caverna, denominada "Salão" onde, um pequeno lago de água salobra, muito carregada de carbonato cálcico, irradiava intenso frescor, aliviando e dando sensação de bem-estar a quem, como nós, acabava de dispendar tantas energias. Naturalmente foi aquela água que, infiltrando-se pela abóboda, produziu tais maravilhas, dissolvendo a terra, descompondo-se ao contato com o ar e perdendo parte do ácido carbônico que a saturava.

A "Wonder Cave", de menores proporções que a "Gruta do Inferno" é ponto de atração dos turistas, que pagam bom preço para nela penetrar, e, no entanto só o "Salão" desta, suplanta tudo o que, aquela caverna americana, pode apresentar de maravilhoso. Mas, não devemos pensar em turismo em Coimbra, pelo menos, presentemente.

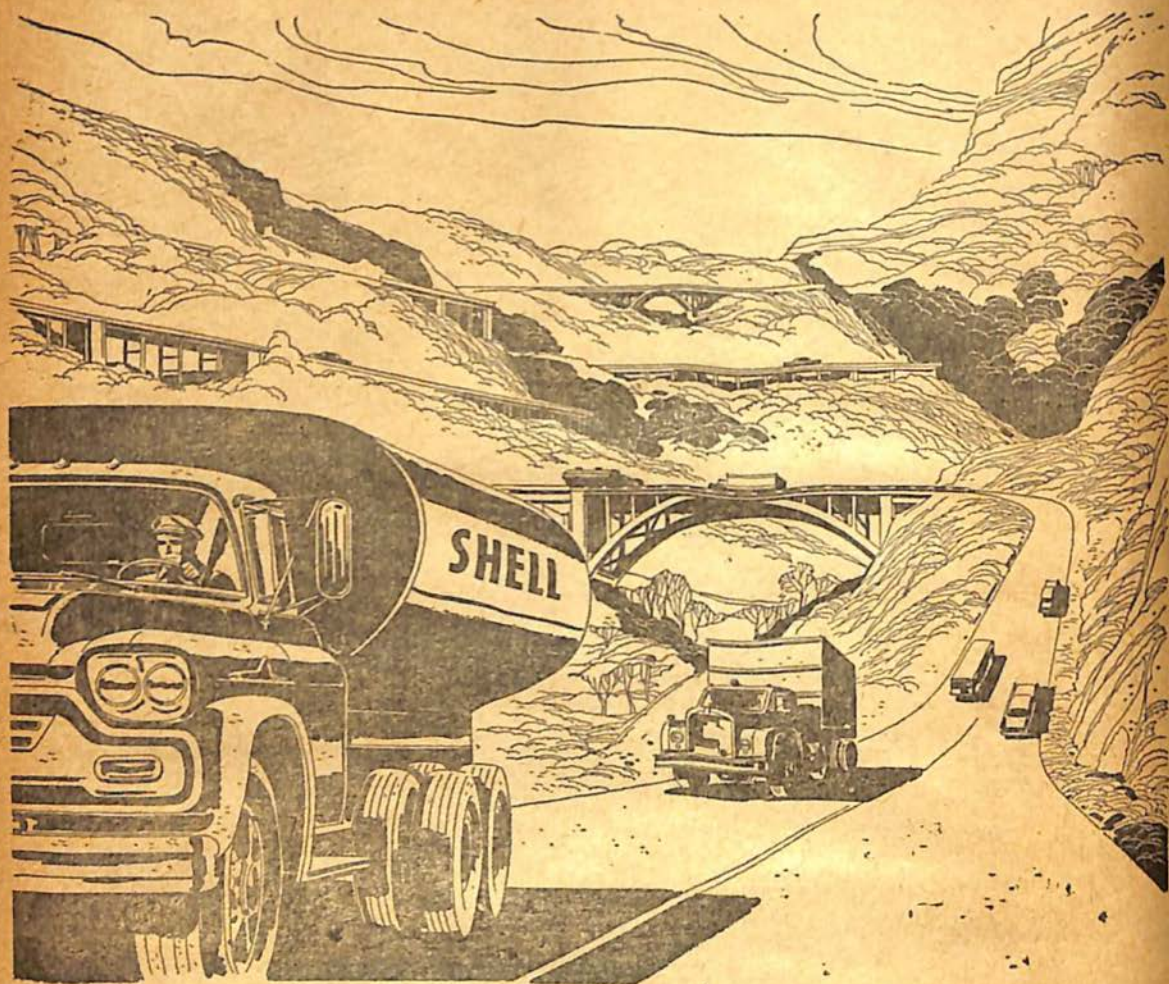
Enquanto descansávamos, íamos lendo diversos nomes gravados nas pedras e, foi com prazer que constatamos o sinal de passagem pela "Gruta do Inferno" do General Pessoa, Coronel Fonseca, Tenente Welt Ribeiro e Capitão Hermes Guimarães.

No "Salão" existem diversas passagens para outras cavernas que o circundam, onde ainda ninguém se aventurou a penetrar, salvo na maior delas, para onde alguns oficiais se dirigiram, continuando na excursão subterrânea. Contam que, uma expedição chefiada por um oficial, talvez o então Tenente Hermes, já penetrou na Gruta, muito além do "Salão", mantendo ligação telefônica com um posto situado na "porta". Foi consumida toda a dotação de fio telefônico existente no Forte, quando, segundo contam, um dos soldados componentes da "turma" regressou apavorado, gritando, alucinadamente, que havia encontrado um tamanduá colossal.

Não passamos do "Salão". Ai ficamos apreciando a constituição de suas paredes, formadas por concreção estalactiformes, sob as formas mais interessantes que podem ser imaginadas. Ao lado de verdadeiras "cascatas" petrificadas, levantam-se colunas que parecem modeladas pela mão do homem ou então, cortinas de numerosos crivos, causando, assim, não só admiração como prazer a todo aquele que tem a ventura de contemplá-las.

Estávamos extasiados com aquela contemplação, quando ouvimos a voz gutural do "filósofo" da turma, antigo deputado por um Estado do Nordeste, parodiando Vitor Hugo, sentenciar:

"Qualquer que seja a posição do homem, ante tanta magnificência, sua alma se posta de joelhos..."



PARA TRANSPORTAR O PROGRESSO...

...e levá-lo às mais longínquas regiões do País, intensificando o seu ritmo de produção, a circulação e consumo das riquezas, é necessário transpor a imensidão territorial e a acidentada topografia do Brasil. As estradas ainda constituem desafios à operosidade do homem... à existência de um serviço fácil de abastecimento e distribuição dos derivados do petróleo, essenciais ao nosso desenvolvimento. Sempre atenta ao suprimento do País, superando-lhe os obstáculos naturais, a Shell mantém complexo e perfeito sistema distribuidor que utiliza todas as vias de comunicação - terrestres, marítimas, fluviais e aéreas - para fazer chegar às grandes centrais elétricas, usinas, indústrias, tratores, locomotivas, barcos, navios e aviões os lubrificantes, combustíveis e graxas industriais indispensáveis ao seu funcionamento. Deste modo, a Shell transporta aos mais diferentes rincões do Brasil o que o petróleo pode oferecer para o bem-estar comum.

Você pode confiar na



TRANSBRASILIANA, FATOR DE UNIDADE, DE PROSPERIDADE E DE SEGURANÇA NACIONAL

Ten-Cel TASSO VILLAR DE AQUINO

Em boa hora está sendo atacada a construção da rodovia Transbrasiliana, ou BR 14, no trecho Belém-Goiânia. A conclusão dos trabalhos, prevista para 1960, implicará na ligação terrestre da capital paraense com a futura capital do país, de vez que a ligação Goiânia-Brasília já é uma realidade, ou quase isto.

O fato de ser uma das componentes do sistema rodoviário que porá a Capital em contato direto com tôdas as regiões do Brasil representa, por si só, argumento bastante para situar a BR-14 entre as mais importantes do Plano Rodoviário Nacional.

Não cessa aí, entretanto, a sua expressão nacional. Os seus quase 4.500 km de percurso, inteiramente pelo interior, entre os pontos extremos — Belém e Santana do Livramento (esta na fronteira do Uruguai) — farão da BR-14 a mais extensa rodovia do país, e poderosa contribuição para levar o Brasil à posse efetiva de si mesmo. Isto porque, além da ligação Norte-Sul, pela qual é diretamente responsável, proporcionará a ligação Norte-Nordeste, através da junção, nas proximidades de Belém, com a BR-22, cuja construção já está muito adiantada, e com as várias rodovias transversais que, do litoral nordestino, buscam o interior do país.

Da mesma forma, sua articulação com rodovias transversais que, também com origem no litoral, demandam o interior, assegurará a ligação do norte e do centro com a região Leste.

E, dessa forma, a BR-14 estrada de Unidade Nacional por excelência, e fator marcante de brasilidade.

Neste papel, no que toca à ligação Norte-Centro, a BR-14 será complementada pelas BR-16 e BR-29. Estas últimas porão em contato direto Santarém e Campo Grande, através de Cuiabá, a BR-16; e Cruzeiro do Sul (Acre) e Cuiabá, por Rio Branco (Acre) e Pôrto Velho (Rondônia), a BR-29.

Modificações introduzidas pela Lei 2.975, de setembro de 1956, no traçado norte da BR-14, deslocaram-no para o divisor dos rios Araguaia e Tocantins, quando o traçado do Plano Rodoviário é pela margem direita do Tocantins.

O fundamental, entretanto, é que seja concluído o trecho Belém-Goiânia, de forma que se tenha assegurado o razoável em relação à ligação com o norte, já que as duas outras vias com idêntico propósito, as BR-16 e BR-29, se arrastam com freqüentes e perturbadoras soluções de continuidade, que não autorizam qualquer esperança de solução próxima, tão esperada pelos brasileiros conscientes do valor dessas rodovias para a Unidade e a prosperidade nacionais.

Além do papel de traço de união entre as várias regiões brasileiras, a BR-14, nos seus mais de 2.000 km pelas regiões Norte e

Centro, fará despertar para a vida econômica imensa área geográfica, repleta de possibilidades.

De Belém a Goiânia ela percorrerá inicialmente 500 ks da típica floresta amazônica, rica em essências de alto valor econômico, antes de penetrar nos extensos babaquais do oeste maranhense e norte goiano, de grande expressão econômica. Prosseguirá pelos campos e cerrados de Goiás, onde se encontram bons solos agrícolas e bons campos de pastagens, com condições favoráveis ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária, percorrendo também regiões do algonqueano, de esplêndidas perspectivas quanto a recursos minerais. Neste particular, mesmo com as atuais dificuldades de transporte, se vem realizando, com certa intensidade na região, a exploração de diamante e de cristal de rocha, principalmente deste. Apesar do primitivismo dos processos usados, a exploração do cristal de rocha representa, dentro da área amazônica, a exploração mineira de maior expressão econômica, depois da do manganês do Amapá, naturalmente.

Esta atividade está mesmo provocando o povoamento do norte de Goiás, como é afirmado na magnífica obra "Primeiro Plano Quinquenal", da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

Ainda dentro do aspecto econômico, é de se prever que a BR 14, no seu percurso por região de tão abundantes recursos naturais, estimule o surgimento de indústria de transformação dos produtos da região. Para isto, há possibilidades enormes quanto à obtenção de energia nas inúmeras quedas dos rios Araguaia e Tocantins.

Também ficará facilitado o melhor conhecimento geológico e mineralógico de imensa área pouco conhecida, bem como o inventário florestal, tendo em vista uma exploração racional da floresta, nos moldes que vêm sendo postos em prática pela FAO em outras regiões amazônicas.

Consequências de ordem social e demográfica se traduzirão em melhoria das condições de vida de considerável contingente de brasileiros do interior, pela maior facilidade de instrução, assistência médica e religiosa, recreação, trabalho produtivo que a rodovia propiciará, assim como a formação de núcleos de população bem assistida. Tudo isto representa passo decisivo para a conquista do imenso vazio que separa a região litorânea das nossas fronteiras terrestres. Sem a conquista racional desse vazio, em forma de transporte e de assistência à gente do interior, que lhe assegurem trabalho e prosperidade na sua região, jamais veremos resolvidos, antes teremos cada vez mais agravados, os problemas de ordem econômico-social que intranquilizam a Nação.

Sob o ângulo Segurança Nacional, a construção do trecho norte da BR-14 dará continuidade ao Brasil, tirando-lhe o aspecto de arquipélago, e a incômoda e perigosa servidão da ligação com a região norte apenas pelo mar e por ar.

Entretanto, para que a rodovia de que estamos nos ocupando, como todas as outras vias para o interior, atinjam suas finalidades, exigências de três ordens deverão ser atendidas desde logo:

- permanência de circulação em qualquer tempo, vale dizer, pavimentação, no caso das rodovias e em particular da BR-14, especialmente no trecho amazônico, sem estação seca durante todo o ano;

- educação do brasileiro do interior, para que ele não continue a ser o destruidor dos recursos naturais, o construtor inconsciente de desertos, pela devastação impiedosa da floresta e da fauna, para isto usando, quase sempre, o mais criminoso dos processos — a queimada;

— medidas que assegurem a melhoria do padrão de vida das populações do interior, de forma a impedir que a rodovia, ao contrário do que dela se espera, se transforme em via de fugitivos do interior para as grandes cidades, com o agravamento dos males sociais e econômicos atuais.

Educação objetiva do homem, e vigilância permanente e efetiva dos poderes públicos na defesa dos nossos recursos naturais, particularmente das florestas, constituem, nos nossos dias, medidas de Segurança Nacional.

Cada nova via para o interior, ao lado das conquistas para a civilização que acarretará, poderá balizar também a marcha da destruição, com as mais funestas conseqüências para as gerações futuras.

Temos, neste particular, exemplos impressionantes, que nos deveriam guiar, evitando repetições criminosas como as que se verificam atualmente no norte do Paraná.

O Nordeste aí está a clamar contra os que, na ânsia de construir para a civilização e para a prosperidade pessoal rápida e fácil, lhe destruíram as matas, provocando com isto alterações climáticas de tal vulto que o tornaram no problema nacional de já três gerações.

Também o rio São Francisco, no seu patriótico papel de ligação do litoral com o interior, ficou trágicamente marcado pela passagem da civilização para a conquista do sertão.

O médio São Francisco, sobretudo, documenta nas suas terras áridas, nos seus afluentes outrora volumosos e hoje transformados em filêtes d'água inexpressivos, nas suas populações miseráveis o perigo da imprevidência, da conquista inconsciente, da ação civilizadora do homem, guiada apenas pela idéia do lucro material, sem ter, como elemento moderador, a ação acauteladora dos poderes públicos.

O Tocantins, nas proximidades do qual correrá a BR-14, é, em muitos aspectos, semelhante ao São Francisco. Como este, ele é um rio de ligação com o interior; da mesma forma que pelo São Francisco, em outras épocas, avançou uma das colunas para a conquista do sertão, pelo Tocantins, nos dias atuais, avança uma frente pioneira para a conquista do norte; em sentido inverso, portanto. Lancem mão desde logo os poderes públicos dos meios que lhe permitirão evitar ao Tocantins e às demais regiões do interior os males que atacaram o São Francisco, para que não venham a ser os recursos financeiros da Nação empregados em recuperação, ao invés de em aproveitamento das riquezas naturais. A floresta Amazônica, por exemplo, tem sido poupada à destruição sensível graças a quatro fatores principais:

- imensidão da área por ela coberta;
- muito fraca densidade demográfica dessa área;
- agressividade de algumas tribos indígenas, transformadas em guardiães inconscientes dos nossos recursos naturais, e
- as condições climáticas ambientes, de super-umidade, capazes de limitar a ação devastadora das queimadas.

Educação prática, objetiva e continuada, desde os bancos primários, de forma a dar ao homem brasileiro consciência do valor da fauna e da flora, na vida física e econômica de cada um e da Nação; vigilância permanente; correção para os que assaltam as nossas reservas florestais em busca da prosperidade pessoal, com sacrifício da Nação, são os meios eficazes que permitirão ao Brasil marchar tranqüila e seguramente para a posse de si mesmo, através das vias de transporte e de assistência adequada às populações do interior, que facilitem a essas populações trabalho produtivo em seu benefício e da Nação.

O FITOTRON

Numa vasta propriedade pertencente ao Centro Nacional da Pesquisa Científica, em Gif-sur-Yvette, nos arrabaldes de Paris, está instalada uma das mais interessantes realizações francesas: o fitotron.

Nesse laboratório, descompõe-se a vida da planta em suas relações com todos os fatores que a cercam. As reações da planta à luz, à umidade, ao calor, são estudadas da maneira a mais completa e a mais rápida, tendo a possibilidade de variar, à vontade, esses diferentes fatores que determinam seu crescimento e sua evolução. O fitotron-gif, que estará em perfeito estado de funcionamento em outubro de 1960 será o mais perfeito do mundo.

O conjunto cuja ossatura já está terminada e comportará, um átrio, treze salas escuras, oito salas expostas à luz do dia. Por enquanto, funciona somente como experiência, uma sala escura e uma sala clara. Podem ser realizadas condições climáticas as mais variadas, sendo que o ar condicionado penetra nas salas em caixões que formam o assoalho. O ar é renovado três vezes por minuto, isto é sessenta vezes mais rápido do que numa sala de cinema, e é repartido de maneira tão perfeita que não se sente o menor movimento de ar.

A umidade pode ser conservada de maneira constante e variar entre menos 20 graus e mais 20 graus. Pode-se estabelecer secas da ordem de 5 a 10% de umidade, isto é reconstituir as condições das secas do Sahara.

Essas experiências têm um grande valor para a França, responsável pelo aproveitamento do Sahara.

Ten-Cel RAMÃO MENA BARRETO

"A Defesa Nacional" agradece ao prezado camarada o interesse tomado pela divulgação de nossa revista em Santa Maria onde, somente no QG da 3ª DI, foram conseguidas 42 assinaturas.

OFENSIVA ECONÔMICA RUSSA CONTRA A AMÉRICA DO SUL

O diário financeiro "Wall Street Journal" publica uma correspondência do seu redator Joseph Guilfoyle, enviada de Montevideu, sobre a situação na América Latina, com vários títulos e subtítulos como "galanteando os latinos", "os comunistas oferecem mais ajuda comercial à América Latina e encontram crescente aceitação", "o bloco soviético já compra 25% de lã uruguaia", "um acicate: a miséria econômica na região".

Afirmando que "o povo da América do Sul, que antes sempre suspeitou dos comunistas, parece agora disposto a aceitar suas mercadorias e ofertas de ajuda sem discussão". Segundo a afirmação de "um preocupado diplomata estrangeiro", o jornalista cita os seguintes fatos causadores de preocupação: uma troca de 20.000 sacas de café do Brasil por 60.000 toneladas de petróleo; exportações uruguaias ao bloco soviético no valor de 14.500.000 dólares no primeiro semestre deste ano; o crédito soviético de 100.000.000 de dólares à Argentina para comprar equipamento petrolífero na Rússia; uma oferta tcheco-eslovaca de compra no Peru de chumbo e de zinco; e a crescente atividade cultural e de propaganda comunista na América do Sul.

Prosseguindo, diz que "talvez o mais importante na campanha comercial dos comunistas é o fato de que estão encontrando terreno fértil" pela situação econômica de muitos países sul-americanos, entre os quais cita o "Brasil, o Uruguai, a Argentina, e a Bolívia, que estão em profundas dificuldades econômicas".

Guilfoyle declara que esta manobra soviética "tende a fazer que algumas nações latino-americanas dependam mais do bloco comunista" e que "os crescentes pedidos latino-americanos de produtos soviéticos... são acompanhados de reduções de compra nos Estados Unidos em muitos casos".

URUGUAI

Um dos países que aumentaram acentuadamente seu comércio com o bloco comunista este ano foi o Uruguai, segundo o artigo, que continua: "No primeiro semestre deste ano suas exportações para o bloco soviético aumentaram em 14,5 milhões de dólares, diante de 6,9 milhões em igual período do ano passado e 12 milhões em todo o ano de 1957. As transações deste ano representaram 19,9% de suas exportações totais, frente a 8% do ano passado. E as importações procedentes do bloco soviético aumentaram em 39% sobre 1937.

A respeito da diminuição do comércio uruguaio com seus amigos tradicionais, informa que "nos primeiros seis meses de 1958 suas exportações para os Estados Unidos sofreram uma baixa de 53,3% em relação a um ano atrás, os embarques para o Brasil baixaram em 95%, e à Holanda e à Itália, em 60,2 e 53, respectivamente.

O jornalista vê, em Montevideu, provas palpáveis dos resultados deste desvio do comércio, com jornais impressos em papel da Alemanha Oriental, União Soviética e Polônia; brinquedos, joalheria e relógios feitos na Tcheco-Eslóva-

quia; câmaras fotográficas soviéticas, pianos, máquinas de escrever da Alemanha Oriental etc.

BRASIL

No Brasil — declara — um crescente número de preeminentes homens de negócios que proclamam sua amizade pelos Estados Unidos está adotando o critério de que não há nada de mau no aumento do comércio com a União Soviética e um industrial do Rio afirma: "acredito que isso fará bem ao país. Até a imprensa anticomunista brasileira, habitualmente a primeira a prevenir-nos do perigo de permitir aos agentes de Moscou pôr sua garra na porta, não levantou sua voz contra o recente negócio do petróleo, e as propostas soviéticas para o reatamento de relações diplomáticas entre ambos os países não provocaram um só escândalo entre o povo em geral".

ARGENTINA

Menciona também como "mais surpreendente a expansão do comércio comunista com a Argentina este ano". O aumento das exportações do bloco comunista a esse país, no primeiro semestre, foi de uns 225%, num total de 24.997.000 dólares, em relação a 7.677.000 no ano passado. E embora as exportações ao bloco comunista não aumentassem tanto, foram, contudo, de 39% maiores que no ano de 1957.

Finalizando, o jornalista declara: "Embora o Brasil, a Argentina e o Uruguai constituam, no momento, os objetivos principais da ofensiva comercial dos comunistas, estes estão galanteando, ainda que menos fervorosamente, outras nações sul-americanas. E, em apoio desta afirmação, refere-se a transações com o Chile e com a Colômbia, à recusa de repetidas ofertas pelo Equador, e pequenos negócios com o Paraguai, a Venezuela, o Peru e a Bolívia.

SERRARIA IRIS

Indústria e Comércio de Madeiras — Fábrica de Esquadrias

J. F. BARROS & CIA. LTDA.

Ferragens, Tintas, Louças e Materiais em Geral para Construção

RUA ÁLVARO DE MIRANDA, N. 15

Telefones: 29-0229 e 49-2257

RIO DE JANEIRO

HISTORIADORES DO SÉCULO XX

ANNIBAL FREIRE DA FONSECA

(Aula proferida no curso de Historiografia, na Academia Brasileira de Letras).

Assaltou-me de início a hesitação no critério a adotar na explanação do assunto contido nesta parte do programa, atendendo obviamente aos limites do tempo.

A matéria teria de ser versada em torno de considerações gerais ou haveria de se adstringir à tarefa de enumeração de nomes? A visão panorâmica corria o risco de afetar o caráter objetivo da lição a ser ministrada e colidiria decerto com o fecho do curso, nos termos em que está ele apresentado. Além disto, não ficaria bem caracterizada a atuação dos que encheram metade deste século com a projeção de suas luzes no domínio da história pátria.

Pelo aspecto subjetivo, as dificuldades não seriam menores. Os gêneros literários de ficção revelam tendências, emolduram-se em cânones, que os seus seguidores observam com a fascinação que todos os credos inspiram. Os agrupamentos que se formam em redor dessa forma de expressão intelectual inspiram-se num espírito de religiosidade, que escapa ao raciocínio e à razão. A história não tem a mesma flexibilidade nem vai encontrar as suas nascentes em fórmulas de arte. É verdade que Toynbee, que imprime à filosofia da história vigoroso impulso, irmana a história ao drama e ao romance, todos filhos da mitologia, "forma primitiva de compreensão e de impressão onde — como nos contos de fadas para crianças ou nos sonhos dos adultos sofisticados — a demarcação entre o real e o ima-

ginativo é nitidamente traçada". É, decerto, afoiteza a restrição a conceito de tão alta autoridade. Mas a história tem outra feição. Pode variar o estilo do escritor; pode diferenciar-se a interpretação dos fatos históricos, mas a verdade, de que a história deve ser a expressão, tem de se firmar. A faculdade de conjecturar não se identifica com a imaginação. Se ela não emana da observação, é pura fantasia.

Em livro recente e de referência a um processo de ordem literária, Maurice Garçon, notável advogado, membro da Academia Francesa, observou: — "O papel da imaginação, tão grande na obra romanesca, deve estar ausente na do puro historiador, anotador imparcial dos fatos precisos e exclusivos de toda fantasia pessoal".

O mérito do historiador sobressai na significação que ele possa dar ao documento, base de suas assertivas. O Professor Galbraith, de Cambridge, resumiu a controvérsia: "a história é o passado na medida em que podemos conhecê-lo".

Não nos passa despercebida a revolução coperciana, de que nos fala Lord Acton. Nas suas hostes vamos encontrar os representantes do novo espírito histórico, os Croce, os Meinecke, os Collingwood. Mas eles mesmos divergem na demarcação das fronteiras desse pensamento. Devemos reverenciar nêle a preocupação, em benefício da cultura, de assimilar os ensinamentos da sociologia, em conexão com os problemas históricos. Uma disciplina serve inquestionavelmente à outra, sem absorvê-la, porém, ou diminuir-lhe o conteúdo. Neste

particular, não podemos deixar de exaltar a contribuição que para o estudo da história prestam os nossos sociólogos, a começar do insigne Oliveira Viana até o Sr. Sérgio Buarque de Holanda, tendo ao centro a figura prestigiosa do Sr. Gilberto Freyre.

No seguimento desta palestra, veremos como os nossos historiadores, mesmo os mais modernos, não quebraram, com arremessos vãos, a construção histórica.

No campo da história o Século XX abre-se no Brasil com um clarão: *Os Sertões* (1902). O seu autor, Euclides da Cunha (1866-1909). O livro, cume imponente, de cujas alturas se tem uma visão infinita dos entes humanos e das coisas.

Na modorra dos dias que passavam, o aparecimento do livro causou sensação que não se repetiu. A sensibilidade do público foi tocada de maneira inédita. Os círculos pensantes, agitaram-se entre emoções e aplausos. Havia razão para esse frêmito de espanto, de admiração atônita? A posteridade o está confirmando, na duradora consagração da obra.

O poder descritivo assumiu nela formas empolgantes. A força do vocabulário revelou-se com tal destreza que importou numa renovação de estilo surpreendente.

A substância intelectual não encerrava novidade: a visão do meio em que os acontecimentos se produziam. Mas o dom de penetração do sociólogo se condensou em fórmulas tão vigorosas que se tinha forçosamente de chegar à conclusão de que a obra era coisa nova, altamente sugestiva e irradiante.

Nos comentários sobre *Os Sertões*, logo após o aparecimento do livro, José Veríssimo, fino e cauteloso, não se deixa arrastar por entusiasmo. Qualifica o estilo do autor de "enfático, abstrato, mas que é naturalmente o seu e não uma postura". Reconhece no escritor "espírito culto, técnico, avisado, conhecedor seguro da terra e da gente, cujos aspectos e feitos re-

conta", enfim "o historiador moralista".

Outro notável crítico, de agudeza intelectual e ao mesmo tempo de graça, Araripe Júnior, ao receber Afrânio Peixoto nesta Casa, expande-se em conceitos inflamados sobre a obra de Euclides da Cunha.

Vieram depois *Contrastes e Confrontos* (1907), e *A Margem da História* (1909), editados no Porto. Os dois pequenos volumes nada acrescentam à glória de Euclides da Cunha. O assunto do último capítulo do segundo livro da Independência à República é versado em estilo diverso. Reconstituição em rápidos traços de acontecimentos ocorridos no espaço de mais de sessenta anos, tem o valor de uma síntese feita por mãos peritas.

Na vida torturada que o consumia, avizinhandose da morte, ainda cuidava Euclides da Cunha da revisão das provas do livro e escreveu a 25 de julho de 1909 a seu editor (a 15 de agosto tombava sob as balas assassinas): "a nova grafia da Academia continua a perturbar-me grandemente na revisão; devo adotá-la por coerência. As minhas próprias cartas denotam esta desordem gráfica. Em geral, obedeço por hábito. É feição antiga".

O cadete insubmisso da Escola Militar da Praia Vermelha rendia-se aos ditames da Companhia, que o acolhera.

Rocha Pombo (1847-1933) iniciou-se nas letras com romances. Passou a estudar problemas de educação e de lingüística. Compôs depois uma série de histórias estaduais, que compreende os Estados de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Norte. Fixando-se na Capital da República, empreendeu a publicação da *História do Brasil*. Nela trabalhou durante doze anos. O primeiro volume é de abril de 1905 e o décimo e último volume apareceu em 1917.

Em Rocha Pombo o material é imenso, mas desprovido de fundo cultural. Antes expositor do que homem de pensamento com idéias

próprias. O afã no labor redime em parte as deficiências da obra.

Rodolfo Garcia, que o substituiu nesta Casa, salienta a vastidão da obra, pela superfície imensa que cobriu, e resume singelamente o seu conceito: "Rocha Pombo fez o que foi possível fazer".

José Veríssimo, com a agudeza habitual, ao analisar, no *Hospício*, romance de questão social, aparecido em 1905, antevia o horizonte mental em que se teria de desenvolver o autor: "Raro gênero literário não terá ensaiado, sem em nenhum dar uma nota pessoal, que lhe indique a relação ou lhe distinga a individualidade".

O julgamento de Rocha Pombo tem-se de fazer não à luz de encomios, que seriam iniludivelmente insinceros, nem à maneira malevolente de Capistrano de Abreu, para quem o "obrao teria mais de dez volumes, se o editor, que pagava por linha ou página, não se lembrasse do birgiliano: jan satis prata hiberunt".

Devemos respeitar em Rocha Pombo um obreiro tenaz e esforçado da nossa historiografia.

Manoel de Oliveira Lima (1837-1928) é sem contestação uma das figuras mais altas da intelectualidade brasileira, pela uniformidade das diretrizes literárias, pelo vigor e sobriedade do estilo, pela independência das opiniões. Diplomata, com o manejo próprio dos assuntos concernentes à carreira, memorialista, escritor de impressões de viagem, colaborador assíduo de jornais, versando os mais variados temas, é, entretanto, como historiador que ele sobressai no cenário mental do país. Desde muito cedo a sua vocação para inquiridor de matérias históricas se manifestara. No discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras, logo no início narra que "quando muito novo ainda estudava paleografia na torre do Tombo de Lisboa e costumava ainda esquadrihar nos maços de papéis bolorentos de caracteres semiapagados, debaixo da poeira dos séculos, algum documento". Tinha por mestre nessa ocasião

José Bastos, um dos auxiliares de Herculano nos *Portugalia Monumento Histórico*.

Ingressando na carreira diplomática, ainda lhe sobrava tempo para os estudos de sua predileção. O seu primeiro trabalho de relevo na história é *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* (1894). O mômco de 23 anos sagrava-se historiador e a auréola, iniciada com tão fagueiras perspectivas, não se ensombraria até a morte.

Verifica-se no livro um dos rumos certos da atividade intelectual de Oliveira Lima: a conexão dos fatos históricos com os reflexos sociológicos. Essa orientação não sofreu hiatos, desde o primeiro livro até a obra póstuma *Impressões da América Espanhola*.

"Pernambuco e seu desenvolvimento Histórico" valeu-lhe o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Seguiram-se-lhe *Aspecto da Literatura Colonial Brasileira* (1896) e vários outros trabalhos. Desta fase há a destacar o *"Reconhecimento do Império"*, que é mais de história diplomática, mas nem por isso perde o relevo de construção histórica, veraz e definitiva na matéria.

Abrem-se-lhe então as portas da Academia Brasileira e seu discurso de recepção é o *Elogio de Varnhagem* (1903). Confesso sem presunção que dentre os trabalhos de Oliveira Lima é este que mais me seduz. Pela inteireira, em que a altanaria dos conceitos rivaliza com a solidez do raciocínio e a linguagem, sem derivar para panegírico ou para a ênfase nas controvérsias, serve de modelo a quantos aspirem as láureas de historiador.

A ascensão de Oliveira Lima firmou-se com o *"D. João VI no Brasil"* (1908) — 2 volumes. Aí há a assinalar um dos altos predícos do escritor: a reação contra as idéias feitas, cimentadas na preguiça no inquerir. Começou com o livro pujante de Oliveira Lima a reabilitação do monarca, tão injustamente encarado pelos autores. Mas o *"D. João VI no Brasil"* não é apenas uma sentença histórica

irrecorrível. É o painel, em larga dimensão, do Brasil da época. Talvez mesmo um pouco de excesso na ampliação da matéria. Influência provável dos métodos de elocubração de Teófilo Braga, que marcou em muitas páginas do livro o estilo e o tonus mental do historiador brasileiro.

O autor começa com a afirmativa de que a dinastia nacional de D. João VI é o favorito do sentimento público, que o "olha com uma ternura em que entram uma certa dose de reconhecimento, um pouquinho de compaixão e uns toques de proteção".

O livro abrange todos os aspectos da ação e da vida do monarca: estudo sucinto, sem pedanteria, da terra; análise das relações comerciais, para o incremento das quais D. João VI foi fator primordial; análise da situação intelectual.

A parte consagrada às relações diplomáticas é das mais notáveis, pelo cuidado no aproveitamento do material encontrado nos arquivos, bem como pelas deduções que dos fatos o historiador tira. Da isenção do escritor tem-se nítida impressão no tom de independência com que se refere a Portugal, a despeito da atração que desde a mocidade a terra e a gente lusitanas lhe despertam e igualmente no capítulo relativo à revolução de 1817, em que não perpassam quaisquer sombras de bairrismo.

Apesar da extensão e profundidade da obra, Capistrano de Abreu se refere a ela com certo desdém e ainda diz que "depois de D. João VI, o autor melhorou", como se não fôsse ela o ponto culminante da carreira literária de Oliveira Lima. Aliás, Capistrano não fez a crítica da obra, como lhe competia, dadas as restrições que lhe impunha e os reparos acima mencionados constam da sua malsinada "Correspondência". É de irritar a constante acidez com que Capistrano se refere ao seu confrade. Em vez de lhe concretizar defeitos de construção e lapsos de interpretação, diz simplesmente: "o gênero do boju do pernambucano, com suas consi-

derações desencontradas e não raro superficiais, agrada-me pouco".

Surgiram depois "Formation Historique de la Nationalité Brésilienne, série de conferências proferidas na Sorbonne (1911); as anotações à "História da Revolução de Pernambuco de 1817", por Muniz Tavares (1917); "O Movimento da Independência" (1922); "Aspectos da História e da Cultura do Brasil", conferência inaugural da cadeira de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1923); "D. Pedro e D. Miguel" (1925).

Pouco depois de sua morte, foi publicado o "Império Brasileiro" (1822-1889), documento a mais da varonilidade do escritor. A Oliveira Lima acusaram pela imprensa, no parlamento, nos círculos diplomáticos, de sentimentos monárquicos e até de veleidade restauradoras. A increpação não tinha base. Oliveira Lima não teve nem podia ter prisões com o Império e da República nada aproveitou. Mas o seu senso histórico prevaleceu sobre as querelas e as palavras de introdução ao seu último livro merecem atenção, mesmo que elas possam traduzir o transe de um espírito amargurado.

O método era a dominante em Oliveira Lima. Método em tudo, desde o modo de redigir os seus trabalhos, rascunhados a princípio e só depois definitivamente compostos, até em matéria epistolar. O Senhor Mário Melo narra que ele não deixava carta sem resposta e abria com canivete ou tesoura, para não estragar a sobrecarta. Depois de respondida, punha-a em ordem e protocolava a resposta.

Há a assinalar, na fixação de um personagem dessa valia, um traço meritório. Oliveira Lima era propenso a acudir a desafios e mesmo a provocá-los e nestes momentos a sua pena não se embebia em mel. A acidez do comentário excedia por vezes o da divergência.

Mas o homem, que criou na carreira diplomática profundas dissensões, que se indispôs com diretores de jornais nos quais cola-

borava, que afastou as simpatias de notáveis personalidades políticas de seu tempo, que nas suas memórias póstumas foi vingativo e cruel, era nos julgamentos históricos de inquebrantável serenidade e edificante discernimento.

Da sua projeção sobre as gerações contemporâneas basta consignar o zelo com que líderes de correntes de idéias, como o Sr. Gilberto Freyre, procuram perpetuar-lhe a memória e o interesse crescente dos editores pela maior divulgação de sua obra.

De Alfredo de Carvalho (1870-1916), o renome ficou circunscrito a Pernambuco e às regiões vizinhas. Foi ele incontestavelmente um belo espírito, consciencioso e probo.

Culto, viajado, com lazeres bastantes para produzir, entregou-se à tarefa da pesquisa histórica. Começou pela colheita de dados sobre o jornalismo pernambuco, culminando nos *Anais da imprensa periódica pernambucana* (1908). Em 1906 publicou *Frases e Palavras* (problemas histórico-etimológicos) e no mesmo ano *Estudos Pernambucanos*. Em 1930, já morto o autor, o Estado de Pernambuco, sendo governador o inovidável homem público Estácio Coimbra, publicou *Aventuras e aventuras no Brasil*. Oliveira Lima, com quem Alfredo de Carvalho convivia intimamente em Pernambuco, durante a estada do famoso historiador em sua terra natal, lera os originais do livro e em 1910 assim se manifestava em artigo no *Estado de São Paulo*: "Será este livro a nossa *petite histoire*, a nossa história anedótica, a nossa história dramática, cômica, pitoresca e trágica, considerada nos seus aspectos pessoais, extravagantes, humorísticos e lancinantes".

Eduardo Tavares dirigiu a publicação, na qual se inserem vários estudos, constantes de coleções existentes na Biblioteca Nacional e adquiridas pelo governo federal.

Da Biblioteca Exótica-Brasileira, também publicação póstuma, diri-

gida pelo mesmo Eduardo Tavares, saíram três volumes, abrangendo da letra A à letra M (1929-1930).

Ao serem publicados os *Estudos pernambucanos*, José Veríssimo escreveu longo e substancioso artigo sobre o autor, fazendo-lhe restrições sobre o estilo e não poupando elogio ao seu labor honesto e pro-ficuo.

Capistrano de Abreu, sempre tão ríspido, prezava o contacto com Alfredo de Carvalho e assinala: "Nossa correspondência não se manteve muito tempo; mas nunca diminuíram de minha parte os sentimentos de afeição".

Devem-se a Alfredo de Carvalho excelentes traduções: a do *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais*, de Ambrosio Richshoffer, traduzido do alemão; a de *Olinda conquistada*, de João Baesse; *Diário da expedição de Mathias Reck ao Ceará*, traduzido do holandês. É de ressaltar a tradução do francês das *Notas dominicais*, de Tollemnare, frequentemente citada, sobretudo pelos cronistas da revolução pernambucana de 1817.

Oliveira Lima, que não era pródigo em elogios, assim se referiu a Alfredo de Carvalho: "Os trabalhos do Sr. Alfredo de Carvalho distinguem-se todos, sem exceção, pela probidade e pela exatidão que nela se filia. Têm, por assim dizer, o cunho alemão, que foi o principal na sua formação intelectual.

Alfredo de Carvalho não pertenceu à Academia Brasileira de Letras. Mas neste recinto se ouviram franco louvores ao escritor pernambucano. No seu discurso de recepção, Rodolfo Garcia lembrou que sua admiração por Varnhagem vem de Alfredo de Carvalho: "Foi esse modelar e erudito pernambucano quem me chamou a atenção para a *História Geral*". E na resposta do saudoso Afonso Taunay, concordância de opiniões. Depois de deplorar a ausência de Calógeras do nosso grêmio, acrescentou o notável historiador: "Coloca-se hoje a opinião em nossa cadeira, quadragésima primeira, de tôdas a mais glorio-

sa, onde entre os mais recentes titulares incluem-se Alfredo de Carvalho, Alberto Torres e Martim Francisco III.

De um dos membros dessa Academia, e dos mais conspícuos, Clóvis Bevilacqua, recolheu o historiógrafo pernambucano este conceito: "Alfredo de Carvalho não foi somente um investigador tenaz das coisas pernambucanas: era um erudito, conhecia várias línguas e escrevia com muita elegância".

Com Alberto Rangel (1877-1945) defrontamos gênero diverso do que assinala a atividade de outros historiadores. Nenhuma produção de vulto. Trabalhos esparsos, embora alguns de real merecimento. Os assuntos versados em parte de natureza íntima, como os amores dos monarcas, onde sobressaem incidentes que não são de molde a concorrer para definições históricas. A natureza inquieta do escritor não se detém diante de documentos, que, no seu entender, enodam o renome de figuras como Holanda Cavalcanti, Visconde de Albuquerque, que ele qualifica de "reprobo da secessão" ou como o Marquês de Abrantes, pela sua privança com um aventureiro contumaz.

Alberto Rangel havia alcançado grande êxito literário com o *Inferno Verde*, prefaciado por Euclides da Cunha. O seu estilo pomposo, por vezes arrevezado, não indicava que pudessem ser do seu feitio os assuntos históricos. Mas em 1916, publicou *D. Pedro I* e a *Marquesa de Santos* e as ousadias do escritor eram expostas com tanto brilho que desde logo lhe ficou assegurada posição na nossa historiografia. Surgiram mais tarde *Textos e pretextos* (1926). A maior parte do livro é consagrada aos amores de D. Pedro I, reprodução, portanto, do assunto do livro sobre Domitília de Castro.

A sua estada em Paris deu-lhe ensejo de compor o *Gastão de Orleans, o último Conde d'Eu*, somente publicado em 1935. Obra compacta, de farto documentário abrangendo não somente o estudo da fi-

gura do biografado, mas o meio em que ela evoluiu. O Conde d'Eu já havia sido objeto de estudo do Sr. Luiz da Câmara Cascudo e só teve a lucrar com o aparecimento da obra metodizada de Alberto Rangel.

Na ordem cronológica e não na ordem de merecimento vêm depois *Trasanteontem*, episódios e relatos históricos (1943). Há de tudo no livro, desde os famosos incidentes da instalação da corte de D. João VI no Rio até o marujo Ponthier.

A última obra "*A educação do príncipe*", estudo histórico e crítico sobre o ensino de D. Pedro II (1945). Trabalho consciencioso, sem prevenções nem exageros. O culto à grande figura do monarca brasileiro enobrece o historiógrafo.

Em Afonso Taunay (1876-1958), temos de destacar o mais operoso de nossos historiadores. A sua bibliografia é enorme, comportando todos os setores da história. Ninguém apresentou na especialidade maiores títulos ao respeito e veneração da posteridade. De estirpe aprimorada no trato das letras, guardou até o fim, tanto na mocidade como na velhice tranqüila, sorridente, e mesmo traços de resguardo da verdade, de acatamento às opiniões alheias, de submissão consciente aos preceitos da ética do escritor. Não se encontra em toda sua obra vultuosa uma objurgatória, uma invectiva, um assomo de vaidade. Confiante, sereno, só se rendia ao fato histórico. Não o atraíram outras perspectivas e daí não ter a sua obra o encanto que os trabalhos de outros espalham. Não poderá de certo figurar numa antologia de primores de estilo, mas a sua missão de desvendar os acontecimentos e situá-los em zona inacessível a conjeturas, é a cumpriu com a fidelidade de um espartano. Mais de cem volumes lhe perpetuarão a memória. Assuntos por vezes áridos. Atalhos e veredas percorridos por um viandante frio, sem exaltações e sem a flama da sensibilidade artística. Mas a seriedade, o recato de não parecer presunçoso em apontar novida-

de, o zelo pela exatidão dos documentários fornecedores de suas afirmações, são as características do método histórico dêsse mestre insigne.

A sua obra abrange a história do Brasil, desde a época colonial até o Segundo Reinado. Trabalhos esparsos, a darem, entretanto, a medida do roteiro do escritor. A sua vinculação a São Paulo tornou-o sem contrastes o pregoeiro da grandeza dos bandeirantes. A sua **História Geral das Bandeiras Paulistas** em onze volumes é a sua obra capital; "história da conquista do Brasil pelos brasileiros" na própria frase do autor, rememorada pelo notável Roquete Pinto, no discurso com que o recebeu na Academia Brasileira.

A última publicação de Afonso Taunay é a **Grande Vida de Fernão Dias Paes** (1955). Já a figura do bravo Governador das Esmeraldas tinha sido objeto de estudos do escritor, nos primeiros tomos da **História das Bandeiras** e no **"Índio! Ouro! Pedras!"** escrito em 1926. O censo de equilíbrio histórico de Taunay levou a aumentar as dimensões do quadro em que se agigantou a ação do bandeirante audaz. Última oferenda votiva a gente de São Paulo pelo restaurador da grandeza dos seus destinos.

Alcântara Machado (1875-1941) refulge na glória dos nossos historiadores como autor de um só livro. Mas que livro!

Professor, orador, publicou em 1929 a **Vida e morte de bandeirante**. O Sr. Múcio Leão, no seu excelente suplemento literário da **MANHÃ — Autores e livros** — até hoje insuperável, dedicou um número ao escritor paulista a respeito daquela obra; qualificou-a de "rara finura, de rara elegância, uma obra prima no gênero". Não há exagero no encômio. O autor consumiu longo tempo na elaboração do trabalho, recolhendo em mais de vinte volumes do Arquivo Público de São Paulo, contendo testamentos e inventários da época, os elementos informativos. Conden-

saram-se as pesquisas em páginas de grande sabor literário. O cuidado da forma, a beleza do estilo não prejudicaram a visão do historiador. Afirma-se esta na segurança dos comentários e as citações dos documentos, que poderiam ser monótonas, revestem-se de colorido e graça.

A dedicatória da obra é expressiva. "Para minha mulher, meus filhos, minha nora, meus netos, paulistas como eu, e os meus antepassados desde Antônio de Oliveira, chegado a São Vicente em 1532".

Essa ênfase na rememoração ancestral criou a legenda dos "paulistas de quatrocentos anos". Felizmente êste entono, manifestação sem dúvida de orgulho, se embebe no amor profundo da terra.

A contribuição de João Pandiá Calógeras (1879-1934) é valiosa. Embora absorvido, ora pelos encargos da administração pública, ora pelas tarefas parlamentares, em que sobressaía pela firmeza de orientação, a sua curiosidade intelectual, que resistia a decepções e às moléstias, abrangeu o setor da história. Diligente, na pesquisa, tinha o cuidado de não se aventurar a afirmações que não fôsem robustecidas pelo documento ou pelo raciocínio.

Até os últimos dias de vida, consagrou-se ao estudo. A sua capacidade de trabalho era imensa. Dela disse Medeiros e Albuquerque, no tom faccioso habitual, "que se o fizessem mestre de bailados do Teatro Municipal ou professor de sânscrito — e êle aceitasse — podia-se estar certo de que desempenharia maravilhosamente essas funções".

Copiosa a sua bibliografia. Nela avulta a **"Política exterior do Império"**, em dois volumes, aparecidos em 1927 e 1928, concernente o primeiro às origens e o segundo ao Primeiro Reinado. Trabalho mais de história diplomática, e seu contexto revela o desconfinado do analista, possuidor de vasta cultura geral. Esse entrosamento dos assuntos históricos com os fatores de várias ordens, que influíram

na nossa nacionalidade, inspirou igualmente a **Formação histórica do Brasil**. O Sr. Gontijo de Carvalho, que mantém o culto desinteressado e nobre de Calógeras, afirma que o original da obra foi redigido em inglês e a versão brasileira apareceu em 1930, data da primeira edição do livro.

É exagero afirmar que ela tenha trazido elementos novos, capazes de modificar o curso dos entendimentos assentes em matéria tão vasta. Mas incontestavelmente é trabalho de metodização, apto a preencher os fins primaciais a que se destinava, e de atender aos desígnios da Escola de Estudos Brasileiros, que, sob os auspícios do glorioso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, se fundou em 1928.

De Calógeras há ainda a mencionar **Res Nostra** (1930), coletânea de estudos sobre vários assuntos, notadamente sobre pontos de nossa história.

Em Tobias Monteiro (1866-1952) deparamos uma das inteligências mais ágeis do cenário intelectual brasileiro. Vocação precoce para as letras. Escolar subvencionado pelo erário de sua província natal, Rio Grande do Norte, devido ao brilho de seus estudos, entre os treze e os quinze anos de idade começou a mourejar no jornalismo, do qual não se afastou, mesmo no período do curso de medicina, que deixou no quarto ano, para se consagrar exclusivamente à atividade para a qual revelava inequívocas aptidões. A sua figura de jornalista merece estudo consciencioso e exato. E, no campo restrito em que me acho colocado, a primeira observação a fazer é que o jornalista político auxiliou bastante o historiador.

O contato com os homens proeminentes de sua época, o conhecimento, pelas naturais facilidades da profissão, de fatos, intuítos e circunstâncias dos movimentos políticos, a acuidade com que sabia penetrar a intenção das pessoas com quem lidava, tudo o inclinava

a se deixar seduzir pelos estudos históricos.

O seu primeiro livro no gênero é o **Pesquisas e depoimentos para a história** (1913). Aí se mostra como o manejo do jornalismo o encaminhou para a história. A origem do livro está na publicação de artigos de jornal, em que o repórter revelava declarações do Visconde de Ouro Preto sobre o 15 de novembro e do Barão de Lucena, sobre o golpe de Estado de 23 de novembro. O jornalista refundiu o que escreveu, aproveitando o material das polémicas, acrescentando novos elementos.

Em 1939, surge o primeiro volume da **História do Império, O Primeiro Reinado** e em 1946 o segundo. A obra ficou incompleta. No quadro da nossa bibliografia histórica o trabalho de Tobias Monteiro tem de ser realçado pelo vigor do estilo, pela ligação entre os fatos e os raciocínios. Outras obras terão maior erudição, algumas primarão pela abundância na colheita, nenhuma apresenta, a meu ver, conjunto mais harmonioso. Alvaro Lins e Sérgio Buarque de Holanda, no **Roteiro Literário do Brasil e Portugal**, sintetizam bem essa impressão: "Longe de ser um frio narrador, vive com os tipos e acontecimentos que estuda, como-ve-se e comove".

Capistrano de Abreu, que não primou pela condescendência, aludindo a Varnhagem e Oliveira Lima, diz que Tobias Monteiro é mais inteligente de que qualquer dos dois e em relação aos documentos que o historiador conseguiu reunir, à custa de muito esforço e dinheiro, comenta: "Tem pelos documentos uma reserva e uma cautela absolutas. Aproveita-os, cita-os, há de publicá-los mais tarde; explora as jóias por trás da vitrina". Já Ranke afirmava que "a história não começa senão onde os monumentos a tornam inteligíveis e onde existam documentos dignos de fé". O autor seguiu à risca os preceitos e sua obra destrói lendas, como a de Ratcliff e Cochrane e repõe a verdade no seu devido alcance.

Não o faz propositadamente; as suas observações e assertivas re-luzem em face de documentos in-contestados. Um dos pontos mais salientes da obra é a apreciação da figura de Carlota Joaquina, re-composta com imparcialidade, em-bora a criatura não inspirasse sim-patia.

O senso de exatidão levou o au-tor a sacrificar os seus sentimen-tos de homem do Nordeste em re-lação a Frei Caneca. A pesquisa teve efeitos dolorosos, mas a ido-neidade do historiador fica a sal-vo de reprimendas.

Com Rodolfo Garcia (1873-1950) ocorre uma situação singular — a de um escritor que atingiu rápi-damente a notoriedade sem haver publicado uma obra substancial em qualquer gênero. Mas as notas a livros de estréia ou a reedições de trabalhos capitais para a nossa história revestiram-se desde logo de tal autoridade que captaram a confiança e o aprêço dos entendi-dos. Realmente, elas constituem va-liosa contribuição às nossas letras históricas.

Rodolfo Garcia, já em plena ma-turidade, passou a se interessar pela história. A política, com seus fluxos e refluxos, propiciou essa situação tão salutar à elucidação de vários problemas históricos. Nunca exerceu ele atividade po-lítica. Retraído e avesso às sedu-ções do mundo oficial, sempre mou-rejou entre as ocupações de pro-fessor e os deveres da modesta função pública que exercia. Mas a altivez do seu caráter, manifesta-da continuamente, sem estrépitos, levou-o a sair de Pernambuco em demanda do Rio de Janeiro. Foi uma sorte para ele: e um bene-fício à cultura nacional. O desem-penho de funções no Instituto His-tórico aproximou-o de Capistrano de Abreu, de quem passou a ser auxiliar constante. Mesmo em re-lação ao discípulo, o notável his-toriador não o nouou na observa-ção ferina: "inteligente, instruído, mas não dispensa censor, porque às vezes dispara".

O seu primeiro trabalho publi-cado foi o "Dicionário de Brasi-

leirismos" (1915). Depois um en-saio bibliográfico sobre Varnhagem. São inúmeras suas notas e livros, que tanto enriqueceram a nossa história: notas à obra de Fernão Cardim, do padre Manoel da Nóbrega, de Maria Graham, de San-tos Marrocos, de Basílio da Gama, do cônego São Pedro Gay, de Ale-xandre Ferreira, do Barão de Rio Branco. As mais substanciosas são as contidas na reedição da *História Geral do Brasil* do visconde de Pôrto Seguro. Não exagerou o co-mentador que equiparou as notas ao livro que lhes serviu de mol-dura. Os "Anais da Biblioteca Na-cional", que ele dirigiu por tanto tempo, ocupam lugar importante na sua bibliografia.

Não quero omitir um dos seus últimos trabalhos — "As órfãs", palestra realizada no Instituto His-tórico, primor de observação acêr-ca de um assunto banal.

Rodolfo Garcia encontrou no seu sucessor nesta Casa, o Sr. Elmano Cardim, um analista consciencio-so, e seguro de sua obra. Todos quantos quiserem conhecer a sua vida e trajetória mental, encon-trarão no discurso de recepção do antigo diretor do "Jornal de Co-mércio" saboroso manancial.

Uma das provas do valor de Ro-dolfo Garcia é a ascendência in-contestável que exerceu em assun-tos históricos sobre muitos dos seus contemporâneos. Modesto, retraído, aos seus conselhos e aos seus ensinamentos recorria-se na eluci-dação da verdade histórica. A evo-cação da pequena assembléia, que tôdas as tardes se reunia no seu gabinete da Biblioteca Pública, traduz admiração e aprêço, tanto mais edificantes quanto envolviam uma personalidade fora do fastígio social e político.

Vários brasileiros mortos devem ser incluídos nesta resenha: Fe-lisbello Freire, com a *História de Sergipe* (1891), obra clássica e até hoje sem similar e outros traba-lhos, dentre os quais avulta a "*História Territorial do Brasil*" (1910), abrangendo Bahia, Sergipe e Espí-rito Santo; primeiro volume de

uma série que não teve continuação; Braz do Amaral, com os seus documentados estudos sobre a história da Bahia; Alfredo Varela, com a "História dos Farrapos" em vários volumes, obra de considerável interesse histórico e social; Henrique Boiteux, com trabalhos valiosos relativos a Santa Catarina; Xavier Marques, com o "Ensaio histórico sobre a Independência"; Barbosa Lima, com o magistral trabalho sobre a Revolução pernambucana de 1817; Alfredo Ellis Junior, com a vultosa e importante bibliografia, sobressaindo o Bandeirismo paulista e o recuo meridiano, Os primeiros troncos paulistas, Raposo Tavares e sua época, Feijó e a primeira metade do século XIX; Alberto Lamego, com o importante trabalho "A terra Coytacá", em sete volumes, classificado pelo Sr. Honório Rodrigues de "trabalho de extraordinária significação". João Pinto da Silva com a "História de São Pedro do Rio Grande"; Basílio de Magalhães, com "Lições de História do Brasil e a Revolução de 1824 em Pernambuco", além de várias anotações a obras de Varnhagem, Barão do Rio Branco e Henrique Handelmann; Lindolfo Collor, com Garibaldi e "A Guerra dos Farrapos", João Peretti, com "Barleus e outros ensaios, Novos ensaios, O movimento praeire"; Washington Luiz com a valiosa obra póstuma "A Capitania de São Vicente"; Max Fleiuss, com variada e considerável contribuição.

Volvamos agora as vistas para os historiadores vivos. Temeridade, a que me afoito, confiante na benevolência dos que me ouvem ou dos que me lerem.

Apesar do exercício honroso da atividade política, o Sr. Augusto Tavares de Lyra concentrou maior atenção na história de sua terra natal. A questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, foi o início de sua incursão nos domínios da história. Mais tarde publicou a *História do Rio Grande do Norte* (1921). Membro do Instituto Histórico, não houve empreendi-

mento cultural dessa grande instituição a que ele não prestasse sua colaboração. No Primeiro Congresso de História Nacional, em 1913, apresentou interessante tese sobre *Domínio holandês no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte*. A matéria é versada em vários autores, mas a contribuição do Sr. Tavares de Lyra é importante, não só pela unidade nas pesquisas, como pela preocupação de que na retificação de fatos históricos não lhe fôsse irrogada a increpação de bairrismo.

Memorialista exímio, inscrevem-se no seu acervo estudos sobre o Centenário do Senado do Império (1926); o Conselho de Estado (1934); Caxias, Presidente do Conselho de Ministros (1936); o Primeiro Senado da República (1938); Prefácio a autobiografia de Tito Franco (1942); Os ministros de Estado da Independência à República.

A sobriedade do estilo do Sr. Tavares de Lyra não oculta o seu labor. A preleção por ele proferida na sessão do Instituto Histórico, em 1922, comemorativa da primeira reunião dos Procuradores-Gerais das Províncias, é síntese valiosa dos problemas da Independência.

Um dos nossos mais ilustres historiadores é sem favor o Sr. Alfredo Valadão, que, aos oitenta e cinco anos de sua idade, ainda se dedica a esses estudos e em artigos no *Jornal do Comércio* e em conferências no Instituto Histórico dá mostras de surpreendente infatigabilidade.

O primeiro trabalho do Sr. Alfredo Valadão foi *Campanha da Princesa* (1912), que lhe valeu a admissão no Instituto Histórico, escôrcio de obra de maior vulto, a atestar a sua pertinácia na pesquisa.

No primeiro Congresso de História Nacional apresentou a tese *A tentativa do golpe de Estado em 1832. A Constituição de Pouso Alegre*. A este trabalho reuniu outros, na coletânea *Da aclamação à maioridade, 1822-1840*, publicada em

1934. O trato com as coisas jurídicas fortalece o discernimento do historiador, ao interpretar os móveis e tendências dos acontecimentos políticos que serviram de tema aos comentários.

Campanha da Princesa passou do estado embrionário de 1921 à pujança dos quatro volumes, aparecidos, sucessivamente em 1931, em 1940, 1942, 1945. São volumes de duzentas e seicentas páginas cada um. Toda a história econômica, desde os seus primórdios, toda história social, política e cultural da região é vivida pela pena do historiador. O que a obra representa de esforço, pela complexidade da matéria nela contida, bastaria para sagrar o seu autor.

Um dos títulos de nobreza de seu pensamento é o culto das figuras que engrandecem o nosso passado.

Em *Vultos nacionais* (1955), ele reuniu trabalhos esparsos e vemos esculpidos no livro vultos como Bernardo de Vasconcelos, Euzébio de Queirós, Visconde de Ouro Preto, Afonso Pena, Joaquim Nabuco.

Com o Sr. Luiz Edmundo entramos em terreno diverso do até aqui percorrido. Nada de considerações doutrinárias, nada de conjecturas ou de interpretação dos acontecimentos. É a narração de fatos e a evocação de pessoas, em estilo ameno, sugestivo e atraente. Representa ele na nossa época atormentada o remanescente de uma geração que se embebeu nas graças do viver e refletiu nos livros esse estado de espírito. Não se poderá dizer que constituía este um fator de dispersão. Ao contrário, estabelece o elo espiritual entre o passado, do qual procura extrair o que nele existiu de jovial, e o presente, que o escritor não reveste de negros e desalentos.

O Rio de Janeiro é o cenário dos quadros do Sr. Luiz Edmundo. Antes dele, Vieira Fazenda, Felisberto Freire, Noronha Santos tinham debuxado a vida colonial da metrópole. Mas eram os exumadores dos documentos, pacientes artesãos da reconstituição de um pe-

ríodo cheio de contraste. O Sr. Luiz Edmundo coloriu o que os outros apresentavam sem adornos e arabescos. A extensão da obra indica o esforço do narrador. O *Rio de Janeiro do meu tempo*, três volumes; *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*, três volumes; *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 5 volumes. Não contente com a construção, o autor aumentou-lhe o gabarito, com *Recordações do Rio Antigo*.

Bem compreendeu ele que a sua obra não poderia ser acessível à grande maioria dos leitores. A *Petua história do Rio de Janeiro* serve de guia aos que tenham interesse em conhecer os períodos da existência da metrópole.

No belo discurso com que o recebeu nesta Academia, o Sr. Viriato Corrêa insurge-se contra a insinuação, que qualifica de malévol, de existirem nos livros de história de Luiz Edmundo jarras de xenofobia. Realmente não são elas evidentes. Mas, afigura-se-me indiscutível que o Sr. Luiz Edmundo deixa transparecer em toda sua produção acentuado espírito de prevenção contra os que colonizaram o Brasil. Esse espírito não dimana de móveis antípodas, ao que o autor considera o sentido da verdade. Não há nele nada de fingido, ou de forçado. Espontâneo, destemeroso, como é o temperamento do escritor. E para resguardar de sua boa-fé, é de justiça registrar que não há assertiva sua na narração de fatos que não seja acompanhada de depoimentos.

No Sr. José Carlos de Macedo Soares vamos encontrar um autor sério, probidoso, exato. Além de vários trabalhos esparsos sobre temas históricos, publicou em 1929 os *Falset Troféus de Ituaingó* e mais tarde, em 1954, as *Fontes da História da Igreja Católica no Brasil*, obra de cuidadosa e paciente pesquisa.

Luiz Madelin, ao receber Léon Bérard, na Academia Francesa, lembrou a frase que o recipiendário proferira em conjuntura grave na vida das instituições francesas, frase tomada de empréstimo à litur-

gia cristã. Nossas obras nos seguem! O Sr. José Carlos de Macedo Soares, historiógrafo sensato, é o mesmo artífice da paz continental, preenchendo mais uma etapa de sua carreira de homem de Estado com a dignidade que a virtude inspira e fortalece.

O Sr. Gustavo Barroso que, em plena mocidade, havia conquistado a atenção dos meios literários com a sua fulgurante *Terra de Sol* (1912), encaminhou o espírito para os estudos históricos, e a sua contribuição vai de biografias um tanto romaneadas como *O sólio*, o *Centauro das Pampas* (1932) e *Tamandaré*, o *Nelson Brasileiro* (1939), da explanação de assuntos militares, como *Tradições Militares* (1918) e as *Guerras* (de 1928 e 1930) até alcançar a história geral com a *História Secreta do Brasil*, em três volumes (1937 e 1938). O terceiro volume vai da maioridade de Pedro II à proclamação da República. O autor anunciou o quarto volume, que iria da proclamação da República à revolução de 1930.

Nas palavras iniciais da obra, o autor considera que a "história não é propriamente uma ciência, é uma arte". Com este pensamento primordial, declara que vai "empreender no ensaio a história deletéria e dissolvente das forças ocultas". A tarefa não era fácil e a própria casa editora confessa que o escritor do livro "chega a conclusões discutíveis". Não há desapreço para autor em salientar que a obra se reveste de caráter polemico, o que se pode atribuir à época da aparição do livro, em que o autor se afervorava na pregação de novos rumos para os destinos pátrios.

A colaboração constante do Sr. Gustavo Barroso em revistas e jornais sobre assuntos históricos mostra que não arrefeceram a sua capacidade de trabalho e o seu interesse pela história nacional.

O Sr. Luiz da Câmara Cascudo, espírito penetrado de alta curiosidade intelectual e sugestivo sentido humano, tem um nome indelévelmente gravado no estudo do

folclore. O seu acervo abrange também a história com a "*História do Rio Grande do Norte*" e os livros sobre o Conde d'Eu e Marquês de Olinda.

O Sr. Câmara Cascudo é um dos laureados com o prêmio Machado de Assis, prova do desmentido ao conceito corrente de que a Metrópole desconhece os obreiros das letras na província.

Ei-nos em face do Sr. Pedro Calmon. Reverberos, faiscas, iluminuras! Os arroubos do seu estilo, que transcendem por vezes do sentido histórico, correspondem à magia da sua oratória. A mesma fluência, espontânea e envolvente. Os mesmos filtros de atração e enlevo.

Não atinge ele à atuação do historiador de que falava Léon Berard, ao ser recebido na Academia Francesa, e a quem o Eterno Deus de Israel colocava diante de um ossuário, para que realizasse profecias. Acrescentou então o erudito humanista: "o historiador profeta é aquele que ressuscita o passado porque é um escritor". O Sr. Pedro Calmon não se vale dos atributos na arte de escrever para fazer profecias, mas ninguém o supera em torções de espírito, dos quais a imaginação não está ausente.

Ele mesmo distribui a sua bibliografia em duas partes distintas: literatura histórica e história. Na segunda se inserem a "*História da Independência do Brasil*" (1928), a "*História do Brasil*", em três volumes, respectivamente, de 1940, 1941 e 1943. Os baianos — honra lhes seja feita — cultivam o amor externo da terra natal. A Bahia para o Sr. Pedro Calmon, seguindo as pegadas do insigne Afrânio Peixoto, é a "Roma nossa, com cem cruzes de largos braços abertos na poeira d'ouro dos seus crepúsculos; Belhem da nacionalidade, onde o fulgúrio do Natal, a manjedoura brasileira se banhou uma noite com o clarão bendito da estrela que guiava os reis e para lá os conduziu". A Bahia serviu de tema para a "*História das Bandeiras*

Baianas" (1929) e para a "História da Casa da Torre" (1940).

Na parte literária, avultam o "Rei do Brasil", o "Rei Cavaleiro" e o "Rei Filósofo" (entre 1935 e 1940). O autor estereotipou a trindade monárquica: "o quieto e esperto avô; o filho trêfego e aventureiro de cáldia vocação heróica; o neto sábio e um dos mais serenos e nobres espíritos do seu século". E para não falhar a nota imaginativa — "Guiados pela sua estrêla, que os trouxe e levou da América, passaram outrora os reis magos. Foram três!"

O livro sobre o "Rei Cavaleiro" termina com esta nota, relativa aos funerais de Pedro I: "Talves único na História, Antônio Feliciano de Castilho, seguramente o maior, afirmava Alexandre Herculano, alteando sobre as cabeças desenhadas a fronte rebelde e livre".

A orientação romanesca do historiador reponta igualmente na "História do Brasil na poesia do povo" (1934), que assim remata as interessantes considerações do livro: — "O chapéu de couro do cantador projetava a enorme sombra sobre o mapa da Pátria".

Há a mencionar ainda na bibliografia do Sr. Pedro Calmon o *Marquês de Abrantes* (1933), por ele cognominado "O Mordomo de Deus".

A história pátria ainda vai dever ao autor de tantos trabalhos uma obra vultosa: *A História do Brasil*, em dez volumes, a ser lançada pelo editor José Olímpio, que tão relevantes serviços vem prestando à cultura nacional.

Entre os vários gêneros de atividade do Sr. Barbosa Lima Sobrinho, os assuntos históricos são de incontestável valia. A todos soube ele imprimir o cunho de austeridade, de limpidez de pensamento, de denodo mental, característicos da sua personalidade literária.

O rio S. Francisco, nos diversos aspectos com que se apresenta no panorama nacional, constitui um dos seus temas. O livro *Pernambuco e S. Francisco* (1929) é lapidar. Não representa apenas uma

contribuição geográfica de alcance. É o estudo pormenorizado da matéria, dos seus contornos históricos às lindes jurídicas. De certo o ânimo nativista influíu o escritor na reivindicação que pleiteia, mas não há ponto, já versado ou obscuro, que ele não retifique ou esclareça.

O seu espírito de minúcia e de exatidão revela-se ainda no *Ensaio sobre o devassamento do Piauí* (1929), tese para o concurso de História do Brasil na Escola Normal do Distrito Federal.

Já é proverbial o amor da réplica no Sr. Barbosa Lima Sobrinho. Disto é prova a contestação ao Sr. Pedro Calmon, na rumorosa questão Bahia e São Francisco.

A revolução de 1930 encontrou nele um historiador compreensivo, sereno, isento de paixões subalternas. O livro *A verdade sobre a revolução de outubro* apareceu em 1933, logo após a epopéia de São Paulo. Não era fácil escrever sem malquerenças, mas o escritor pode orgulhar-se de ter vencido tôdas as dificuldades da tarefa com ombridade mental. Getúlio Vargas, cujo nome só pode ser proferido nesta Academia envolto em profundo respeito e comovido aprêço, era parcimonioso em exprimir suas impressões; mas sabem os que com ele privavam mais de perto que aquêlê livro fixou-se definitivamente no seu espírito.

Outros trabalhos esparsos cimentam a bibliografia histórica do Senhor Barbosa Lima Sobrinho: *O Centenário da chegada de Nassau e o sentido das comemorações pernambucanas* (1936); *A revolução praieira*, conferência proferida em 1949; *Capistrano de Abreu historiador* (1954).

Na coleção Afrânio Peixoto figura o ensaio biobibliográfico *"Almirante Jaceguay"*, em que o autor mais uma vez revela a sua independência de opinião, rebatendo injustiças e desfazendo equívocos.

O Sr. Otávio Tarquínio de Souza iniciou-se nos estudos históricos

com "A mentalidade da Constituição" (1931).

Embora desde logo revelasse aptidão de escritor, não deu a medida de sua orientação ao defrontar problemas deste gênero. O esboço prenunciava a extensão da obra a realizar. Foi com **Bernardo de Vasconcellos e seu tempo** (1937) que passou a estadar na primeira plana dos historiadores pátrios. A individualidade forte do homem de Estado encontrou biógrafo adequado. Um escritor de imaginação poderia cercar a figura do combatente de uma auréola que o tornava lendário, mas desfiguraria a linha rígida do personagem. O Sr. Otávio Tarquínio soube compor o quadro do tempo em que se desenvolveu a ação do famoso mineiro com as tintas da verdade sem artificios. Depois **Bernardo de Vasconcellos** **Evristo da Veiga** (1939).

Conhecem-se as divergências entre os escritores sobre o critério de situar a biografia entre os elementos de elucidação histórica. Collingwood e Arom, por exemplo, encaram-na como um gênero anti — ou an — histórico. Já Dilthey, de autoridade universal, considera-a como o gênero histórico por excelência, "compreendendo-a como uma visão de toda uma época ou mesmo uma civilização, apreendida nos maiores de seus filhos". E Dilthey alicerça a sua obra em biografias, de Schleiermacher a Hegel.

Ainda em 1939 aparece a "História de dois Golpes de Estado" — Sempre fiel às regras de conexão entre fatos históricos, o escritor havia resolvido completar o tríptico dos homens da Regência. Surge então **Feijó** (1942). A unidade dessa obra marca a elevação do seu autor. Nem o romantismo histórico, com as deformações inevitáveis desse processo de construção, nem o relato frio dos acontecimentos, sem que a percuciação do analista encontre terreno propício. A interdependência entre o meio e as figuras centrais é manifestada com vigor e precisão geométricos.

Não poderia ficar aqui a tarefa do historiador. A época inicial de

nossa vida de nação autônoma seduziu o escritor. Essa atenção desvelada pelo passado corporificou-se na obra magistral que é "**A vida de Pedro I**", em três volumes (1952). A figura do nosso primeiro imperador era de molde a animar o escritor; poderia parecer que a austeridade dos processos literários do Sr. Otávio Tarquínio havia de embaraçar-lo ao ter de examinar certos aspectos da vida de Pedro I. A intuição do historiador venceu os óbices e o que se afiguraria defeso à índole do escritor aparece de modo tão circunspecto que as aventuras, os destemperos, a sofreguidão do jovem monarca perdem do seu caráter, mesmo do caráter pecaminoso. "**A vida de Pedro I**" pode figurar entre as biografias mais seguras que o pensamento dos homens edificou para a posteridade.

O Sr. Otávio Tarquínio não des-cansa. Trabalha éle na **História dos Fundadores do Império do Brasil** e recentemente publicou a Introdução a esse trabalho. Intróito excelente, síntese das idéias primaciais do assunto. Uma das virtudes literárias do escritor é que éle não força o estilo. Este sai-lhe espontâneo, mesmo vivaz.

O primeiro marco da carreira literária do Sr. Luiz Viana Filho é "**A Sabinada**" (1938). Revelaram-se desde logo as qualidades do historiador: clareza de expressão, nitidez de conceitos, utilização idônea dos documentos, isenção no julgamento.

Mais tarde surgiu "**A vida de Ruy Barbosa**" (1941). A obra suscitou reparos. Alguns não compreenderam que o jovem escritor baiano não se mantivesse em relação ao maior de seus conferrâneos em atitude apologética. Procurou-se criar em redor de Ruy Barbosa, por parte de alguns idólatras, a sua intangibilidade, o que não serve à história nem contribui para a glória imorredoura de um dos maiores representantes do pensamento universal. Nem o desaprêço inqualificável de capistrano de Abreu nem o tom incondicional da apoteose. O

Sr. Luiz Viana Filho voltou a tratar de Ruy, no volume de ensaios "**Ruy e Nabuco**" (1949).

Joaquim Nabuco inspirou ao historiador uma obra capital **A vida de Joaquim Nabuco**. O trabalho tem maior amplitude que os anteriores e não houve recanto da alma ou recesso do pensamento que o autor não procurasse penetrar em busca da verdade.

Primor de exposição de idéias é de certo **A verdade na biografia** (1915).

Deixando de lado o caráter polemico do trabalho, há a ressaltar nêle a rigorosa e erudita conceituação doutrinária sobre o assunto.

O Sr. Luiz Viana Filho trabalha atualmente num livro sobre a vida do Barão do Rio Branco, que de certo guardará a mesma linha de exatidão e probidade.

A República tem de ser tema propício a ensaios e interpretações. É natural que a implantação do novo regime fôsse objeto de análise e meditação. Felisbello Freire editou a **História Constitucional da República**; trata-se, porém de obras mais de constitucionalista. A **Década Republicana**, em vários volumes, embora nela colaborem vultos dos mais conspícuos, não pode servir de roteiro, pela paixão que a anima.

Dos trabalhos propriamente históricos relativos às instituições republicanas, há a salientar desde logo a **História da República**, do Sr. José Maria Bello, da qual se prepara a quarta edição. A terceira edição (1956) já compreende o período de 1945 a 1954. Sem excesso documentário, adotando métodos adequados de coordenação dos fatos sem redundância nem exageros, é bem como o próprio autor o qualifica, a "síntese de sessenta e cinco anos da vida brasileira".

A isenção do escritor é incontestável. Político militante, governador de Pernambuco, impedido de assumir o cargo pelo movimento revolucionário de 1930, a derrota

não lhe toldou o espírito. O capítulo relativo ao período Getúlio Vargas constitui modelo de serenidade no julgamento.

Encanta também no livro do Senhor José Maria Bello a limpidez do estilo. O autor de **Inteligência do Brasil** e de **Retrato de Eça de Queiroz** é sempre o mesmo; elegante, sem se tornar enfatuado; vernáculo, sem se tornar precioso.

A par desta, há a ressaltar a contribuição de outros escritores: Dunshee de Abranches, com **Atas e atos do Governo Provisório e Golpe de Estado de 1891**; o Sr. João Mangabeira, com o seu notável **Rui, estadista da República**; o Sr. Alvaro Lins, com o excelente livro sobre o Barão do Rio Branco; Sr. Hélio Lôbo, com **Um varão da República**, Fernando Lôbo; o Sr. Gontijo de Carvalho, animador incansável das letras e tradições nacionais, com a série de três trabalhos, inteligentes e conscienciosos, **Vultos da República, Estadistas da República, Ensaio biográficos**; Salles Júnior com o vibrante estudo **Idealismo republicano de Campos Salles**; D. Laurita Pessoa Raia Gabaglia, com o tocante **Epitácio Pessoa**, e por último, o Sr. Raimundo Magalhães Junior, com o **Deodoro**, opulento nas informações, alviçareiro em certos detalhes e com sortilégio de revelações.

Não é possível escrever sobre a história do regime republicano sem o subsídio do livro do Sr. Afonso Arinos de Melo Franco, em três volumes, **Um estadista da República**, Afrânio de Mello Franco e seu tempo (1955). Essa obra exerce função paralela à de Joaquim Nabuco com **Um estadista do Império**. Foram ambas ditadas pelo amor filial; coroa-as, porém, imarcessivelmente, o apêço da opinião. O Sr. Afonso Arinos mostrou que se pode ser fiel à memória do biografado, sem deixar amortecer a verdade dos fatos, corajosamente exposta e lucidamente interpretada.

Não quero encerrar esta parte da lição sem mencionar um trabalho, e o faço, com o objetivo de

atrair a atenção das novas gerações e porque nêle se contém as primícias de escritores que exercem hoje situações de fastígio nas letras. Trata-se do inquérito por escritores da geração nascida com a República e reunidos em volume sob o título *A margem da história da República*, editado em 1924 pelo Anuário do Brasil. Nêle se inserem trabalhos, entre outros, dos Srs. Gilberto Amado, Tristão de Ataíde, Carneiro Leão, Tasso da Silveira, Pontes de Miranda e dos malogrados Ronald de Carvalho e Vicente Licínio Cardoso.

Seria injusto omitir nesta recapitulação de autores o valioso contingente prestado por escritores estrangeiros à História do Brasil, continuando a tradição dos que trilharam no século XIX essa senda tão grata aos nossos sentimentos. Devo salientar sobretudo a obra monumental do Padre Serafim Leite (*A História da Companhia de Jesus no Brasil*) (1938-1950), em dez alentados volumes e o Sr. Jaime Cortezão, que agora mesmo acaba de enriquecer a nossa galeiria de obras históricas com *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*.

Outras personalidades contemporâneas dão o seu contingente ao lustre das nossas letras históricas.

Embora correndo o risco de omissões, aprez-me citar, sem atenção à ordem cronológica e sem o propósito de aferir merecimentos, os Srs. Mário Melo, com *Maçonaria e a Revolução de 1817 dentro da história*, Frei Caneca e *Aspectos da história*; Carlos Xavier, com trabalhos esparsos, denotando pesquisas e erudição; Heitor Lira, com a *História de D. Pedro II*, em três compactos volumes, revelando cuidadoso escrúpulo e seguro atilamento na utilização do grande documentário de que procurou servir-se; Lemos Brito, com *Frei Caneca*, escrito em estilo terso; Viriato Corrêa, em crônicas revestidas de vivacidade e graça; Aureliano Leite, com *Antônio de Albuquerque* e outros trabalhos; Leite Cordeiro, com extensa bibliografia, da qual se devem destacar S. Paulo e a invasão holande-

sa no Brasil e Braz Cubas e a capitania de S. Vicente; Artur César Ferreira Reis, com a *História do Amazonas*; Virgílio Corrêa, com a *História de Mato Grosso*; Vanderley Pinho, com *Cotegipe e seu tempo* e a *História do recôncavo baiano*; Edmundo Luz Pinto, fulgurante espírito, com *Estadistas do Império*; Vilhena de Moraes, com a sua contribuição decisiva para o estudo da figura de Caxias; Cláudio Gans, de alta probidade mental, com a nota à autobiografia de Mauá e recentemente com as notas à edição espanhola do *Roteiro Geral das estradas do Brasil*, de Gabriel Soares; José Honório Rodrigues, com a *Pesquisa histórica no Brasil*; a introdução da *Correspondência*, de Capistrano de Abreu e o brilhante ensaio *Teoria da História do Brasil*; Walter Spalding com a *Revolução Farrapilha*; José Antônio Gonçalves de Melo Neto, com o *Tempo dos flamenegos*, obra de caráter mais sociológico, contendo, entretanto, notas especificamente históricas, de modo a constituir um dos estudos dos mais valiosos sobre a matéria; Paulo Pinheiro Chagas, com o *Teófilo Ottoni*, de grande poder evocativo; Hélio Viana, com *Matias de Albuquerque e da maioridade à conciliação*; Osvaldo Cabral, com as pesquisas sobre a história de Santa Catarina; Guilherme Auler, com a reconstituição da época da monarquia, pelas reminiscências documentadas sobre a família e a corte imperiais, Américo Lacombe, Aluísio Napoleão, Renato Mendonça, com o *Barão de Penedo*, no qual ressurgem intensamente a questão religiosa; Rodrigo Otávio Filho, com brilhantes estudos sobre a Constituição de 1823, *O panorama político da Guerra dos Farrapos*, *O Ato Adicional*, *Figuras do Império e da República*; Mecnas Dourado, com *Hipólito da Costa*; Sérgio Corrêa da Costa, com *Quatro Coroas de Pedro I*, excelente trabalho, em que o cuidado da forma alterna com o valor da documentação apresentada; Carlos Rizini, com *Hipólito da Costa*.

A história sai deste curso intacta, nos seus fundamentos e na sua pro-

jeção. Pouco importa que a depriam. O vêzo é antigo. Já Renan escarnecia "dessa pequenas ciências conjecturais".

Conheceis a frase célebre de Paul Valéry: "a história é o produto mais perigoso que a química do intelecto elaborou". Ao recebê-lo na Academia Francesa, Gabriel Hontaux, historiador de verdade, recordou-lhe a invectiva e redarguiu: "A História é a memória das gerações. Foi a História que construiu a civilização. Não se pode conceber a inteligência sem a memória nem a continuidade social sem a História".

Aos iconoclastas da história o juízo contemporâneo responde com o aprêço aos seus devotados obreiros e o interesse cada vez mais crescente, a afirmar-se em livros, conferências e congressos.

Os historiadores, que desfilaram perante vós, vivificaram o sentido da pátria soberana e ativa e realizaram obra de unidade nacional, fazendo da história o ponto de encontro desses vários fatores que cimentaram a nacionalidade, com o relêvo da varonilidade de nossa gente e o preparo para a ascensão a um grande porvir.

*
* *

AMAN

Acabamos de receber do Cap Lemos Albuquerque a inscrição de vinte oficiais da AMAN. Com a relação de cadetes, que será em breve enviada, pensamos ter, em Rezende, mais de 200 assinantes.

*
* *

O ESPÍRITO MILITAR

"O espírito militar, que se baseia em dois princípios essenciais — obedecer e tudo sacrificar pelo interesse da Pátria, — contrapõe-se francamente ao senso jurídico, que é pelo livre exame e exige, sejam quais forem as consequências, absoluto respeito por todos e a todas as formas de justiça. Para quem raciocina na quietude do gabinete de trabalho, um país civilizado deve repelir qualquer doutrina, que, pondo de parte as regras jurídicas, entrega ao arbítrio do chefe militar a liberdade e a vida dos cidadãos. Quem viu, porém, de perto as necessidades da guerra e tremeu, as vezes, por seu país, compreende que há circunstâncias em que é preciso, para evitar a suprema catástrofe, impressionar por terrível exemplo o espírito do Exército e impressionar imediatamente, sem perda de um minuto, sem se preocupar com qualquer regra de proceder. Em uma unidade que se recusa a avançar, fuzilar um homem em dez é um meio de repressão, que só em pensar revolta-nos e enche de horror os nossos corações. Mas se só essa medida bárbara for capaz de evitar o desfalecimento geral, ter-se-á o direito de atender à repugnância e aos próprios escrúpulos? Deve ou não a salvação da Pátria passar por cima dos Códigos e até da Própria Moral?"

(De Philosophie Militaire, de André Roujon — 1932).

PRODUÇÃO MUNDIAL DE OURO

O relatório anual sobre metais preciosos de Samuel Montagu & Company calcula que a produção mundial de ouro, excluindo a Rússia aumentou cerca de 800.000 onças em 1958 para cerca de 30.200.000 onças.

A produção da África do Sul subiu 635.000 onças para o recorde de 58,5 por cento do total mundial.

As estimativas da produção soviética sugerem que foi mais ou menos a mesma que em 1957, quando Samuel Montagu colocou-a perto dos 17 milhões de onças da África do Sul.

A revista acrescenta os seguintes pontos: O movimento em Londres declinou cerca de 25 por cento, pois os Bancos Centrais fizeram menos negócios.

A ausência de compras para ajustes da União Européia de Pagamentos não foi completamente compensada por transferências por alguns Bancos Centrais de disponibilidades em dólar para ouro.

O Banco da Inglaterra permaneceu o maior vendedor, por grande margem. Suas vendas, presumivelmente sobretudo de ouro sul-africano, foram apenas ligeiramente menores que em 1957.

As vendas soviéticas, embora menores que em 1957, foram cerca de 6 milhões de onças. Foram feitas, na maioria, através da Suíça.

Os estoques particulares em todo o mundo declinaram novamente de cerca de 7.500.000 onças para cerca de 4 milhões, porém, as inversões em ouro por indivíduos, instituições e mesmo por alguns governos estrangeiros, subiram de cerca de 1.500.000 onças para cerca de 8 milhões, comprados principalmente na Suíça, Londres e Canadá.

A possibilidade de um preço mais alto em dólar para o ouro foi novamente discutida. Os argumentos para um preço mais alto tiveram fraca acolhida nos EE.UU.

Há outros meios para estimular uma economia ou aumentar a liquidez mundial, porém, isso não elimina necessariamente a possibilidade de que a transferência do dólar para o ouro possa forçar as mãos das autoridades americanas.

Nesse caso uma proibição de vendas de ouro, sugerida em julho último pelo antigo Secretário do Tesouro Humphrey, em subir de modo acentuado o preço em dólar do ouro dos EE.UU.

As importações em Macau declinaram para 1.326.000 onças, o mais baixo nível em 5 anos.

Os inversionistas franceses colocaram cerca de 4 1/2 milhões de onças de ouro no empréstimo de Pinay em junho último.



N. 9-59

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA
da Seção de Geografia e História do EME

SUMÁRIO DA SEÇÃO

I — DOCTRINA :

"Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba" (continuação do número anterior) — 3. "A Geopolítica da América do Sul". — JOHN E KIEFFER, Ten-Cel. (Trad. p. A. de A. Lima).

II — ESTUDOS E ENSAIOS :

"Problemas Estratégicos da África e em particular da África do Norte" (conclusão do número anterior) — 2. "A África do Norte" — CARLOS DE MEIRA MATTOS, Ten-Cel.

III — PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA :

"O Brasil e a Defesa do Ocidente" (continuação do número anterior) — 3. "O Ocidente Ameaçado" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel.

IV — FRONTEIRAS :

BRASIL — BOLÍVIA
"O Acôrdo de Roboré" (3ª Parte) — OCTAVIO TOSTA, Maj.

V — ARTIGO ESTRANGEIRO :

"Como Devemos Estudar Geopolítica"?... por "GEOPOLÍTICO"
(Trad. p. Heitor Ferreira, Ten).

VI — O LIVRO DO MÊS

"A Geografia na Política Externa" — Ten-Cel Jayme Ribeiro da Graça (Edição da Biblioteca do Exército) — comentário por GERALDO MAGARINOS, Ten-Cel.

A **BIBLIOTECA DO EXÉRCITO** já publicou as seguintes obras sobre **GEOPOLÍTICA**:

- 1) **GEOPOLÍTICA DO BRASIL** — 1947 — Brigadeiro Lísias Rodrigues (Esgt).
- 2) **A GEOGRAFIA NA POLÍTICA EXTERNA** — 1951 — Ten-Cel Jaime Ribeiro da Graça.
- 3) **PROBLEMAS DO BRASIL** — 1952 — Cel Adalardo Fialho.
- 4) **GEOPOLÍTICA GERAL E DO BRASIL** — 1952 — Everardo Backheuser.
- 5) **FRONTEIRA EM MARCHA** — 1956 — Renato de Mendonça.
- 6) **ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO BRASIL** — 1957 — Ten-Cel Golbery do Couto e Silva.

As declarações expressas nos artigos da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA** são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não implicam no endosso oficial às opiniões ali contidas.

A matéria divulgada na **SEÇÃO** pode ser reproduzida em livros, jornais ou revistas, exceto quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e, no caso de artigos assinados, deve ser referido sempre o nome do autor.

Solicitamos dois exemplares da publicação que transcrever matéria da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA**. A correspondência deve ser endereçada ao Major Octavio Tosta — “A Defesa Nacional” — Ministério da Guerra — Rio de Janeiro, Brasil.

I — DOUTRINA

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E BASE DA GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL E CUBA

Tenente-Coronel JOHN E. KIEFFER — U.S. ARMY.
(Traduzido do "Boletim del Ejército" (Cuba) de
julho-agosto de 1954, por A. DE A. LIMA) (*).

(Continuação do número anterior)

3 — A GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL

O Hemisfério Ocidental forma, de acordo com a opinião de muitos geopolíticos, uma entidade geográfica e política singular. Embora não tenha as dimensões da triade *Afroeurásia*, sua possibilidade de alcançar o grau de auto-suficiência econômica, que os primeiros geopolíticos chamaram *Autarquia*, é infinitamente maior que a da posição idêntica que têm neste caso os demais aglomerados terrestres de maiores dimensões.

Essa possibilidade, no entender da Escola da Geopolítica Nazista de Munique, constituía uma provocação, uma ameaça, contra a qual seria preciso lutar. A preocupação que tinha de que outra nação, ou um conjunto delas combinando seus esforços conseguisse uma situação de auto-suficiência econômica local, tornou-se a Haushofer e aos geopolíticos nazistas que se achavam obsecados pela idéia de que cabia fatalmente aos alemães a direção do mundo. No momento atual, já a norma de ação ou de proceder que empreendera o Instituto de Geopolítica de Munique, anteriormente à segunda guerra mundial, só teria valor histórico se não fôsse o fato de seus substitutos na jogada, e movimentos conjugados para a conquista do mundo, terem aproveitado muito as lições sobre o que constituía a estratégia dos geopolíticos nazistas em seus delineamentos, propósitos e intenções. No nosso próprio interesse, e na defesa de nossa área, vale a pena recordar cuidadosamente a análise que Haushofer e seus colaboradores fizeram com relação ao Hemisfério Ocidental, e muito especialmente com referência à América do Sul.

Em seu início, a Escola de Munique, dominada pela doutrina de guante de ferro, considerava que nas relações com toda a América Latina havia um grave inconveniente. As alianças entre partes com privilégios de igualdade de participação, ou qualquer acordo de caráter regional fôsse defensivo ou de interesse econômico, que não estivessem

(*) O presente artigo foi transcrito da "Revista Marítima Brasileira" de Nov-Dez 54 — Também foi publicado na "Revista Militar" (Bolívia), ns. 213-214 de 55, 215-216 de 55 e 219-220 de 56.

sujeitos ao domínio exclusivo de uma grande potência, achavam-se, segundo as teorias daquela escola, destinados ao fracasso. Era, entretanto, possível que os Estados Unidos e os países da América Latina entrassem em ajustes para alianças de respeito e auxílio mútuos, sem que os Estados Unidos acabassem exercendo função ditatorial, mas uma tal consideração era desdenhada pelos geopolíticos alemães em seus raciocínios. Por terem sido eles próprios os aperfeiçoadores da técnica do Eixo, a opinião que tinham sobre as relações entre nações não admitia, de forma alguma ou critério, qualquer domínio ou direção estranha ao poder nazista. Acreditavam, portanto, que qualquer acôrdo que se fizesse entre os Estados Unidos e a América Latina teria como resultado final uma ditadura absoluta, completa dos Estados Unidos sobre as repúblicas menores que ficam ao Sul. Tal domínio, na opinião deles, elevaria a América do Norte a uma tal posição de preeminência mundial que faria dela um poder virtualmente inexpugnável, um obstáculo invencível, atravessado no caminho dos nacional-socialistas, espalhados pela estrada da dominação mundial. Com a idéia de impedir que tal acontecesse, eles conceberam um plano muito amplo por meio do qual toda a América Latina seria afastada de toda e qualquer aliança com os Estados Unidos, para que se consumasse a penetração nazista e se apossasse consequentemente seu predomínio. O que existe escrito sobre a Geopolítica nazista contém poucas referências relativas à América Latina, mas são aliás suficientes para manifestarem o plano em seus traços gerais.

Criou-se o Instituto Ibero-Americano alemão, em Madri, encarregado de estudar cuidadosamente as zonas fracas na vida cultural dos povos latino-americanos. Os pontos de partida para o ataque cultural achavam-se nos locais onde existiam grandes núcleos de população européia e indiana, mescladas. Desenvolver-se-ia nesses centros, durante a terceira década do século, uma propaganda destinada ao fomento de antagonismos raciais com o intuito de produzir a cisão. Ao mesmo tempo, os ataques políticos desencadeados contra os Estados Unidos insistiram em apresentá-los como uma parte da pressão imperialista, que só aguardava o momento oportuno para cingir os tentáculos em torno dos vizinhos menores — propaganda mais corrente, mas à qual ninguém dava ouvidos as mais das vezes.

No terreno da penetração econômica foram alcançados maiores lucros. Os capitais italiano e alemão invadiram naquela época a vida industrial da América do Sul, de modo especial nos meios de transporte, particularmente nas linhas de navegação, geralmente com bons resultados em grau muito alarmante. Os nazistas, convencidos de que os vastos recursos do continente meridional não poderiam ser explorados sem meios adequados de transporte, não perderam tempo em suas tentativas para se garantirem uma posição forte em sua ação.

Conhecendo bastante a perfeita afinidade que existe entre os Estados Unidos e a América Latina, o Eixo tratou de firmar as raízes da doutrina militar nazista, concedendo facilidades aos oficiais dos exércitos dos principais países para aperfeiçoarem a instrução nas escolas militares da Alemanha e da Itália. Muitos países receberam missões alemãs e italianas, mas não se deixaram seduzir pelas novas teorias.

No terreno político propriamente dito, a doutrina nazista converteu-se na arma principal, conseguindo progredir nas regiões onde o governo, a educação pública e o nível de vida não prosperavam satisfatoriamente. De acôrdo com o modo de pensar dos nazistas, o fato da América do Sul achar-se repartida pelos países que a constituem, era uma situação que os beneficiava e prejudicava simultaneamente em seus desígnios. Beneficiava-os sob o ponto de vista da doutrina de *dividir para dominar*, porque quanto menores fossem os países tanto mais fácil seria a posse deles; prejudicava porque a diversidade constituía uma

dispersão nas operações para dominar. Para remediar esses inconvenientes os nazistas formularam o plano por meio do qual, caso a América do Sul fosse subjugada, os países seriam distribuídos entre cinco grandes estados que ficariam oportunamente subordinados ao domínio alemão, sob a denominação de Estados Unidos. Cuba, digamos de passagem, seria outorgada ao México, que abrangeria mais todo o território da América Central. Dessa forma, uma vez entronizado o poderio alemão, passariam a existir apenas cinco estados constituídos, a saber: — Brasil, Argentina, Bolívia, México e Chile. Os restantes agregaram-se aos cinco estados referidos e perderiam a identidade nacional.

As diferentes etapas para a consecução de tão fantásticas e grosseiras ambições ajustavam-se à fórmula famosa do geopolítico Banze, mediante a qual se alcançaria a capitulação de um estado, e que se resume nos quatro itens seguintes, que foram mais tarde aplicados com resultados pingues e satisfatórios em outras áreas:

(1) Dirigir a propaganda contra os elementos mais fracos da estrutura social e política dos países escolhidos para vítimas, com a intenção de penetrar nêles e produzir-lhes a derrocada;

(2) Indicar ou criar agrupamentos encarregados de causar descontentamento, conferindo-lhes missões para agravarem o já existente ou criarem novos contra o poder público, ou contra o sistema político, ou ocasionarem distúrbios internos;

(3) Fazer surgir dirigentes corruptores de opiniões ou das massas, comprá-los ou seduzi-los com enganadoras promessas de poder, rodeando-os contudo de conselheiros cuidadosamente selecionados para orientá-los pelo caminho pretendido;

(4) Usar delinquentes e fanáticos, infiltrando-se nas organizações trabalhistas e grupos sociais, para provocarem a desordem interna e produzirem o esbanjamento da economia e a dissolução do governo que fosse escolhido para tais intentos.

O programa não pôde ser concluído devido a um grande número de causas, e terem os Estados entrado na guerra quando menos os nazistas esperavam. Já havia, ainda mais, um século inteiro de tradição política orientada no sentido de um tipo de sociedade muito diferente da que a doutrina nazista pretendia implantar, o que é importantíssimo. Fracassou antes de mais nada em consequência dos progressos políticos e sociais que a América Latina realizou durante o século, e que estabeleceu uma maneira de pensar que se afastava completamente dos objetivos dos nazistas, seguindo no rumo da liberdade, inteiramente oposto ao da Escola de Munique.

A política e o programa do Partido Comunista não diferem materialmente das idéias que orientavam Haushofer e seus colaboradores. A técnica da corrosão, da infiltração, da penetração, da atração psicológica e da corrupção política era quase a mesma, muito embora o objetivo fosse um tanto diferente. Os esforços dos comunistas tendem para o objetivo da aquisição de bases onde possam ser atacados e subjugados todos os países latino-americanos e os Estados Unidos. É essa a ameaça que nos aguarda. Os nazistas, porém, pretendiam fazer a divisão do Hemisfério para impedirem que os Estados Unidos ganhassem o predomínio que eles imaginavam existir. Perguntaremos agora: Por que a América do Sul é apresentada como um prêmio tão grande e tão cobiçado, ou como objetivo de conquista, pelos que desejam ser conquistadores do mundo? Não há mistério em tal afã para a maioria dos geopolíticos, que expõem as causas com bastante clareza.

Há muitos anos que o continente sul-americano vem sendo considerado o continente do futuro, e suas riquezas e recursos naturais têm

constituído um farto tema de considerações, cálculo e estímulos para as explorações durante os últimos séculos. Ele transparece hoje mais importante que anteriormente, e é mais que provável que, nos próximos dez ou vinte anos, esta parte meridional do duplo continente apresente-se com mais acentuada expressão no panorama mundial, graças à ação de uma ou duas potências de primeira grandeza.

As nações elevam-se geralmente mais por força das circunstâncias e dos acontecimentos felizes da política mundial do que pela decisão de planos de realização demorada. Dentro destas reflexões, as nações da América do Sul sentirão que, na crise atual do mundo, apresentar-se-ão muitas oportunidades favoráveis para que elas tenham um desenvolvimento rápido. É preciso contudo que o desempenho do governo nacional, mediante o senso de previsão de seus dirigentes, saiba tirar partido das ocasiões que se apresentarem, pois que a oportunidade de alcançar o engrandecimento está ao dispor de todos e só depende da habilidade de distingui-la a tempo. Em resumo: enquanto outras nações tiverem necessidade de aguardar as reviravoltas e incertezas da sorte da política mundial, as da América do Sul podem hoje mesmo, por esforço próprio, encarregar-se de importantes funções na direção do mundo.

Se examinarmos apenas geograficamente a América Latina, veremos que esta região do mundo apresenta-se dividida entre dois imensos triângulos e uma enfiada de ilhas. O triângulo maior forma o continente sul-americano, toscamente delimitado pelo cabo de São Roque, o cabo Hornos e a Punta de Galinas. O primeiro deles aponta para a África, que está a uma distância de 1.700 milhas. O segundo estende-se para o Sul, para o continente Antártico, que fica a 600 milhas, e o terceiro dista 1.000 milhas da Flórida, que está ao noroeste. Os lados mais longos do triângulo dão respectivamente para as duas maiores rotas do comércio, e o mais curto junta-se ao lado pequeno do triângulo da América Central.

A América Central é também representada por um triângulo cujo lado maior cai sobre a fronteira dos Estados Unidos. Cercados pelos triângulos e a fiada de ilhas, encontram-se o golfo do México e o mar das Antilhas, ou seja, conforme o linguajar dos geopolíticos, os Mediterrâneos das Américas.

Se compararmos as regiões essenciais do Hemisfério Ocidental, isto é, a Anglo América e a Latino América, observaremos que a última delas, prolongada para o Sul, tem apenas meio milhão de milhas quadradas a mais que a primeira, situada ao norte. Com referência à população, a América Latina conta desde 1950 com maior número de habitantes que os Estados Unidos, mas não excede o total demográfico da Anglo-América, embora exista naquela região o material de recuperação.

Grande parte do território da América Latina acha-se em territórios que prosperam lentamente, têm demorado progresso político e pouco desenvolvimento industrial devido ao clima. Com respeito a tais fatores, o homem possui pouca faculdade de variá-los. A despeito disso, o potencial progresso é grande e, nas áreas situadas dentro e fora das regiões intertropicais, têm sido alcançados grandes avanços.

Por herança racial, pelo clima, pela História, pela geografia e a colonização realizada sem um plano preconcebido, originou-se a fundação de vinte nações, e não as cinco que os homens do Instituto de Geopolítica de Munique fantasiaram em suas imaginações. Isso, porém não deve constituir um impendimento para galgar-se a condição de potência mundial por qualquer estado que esteja dentro desses territórios, embora o caso constitua um escolho a mais que deva ser vencido.

Limitar-nos-emos a analisar nesta conferência as regiões puramente continentais da América do Sul, e na próxima, que será a final, trataremos da região antilhana.

Antes de mais nada, vemos que, embora o continente sul-americano fique a menor distância do Velho Mundo que os Estados Unidos, e que sua cultura básica e suas características étnicas sejam também a de seus avoengos pelo lado histórico, político e econômico, seu futuro está entretanto mais vinculado ao seu vizinho setentrional. Esta realidade manifestou-se desde os dias em que se notaram naquelas paragens os primeiros sintomas revolucionários, e ainda mais acentuada sua orientação para o Norte em questões de cultura.

Tal gravitação mais para o Norte do que para Leste, não é, de modo algum extraordinária, se refletirmos sobre as circunstâncias. Muitos dos estados congregaram-se segundo os princípios enunciados na Doutrina de Monroe, e, nos primeiros tempos da independência, o comércio com o Norte era mais seguro e mais próspero do que com o Velho Mundo. Com o decorrer do tempo e visto ter melhorado a estabilidade política nos Estados Unidos, e também porque se prolongasse o estado de guerra na Europa, o comércio manteve-se mais intenso nas vias de comunicação do Norte e do Sul e foi entrelaçando uma trama econômica mais forte. E ainda hoje, embora a América Meridional encare muito para Leste, mais lança seu olhar para os rumos do Norte e mais se orienta por eles.

Apesar da América do Sul ser uma das regiões mais providas da Terra, a Natureza não se mostrou generosa por igual ao estender a todos sua mão generosa sobre esta zona de paradoxos. Vemos, por exemplo, que o Brasil tem representação comercial nos mercados do mundo para toda espécie de minerais importantes, ao passo que outros países da mesma região limitam-se a subsistir apenas com um produto de exportação, a título de regime nacional de economia. A mesma Natureza tem contribuído para que certas fontes de riquezas nacionais permaneçam sem exploração ou estacionárias, por serem muitas as dificuldades, ou muito alto o custo do trabalho de extração de seus produtos. Esse caso se remediaria, se fôsse possível avançar em outra ordem de atividade.

Não há nação que se possa engrandecer rapidamente se os capitais que lhe forem necessários tenham que ser buscados fora de suas fronteiras. É devido a isso que, em alguns estados sul-americanos, fazem-se grandes esforços para levantar empréstimos em quantidade adequada dentro do próprio país. A entrada constante de capitais estrangeiros nos países da América Meridional, que procuram preparar um sistema econômico forte e bem sólido, não trás o remédio final para a maior parte das nações que procuram constituir um sistema econômico forte e bem sólido. Urge para isso que, sem exageros possíveis, eles tenham uma base de capital. A inversão dos capitais dos Estados Unidos atinge somente a pouco mais de seis milhões de pesos. Outrora, porém, era manifesta a tendência de considerar-se a inversão de capital estrangeiro como uma espécie de instituição permanente. Agora, porém, a opinião geral é de parecer que tal idéia deve ser abolida porque, embora os capitais estrangeiros possam ser empregados eficientemente como paliativo ou providência temporária, são os fundos nacionais e os orçamentos, que devem servir de argamassa para a instituição da vida econômica.

A maior parte de tais fundos nacionais tem que ser levantada mediante a reinversão nacional, ou por empréstimos internos. Para chegar-se ao fim desta jornada, não é fácil fazer-se finca-pé no sentido de manter-se uma política sólida tanto de ordem fiscal, como do critério nacional e dos que, por fim, conduzem à manutenção da confiança do povo em sua política monetária. Diante disso, não precisamos advertir

que se torna imprescindível a direção criteriosa dos negócios públicos, e a devida utilização da riqueza nacional. Os benefícios e utilidades da riqueza nacional eram outrora encaminhados completamente para os vultuosos saldos dos investimentos estrangeiros, e não ficavam com a mão que os preparava.

Um tal critério tem sido bem compreendido e aplicado em muitas repúblicas sul-americanas, e podemos apreciar que em tal sentido e direção marcham o Brasil, Chile, Colômbia, Argentina, Uruguai e Venezuela, onde procuram corrigir as condições alentando e estimulando o desenvolvimento e a inversão dos capitais nacionais. Trata-se de produzir o predomínio do capital nacional, embora, em benefício do progresso da economia internacional, atraíam também capitais estrangeiros para certas inversões.

Tudo isso só se conseguirá por meio da retificação de certas condições políticas e econômicas, sendo que a mais importante delas consiste na industrialização e diversificação. Não há nação alguma em nossos dias que tenha progredido apenas à custa da exportação de matérias-primas, e da importação da maior parte dos artigos preparados que ela consome. É uma verdade que a estabilidade econômica caminha de braços dados com a estabilidade política. Uma não marcha, se a outra não existir ou esgotar-se. Para alcançarmos os benefícios de uma delas é mister o esforço em favor da diversificação econômica. Quando a riqueza nacional depende de um só produto de exportação comercial, a vida econômica passa a ter alternativas de época das vacas gordas e das vacas magras, em vez de manter-se firme no caminho ascensional do progresso.

Para que se desenvolva uma indústria forte e capaz de competir é preciso estimular-se em toda a América do Sul um nível de vida mais elevado. A industrialização não pode ser empreendida, se não trouxer benefício para a economia nacional, independentemente de qualquer outra consideração. Para que a economia nacional mantenha-se equilibrada é preciso que se contrabalancem a produção agrícola e a produção industrial numa economia mista.

A industrialização exige a facilidade dos transportes, o que requer com insistência primordial a direção competente e a reinversão dos lucros na riqueza nacional, no interesse da própria nação. É um cometimento que se não pode realizar apenas por um grupo de pessoas; nele está empenhada a responsabilidade de toda a nação. O senso da responsabilidade global do país em benefício comum, exige educação para todos, e, enquanto isso não fôr alcançado, os resultados obtidos serão lentos e de passos muito retardados.

Uma das dificuldades mais graves, onde tropeça a indústria na América Meridional, encontra-se na carência de combustível natural, mal esse padecido por muitas repúblicas. Poder-se-ia aliás suprir a falta por meio de força hidrelétrica, mas isso exige grandes inversões de capital. É mister também ajudar-se com o carvão e o petróleo, mas, como na maior parte das Repúblicas não existem jazidas, é preciso formular-se o problema em função do intercâmbio comercial com as que possuem tais combustíveis naturais. Em resumo, a industrialização na América do Sul deixa de ser uma empresa individual ou nacional para ser considerada, em benefício geral, como um problema continental em que todos deverão trabalhar em cooperação.

Caimos assim num círculo vicioso, porque é difícil determinar-se onde começa e onde acaba o problema, ou é intrincado precisar-se em que parte da questão, ou em que resolução encaixa-se o próprio problema.

A industrialização, a diversificação, o melhoramento dos transportes, o progresso no método da educação e o emprêgo apropriado da riqueza nacional são todos fatores da estabilidade política e econômica que, por seu turno, ajuda a avolumar-se a grandeza da nação. Tudo isso solicita uma direção dos negócios públicos dedicada ao bem comum, e o desejo do povo para seguir avante, desinteressadamente, para a consecução de tão elevadas finalidades.

Talvez esses problemas, que acometem a América Latina por toda parte e com uma tremenda complexidade, é a posição estratégica do continente, tenham feito compreender aos ambiciosos de conquista o valor da região, e alimentar a tentação de conquistá-la. É precisamente essa debilidade que as forças da Alemanha nazista e da Rússia Soviética quiseram aproveitar para se dilatarem, durante seus anseios de engrandecimento imperialista. O valor estratégico e as possíveis consequências da fraqueza são precisamente os móveis dos desmedidos zelos e tentações.

Por mais poderosos que sejam os Estados Unidos, com toda a força de sua ubiquação nos negócios mundiais, com sua posição sob o ponto de vista geográfico, político e econômico, o que está acima de qualquer contestação, descobrem-se certos fracos que restringem gravemente seus meios de defesa. Não é possível, de fato, que vivamos isolados no mundo moderno, pois temos necessidades de certas matérias-primas imprescindíveis que nos fazem falta e se não beneficiam ou extraem do nosso solo ou, se existem não se apresentam em quantidade suficiente.

Os Estados Unidos são obrigados a importar certas matérias estratégicas, em tempo de guerra, como sejam o antimônio, cromo, manganês, mercúrio, mica, níquel, quartzo, tungstênio, estanho e borracha, para terem uma boa margem de reserva, no caso de ser necessário fazermos um esforço permanente na defesa. Com relação a este caso, a América do Sul oferece-nos a fonte provável onde possamos procurar aqueles recursos tão necessários.

Por tal motivo, não há necessidade de insistirmos em assinalar a importância vital que, para o Mundo Livre e os Estados Unidos, representam os recursos naturais da América do Sul. O embaixador especial dos Estados Unidos, Sr. Milton Eisenhower, disse o seguinte em seu relatório ao Presidente: "Os aparelhos industriais e militares que os Estados Unidos fabricam para auxiliarem a defesa do Mundo Livre, incluindo nêle as Repúblicas da América, exige que cheguem continuamente da América Latina, e em grande variedade, os materiais estratégicos que suprem as indústrias". Essas declarações, ditas com tanta clareza, têm uma imensa consequência dinâmica.

Se alguma potência conseguisse barrar aos Estados Unidos o acesso a todas as regiões da América do Sul, comprometer-se-ia de maneira gravíssima a possibilidade de levarmos a término nossa própria defesa. Não há necessidade de dizermos que se um estado resolvesse destruir a uma potência de primeira ordem teria que começar pelo aniquilamento de sua faculdade (da potência que se apresentasse como adversária) de manter-se em guerra. E um dos passos decisivos nesse sentido seria o da destruição das fontes do material estratégico.

A América do Sul, devido aos seus vastos recursos, aliás ainda intactos, representa o grande manancial das forças da democracia, não só dos Estados Unidos, mas do Mundo Livre em geral. Esse fato, excluindo os demais, bastaria para mostrar o valor estratégico destacadíssimo que possui este continente. É desnecessário declarar que materiais tão valiosos não poderão ser adquiridos por quantias quase incommensuráveis e graças a ingentes esforços que ultrapassam os humanos, mas quando uma nação defende sua própria vida e nada se calcula em função do dólar, as fontes de material estratégico da Amé-

rica Meridional inclinam decisivamente o fiel da balança para o lado da vitória.

Apreciemos mais outros aspectos de caráter estratégico que se relacionam com a América Latina. As Antilhas, que serão tratadas posteriormente por nós e com mais detalhes, formam a linha principal sobre a qual se concebeu a defesa naval dos Estados Unidos, fundada numa esquadra para dois Oceanos. Tal idéia de defesa parte do canal do Panamá. Nas ilhas e no continente sul-americano encontram-se os portos e os locais onde se poderão instalar bases aéreas e navais, para dar-se maior segurança à travessia para o Velho Mundo e para encurtar as rotas para a África. A massa continental do Sul, em uma palavra, é uma faixa de defesas meridionais que zela contra um ataque ao conhecido Arsenal da Democracia. Precisamos não esquecer o critério que supõe que qualquer inimigo dos Estados Unidos possa melhor levantar o vôo de seus aviões de bombardeio da América do Sul do que fazer partir a mesma força da maior parte das bases que possuir na Europa. Quanto a esse caso extremo, o Mundo Livre que tanto depende do poder industrial dos Estados Unidos para suprir-se de armas, também fica bastante subordinado à América do Sul, que poderá defender materialmente contra um ataque a este Arsenal da Democracia.

Não se deve desprezar a importância militar das forças armadas, relativamente pequenas da América Meridional. Em caso de guerra, se não existirem tais forças, muitas das fontes essenciais de caráter estratégico cairão em poder do inimigo. As grandes potências, empenhadas em luta titânica nas demais frentes, serão obrigadas a contar ou depender, para a defesa e salvaguarda de um flanco vital do Mundo Livre, do aparelhamento militar da América do Sul. Se não existir um tal aparelhamento, sua falta virá talvez acarretar graves consequências decisivas num conflito.

A América do Sul talvez possa fazer muito mais com sua amizade do que trazendo materiais estratégicos. Poderá guardar as linhas de comunicações e pontos de embarque; conceder, como fez já no passado, local para bases importantes de aviação, e navais; poderá finalmente, de acordo com o que já fizeram o Brasil, México e a Colômbia, contribuir para a luta direta com forças adestradas na moderna Arte Militar. No momento atual, quando os exércitos e os esforços de guerra contam-se por cifras elevadíssimas, a mais insignificante população da América Latina é de um valor inestimável.

No rápido desenvolvimento do potencial da indústria da América do Sul, que é bastante alentador, talvez encontremos o apoio importante de índole militar desta parte do mundo a favor do Mundo Livre. Citaremos novamente o Sr. Milton Eisenhower nas suas seguintes palavras: "Acreditamos que, num futuro relativamente próximo, algumas nações da América Latina cheguem a ser aliados poderosos graças aos progressos que têm alcançado, e dessa forma robustecer-se-á de forma significativa a capacidade do Mundo Livre para manter a segurança coletiva.

Se compararmos esses fatores com a fraqueza geopolítica da região, todos os valores citados perderão a significação. Já assinalamos que se poderá causar um dano grandíssimo ao núcleo mais recôndito e mais forte da resistência que a Democracia opõe ao comunismo, se os comunistas conseguirem pisar firmemente na América Latina. Caso se fundasse um estado comunista neste rincão, sua presença seria grandemente perturbadora a todas as nações do Hemisfério Ocidental. Por isso, a aquisição de um tal ponto de apoio figura entre os propósitos magistrais dos planos comunistas.

Existem circunstâncias que parecem favorecer a criação de uma potência marxista, embora não vinguem realmente suas doutrinas políticas.

Em qualquer local onde o progresso político tem nível baixo, inadequados os métodos educativos, e atrasado o modo de viver com dificuldade para defender o sustento do povo, desesperado, poderá deixar-se arrastar e submeter-se ao domínio desta ideologia enganadora imaginando que poderá melhorar de situação. É possível que, sob a rigidez da ditadura comunista, consigam-se progressos de industrialização, de diversificação e de transporte, mas será isso à custa da liberdade e do progresso do povo. A cobertura das deficiências nas zonas mais débeis não pode de modo algum ser dada ao inimigo, ou aos praticantes de uma filosofia política onde não existem os princípios de liberdade que os primeiros patriotas da América do Sul estabeleceram para padrão de vida para seus descendentes.

Trabalham diligentemente em toda a América do Sul os ativos fermentos sociais. Seus homens mais proeminentes reconhecem que a pobreza, a falta de cultura e outros males sociais assinalam e demarcam as regiões onde existem tais imperfeições, e as que se apresentam noutros ramos da atividade humana. Não ignoram também a celeridade ou retardamento com que se faz o progresso. Mas há elementos do povo que se impacientam, que anseiam por progressos e benefícios sem mais demora ou tardança, sem compreenderem que há progressos e benefícios que exigem tempo para serem executados. Enquanto isso acontece, porém, e em conjugado com tais pretensões imperiosas, que o nacionalismo não cessa de crescer — o nacionalismo que é merecedor de aplausos, porque é o legítimo orgulho pelo que tem sido conseguido, e que serve de verdadeiro alento para que se melhorem, imediatamente e com ação intensiva, as condições gerais de vida.

Ao seu lado, entretanto, há tropeços. O nacionalismo desenfreado pode transformar-se em ultranacionalismo, em nacionalismo cego ou patológico, obcecado, que põe de lado os grandes benefícios do futuro pelas vantagens momentâneas ou de valor diminuto, que são obtidas imediatamente, sem que se considerem os lucros no futuro, embora alcançados a prazo longo. O ultranacionalismo está sendo explorado pelos agitadores comunistas em toda parte do mundo para a destruição do progresso real. Há muitas pessoas que se deixam seduzir por seus argumentos sutis, e chefes políticos que, embora não estejam de modo algum de acordo com os propósitos finais do comunismo, admitem que ele lhes dê apoio e aceitam sua cooperação temporária em busca de vantagens eleitorais. O perigo e a destruição residem justamente nessa colaboração porque, uma vez dado o nó da amarração, não será possível desfazê-lo por nenhum meio pacífico.

Faltará a alegria de viver, se fôr fechado o ambiente da liberdade. Vós, que viveis em Cuba, nação para onde converge o olhar do mundo inteiro por considerá-la figurando entre as que se encontram na vanguarda, como possuidora de um pensamento progressista, liberal e democrático, vós sabeis por que preço se paga a liberdade, mas conheceis também que não há custo excessivo, quando se trata da liberdade de uma nação. Que o vosso exemplo sirva de alento aos vossos vizinhos!

A luva do desafio foi arremessada aos pés da América do Sul... É preciso que todos se mantenham livres e conhecedores das riquezas que estão guardadas nas entranhas deste rincão do mundo. As nações que aceitarem o desafio combatendo pelo bem-estar de todos, com o olhar fito na liberdade e contra o prejuízo e a ignorância, serão as que irão ocupar posto proeminente no mundo, resistindo ao ímpeto demolidor das forças do mal. Todo o Mundo Livre estimula essa ação salvadora do Continente do Futuro no interesse coletivo.

(Conclusão no próximo número)

"O Brasil, pela sua estrutura etnológica, se tivesse aceito o delírio europeu de nacionalidades e de raças, seria o país mais desunido, menos pacífico e mais intranquilo do mundo. Nêle ainda são nitidamente reconhecíveis, já nas ruas, as diversas raças e sub-raças, de que é constituída a sua população. Aqui vivem os descendentes dos portugueses que conquistaram e colonizaram o Brasil, aqui vive a descendência aborígine dos que habitam o interior do país desde épocas imemoráveis, aqui vivem milhões provindos dos negros que nos tempos da escravidão foram trazidos da África, e milhões de estrangeiros, portugueses, italianos, alemães e até japoneses. Segundo o modo de pensar europeu, seria de esperar que cada um desses grupos assumisse atitude hostil contra os outros, os que haviam chegado primeiro contra os que chegaram mais tarde, os brancos contra os negros, os brasileiros contra os europeus, os de cor branca, parda ou vermelha, contra os da raça amarela, e que as maiorias e as minorias em luta constante pelos seus direitos e prerrogativas se hostilizassem. Com a maior admiração verifica-se que tôdas essas raças, que já pela cor evidentemente se distinguem umas das outras, vivem em perfeito acôrdo entre si e, apesar de sua origem diferente, porfiam apenas no empenho de anular as diversidades de outrora, a fim de o mais depressa e o mais completamente se tornarem brasileiros, constituindo nação nova e homogênea".

(Stefan Zweig — "BRASIL PAÍS DO FUTURO").



INSTANTANÉ BRÉSILIEN

"Le Brésil est incontestablement le "grand" pays de l'Amérique du sud, par sa superficie (17 fois celle de la France), sa population (60 millions d'habitants), ses ressources, connues et probables. Il le sera encore plus quand, dans une vingtaine d'années, sa population atteindra 100 millions d'habitants. Il est donc appelé à jouer un rôle de plus en plus important dans la politique mondiale".

(Transcrito da Revue Militaire Générale de Nov/58).

II — ESTUDOS E ENSAIOS

PROBLEMAS ESTRATÉGICOS DA ÁFRICA E EM PARTICULAR DA ÁFRICA DO NORTE

Tenente-Coronel CARLOS DE MEIRA MATTOS

(Conclusão do número anterior)

2. A AFRICA DO NORTE

a) A África do Norte, ou o Maghareb Berbérico, formado pelos territórios de Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia e o pequeno território internacionalizado de Tanger, é, das regiões do chamado Continente Negro, a mais vinculada, histórica e culturalmente à Europa e particularmente à Península Ibérica.

A Tunísia, é herdeira do Império Mercantil Cartaginês, a inimiga fidalgal de Roma que enviou várias expedições invasoras à Europa mediterrânea comandadas por Amilcar, Asdrúbal e Aníbal, é a Cartago das Guerras Púnicas.

O Marrocos, que alguém já chamou de "país do Ocidente habitado por orientais" tão vinculado geograficamente, se encontra com a Europa, da qual está separado pelo estreito Gibraltar, de apenas 16 km de largura, é um antigo Império governado por sultões que, por 700 anos estenderam seu poder político pela Península Ibérica.

A Argélia e Líbia, áreas intermediárias, sem a mesma tradição de governo próprio das duas anteriores, ocupadas ora por uns ora por outros, territórios geopoliticamente de resultantes centrífugas, buscando apoio e destinação histórica na integração aos seus vizinhos (a Líbia, ora ao Egito ora à Tunísia; a Argélia, ora à Tunísia ora a Marrocos).

Tânger, que o conflito de ambições das grandes potências impôs, como solução pacificadora, a internacionalização.

Não vimos aqui, pois o tempo nos persegue, rever batalhas épicas de lusitanos contra os povos árabe-berbéricos que ocupavam o território do Marrocos — Alcazar, Ceuta e Quibir — no afã de "abrir a porta" que lhes haveria de franquear a exploração de todo o continente negro.

A África do Norte, no seu conjunto, constitui uma unidade religiosa, cultural, geográfica. Suas populações professam a fé islâmica, são culturalmente árabes, a raça predominante é uma mescla bérbere-árabe, sendo o bérbere considerado autóctone por prestigiosos etnólogos. Finalmente, do ponto de vista geográfico a Cordilheira do Atlas assegura a integração física do corpo territorial (do Marrocos, Tunísia e Argélia) sendo essa ação coordenadora completada pela influência unificadora da costa mediterrânea comum.

Vejamos um pouco da história da ocupação da África do Norte por franceses e espanhóis.

A Argélia foi conquistada pelos franceses aos turcos em 1830. O próprio nome Argélia foram os franceses que deram — antes era conhecida como Magherb Central, administrada pelo Sultão de Marrocos. Depois de passar por fases de administração colonial, foi transformada em Departamento da França em 1948. Todos os argelinos foram equipados a cidadãos franceses. Os franceses realizaram aí grandes esforços de imigração e econômico. Numa população de 9.000.000 de almas, 1.000.000 é de colonos franceses e seus descendentes brancos. Esboça-se aí, um movimento dos argelinos de sangue francês, vinculado à origem africana que, em alguns aspectos, se assemelha ao fenômeno dos "boers". A Argélia ostenta belas cidades e portos bem equipados: Argel, a Capital (600.000 habitantes), Oran (300.000 habitantes), Bone (110.000 habitantes), Philipeville (100.000 habitantes). O território argelino se prolonga até o Saara onde, recentemente, foram encontradas importantes jazidas petrolíferas.

O Marrocos esteve dividido em dois protetorados, francês e espanhol, desde 1906 (Conferência de Algeira). Houve lutas que duraram vários anos contra os franceses e espanhóis — (Abd-el-Krim). Em 1912 o Sultão Abd-el-Hafiz firmou com a França um tratado concordando com o regime de protetorado. Neste após-guerra ganhou crescente importância, no território marroquino, o movimento nacionalista liderado pelo partido Istiqlal, cuja tenacidade na luta resultou na liberdade do jugo estrangeiro de todos os territórios dos antigos protetorados franceses e espanhóis, hoje transformados em Reino, de 9.000.000 de habitantes, governado por Mohammed V.

A obra civilizadora francesa no Marrocos é digna de admiração de todos que por ali passam.

A Tunísia, herdeira de Cartago, foi transformada em protetorado francês em 1883. Este país teve importância destacada como teatro de operações militares contra os Exércitos de Von Rommel em retirada da Líbia, e como base para a invasão da Itália. No após-guerra, os ideais nacionalistas alimentados pelo partido de Neo Destur, criaram o clima para a independência que foi concedida em 1955, passando a Reino e agora a República. O mais destacado e prestigioso líder nacionalista da África do Norte é, inegavelmente, o atual Presidente da República da Tunísia, Sr. Habib Burguiba, espírito ocidentalista e, o que é mais importante, desejoso de encontrar um "modus vivendi" com a França. É dele o plano de uma federação franco-norte-africana, formada pelos Estados Soberanos da França, Argélia, Tunísia e Marrocos. Esta fórmula, simpática aos norte-americanos e ingleses, só não ganhou corpo devido à oposição dos franceses em reconhecer a soberania da Argélia.

b) *As dificuldades francesas na Argélia* — Uma guerra revolucionária há três anos irrompeu na Argélia, acompanhada de movimentos armados e surtos terroristas exigindo a independência do país.

Dirige esses movimentos a agremiação Frente de Libertação Nacional Argelina, apoiada e estimulada pelo governo de Cairo (que já havia apoiado, anteriormente, os movimentos de Istiqlal e Neo Destur). Sempre encontraram os revolucionários argelinos, ajuda e incentivo de seus vizinhos e irmãos do Marrocos e Tunísia.

O caso argelino transformou-se numa questão emocional para a Nação francesa. Não conseguiram os governos fracos do regime parlamentar falido, encontrar uma solução para esse conflito que há três anos absorve enormes verbas, exaurindo o Tesouro e obrigando o Governo de Paris a transferir para a Argélia a maioria do Exército Francês (cerca de 500.000 homens).

O clima de luta, ali, é o característico da guerra insurrecional, que um general francês definiu como — “guerra abstrata contra um inimigo invisível”; esse meio milhão de soldados franceses nunca conseguiu travar uma batalha, o inimigo, eminentemente “fiuido e fugaz”, jamais ofereceu um objetivo compensador; está em toda a parte e não está em parte alguma; é incansável, prefere a calada da noite, mata incessantemente, difunde terror na população civil; vigilante, não perde uma oportunidade, “um cochilo” dos franceses, para acutillar de surpresa e sumir na penumbra; incendeia, destrói pontes, mina estradas, interrompe ferrovias, rompe oleodutos, tudo sem aparecer. Mantém, há três anos, todo o aparato bélico do Exército Francês em segurança e defensiva sem nunca lhe dar chance para tomar a iniciativa. Já experimentaram as autoridades militares francesas, pois a Argélia está transformada numa praça de guerra, todos os processos de repressão. Chegaram à conclusão que se trata de um caso de *guerra psicológica*, mais do que de luta armada. No quadro de guerra psicológica já provaram tudo, desde a represália violenta contra populações indefesas acusadas de proteger ou ocultar revolucionários, até os abomináveis processos de tortura física dos acusados, lembrando os tempos inesquecíveis de Torquemada.

Depois de tudo isto, a guerra revolucionária continua, os rebeldes conservam a iniciativa, as medidas de represália se revelam falhas e ineficazes, a opinião da Metrópole se desespera, o clero francês protesta contra os processos de tortura, o parlamento entra em crise, os aliados da França pressionam, na ONU se levantam clamores, e os gabinetes não resistem à convergência de pressões e caem (já caíram seis gabinetes, por influência da crise argelina).

O caso da Argélia não permitiu que a França, até hoje, normalizasse suas relações com a Tunísia e Marrocos. O caso da Argélia exige da diplomacia francesa, esforços inauditos, e de seus aliados posições moralmente comprometedoras, anualmente, para evitar que seja levado à barra do Tribunal da ONU.

Há poucos dias, foi criado no Cairo, sob o patrocínio de Nasser, o governo da Argélia Livre, assumindo a sua chefia o líder revolucionário Ferhat Abbas. Ultimamente, os revoltosos argelinos, levaram a sua luta terrorista para o coração do continente francês.

A técnica de propaganda e o processo de sublevação aplicados na Argélia é do receituário revolucionário comunista. O seu teórico é Mao Tse Tung, o especialista de revoluções em países subdesenvolvidos.

São de Mao Tse Tung, o estrategista e o tático da Guerra Revolucionária, as *quatro frases-chave* desse tipo de guerra, em que pequenos grupos armados irregulares, apoiados pela simpatia, ou mesmo pela apatia da população civil, se levanta em luta contra exércitos regulares e poderosos:

- se o inimigo avança, nós retiramos;
- se o inimigo se entrincheira, nós o inquietamos;
- se o inimigo está esgotado, nós o atacamos;
- se o inimigo se retira, nós o perseguimos.

O mesmo Mao Tse Tung, no livro “La Stratégie de la Guerre Revolutionnaire en Chine”, assim explica o seu conceito de dez contra um:

— “nossa estratégia é “um contra dez”, enquanto nossa tática é “dez contra um”.

Nós derrotamos muitos homens com poucos efetivos; é o que dizemos aos detentores do poder inimigo (obrigando a mobilização de um exército para combater pequenos grupos de guerrilheiros).

Entretanto, nós batemos poucos homens com muitos; é o que dizemos às tropas inimigas no campo de batalha (atacando sempre de surpresa com superioridade de forças)."

Vejamos agora a sua estratégia dos "dois braços":

— Em nossa guerra, o povo armado e a "pequena guerra" de guerrilha, de um lado, e o Exército Vermelho como força principal, de outro, constituem os *dois braços* de um mesmo homem.

Um Exército Vermelho, força principal, sem apoio da população e da guerrilha, seria um guerreiro "maneta".

A este tipo insidioso de guerra revolucionária, ou guerra insurrecional, ou ainda, guerra de superfície, o Exército Francês procura responder com a guerra psicológica e a contraguerrilha. Até agora não conseguiu. Conseguiu-o, em parte, o general De Gaulle, com o seu prestígio pessoal. Deveras a presença de De Gaulle à frente do governo francês, transfigurou o quadro da derrocada colonial em iminência. O resultado do "referendum" de 27 de setembro último veio provar isso de sobejo. No caso especial da Argélia, apesar do trabalho intenso dos comunistas da Frente de Libertação Nacional Argelina e da máquina de propaganda do Cairo, pedindo ao povo argelino que se abstivesse de votar, a grande maioria do eleitorado compareceu às urnas e respondeu "sim" à consulta feita sobre a aceitação da Nova Constituição Francesa. A concorrência de 3.500.000 eleitores e os 3.100.000 "sim", valeu como um atestado eloquente de que o povo argelino, na sua maioria, resolveu dar um voto de confiança a De Gaulle.

Depois disto, no discurso de Constantine, o General ofereceu aos argelinos um plano de integração com a França, baseado na intensificação do desenvolvimento econômico, na melhoria do nível social da população, no completo nivelamento de direitos políticos entre argelinos e franceses.

No momento, sob o impacto da vitória de De Gaulle, houve uma trégua na Argélia. Por quanto tempo?

O francês, de um modo geral, não concorda com a independência da Argélia. Este tornou-se um caso passional. Para o francês só há duas soluções para o problema: integração ou federação. O Exército e os colonos franceses radicados na Argélia preferem a integração. A solução oferecida por De Gaulle é a integração. Os rebeldes da Frente de Libertação Nacional dizem que aceitariam a federação, mas, há na França presunção de que seja um jogo de má fé, pois exigem a completa soberania para depois decidirem "livremente" pela federação.

Por que a Argélia apaixonou o francês que a bem pouco tempo aceitou, sem maiores reações, o desmembramento de Marrocos e Tunísia?

Várias razões corroboram para isto.

a) A Argélia está anexada à França há 158 anos e nunca no passado constituiu uma unidade política autônoma, com personalidade própria; a Argélia, para o francês, é obra exclusiva da França, que lhe deu o nome.

b) Sua posição, face a face ao litoral sul da França, dando continuidade geográfica aos territórios sobre soberania francesa desde o Continente até os confins da África Equatorial e Ocidental, empresta-lhe uma importância geopolítica "sui-generis".

c) Suas riquezas minerais — ferro, fosfato, carvão, zinco, antimônio, chumbo — e seu petróleo do Saara, em início de exploração,

cujas reservas estão calculadas em 500 milhões de toneladas, transformaram a Argélia em complemento indispensável à posição da França entre grandes potências mundiais.

3. IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA ÁFRICA

Consideraremos a importância estratégica do continente africano sob dois prismas apenas — o da estratégia americana e o da estratégia nacional. No campo da estratégia continental a África vale, principalmente, por sua posição de base intermediária para ações militares entre a América e a Eurásia e por suas riquezas energéticas e minerais.

A conquista do Novo Continente por uma potência européia ou asiática impõe, como preliminar, a ocupação de bases na vertente atlântica da África. O exame desta "via de acesso" nos sugere que sua utilização contra o principal centro de poder político e militar das Américas, os Estados Unidos, obriga o invasor a uma parada num objetivo intermediário que deverá abarcar, obrigatoriamente, a região Nordeste do Brasil e poderá se estender pelo nosso Norte, às Guianas e à Venezuela.

Em contraposição, a atitude defensiva da América contra ações de conquista territorial partidas de potências européias ou asiáticas, exige a manutenção de uma posição de segurança na vertente atlântica do continente negro. Dentro desse mesmo conceito, se a defesa afastada da América do Norte está na vertente atlântica da África, sua defesa aproximada, já precária, obstaculizando-lhe a utilização do Canal do Panamá, peça importantíssima na manobra defensiva ianque, está na região compreendida pelo Nordeste e Norte brasileiro, Guianas e Venezuela.

No tocante ao potencial energético e mineral do continente africano, em fase de início de desenvolvimento, mas já ponderável, sua posse fortalecerá o poder militar da nação ou grupo de nações que puder utilizá-los.

Do ponto de vista da *estratégia nacional*, em decorrência do que dissemos acima, considerando que o Atlântico tem o seu "estreito" na chamada ponte estratégica *Natal-Dakar*, interessa de modo muito particular ao Brasil, ter a segurança de que a vertente atlântica da África esteja sempre em poder de mãos amigas. Convém lembrar aqui, que os mísseis de alcance médio (3.500 a 5.000 km) de bases instaladas no saliente do Senegal poderão, facilmente, atingir amplamente o saliente nordestino.

Ainda do ponto de vista da *estratégia política nacional*, é preciso termos presente que o continente negro se vem insinuando, de ano para ano, como um competidor do comércio exportador brasileiro, quicá latino-americano. O desenvolvimento da indústria extrativa e os progressos da agricultura ali, estão colocando esse continente em posição de nosso rival no comércio mundial, para o qual entra com produtos idênticos aos nossos e os pode oferecer a preços mais compensadores, pois, ali, a mão-de-obra é muito mais barata.

Basta um relance de olhos pelos produtos de exportação da África; café (8.000.000 de sacas no ano passado), cacau, algodão, tabaco, fumo, borracha, milho, trigo e bananas; no setor dos minérios: ferro, manganês, bauxita, etc., para se bem avaliar os crescentes prejuízos que este fenômeno do "despertar africano", poderá representar, em futuro próximo, às economias brasileiras e latino-americanas.

Nossa diplomacia deverá ter uma missão importante nessa segurança preventiva, acompanhando, principalmente, os movimentos polí-

ticos e o desenvolvimento econômico que ali se manifestam, tendo sua observação voltada, também, para os futuros vizinhos que aí se virão instalar.

Nossa histórica vinculação com Portugal não deve ser esquecida nesta hora de reajustamento de estratégia política e diplomacia, buscando, objetivamente, nos colocarmos em consonância com a realidade dinâmica da geopolítica moderna. Portugal mantém gloriosamente do outro lado do Atlântico, "vis a vis" conosco, territórios de cultura e língua semelhante às nossas. Isto é de um valor extraordinário, para nós que marchamos para um destino de grandeza política e que, para não sermos surpreendidos num futuro não muito remoto, precisamos aprender, desde já, a pensar na escala diplomática do "to think big".

Quanto a competição econômica, acreditamos que a criação do Mercado Comum Americano, será a verga mestra da solução destinada a conservar os mercados dos nossos produtos básicos de exportação.

Devemos, urgentemente, readaptar "as lentes de nossa visão geográfica", convencidos de que a ciência e a técnica já deram ao homem moderno meios de transporte rápidos e de longo alcance, capazes de superar as antes consideradas grandes distâncias, em tempo surpreendentemente curto; é preciso nos apercebermos deste fenômeno geográfico do "apequenamento" do mundo em consequência do que, o Atlântico Sul, hoje, é um "grande lago".



A COMUNIDADE AMERICANA

"A MANUTENÇÃO DO BLOCO de geografia, recursos naturais, potencial humano e capacidade cultural das 21 repúblicas americanas é uma necessidade política para todos os participantes.

É uma necessidade para os Estados Unidos em tempo de paz e muito mais ainda em tempo de guerra, não sendo menos essencial à manutenção da independência dos outros componentes.

Tomada simplesmente como soma de potencial e recursos humanos, a combinação é pelo menos respeitável quando comparada com as mais populosas nações do mundo. A população conjunta dos 20 Estados latino-americanos é provavelmente um pouco maior do que a dos Estados Unidos — uma estimativa razoável seria 171.000.000 contra 170.000.000. Em várias nações latino-americanas a população aumenta mais depressa do que a dos Estados Unidos. O total seria 341.000.000, contra uns 375.000.000 da Índia e talvez 480.000.000 da China. Naturalmente, a densidade de população é infinitamente menor. Se ao total forem acrescentados os 16.000.000 do Canadá, inevitavelmente ligado geográfica e historicamente ao bloco americano, a comparação torna-se clara: o mundo americano, se permanecer unido, não precisa temer a simples massa populacional dos maiores países asiáticos.

Em termos de recursos naturais, a independência é naturalmente mais marcante ainda. As repúblicas latino-americanas, sem os Estados Unidos, contribuíram com quase 10,7% do total das exportações mundiais em 1951 e absorveram 9,3% das importações. O comércio entre os Estados Unidos e a América Latina é mais ou menos comparável ao dos Estados Unidos com a Europa; só recentemente, com o melhoramento

da economia européia, foi que as relações com a Europa aumentaram um pouco. A América Latina é um dos melhores clientes dos Estados Unidos, se não o melhor, e um dos melhores fornecedores. A relação é recíproca.

Mas esse comércio não vigora numa base opcional. Os Estados Unidos podem produzir mais do que necessitam no setor alimentar e em muitos ramos industriais; mas para isso precisam receber certas matérias do estrangeiro. Já estamos sentindo a falta de minérios de ferro de alto teor, que normalmente importamos do vale do Orinoco, na Venezuela. Nunca tivemos manganês de alto teor em quantidade suficiente, necessário à produção siderúrgica; esperamos recebê-lo do Brasil. Está havendo no momento quase que uma escassez mundial de cobre; as necessidades suplementares dos Estados Unidos são atendidas principalmente pelo Chile, mas a produção peruana está crescendo. Podemos também utilizar mais chumbo, do qual existem depósitos na região montanhosa argentina. Um dos maiores depósitos de minério de ferro de alto grau existentes no mundo está no vale do Rio Doce, no Brasil, mas no momento apenas uma quantidade modesta é extraída, cuja maior parte vai para a Europa. Outro depósito está na Venezuela, e abastece as usinas siderúrgicas americanas do litoral leste. Os recursos petrolíferos dos Estados Unidos, não obstante a descoberta de novos campos, estão sendo suplementados por importações, das quais grande proporção vem da Venezuela. O único grande depósito de estanho do Novo Mundo está na Bolívia — e assim por diante.

Ordinariamente, em tempo de paz os Estados Unidos se abastecem substancialmente com os recursos latino-americanos, no setor dos minerais e de produtos tropicais, como o café. Em caso de perturbação das condições mundiais, as necessidades americanas seriam grandemente intensificadas. O Oriente Próximo, por exemplo, é uma região perigosa e perturbada; se ela fosse fechada por uma guerra, ou se a União Soviética a dominasse, ou se (como agora) ela fosse fechada por tumulto internacional, os abastecimentos latino-americanos de petróleo passariam a ser de necessidade absoluta não apenas para os Estados Unidos como também para seus amigos e associados na Europa Ocidental. Se a África fosse isolada da Europa, o cobre da América Latina passaria a ser essencial ao mundo ocidental. Se a Malaia fosse retirada do comércio mundial, o estanho da Bolívia e a borracha do Brasil passariam a ter importância primacial. Não há nada "de favor" no comércio interamericano. É uma necessidade para todos os interessados e será de necessidade vital em tempo de guerra.

A defesa da região — ou mais precisamente a sua fusão em uma comunidade operante capaz de defender-se — não é portanto um projeto filantrópico, mas assunto de interesse direto para qualquer estudioso das relações internacionais americanas. Porque os Estados Unidos teriam a maior dificuldade em se defender se o resto da região não participasse do esforço. Igualmente a América Latina provavelmente seria esfacelada se os Estados Unidos não fossem seus associados."

Adolf A. Berle, Jr. ("O Mundo Entre Ocidente e Oriente").

III — PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA

O BRASIL E A DEFESA DO OCIDENTE

Cel GOLBERY DO COUTO E SILVA

(Continuação do número anterior)

3. O Ocidente ameaçado

Após o duelo secular travado contra o Islam que, na explosão de um expansionismo aguerrido e fanático, cercara, como uma avalanche, o mundo todo do Ocidente, então confinado simplesmente à Europa, pelas duas alas extremas do grande lago mediterrâneo, contida primeiro a mourisma nos Pirineus pelo milagre de Poitiers e repelidos afinal, decisivamente, os turcos às portas de Viena graças ao heroísmo dos cavaleiros poloneses de João Sobiesky, o Ocidente que provara sucessivas derrotas nas investidas frontais das Cruzadas e já descobrira a magistral manobra envolvente pelo périplo da África, rumo à Índia e ao Oriente distante, pôde passar à ofensiva em todos os quadrantes do mundo.

O século XX ve-lo-ia, transbordante de energia e de confiança, a ocidentalizar o universo inteiro. Pelo domínio muitas vezes desumano e cruel ou pela criação de novas civilizações em remotas paragens desertas, mas, sobretudo, pelo poder de fascinação de sua cultura tão bem sucedida, o Ocidente irradiaria muito para além de sua área original, na confortável esperança de um destino plenamente realizado.

As culturas exóticas, mesmo as de longa tradição de vigorosa originalidade e de um rico passado milenar, impotentes, porém, ante a arremetida invencível do Ocidente, apoiada que vinha esta no poderio esmagador de uma tecnologia surpreendente, ambivalentes entre a desconfiança natural por valores estranhos, incompreendidos e incompreensíveis, e a admiração mimetizadora por uma tão notável capacidade de ação, impedidas de reagir pelo isolamento, como o Japão viria a aprender com a esquadra de Perry, não lhes restaria outro caminho: assimilar, o mais rapidamente possível, dessa civilização estranha, tudo o que lhes permitisse reagir, no prazo mais curto, contra a lenta asfixia, a dominação brutal, o deperecimento certo — principalmente, essa técnica portentosa e sem rival capaz de realizar prodígios, mas também vários complexos ideológicos que as fortalecessem na luta contra aquele mesmo Ocidente que entusiasticamente os pregava. Seria usar das próprias armas do agressor para melhor combatê-lo — estratégia superior conscientemente traçada ou, pelo menos, inconscientemente seguida. É que, por então, já o Ocidente começara a esquecer realmente os seus próprios ideais democráticos e cristãos, na ambição egoísta e cega de um expansionismo aventureiro que o levaria até à cisão no seu próprio seio entre vários grupos imperialistas, guerreando-se sem tréguas pelos despojos de um saque tão fabuloso assim. E, nessas lutas, chegariam uns e outros a recorrer ao concurso dos povos de outras culturas, impulsio-

nando-lhes, para isso, o progresso material, ensinando-lhes os segredos da própria técnica ocidental, instilando-lhes ideais e valores novos e armando-os até mesmo para a luta, como aliados ou como simples mercenários.

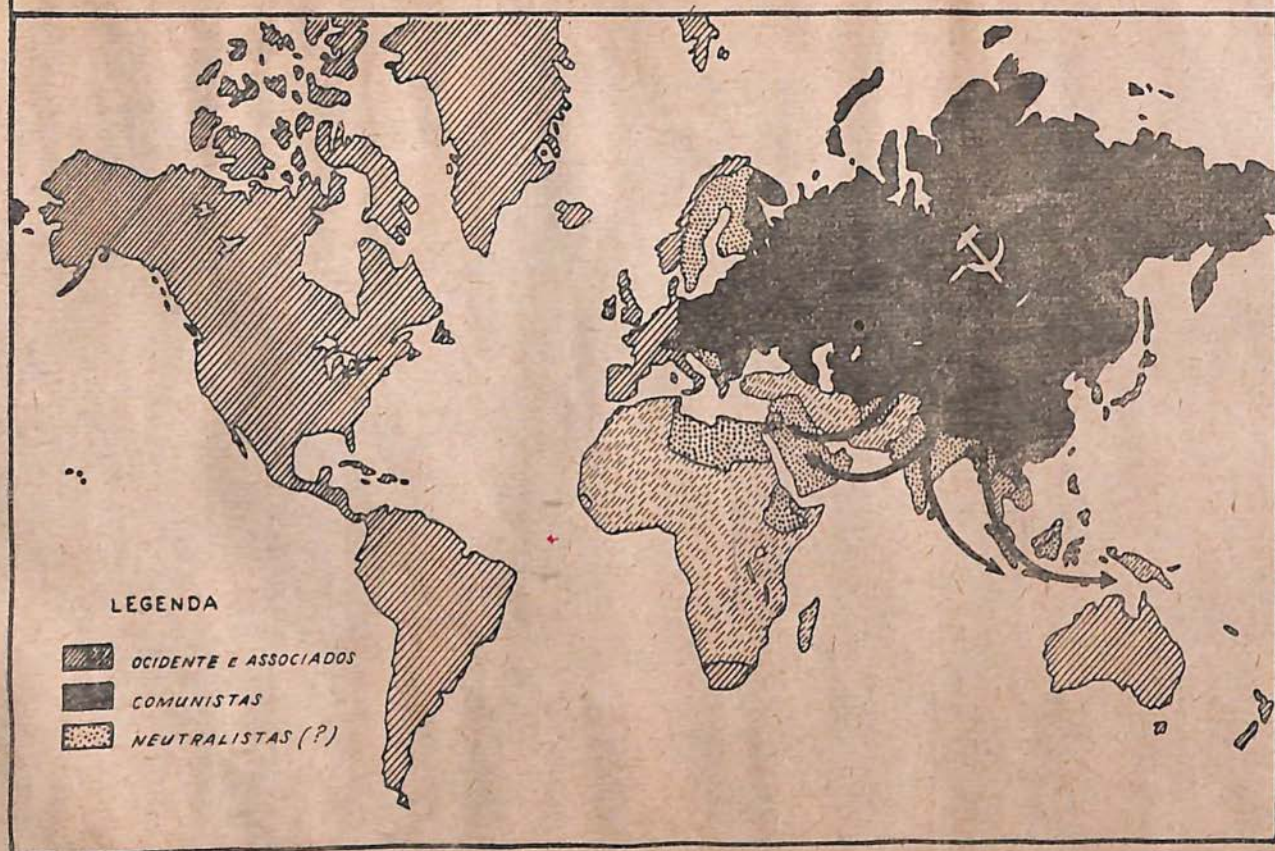
Tudo isso explica, sem dúvida, o êxito sempre crescente da ideologia nacionalista para além de todas as fronteiras de um Ocidente que já começara, em verdade, a descer dela, no esgotamento de intermináveis lutas fratricidas. E esse nacionalismo, redutivo no Japão, na China, na Índia, em todo o mundo asiático, na Oceânia e na África, por toda parte, represaria os avanços de um imperialismo colonial exaurido de forças e, afinal, po-lo-ia em retirada, envolvido que se encontrava este numa teia de tremendas contradições entre os seus mais puros ideais e princípios que não saberia renegar abertamente, e as atitudes e práticas abomináveis que adotara em suas relações com civilizações menos vigorosas ou mais atrasadas.

Por outro lado, na sua já assinalada variedade estimulante e profusa de valores, de ideais e de crenças, muitas delas contraditórias, paradoxais, inconformistas ou heréticas que a liberdade e a tolerância sempre permitiram em seu seio, o Ocidente ofereceria, desde logo, à escolha dessas outras civilizações, ávidas de compreender e de assimilar, mas cingidas aos padrões fundamentais, nunca de todo alienáveis por certo, de suas culturas autóctones, um arsenal de armas e de venenos ideológicos, verdadeiras toxinas já preparadas para emprêgo contra ele próprio e as suas próprias crenças, ideais e valores essenciais.

Nenhuma se demonstraria de eficiência maior do que esse filtro antidemocrático e anticristão que Marx e Engels haviam preparado, às vésperas das jornadas de 48, com os ingênuos e generosos ideais socialistas de Fourier e Saint-Simon, as teorias econômicas rudimentares de Ricardo e a sutil dialética hegeliana. E, desde que a Rússia de Lénine e Stalin e, agora, a China de Mao Tse Tung, distorcendo-a e adaptando-a à sua maneira e esteando-a fortemente num grau surpreendente de progresso tecnológico e científico acelerado, de um lado, num imenso potencial demográfico totalitariamente arregimentado, do outro, dela fizeram uma bandeira de contra-ofensiva sem quartel e a arma principal no combate ideológico contra o Ocidente, já de si abalado em suas próprias crenças fundamentais, vê-se este cercado de novo, na atualidade, por um mundo justamente ressentido quando não declaradamente hostil, tal como nem mesmo nos velhos tempos em que a Cristandade, mal desperta de seu prolongado sonho místico, se veria encurralada na defensiva em exíguo setor da península européia. (Ver esquemas).

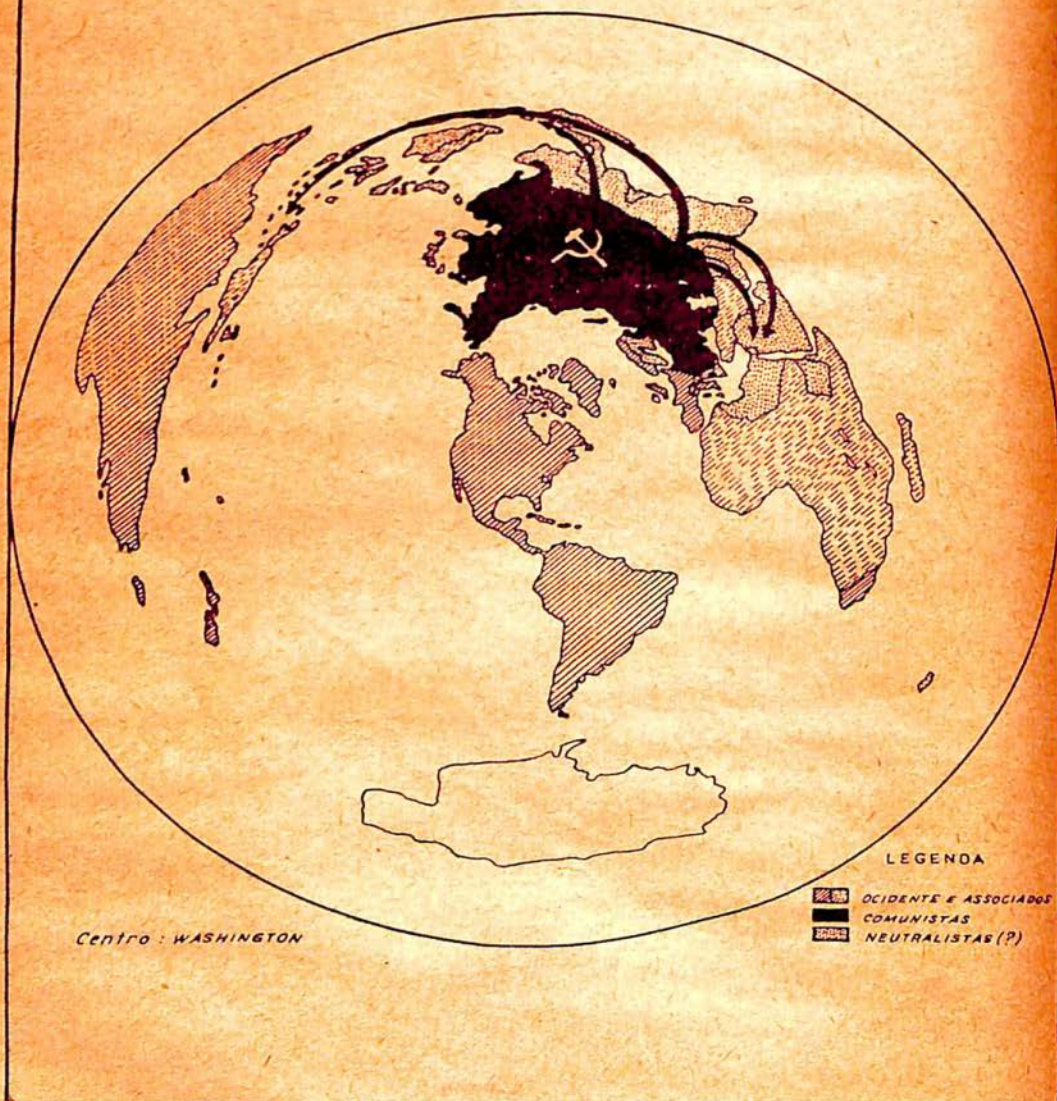
Hoje, o Ocidente ganhou pé, mais ou menos sólidamente, em novos continentes vastíssimos, as Américas ambas e a Austrália, onde jovens rebentos de sua própria civilização germinaram e cresceram sob sua inspiração e amparo; e ainda mantém um controle quase indisputado em grande parte da África. Mas a Índia hesitante em seu neutralismo estranho, o Japão em franca recuperação mas recalado ainda pelo amargor da derrota e tolhido na vital expansão de seu comércio, o Sudeste asiático e todo o arquipélago indonésico turbulentos e instáveis em seu miserável padrão de vida, o Oriente Médio intranquilo e já desperto para um futuro de grandeza que do Cairo lhe acenam, o restante da África setentrional revolucionada e convulsa, todas as áreas do mundo exterior, vasta esplanada que ainda separa o Ocidente do Oriente comunista, se oferecem como presas fáceis, incapazes por si sós de se defenderem com êxito contra um expansionismo imperialista, hábil e inescrupuloso na técnica das agressões disfarçadas, bem equipado, política e militarmente, para a tática difícil dos avanços e recuos, das negações e das provocações, das ameaças múltiplas renovadas ora aqui, ora acolá, das conquistas pedaço a pedaço, e superiormente treinado na estratégia, muito mais sutil, da guerra fria sem fim.

ANTAGONISMO ENTRE O OCIDENTE E ORIENTE COMUNISTA



Esquema n. 1

ANTAGONISMO ENTRE O OCIDENTE E ORIENTE COMUNISTA



Esquema n. 2



Esquema n. 3

Somente o Ocidente, ancorado nos seus dois grandes centros de poder da Europa e da América do Norte, está realmente em condições de se opor ao avanço comunista por infiltração ou pela avalanche, nessas regiões populosas e de enormes riquezas potenciais; e terá de fazê-lo, a despeito das desconfianças que sempre suscitarão quaisquer intervenções suas em virtude de um longo passado, não de todo olvidado, de detestáveis práticas colonialistas. Terá de fazê-lo, sobretudo, porque nisso estará envolvida, agora, a sua própria sobrevivência, muito mais do que simples interesses materiais ou questões de prestígio.

A arregimentação, sob controle do bloco comunista, das incontáveis massas asiáticas, além do poderio industrial do Japão e das variadas riquezas latentes de todo aquele continente, o domínio dos inigualáveis lençóis petrolíferos do Oriente Médio, tão essenciais à vida econômica da Europa Ocidental e, sobretudo, a conquista do Norte africano acabam tornando insustentáveis, de fato, as posições, já de si precárias, dos povos ocidentais que se defrontam, no reduto europeu, com as hostes aguerridas da URSS e de seus satélites. Daí à incorporação, passo a passo, de todo o continente africano não custará muito, se aproveitados habilmente os justos anseios de um nacionalismo, não obstante imaturo e temerário, e as legítimas reações contra uma discriminação racial, odiosa e desumana.

Que restará, então, ao Ocidente? A Austrália, pouco habitada, ainda não suficientemente desenvolvida, poderá resistir isolada nos confins do Pacífico, em meio àquele viveiro de humanidade de toda a Ásia e da Indonésia, disciplinados sob o comando comunista da China? E a América do Sul, com seu baixíssimo padrão de vida, suas seculares iniquidades sociais, sua instabilidade econômica crônica, não se oferecerá fácil à penetração de uma ideologia que sabe falar, demagógicamente, às massas desamparadas, sofredoras e incultas e cujo prestígio se irá acrecendo com os espetaculares êxitos alcançados? E a própria América do Norte, os EUA mesmos, como subsistirão num mundo quase inteiramente comunizado, sem mercados onde negociar, sem poder importar matérias-primas essenciais, sem meios de manter o padrão de vida elevado que faz hoje sua população tão invulnerável às prédicas das sereias comunistas?

Será esta, talvez, uma visão por demais pessimista e sombria das conseqüências que poderiam sobrevir de uma política de simples abstenção que o Ocidente, em má hora, adotasse nas regiões periféricas do mundo comunista de hoje. Mas, não a justifica, então, o objetivo de ampla dominação mundial, claramente declarado pelos líderes comunistas da Rússia, sempre que deixam de lado suas propostas tentadoras de uma coexistência pacífica em que não crêem e que tampouco desejam? a velha diretriz formulada por Lênine da conquista do Ocidente pelo caminho da Ásia? e até os planos mirabolantes de Pedro o Grande e Catarina II ou os sonhos místicos de Dostoiévsky sobre o destino ecumênico de Moscou, a terceira Roma?

Como quer que seja, dúvidas não poderá haver de que o Ocidente se acha ameaçado e ameaçado seriamente — não só na dilatada orla de contacto com o mundo comuno-soviético, mas nos seus próprios bastiões de defesa da Europa e da América do Norte, nas duas alas extremas da Austrália e da África e, até mesmo, na sua zona de retaguarda do continente americano do sul.

Tais ameaças são, entretanto, de ordens diversas, de gravidade e urgência distintas.

Examinêmo-las de modo sucinto.

Em primeiro lugar, vem a guerra ou melhor dito, as guerras. A guerra geral, envolvendo praticamente o globo todo, guerra total e atômica, com o emprêgo indiscriminado das mais recentes e aperfeiçoadíssimas armas e engenhos de destruição em massa — os mísseis de al-

cance até intercontinental, as bombas atômicas e termonucleares, os mísseis anti-mísseis, as plataformas-satélites de um futuro não remoto e equipadas para ataques fulminantes — é, sem dúvida, a perspectiva mais trágica com que se depara a humanidade. Numa tal guerra apocalíptica, o "duelo atômico" entre os dois centros capitais de poder do Ocidente e do Oriente constituirá, possivelmente, um primeiro ato brutal em que levará vantagem, por certo, aquele que tomar a si a iniciativa do ataque e que ofereça, pela maior dispersão e proteção de seus núcleos vitais, menor número de alvos compensadores. Quanto à capacidade de desencadeá-lo, condicionada pelos estoques de bombas e pela disponibilidade de equipamento apto a lançá-las, ambos os principais contendores, até certo ponto, se equilibram. De fato, entramos, não há muito, numa fase de paridade atômica, havendo o monopólio da arma nuclear deixado já de constituir o decisivo "deterrent", supremo poder de intimidação que, por muitos anos, assegurou, como disse Churchill, a sobrevivência da Europa Ocidental, contendo a avalanche russa para lá da Cortina de Ferro. E o número de potências atômicas se acresce e aumentará cada vez mais...

De qualquer forma, porém, na atualidade, os estoques existentes de bombas, as Forças Aéreas Estratégicas em quase permanente estado de alerta, os mísseis de alcance variado, as bases de aviação e as plataformas de lançamento dispersas por todo o mundo, as Esquadras armadas de poderio atômico, os submarinos, nucleares ou não, capazes também de lançar os novos engenhos, os amplos sistemas de vigilância e alerta com base no radar estruturam, de um e do outro lado, amplo e eficaz dispositivo de ataque, de defesa e de retaliação maciça, pronto a ser acionado a qualquer momento e a desencadear a hecatombe terrível. Não parece, em verdade, que vulnerabilidade maior seja a do bloco comuno-soviético, apesar da posição envolvente de que se beneficia o Ocidente. Não só, para este, será muitíssimo mais difícil tomar a iniciativa de uma ofensiva estratégica atômica, devido ao impacto psicológico altamente desfavorável em todo o resto do mundo mais ou menos neutralista e oscilante, mas, sobretudo, pela situação extremamente vulnerável de suas concentradas posições na Europa e, em menor grau apenas, do próprio arsenal norte-americano, pela maior dificuldade, nos regimes democráticos, de controlar o derrotismo e o pânico, e, ainda, pelos indiscutíveis efeitos desmoralizantes de uma tal decisão numa sociedade educada nos princípios humanitários e superiores da nossa ética cristã. Assim, tudo leva a crer que o desencadeamento brutal de uma guerra atômica irrestrita só possa surgir por decisão fria e calculista dos senhores absolutos do Kremlin. Há mesmo quem julgue — e o conhecido especialista em assuntos soviéticos Dr. Raymond Garthoff assim pensa — que os comunistas apenas aguardam, para tanto, oportunidade conveniente, certos de que poderão resistir, muito melhor que os EUA, aos rudes golpes atômicos e que, sendo o balanço das capacidades residuais de ainda fazer a guerra depois muitíssimo mais favorável para eles, ser-lhes-á possível, então, submergir e dominar a Europa toda como primeiro passo decisivo para a conquista do mundo, isolado desde logo o principal antagonista em sua transoceânica fortaleza das Américas. Na verdade, uma tal decisão será profundamente ousada e brutal, mas ousado foi também, no quadro menos dramático da guerra não-atômica, o ataque a Pearl Harbour e brutal, o esmagamento impiedoso da resistência húngara pelos tanques comunistas, aos olhos estarecidos do mundo...

Numa guerra atômica irrestrita e geral, o duelo inicial entre os principais contendores, de dimensões aterradoras e duração relativamente curta, concentrará, por certo, os esforços principais de ambos os blocos, embora, ainda mesmo no seu decurso, os comunistas, tirando **partido imediato da desorganização, do caos e do impacto psicológico** criados e beneficiando-se de seu vastíssimo potencial humano organi-

zado para a guerra de conquista, possam iniciar, desde logo, a invasão dos espaços circunvizinhos, na Europa, no Oriente Médio e mesmo na Ásia. Não será também impossível que, com o propósito de intimidação generalizada, ameacem sem tardança, o próprio continente sul-americano, levando a efeito ataques isolados de demonstração com alguns de seus numerosos submarinos, ou, mais provavelmente, incentivando pronunciamentos de seus partidários e simpatizantes, golpes de estado ou mesmo a guerra insurrecional, tudo dentro do plano geral de isolar, desde o início, os EUA e o que ainda possa restar do Ocidente europeu, destruído e transido.

Em todo caso, a guerra atômica irrestrita e geral constitui, não há dúvida, uma parada extremamente arriscada, mesmo para os soviéticos. E não será, pois, de admirar-se que, por interesse próprio e receios da retaliação maciça, ambos os blocos tacitamente decidam limitar o emprego de suas armas de guerra, seja recorrendo ao uso, apenas, do chamado armamento convencional, seja restringindo, ao emprego tático, as armas e engenhos atômicos. Em qualquer dos casos, porém, não se tratará, absolutamente, de uma guerra nos moldes clássicos; o perigo sempre presente de que possa ela, a qualquer momento, degenerar em um conflito atômico irrestrito obrigará a sérias limitações na ação e a graves servidões. Se não atômico, qualquer conflito em que se empenhem as potências nucleares, assumirá forma toda especial — a da “guerra sob condições atômicas”, a que a dispersão maior das forças, alto grau de auto-suficiência dos grupos de combate, a mobilidade e potência acrescidas dos mesmos emprestarão características muito particulares que não cabe aqui analisar.

O que importa, ao contrário, salientar é que, mesmo nesse particular, o Ocidente disporá ainda de muito menor liberdade de ação do que seu temível antagonista: de um lado, pelas dificuldades maiores que terá em tomar qualquer iniciativa de ampliação da guerra ao nível atômico irrestrito; de outro lado, porque não poderá consentir numa guerra geral em que se empreguem apenas as armas clássicas, em face da sua enorme inferioridade em potencial humano e, pois, em número de Grandes Unidades terrestres, para enfrentar a inundação por forças soviéticas numerosas. Somente o emprego de armas e engenhos atômicos táticos permitir-lhe-á compensar as esmagadoras vantagens do número de que se beneficiariam os comunistas.

Assim sendo, uma guerra geral entre o Ocidente e o Oriente, envolvendo, portanto, todas as potências atômicas num conflito em que se joguem, afinal, a sobrevivência e a liberdade de povos inteiros — uma luta pelo domínio ou preservação da Europa Ocidental, por exemplo — poderá, no nível mínimo de violência, limitar-se ao emprego tático das armas atômicas, sob a ameaça, porém, sempre permanente de seu uso estratégico irrestrito. Não discutamos as dificuldades de manter-se uma tal guerra dentro desses limites; de nossa parte, não cremos mesmo na validade garantida de quaisquer técnicas de limitação, em circunstâncias como essas. Acreditamos, sim, em que possam ocorrer de novo, como, em passado recente, no exemplo ilustrativo da Coreia, *guerras limitadas*, até mesmo sem intervenção de armas e engenhos atômicos — quem sabe! — mas a condição, para tanto indispensável, será a de que, para ambos os partidos, os objetivos visados e os riscos envolvidos sejam, por sua própria natureza, limitados também. Se estes assim não o forem, se estiverem em equação questões vitais para um ou para o outro dos antagonistas, potências nucleares ambos, a evolução da guerra atômica limitada para guerra atômica irrestrita ou total será quase certa, será mesmo inevitável, em prazo maior ou menor, conforme decorram, na realidade, os sucessos militares.

Não eliminamos, porém, a eventualidade apontada, apenas lhe pre-
vemos evolução quase segura — guerra geral entre o Ocidente e o Oriente, limitada quanto ao emprego das armas e dos engenhos atômicos,

mas com manifesta e forte tendência a evoluir, em prazo maior ou menor, para a forma nuclear irrestrita e seu característico duelo atômico; a seguir, prosseguimento da luta, talvez, entre as forças residuais de ambos os contendores. Ora, nessa eventualidade, os perigos nos parecem bem maiores para os povos da América do Sul, porquanto a explosão da guerra, de limitada a irrestrita ou total, poderá vir a ocorrer quando também já tenham estes sido levados a empenhar suas próprias forças no conflito extra-continental, em defesa do Ocidente. E, em tal caso, as represálias dos comunistas assumirão, por certo, muito maior intensidade.

Entretanto, a grande probabilidade de que uma guerra geral, limitada do ponto de vista atômico, degenera, em curto prazo, numa guerra nuclear irrestrita ou total — enquanto reconhecida por ambos os antagonistas — fará com que os riscos nela envolvidos sejam quase iguais ao desta última. Daí a probabilidade, também não muito grande, de sua ocorrência, nesta era de paridade atômica e ampliação paulatina do número de potências nucleares.

E caímos, então, na faixa muito mais extensa das *guerras localizadas* — seja as denominadas “guerras por procuração”, nas quais os contendores principais se acobertam por detrás dos beligerantes efetivos, como a URSS e a China têm insistido em fazer, seja aquelas em que a intervenção dos Grandes se venha a fazer de maneira ostensiva. Ainda nesse particular, dispõe o Ocidente de menor liberdade de ação, pois a URSS e a China podem empenhar facilmente seus satélites, como fizeram na Coréia, e lançar mão das famigeradas “forças de voluntários”, enquanto, na maioria dos casos, os EUA não terão outro remédio senão intervir às claras, com suas próprias forças armadas, pondo em jogo todo o seu prestígio internacional e muitas vezes enfrentando o perigo de dissensões com alguns de seus aliados, menos interessados quando não mais temerosos. Daí a rigidez muito maior da posição do Ocidente e, em particular, dos EUA, em qualquer conflito dessa espécie.

Nessas guerras localizadas, a limitação no emprego das armas atômicas e termonucleares surge, a rigor, como um corolário e nada mais, porquanto os centros de poder de ambos os contendores — os antagonistas principais encapuçados, no caso de guerra por procuração — se acham situados para além da área realmente conflagrada e, pois, o ato capital do conflito atômico irrestrito não terá, verdadeiramente, cabimento. Travar-se-á o conflito, talvez, com armas convencionais apenas; o emprego tático de engenhos atômicos será provavelmente encarado, tanto mais quanto se imponha compensar enorme desproporção de efetivos entre os dois contendores; não será, mesmo, impossível o recurso a ataques nucleares e termonucleares de caráter estratégico, embora sempre circunscritos ao teatro de guerra tacitamente aceito. Neste último caso, teremos o que se poderia denominar um *conflito localizado total* — uma vez que o conceito de guerra total não passa, no fundo, de ser, apenas, um conceito-limite. A tendência de ampliação de uma guerra localizada, de sua generalização, por outro lado, estará, sem dúvida, também sempre presente; mas bem se deve admitir que não venha a efetivar-se, pois, independentemente de quaisquer técnicas, mais ou menos engenhosas, de limitação de tais guerras, com as quais sonham os técnicos norte-americanos, o que, decisivamente, manterá estas em proporções controláveis será o fato de não envolverem interesses vitais nem do Oriente comunista nem do Ocidente democrático, de nenhum dos “Grandes”, quer de um lado, quer do outro.

Objetivos limitados, interesses secundários não compensarão os riscos tremendos de uma generalização e totalização simultâneas da guerra.

Convém observar ainda que essas guerras localizadas, por mais limitadas que sejam, implicam, em si mesmas, num sério desgaste de

fôrças, na manutenção de uma insuportável tensão nervosa — o receio de sua expansão incontrolável, a qualquer momento sobrevinda —, no risco de perda sensível de prestígio; e, pois, constituem, para o bloco comuno-soviético, mais resistente no seu controle ditatorial das populações, uma arma inigualável com que experimentar, ora aqui, ora mais acolá, o dispositivo defensivo mantido pelo Ocidente à custa de uma energia sobre-humana e de inúmeras concessões a aliados exigentes e quase sempre desconfiados, em toda a sua vasta periferia; e pôr à prova, principalmente, a determinação deste para a luta. Demonstrem os ocidentais, por equívoco, por cansaço, por comodismo ou excesso de confiança no futuro, uma passageira fraqueza, pela tibieza ou retardo das respostas, e os comunistas aproveitar-se-ão para dar um passo mais à frente no seu programa obstinado de conquista do mundo, aumentando, ao mesmo tempo, o poder de penetração de sua ideologia mistificadora com o prestígio de novos êxitos alcançados. É a velha estratégia do imperialismo soviético, tão frutuosa que já se evidenciara no processo de satelização levado a cabo na Europa e na Ásia, como já o fora para Hitler nos pródromos da 2ª Guerra Mundial e, tradicionalmente, havia sido para o expansionismo moscovita dos grão-duques e czares — estratégia do salame que se come em rodela fina ou da alcachôfra que, fôlha por fôlha, se degusta.

Não obstante, tais guerras localizadas, por utilíssimas que sejam para o Oriente agressor, só podem ser empreendidas na periferia do próprio domínio comunista e de preferência, por certo, onde haja satélites a encarregar, por procuração, de tentar as defesas ocidentais, e alargar, se possível, a área sob controle vermelho — assim na Coreia e no Vietnã, como também no Tibete e, atualmente, nas Quemói e Matsú.

Outra técnica haveria de ser empregada para atuação mais no interior do sistema defensivo do Ocidente. E, nesse particular, é que a ideologia comunista cumpre seu papel capital de ponta de lança impalpável e insinuante, no mobilizar uma minoria disciplinada e fanática de profissionais da revolução, no criar um ambiente de agitação e tumultos, no aprofundar todas as dissensões e explorar todos os ressentimentos, no insuflar constantemente o ódio em relação ao Ocidente, tudo de modo a promover, na primeira oportunidade favorável, a irrupção, conforme o caso, de um golpe de estado — como no Iraque — ou de uma insurreição de massas — como na Indochina. E aí temos a *guerra subversiva, insurrecional ou social-revolucionária* que possibilita a agressão indireta e mesmo à distância, comandada desde o exterior, apoiada com técnicos da subversão, os intitulados voluntários, armas, dinheiro, propaganda e ameaças de toda natureza, quando não a presença nas imediações dos próprios tanques e aviões soviéticos ou chineses.

As alianças mais estranhas a que nunca se furtam os comunistas, confiantes na cega disciplina de todos os seus partidários, uma dialética hábil que justifica as mais surpreendentes reviravoltas de uma política sinuosa freqüentemente paradoxal, cínico aproveitamento de todos os oportunismos e de todas as ambições e de todas as forças de corrupção e aviltamento facilitam-lhes a tarefa em todos os quadrantes do globo. Nem a América se viu livre dessas tentativas subversivas, como assistimos, não há muito, na Guatemala de Arbenz e na Guiana de Cheddi Jagan. Todas as inquietações e ressentimentos e ódios antigos que transbordam na África secularmente escravizada, no Oriente Médio saqueado, na Indonésia faminta são ativados com destreza e determinação das mais frias, com o fito de provocar a total dissociação das posições ainda mantidas pelo Ocidente em todas aquelas paragens. E, sem dúvida, deve-se ter como certo o recrudesimento dessas guerras subversivas, nas suas diversas variantes mais ou menos virulentas, em todo o mundo ocidental, a partir do momento em que se desencadeie uma guerra lo-

calizada de importância ou, sobretudo, um conflito geral, pois será esse o meio mais hábil, para os comunistas, de quebrar a unidade dos povos do Ocidente, dificultar ou mesmo impedir a intervenção de muitos países, isolando os principais antagonistas.

A guerra subversiva — nesta incluída, por extensão, a técnica do golpe de estado ou do "putsch" subitâneo que se beneficia sempre das indiscutíveis vantagens dos fatos consumados — constitui a fronteira imprecisa entre a guerra propriamente dita, caracterizada pela entrada em ação efetiva das forças armadas, e a "guerra fria", única paz que realmente nos é dado conhecer no mundo conturbado e agônico de nossos dias. Naquela, as forças armadas regulares têm apenas um papel, as mais das vezes, episódico ou, pelo menos, cedem a primazia à ação dos guerrilheiros, dos sabotadores, dos "partisans", de um lado, e à repressão quase de caráter policial, do outro, a menos que o conflito evolua, como tem acontecido freqüentemente, à medida que os insurrectos adquiram firme controle de certas porções do território conflagrado, para a guerra do tipo convencional ou clássico, de proporções reduzidas; as armas atômicas aí não encontrarão, por certo, emprego prático e conveniente. Quanto à última — a chamada "guerra fria" —, nela as forças armadas "em ser" desempenham um papel potencial, empregadas como ameaça permanente do desencadeamento da guerra verdadeira, seja atômica ou não, e participam de demonstrações, de intervenções brancas, de simples ações de policiamento. Mas o esforço, na guerra fria, vem exercido sempre em outros campos, ora no econômico — pelo "dumping", pelo boicote, pela ajuda econômica e financeira, pela assistência técnica, etc. — ora no psico-social — pela propaganda e contrapropaganda incessantes, pela doutrinação, pela exacerbação de ressentimentos e dissensões, pela ameaça e pelo terror — ora ainda no campo propriamente político, através da atuação de partidos simpatizantes, de alianças partidárias de toda ordem, da quinta-coluna sempre ativa, de toda a atividade preparatória dos golpes de estado ou das próprias insurreições. Trata-se, em verdade, de jogo diabólico e hábil oscilando entre o oferecimento de vantagens, de auxílios, de paz e a ameaça de danos, de perigos, da guerra, entre donativos régios e pressões de toda espécie, entre a conquista pela simpatia e a conquista pelo temor — tais as duas faces incessantemente intermutáveis com que se apresenta o agressor, para destruir a vontade de resistir e, por fim, a independência e liberdade da vítima elegida.

Ora, ainda nessa estratégia da guerra fria, o Ocidente luta com desvantagens evidentes: em primeiro lugar, não lhe é tão fácil, como para os senhores da guerra e da paz em Moscou e Pequim, variar bruscamente de atitude, sob pena de desprestígio à face do mundo todo, quebra da boa vontade de neutros, enfraquecimento de alianças duramente conseguidas, restrições à própria unidade de vistas e de propósitos em seu seio; e, em segundo lugar, porque o Ocidente é uma sociedade democrática, aberta à infiltração da propaganda inimiga e que, respeitando a consciência do indivíduo e a dignidade da pessoa humana, não pode reprimir com eficácia a atuação desagregadora da quinta-coluna soviética, dos simpatizantes e teleguiados comunistas.

A liberdade democrática é um valor inestimável para a civilização do Ocidente e renegá-la, em face do agressor totalitário, seria, no fundo, confessar-se *a priori* vencido. Bem sabem disso os comunistas — os primeiros a clamar, nas praças públicas, pelas franquias da democracia mais liberal, enquanto se aprestam para logo sufocá-las, tão pronto alcancem o poder.

A guerra fria — eis aí o quadro verdadeiro da coexistência pacífica com que os comunistas acenam para o Ocidente, em seus trombeteados e falsos apelos de paz, certos de que, em tal ambiente, poderão alcançar, com riscos muito menores, o seu objetivo final de conquista do

mundo. Daí o ponto de vista defendido por George Kennan, quando afirmou: o que ameaça o Ocidente, não é tanto uma agressão militar aberta, quanto uma ação política e militar combinada, "mais política mesmo que militar", visando a tirar partido das fraquezas da civilização ocidental e contando mais com essas fraquezas, para destruir o Ocidente, do que com o poderio das próprias forças soviéticas.

Observemos ainda que a estratégia da guerra fria é, necessariamente, uma estratégia mundial e que, no quadro desta, o bloco comunsoviético coordena seus esforços em duas grandes áreas distintas: a dos povos não-ocidentais, aos quais busca atrair para a sua órbita, afastando-os de qualquer aliança ou acôrdo com o Ocidente; e a do próprio mundo ocidental onde busca espalhar a cizânia, a desconfiança e o caos, enfraquecendo-o e dissociando-o com a sua pregação anti-americanista, anticapitalista, anticomunista, materialista e demagógica. Estamos pois, na América do Sul, também, sob a cínica ofensiva do comunismo desagregador e perverso.

Resumindo — as ameaças hoje dominantes contra o mundo ocidental abrangem desde essa guerra fria permanente em que já vivemos, até a guerra geral e total, com emprêgo irrestrito das armas e engenhos atômicos e termonucleares, por menos provável que seja esta, afinal. Entre esses dois extremos, o da única paz possível e o da guerra no seu máximo de violência, situam-se, em crescendo, nesse variado contínuo estratégico: a guerra subversiva ou guerra insurrecional, mais ou menos virulenta, mais ou menos prolongada; a guerra localizada, limitada ao emprêgo do armamento convencional ou admitindo a utilização mais ou menos ampla dos engenhos atômicos; a guerra localizada total, atômicamente irrestrita — hipótese evidentemente não muito fácil de verificação efetiva; a guerra geral entre o Ocidente e o Oriente, dificilmente do tipo clássico, quase certamente atômica limitada, mas podendo evoluir, sem grandes óbices, para a guerra geral atômicamente irrestrita. Nessa ampla faixa, o golpe de estado, o "putsch" subitâneo e brutal marca um ponto de transição, se fôr possível, afinal, encontrar algum, entre a guerra e a paz — paz e guerra do mundo de hoje, tão diferente nisto das épocas anteriores da história do Ocidente, para as quais a paz era paz mesmo, a não ser em distantes paragens coloniais onde — seja dito em abono à verdade — o imperialismo colonialista, agressivo e ambicioso, conduzia também suas intermináveis guerras frias e, por vêzes, algo mais.

De tôdas essas ameaças partidas, na atualidade, de um outro imperialismo muito mais brutal e perigoso, não se acha protegida porção alguma do Ocidente, por mais distante que se encontre das linhas de máxima tensão entre os dois mundos em luta, fora do vasto círculo de defesas periféricas, longe mesmo dos dois conjugados de centros de potência que se defrontam — o conjunto EUA — Europa Ocidental e o eixo Moscou — Pequim.

Entretanto, ao que parece, por suas vulnerabilidades específicas e seu reduzido potencial de defesa, como por sua própria posição geopolítica, para os povos desta retaguarda do Ocidente no continente da América do Sul, o perigo é tanto mais premente quanto menos violenta a forma de que se revista — já atual, presente, no caso da guerra fria indiscriminada de hoje, muito mais urgente quanto às variantes subversivas da guerra. A guerra localizada e a guerra geral são espectros muito mais terríveis, em verdade, mas ainda se escondem nos desvãos de um futuro mais ou menos hipotético. Não nos devem fazer esquecer, de forma alguma, os perigos mais imediatos.

(continua no próximo número)

IV — FRONTEIRAS

BRASIL — BOLÍVIA

"O ACÓRDO DE ROBORÉ" (3ª PARTE)

Major OCTAVIO TOSTA

III — MARCO DO JACADIGO

A — Histórico

Para a demarcação da fronteira, na bacia do Paraguai, estabelecida pelos parágrafos 1º, 2º e 3º do Tratado de Petrópolis (17 Nov 1903), foram assinadas no Rio de Janeiro (6 Fev 1907) as respectivas Instruções para a Comissão Mista Demarcadora de Limites.

Os trabalhos de demarcação na referida bacia do Paraguai foram efetuados no ano de 1908, "exceto o do levantamento do marco intermédio, colocado ao sul da Serra do Jacadigo, que foi feito em 1909, sendo a Comissão Boliviana representada, nesse último trabalho, pelo respectivo Ajudante, o engenheiro Jorge von Platen Hallermund" (1).

No dia 26 de abril de 1910, o Almirante José Cândido Guillobel apresentou com o Ofício n. 54 ao Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a cópia do termo de levantamento do "marco de Jacadigo", cuja letra é a seguinte:

Anexo ao Ofício n. 54, de 26 de abril de 1910

"Termo de levantamento do marco colocado ao Sul do Morro Jacadigo, na linha de fronteira que vai da Baía Negra ao paralelo 19º02' Sul.

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e nove, sendo Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Doutor Nilo Peçanha, e da República da Bolívia Sua Excelência o Senhor Doutor Eleodoro Villazon, reuniram-se nesta cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso, os seguintes membros da Comissão Mista de Demarcação: Senhores Almirante José Cândido Guillobel, Primeiro Comissário; Engenheiro Henrique Schutel, Ajudante e Segundo-Tenente da Armada Nelson Guillobel, Secretário, por parte do Brasil e Senhor Engenheiro Jorge von Platen Hallermund, por parte da Bolívia, com o fim de lavrar-se a ata de assentamento do marco divisório levantado na linha de fronteira, que vem

(1) Ministério das Relações Exteriores — "Limites do Brasil — Informações Relativas às Comissões Demarcadoras de Limites" — 1913. (Imprensa Nacional, 1918).

do marco colocado a quatro quilômetros do antigo marco do fundo da "Baía Negra" e o marco ocidental do paralelo 19°02' Sul.

Este marco, que tem a forma de uma pirâmide triangular, é construído de chapas de ferro galvanizado e tem três metros e trinta centímetros de altura, tendo em seu vértice uma placa com o dístico — Brasil — para o lado de Leste e — Bolívia — para o lado de Oeste. Assenta sobre uma base de alvenaria de pedra de forma triangular, com vinte e cinco centímetros de alicerce e cinquenta sobre o terreno, estando um de seus vértices sobre a linha de fronteira, e o lado oposto a esse vértice em sentido perpendicular à dita linha. As suas coordenadas geográficas são: latitude: 19° 14' 57",08 Sul, e longitude 14° 42' 53",52 Oeste do Observatório do Rio de Janeiro. Acha-se a 26.262,11 metros do paralelo de 19° 02' Sul.

E para constar, lavrou-se o presente termo, em duplicata, escrito em português e espanhol, o qual, depois de lido e aprovado, foi assinado pelos membros presentes da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de demarcação.

José Cândido Guillobel, Primeiro Comissário, Henrique Schutel, Adjunto da Comissão, Nelson Guillobel, Secretário da Comissão, Jorge von Platen Hallermund, Ingeniero de la Comision.

Conforme — Nelson Guillobel, Secretário da Comissão."

O termo de levantamento nunca foi aprovado em ata pelos dois Governos.

Durante as operações da campanha demarcatória de 1953, verificou-se que o marco secundário, construído em 1909, apresentava um deslocamento de 567 metros para leste (v. fig. 2) da sua posição verdadeira sobre a linha geodésica que se desenvolve por 88 km, desde o fundo da Baía Negra ao Paralelo de 19° 02', nas proximidades de Corumbá.

Esse erro na colocação do marco determinava um prejuízo territorial para a Bolívia de 20 quilômetros quadrados.

O Chefe brasileiro da Comissão Mista reconheceu o erro em favor do Brasil; todavia, não concordou com o deslocamento do marco, preferindo submeter esta decisão ao Governo.

Finalmente, as Notas Reversais n. 1 C/R, assinadas em La Paz no dia 29 de março de 1958, estabeleceram no seu Artigo II:

"A Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana procederá à densificação do setor compreendido entre o marco focalizado a quatro quilômetros do antigo marco do fundo da Baía Negra e o marco do Taquaral, situado sobre o Paralelo de 19°02' Sul, dispondo-se a anulação do marco intermediário, denominado Jacadigo, que, em 1909, fôra colocado fora de seu verdadeiro lugar".

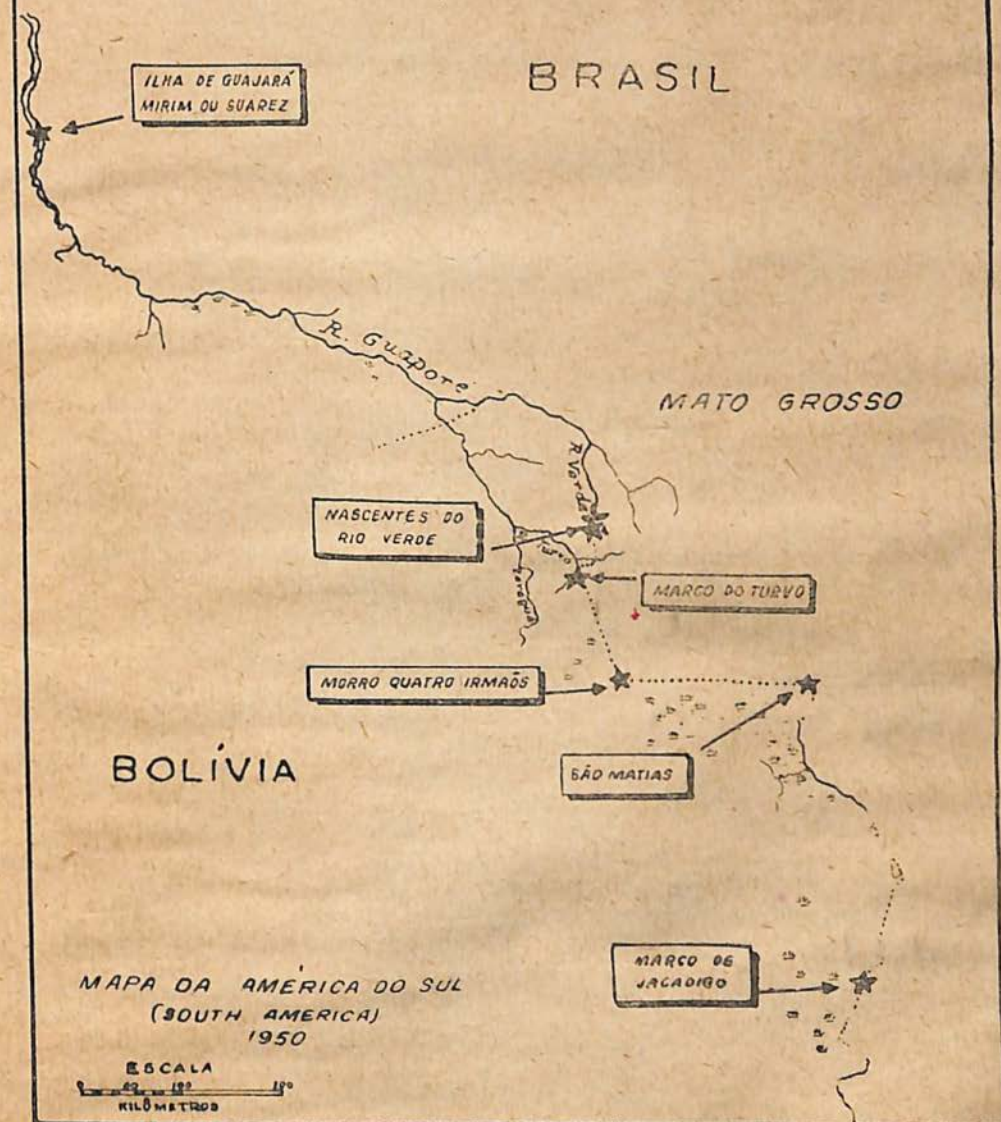
B — Figuras

1. "Regiões Litigiosas da Fronteira Brasil-Bolívia consideradas na Nota Reversal n. 1 C/R, de 29-III-58.
2. "Esquema do Trecho da Fronteira Baía Negra — Paralelo 19°02' Sul".

C — Sinopse Cronológica

- 1903 (17-XI) — Tratado de Petrópolis.
- 1907 (6-II) — Instruções para a Demarcação.
- 1910 (26-IV) — Termo de Levantamento do Marco.
- 1953 — Verifica-se o deslocamento do Marco para Leste.
- 1958 (29-III) — Fica anulado, pelas Notas Reversais, o Marco de Jacadigo.

REGIÕES LITIGIOSAS DA FRONTEIRA
BRASIL-BOLÍVIA CONSIDERADAS NA
NOTA REVERSAL Nº 1 C/R
DE 29-III-1958



(Figura 1)

IV — CERRINHO DE S. MATIAS — CORIXA DO DESTACAMENTO

A — Histórico

A Comissão Mista executadora do Tratado de 1867, durante a Terceira Conferência, realizada no dia 3 de janeiro de 1876, no acampamento da Corixa do Destacamento (Mato Grosso), tratou da fixação de pontos para a colocação dos marcos, bem como da descrição da linha divisória, a partir do marco norte da Lagoa Uberaba.

Tomaram parte na reunião, juntamente com outros representantes dos dois países, o Coronel do Corpo de Engenheiros Bacharel Barão de Maracaju, Comissário brasileiro e o Engenheiro Nacional General D. Juan Mariano Mujia, Comissário boliviano.

Dentre os assuntos tratados na Conferência foi aprovada a seguinte demarcação:

"Que a linha divisória continue do marco norte da Uberaba, pelo meio do canal da Corixa Grande e pelo da Corixa do Destacamento, até sua vertente, na Serra da Borburema, continuando pelo alto desta, até onde nasce a pequena Corixa de São Matias, e por ela até a sua boca, na Corixa Grande, donde se tirará a reta ao Cêro da Boa Vista dos Antigos".

Essa demarcação foi aprovada para salvar a povoação boliviana de São Matias.

A Ata da terceira conferência, posteriormente aprovada pelos dois Governos, designou também a posição do marco de limites na confluência da Corixa de São Matias e a do marco do Cerrinho de São Matias. O primeiro foi inaugurado no dia 13 de dezembro de 1877 e o do Cerrinho de São Matias no dia seguinte (14 Dez 77).

A sétima e última conferência foi realizada no dia 2 de abril de 1878. Estiveram presentes, dentre outros representantes dos dois países, o Major Bacharel Francisco Xavier Lopes de Araújo, 1º Comissário brasileiro, e o Dr. Manoel José Jiménez e Engenheiro Civil D. Juan Birch Minchin, Comissários bolivianos de igual categoria.

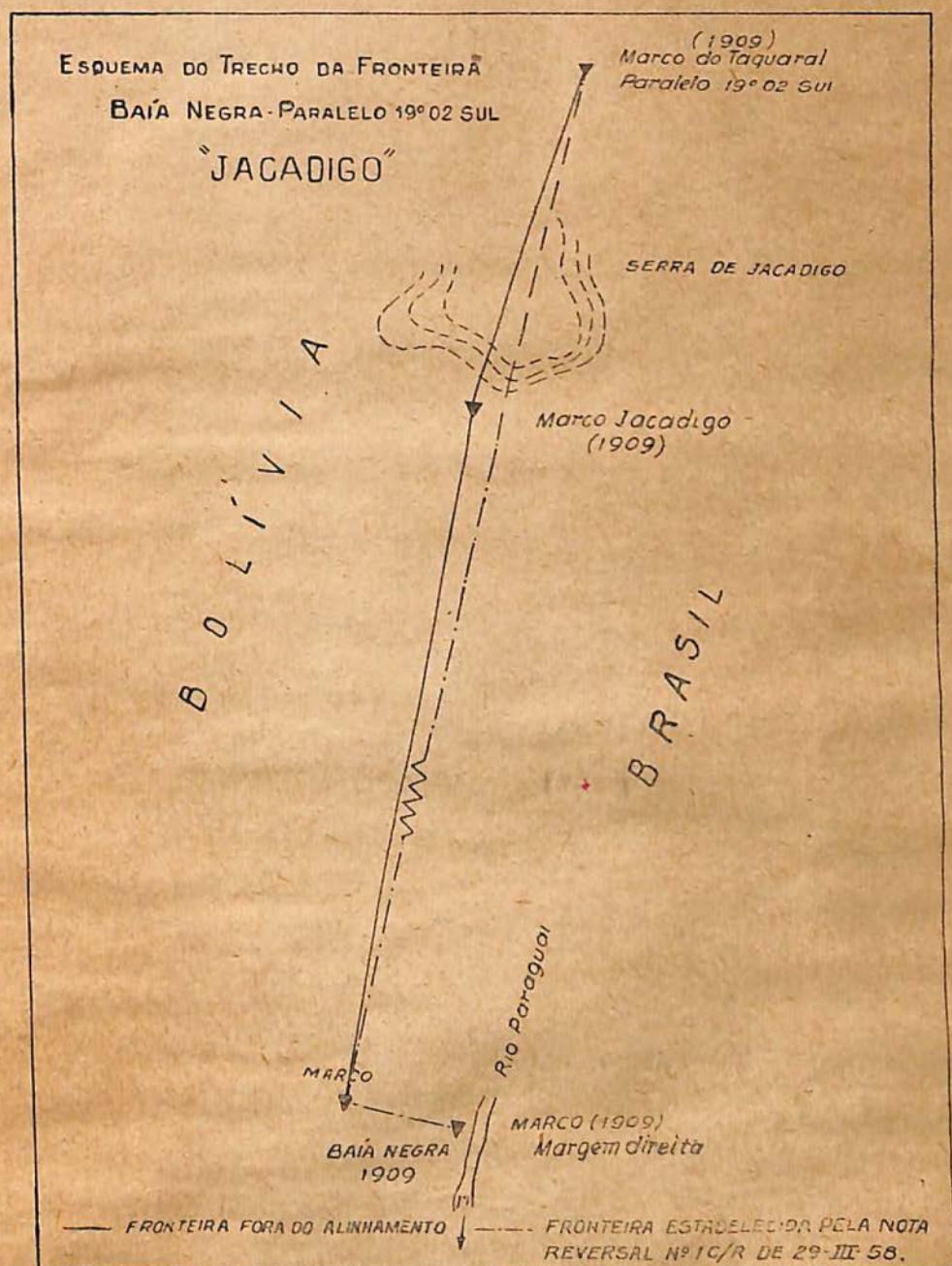
A Conferência teve como finalidade a confrontação e assinatura dos dois originais da "Carta Geral da Fronteira" (de 1878), que seriam apresentados aos dois Governos, como documentos finais da demarcação.

Em vista da carta foi feita a descrição da fronteira. No trecho Cerrinho de São Matias — Corixa do Destacamento, teve o seguinte desenvolvimento, conforme reza a citada Ata:

"Atravessa esta lagoa (Uberaba) por outra reta, que termina em um cerrinho perto da barra da Corixa Grande. Continua pelo leito desta e depois pelo da Corixa do Destacamento, até sua nascente, no extremo Sul da Serra Borburema. Sobe por esta serra, até o Cerrinho de São Matias. Desce deste cerrinho pelo pequeno corixo que nasce em sua base, até encontrar o Corixo de São Matias. Continua por este, até sua confluência com o do Peinado. Segue por uma linha geodésica que vai ao Morro da Boa Vista".

Tanto a Ata da sétima Conferência como a Carta Geral da Fronteira de 1878, foram documentos aprovados pelos dois Governos (2).

(2) A "Carta Geral da Fronteira" está na Mapoteca do Itamaraty.



(Figura 2)

Durante a Campanha Demarcatória de 1951, os representantes brasileiro e boliviano verificaram a *inexistência da Serra Borburema*, mencionada na Ata da 7ª Conferência.

Em face da divergência, cada uma das partes procura dar a interpretação mais favorável ao seu país (v. figs. 3 e 4).

O Comissário boliviano defendeu o limite passando por uma serra que ficava bem para leste no interior do território brasileiro. Tal interpretação redundaria na perda para o Brasil de uns 100 quilômetros quadrados de território.

O Comissário brasileiro argumentou com o traçado da fronteira estabelecido na Carta Geral da Fronteira aprovada em 1878.

Após discussões, os Comissários das duas partes chegaram a uma solução intermediária pela qual o Brasil cederia à Bolívia um excesso de área de 20 km² em relação à da Carta Geral da Fronteira. A linha de limites seria deslocada para leste e seguiria por um caminho aberto em território brasileiro, afastando-se, portanto, do traço representado na referida Carta Geral de 1878.

Os trabalhos de demarcação foram realizados pela Comissão Mista, de acordo com a solução adotada e sua descrição consta do Termo de Suspensão dos Trabalhos de Campo, referentes à Campanha de 1951.

O chefe da Comissão brasileira não concordou com a solução e submeteu a questão à consideração do Itamaraty, que não aprovou a demarcação.

Para resolver o impasse foi estabelecido no Artigo III das Notas Reversais n. 1 C/R de 29 de março de 1958 que:

“Fica aprovada a demarcação realizada na campanha de 1951 pela Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana, no setor Cerrinho de São Matias — Corixa do Destacamento”.

B — Figuras

3. “Trecho da Carta Geral de 1878”.

4. “Esbôço da Fronteira Brasileiro-Boliviana no Trecho de São Matias”.

C — Sinopse Cronológica

1876 (3-I) — É aprovada na 3ª Conferência a demarcação da fronteira no setor São Matias.

1878 (2-IV) — É aprovada na 7ª Conferência a “Carta Geral da Fronteira” e a descrição dos limites.

1879 — Os Governos do Brasil e da Bolívia aprovam a “Carta Geral da Fronteira”.

1951 — Verifica-se a inexistência da Serra Borburema. Após acordo, é feita a demarcação.

1958 (29-III) — É aprovada, pelas Notas Reversais, a demarcação de 1951.

V — ILHA DE GUAJARÁ-MIRIM OU SUAREZ

A — Histórico

A ilha de Guajará-Mirim possui cerca de nove quilômetros de perímetro e uns quatro quilômetros quadrados de área. Está situada ao norte do paralelo de 10°50' (v. fig. 1) entre dois braços do Rio

Mamoré, que a envolvem e em cujas margens se encontram, respectivamente, as cidades de Guajará-Mirim, brasileira e Guayará-Mirim, boliviana. O solo da ilha é arenoso, coberto de mato e sem elevações, mas apresenta algumas depressões que se inundam em determinadas épocas do ano (v. figs. 6 a 8).

O Tratado de 1867 estabeleceu, no seu Artigo 2º, que a fronteira entre o Brasil e a Bolívia baixaria pelo Rio Verde até a sua confluência com o Guaporé e "pelo meio deste e do Mamoré, até o Beni, onde principia o Rio Madeira".

Portanto, o regime de fronteira estipulado pelo Tratado de 1867 para os rios Guaporé e Mamoré era o da linha mediana.

Durante a sétima e última Conferência da Comissão Mista, executora do referido Tratado de 1867, foram confrontados e assinados os dois originais da "Carta Geral da Fronteira de 1878" (v. fig. 5), na qual uma linha traçada a carimim caracteriza o limite, entre os dois países e inclui a ilha como território pertencente ao Brasil. Pela Carta, foi também atribuída ao Brasil a ilha Saldanha e ficaram consideradas como pertencentes à Bolívia as ilhas Capivara (antiga São Silvestre) e do Mutum.

Embora a Comissão Demarcadora fôsse constituída unicamente por brasileiros, os seus trabalhos foram aceitos pela Comissão boliviana e sancionados pelos dois Governos com as Notas Reversais, de 7 de janeiro de 1879, do Governo brasileiro e com as Notas Reversais de 22 de fevereiro do mesmo ano, do Governo boliviano, que aprovaram a "Carta Geral da Fronteira".

O General Cândido Rondon, antigo Inspetor de Fronteiras do Ministério da Guerra, afirma, no seu "Diário", referente à Campanha de 1929-30 que "o canal maior e mais profundo, que é o primitivo e o principal, está do lado boliviano, segundo o levantamento que acabamos de fazer e a sondagem executada nos canais dos dois braços em 1925, pelo Cônsul brasileiro Dr. Mendonça Lima, para satisfazer os reclamos da população brasileira que protesta contra a ocupação atual por bolivianos com apoio das autoridades de Guayaramirim". (3).

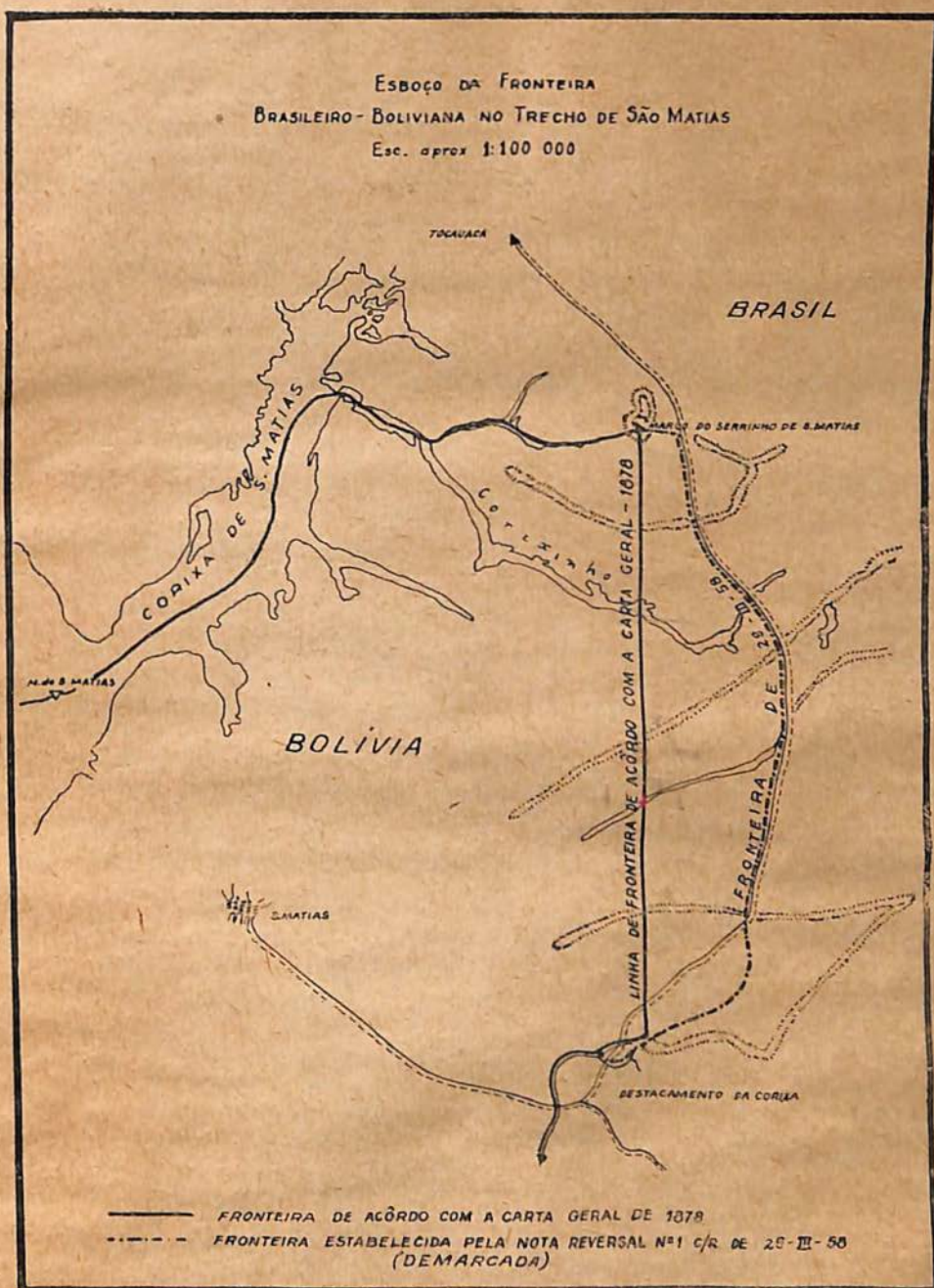
A Comissão Mista, executora do Tratado de 1867, ao descrever a fronteira na Ata da 7ª Conferência, não fez referências às ilhas, dizendo, apenas, que: "Destas cabeceiras (Rio Verde) continuam os limites pelo leito do mesmo rio, até sua confluência com o Guaporé, e depois pelo leito deste e do Mamoré, até sua confluência com o Beni, onde principia o Rio Madeira".

Na "Carta Geral da Fronteira", a ilha de Guajará-Mirim ou Suárez não recebeu nenhum nome.

O então Capitão Lima Figueiredo afirma, no seu trabalho intitulado "Limites do Brasil" que "esta ilha era brasileira e nela habitava uma família mato-grossense que, desejando retirar-se do local, a vendeu a um negociante boliviano. Foi o bastante para o Departamento do Beni considerar a ilha como fazendo parte integrante do território boliviano".

Parece que a ilha foi ocupada pela firma boliviana Suarez Hermanos, em 1896, tendo sido a posse reconhecida pelo Governo boliviano, em 1915.

(3) Rondon — "Diário do Inspetor de Fronteira", Camp. 1929-30 4ª e 5ª etapas, 2º Vol. Pág. 67.



(Figura 4)

Em 1930, o Governo brasileiro apresentou a primeira reclamação tendente a esclarecer a sua soberania sobre a ilha. Em 1937, novo protesto é feito, junto ao país vizinho; dessa vez com o objetivo de evitar que o seu Governo instalasse, na ilha, um leprosário e postos militares. Ainda em 1937 e em anos posteriores, são feitas novas trocas de notas.

Em julho de 1953, foram retiradas da ilha, pela empresa sucessora da firma boliviana Suarez Hermanos, todas as instalações que esta ali mantinha, conservando, porém, o título de propriedade, que lhe foi conferido pelo Governo da Bolívia.

Os habitantes da ilha se resumem a dois ou três brasileiros e oito ou dez bolivianos, que residem em pequenos ranchos, construídos nas margens da ilha. Há pequenas plantações e algumas cabeças de gado pertencentes aos moradores.

Muitas vezes a ilha permanece inteiramente abandonada, pois os seus moradores são atraídos para as cidades (principalmente Guajará-Mirim), a fim de exercerem atividade econômica ou procurarem distração.

Não há pagamento de impostos às autoridades de nenhum dos dois países.

B — *Paisagem Morfológica*

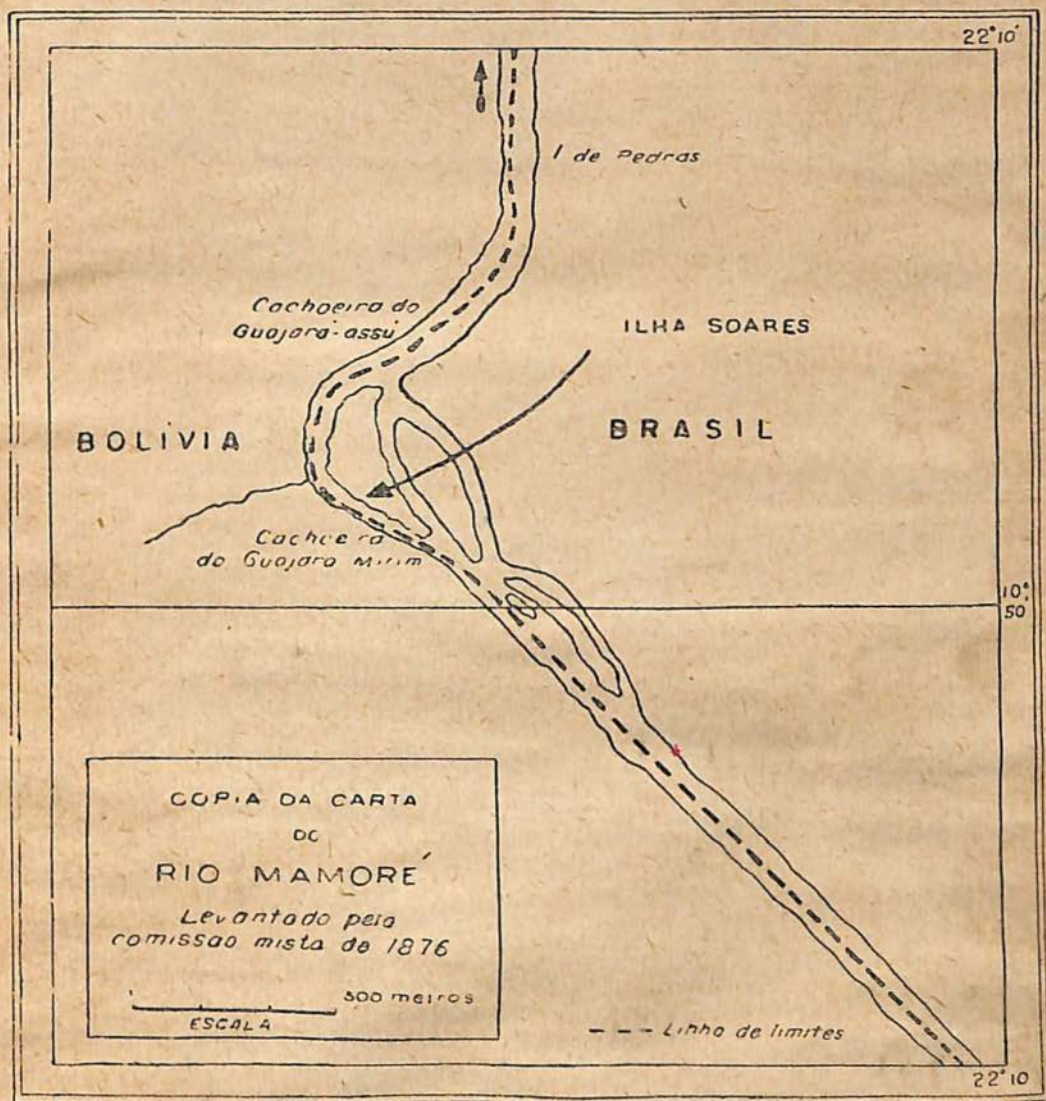
Passemos a palavra a Antonio Teixeira Guerra, reconhecida autoridade no assunto:

"Analisando a paisagem morfológica da região, onde está situada a ilha Soares, verifica-se que o Rio Mamoré, bem como o seu afluente Guaporé, correm numa calha extremamente larga, permitindo que os mesmos divaguem amplamente e dêem origem ao aparecimento de "sacados" e "crescentes" (*), os quais são perfeitamente normais em regiões como esta.

Qual teria sido a origem da ilha Soares? Esta pergunta pode ser facilmente respondida. E o general Lima Figueiredo, ao descrever a região, teve oportunidade de dizer o seguinte: "Bem defronte à cidade de Guajará-Mirim apresenta-se a ilha Suarez, cuja posse ambos os países confinantes disputam. Pelo croqui podemos verificar que o canal de este é um furo recente. A tendência até será para um sacado, muito comum em toda a Amazônia" (**). Por conseguinte, o canal de leste é, possivelmente, mais recente, e a ilha Soares foi então produzida pelo sacado. Esta nos parece ser a origem normal desta ilha, tendo em vista a existência do amplo meandro e a natureza do material aluvial. Um pouco a jusante da cidade de Guajará-Mirim, a paisagem morfológica se torna mais complicada, pois no leito do rio Mamoré começam a aparecer afloramentos de rochas mais resistentes à erosão, do que resulta a existência de cachoeiras. Consequentemente, não se deve pensar que o Mamoré corra sempre em terrenos quaternários de origem aluvial, como acontece na região de Guajará-Mirim, onde se encontram as ilhas Soares,

(*) "Sacado" ou "Out-Off" — denominação dada ao corte feito pela corrente d'água, que abreviou o seu curso. O resultado desse corte é o aparecimento do crescente, que no correr do tempo será completamente entulhado fazendo desaparecer a insua.

(**) J. de Lima Figueiredo "Alguns aspectos fisiográficos do território do Guaporé", In "Revista Brasileira de Geografia", ano VII, abril-junho 1945, n. 2, pp 245/260 (p. 256).



(Figura 5)

Saldanha, etc. Aliás, no próprio mapa (v. fig. 2) da Inspetoria Especial de Fronteiras, vemos a indicação da existência da cachoeira Guajará-Mirim, a qual deve coincidir, possivelmente, com o afloramento de rochas mais resistentes à erosão — rochas do embasamento cristalino.

Após esta explicação, somos levados a levantar a hipótese de que o próprio meandro que aparece em frente à cidade de Guajará-Mirim tenha surgido pelo efeito da barragem causada pelo afloramento de rochas mais duras, as quais exigiram um retardamento maior da erosão.

A tendência normal da evolução da rede hidrográfica nesse local, que ora estamos considerando, será a da colmatagem no canal de oeste e o aprofundamento no de leste".

C — Conclusões

A. A ilha possui dimensões reduzidas (9 quilômetros de perímetro e uns 400 hectares de área) e não apresenta recursos econômicos de importância.

B. O Tratado de 1867 estabeleceu a *linha mediana* para o regime de fronteira no Rio Mamoré.

C. A Comissão Mista executora do Tratado de 1867 aprovou, na 7ª Conferência (2 Abr 1878), a "Carta Geral da Fronteira", que atribui ao patrimônio territorial brasileiro a ilha de Guajará-Mirim ou Suárez.

D. A citada "Carta Geral da Fronteira" foi, em 1879, aprovada pelos Governos do Brasil e da Bolívia.

E. De acordo com o "Diário" do General Rondon (Inspeção de Fronteiras, Camps 1929-30), a ilha "foi formada pelo furo que se operou na margem brasileira, retificando a curva primitiva que o Mamoré traçou do Sul para Oeste e Norte. O canal maior e mais profundo, que é o primitivo e principal, está do lado boliviano".

F. Antonio Teixeira Guerra, ao estudar a origem da ilha, admite pela paisagem morfológica da região que "o canal de este é um furo recente".

G. O critério do *uti possidetis* é mais favorável aos bolivianos. Todavia, esse critério só pode prevalecer, em questões de fronteira, quando os limites ainda não estão caracterizados em documentos aprovados pelos dois Governos, o que, evidentemente, não ocorre no caso.

As Notas Reversais n. 1 C/R, de 29 de março de 1958, apreciaram no seu Artigo IV a pendência existente na ilha de Guajará-Mirim, determinando que:

"O Governo do Brasil concorda com o Governo da Bolívia em considerar, em outra oportunidade, a questão referente ao *status* jurídico da Ilha de Guajará-Mirim (Isla Suarez).

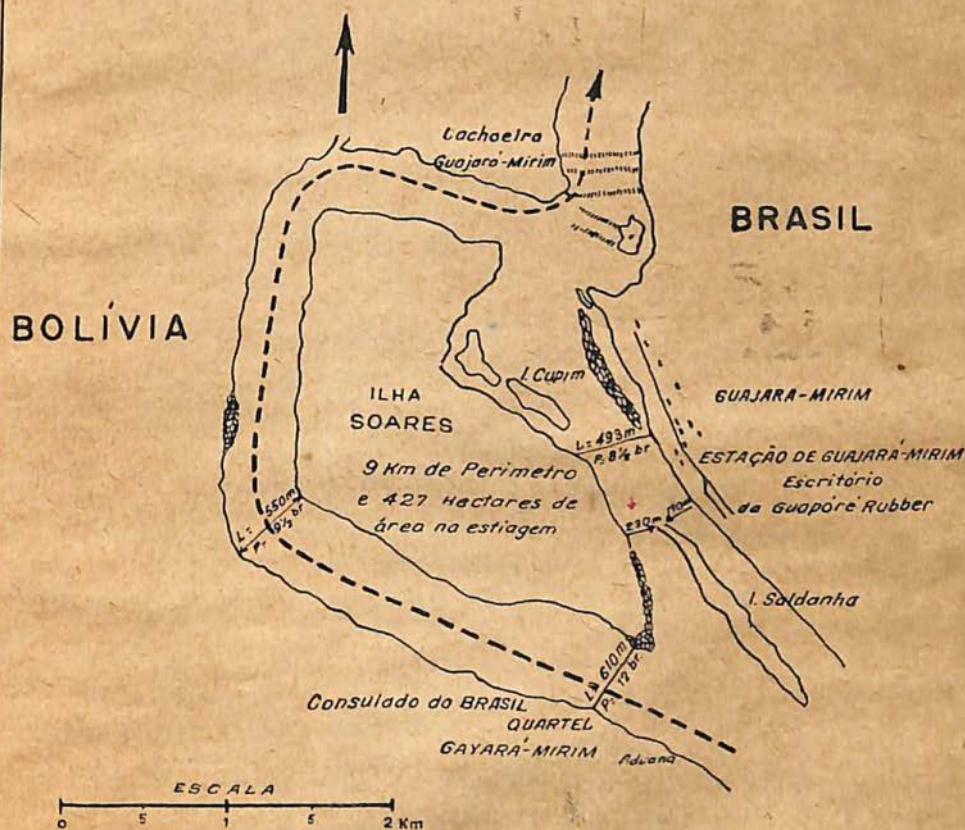
D — Figuras

5. "Cópia da Carta do Rio Mamoré"
6. "Croquis da Ilha Soares" (Relatório do Gen Rondon)
7. "Ilha Soares" (Inspetoria de Fronteiras)
8. Fotografia aérea da Ilha Guajará-Mirim.

5 — Sinopse Cronológica

- 1867 (27-III) — Tratado de La Paz estabelece *linha mediana* para o Mamoré.

Croquis da Ilha Suárez no
Rio Mamoré— Cópia do
Relatório do General
Candido Rondon— 1929-1930



(Figura 6)

- 1878 (2-IV) — É aprovada na 7ª Conferência a “Carta Geral da Fronteira”, que atribui a ilha ao território brasileiro.
- 1879 — Os Governos do Brasil e da Bolívia aprovam a “Carta Geral da Fronteira”.
- 1925 — O Cônsul brasileiro de Guajará-Mirim verifica que o canal mais profundo está do lado boliviano.
- 1930 — O Inspetor de Fronteiras do Brasil também verifica que o principal canal está próximo à margem boliviana.
- 1930 — O Governo do Brasil apresenta a primeira reclamação, junto ao Governo da Bolívia.
- 1937 — O Governo do Brasil opõe-se à instalação na ilha de um leprosário e de postos militares bolivianos.
- 1953 — São retiradas da ilha as instalações da firma Suarez Hermanos.
- 1958 (29-III) — Os Governos concordam, pelas Notas Reversais, em discutir, posteriormente, o *status* jurídico da ilha.

VI — CONCLUSÕES GERAIS

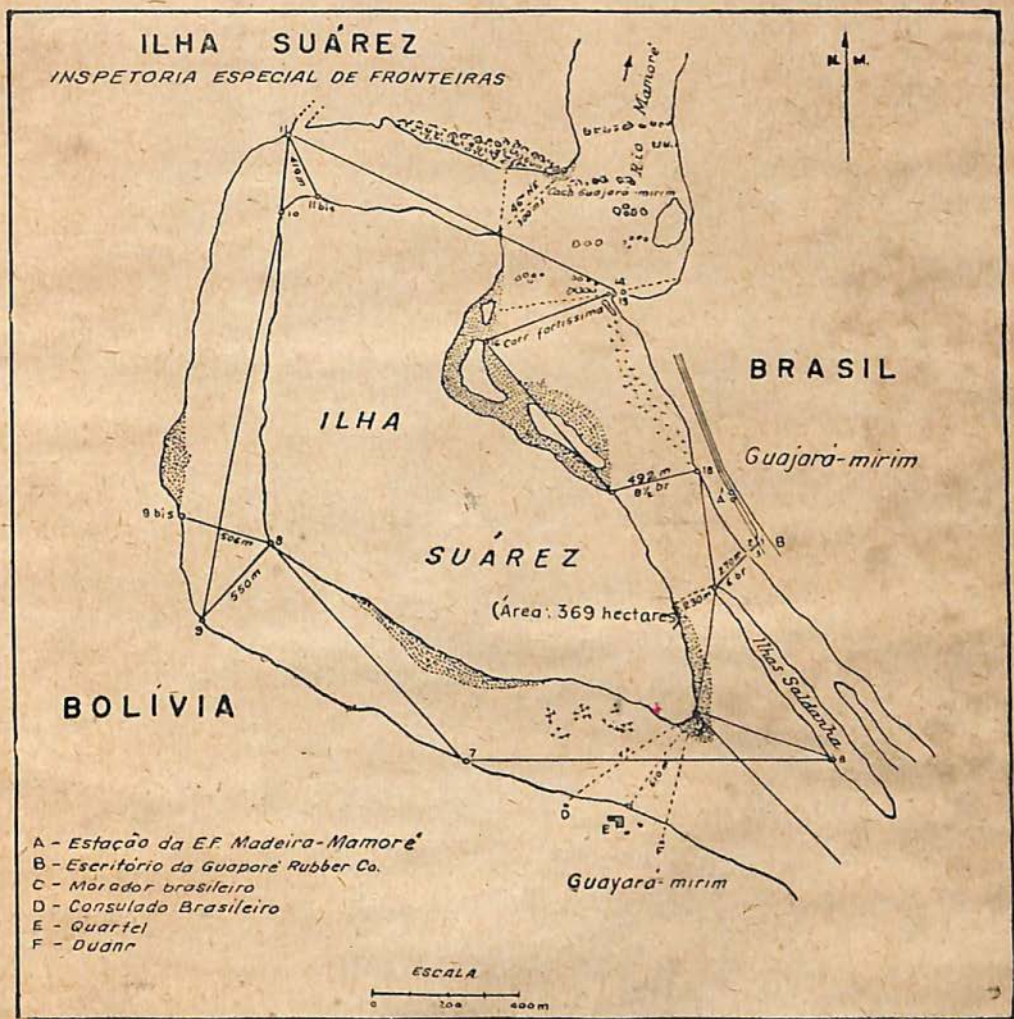
1. As Notas Reversais n. 1 C/R, de 29 de março de 1958, foram inteiramente favoráveis à Bolívia.
2. Pelo Artigo I das referidas Notas, estão previstas para a Bolívia, áreas já incorporadas ao patrimônio territorial brasileiro.
3. Os Artigos II e III, também favoráveis ao país vizinho, trataram de dois problemas de características essencialmente técnicas, cuja solução estava pendente há vários anos.
4. Finalmente, pelo Artigo IV, ficou acertada uma discussão futura do *status* jurídico da ilha de Guajará-Mirim, o que equivale a admitir, pelo menos, alguma procedência na pretensão boliviana à ilha brasileira.

VII — FIGURAS E ESTAMPAS

- 1) “Regiões Litigiosas da Fronteira Brasil-Bolívia, consideradas na Nota Reversal n. 1 C/R de 29-III-58”.
- 2) “Fronteira Brasil-Bolívia” (Trecho Rio Verde — Quatro Irmãos):
 - a) Tratado de Natal (1928)
 - b) Área considerada nas Notas Reversais de 1958
 - c) Limite estabelecido pelas Notas Reversais de 1958.
- 3) “Fronteira Brasil-Bolívia” (Trecho Rio Verde — Quatro Irmãos):
 - a) Proposta boliviana de 1947
 - b) Notas Reversais de 1958.
- 4) “Fronteira Brasil-Bolívia” (Trecho Rio Verde — Quatro Irmãos):

“Diversas Interpretações do Tratado de 1867”

 - a) Marco de Quatro Irmãos — Marco do Turvo (1877)
 - b) Marco de Quatro Irmãos — Nascente Fawcett (1908)
 - c) Marco de Quatro Irmãos — Nascente Principal (1945)



- 5) "Áreas Previstas para a Bolívia pelas Notas Reversais n. 1 C/R de 29-III-1958". (Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas — cópia de trecho).
- 6) "Major Percy Harrison Fawcett".
- 7) "Almirante José Cândido Guillobel".
- 8) "Marco do Turvo".
- 9) "Marco de Quatro Irmãos".
- 10) "Esquema do Trecho da Fronteira Baía Negra — Paralelo 19°02' Sul".
- 11) "Trecho da Carta Geral de 1878".
- 12) "Esbôço da Fronteira Brasileiro-boliviana no Trecho de São Matias".
- 13) "Cópia da Carta do Rio Mamoré".
- 14) "Croquis da Ilha Soares" (Relatório do Gen Rondon).
- 15) "Ilha Soares" (Inspetoria de Fronteiras).
- 16) "Fotografia aérea da Ilha Guajará-Mirim".

VIII — BIBLIOGRAFIA

- 1) *Comision Cartografica (Ministerio de Guerra y Colonización)*
1934. *Mapa General de la República de Bolivia, Escala 1:1.000.000* (Sociedad de Ingenieros de Bolivia, Centro de Propaganda y Defensa, Sociedad Geografica de La Paz). La Paz, Bolivia. 1,81m x 1,48.
- 2) *Correia Filho (Virgílio)*
1945. *A Geografia Como Fator das Vitórias Diplomáticas do Barão do Rio Branco* in Rev. Bras. Geo n. 2 do Ano VII: pp 261-302, 27cm + 10 fig. Rio de Janeiro, Brasil (Conselho Nacional de Geografia, IBGE).
- 3) *Ferreira (Heitor, Ten)*
1958. *Singelo Estudo Sobre Uma Aresta de Nossa Fronteira com a Bolívia* in A Def. Nac. n. 524: pp 113-119, 23cm + 1 fig. Rio de Janeiro, Brasil (Imprensa do Exército).
- 4) *Guerra (Antonio Teixeira)*
1954. *Ilha Soares* in Bol. Geogr. n. 122, Ano XII: pp 286-290, 23 cm + 3 fig. Rio de Janeiro, Brasil (Conselho Nacional de Geografia, IBGE).
- 5) *Hermes (J. S. da Fonseca); Basto (Murilo de Miranda)*
1940. *Limites do Brasil, Descrição Geográfica da Linha Divisória: II* + 135 pp 16 cm + 14 est, 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasil (Gráfica Laermmert Limitada).
- 6) *Lara (Rene R. Camacho, Tenl de Ingenieros)*
1947. *Mapa de La República de Bolivia, Esc. 1: 1.500.000, La Paz, Bolivia. 1,19 m x 1,04 m* ("Editorial Renacimiento", R. Zumelzu y Cia).
- 7) *Lima Figueiredo*
1936. *Limites do Brasil: II* + 220 pp, 28 cm, 19 fig. + 58 est, 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasil. Biblioteca da "A Defesa Nacional" (Casa Editôra Henrique Velho).
1945. *Alguns Aspectos Fisiográficos do Ter. do Guaporé* in Rev. Bras Geo n. 2. Ano VII: pp 245-260, 27 cm, 6 fig. + 9 est. Rio de Janeiro, Brasil (Conselho Nacional de Geografia, IBGE).

8) *Ministério das Relações Exteriores*

1913. *Limites do Brasil — Informações relativas às Comissões Demarcadoras de Limites: I + 469 pp, 24 cm, 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasil (Imprensa Nacional 1918)*
1929. *Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores (2º vol, 1ª Parte, Anexos B e C): IX + 400, pp 24 cm, 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasil (Imprensa Nacional).*
1958. *Brasil — Bolívia (Atos Internacionais Firmados pelo Brasil e a Bolívia, a 29 de março de 1958, por Ocasão da Visita do chanceler José Carlos de Macedo Soares a La Paz): VII + 110 pp, 23 cm, 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasil (Departamento de Imprensa Nacional).*

9) *O Globo*

1958. (29-I). *Mútuas Vantagens no Acôrdio Brasil-Bolívia in "O Globo". Rio de Janeiro, Brasil.*

10) *Ricardo (Cassiano)*

1954. *O Tratado de Petrópolis: 461 pp, 23,5 cm + 4 fig., 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasil. Edição do Ministério das Relações Exteriores ("Jornal do Comércio", Rodrigues & Cia).*

11) *Rio Branco (Obras do Barão)*

1947. *Questões de Limites — Exposição de Motivos (Volume V): III + 244 pp, 24 cm + 8 mapas (*). Edição do Ministério das Relações Exteriores (Imprensa Nacional).*

12) *Rodrigues Pereira (Renato Barbosa)*

1945. *O Barão do Rio Branco e o Traçado das Fronteiras do Brasil in Rev. Bras. Geo. n. 2, Ano VII: pp 187-244, 27 cm + 11 fig. Rio de Janeiro, Brasil (Conselho Nacional de Geografia, IBGE).*

13) *Rondon (Cândido Mariano da Silva, Gen Div)*

- 1929-30. *Diário do Inspetor General Rondon, Campanha de 1929-1930 — Original, 4ª e 5ª Etapas, 2º Vol.: 251 pp, 32 cm + 6 fig. + 36 est (Inspeção de Fronteiras, Ministério da Guerra).*
1931. *Alto Guaporé (Fronteira Mato Grosso — Bolívia) Fôlha n. 9, Esc 1:1.000.000. Rio de Janeiro, Brasil. 0,59 m x 0,46 m (Inspeção de Fronteiras, MG).*
1952. *Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas — Fôlha de Cuiabá, Esc. 1:1.000.000. Rio de Janeiro, Brasil. 0,77 m x 0,73 m (Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, MG, EME).*

14) *Viana (Hélio)*

1948. *História das Fronteiras do Brasil: 333 pp, 24 cm, Rio de Janeiro, Brasil. Edição da Biblioteca Militar (Gráfica Laemert Limitada).*

(*) Relação dos Mapas da fronteira Brasil — Bolívia reproduzidos no volume:

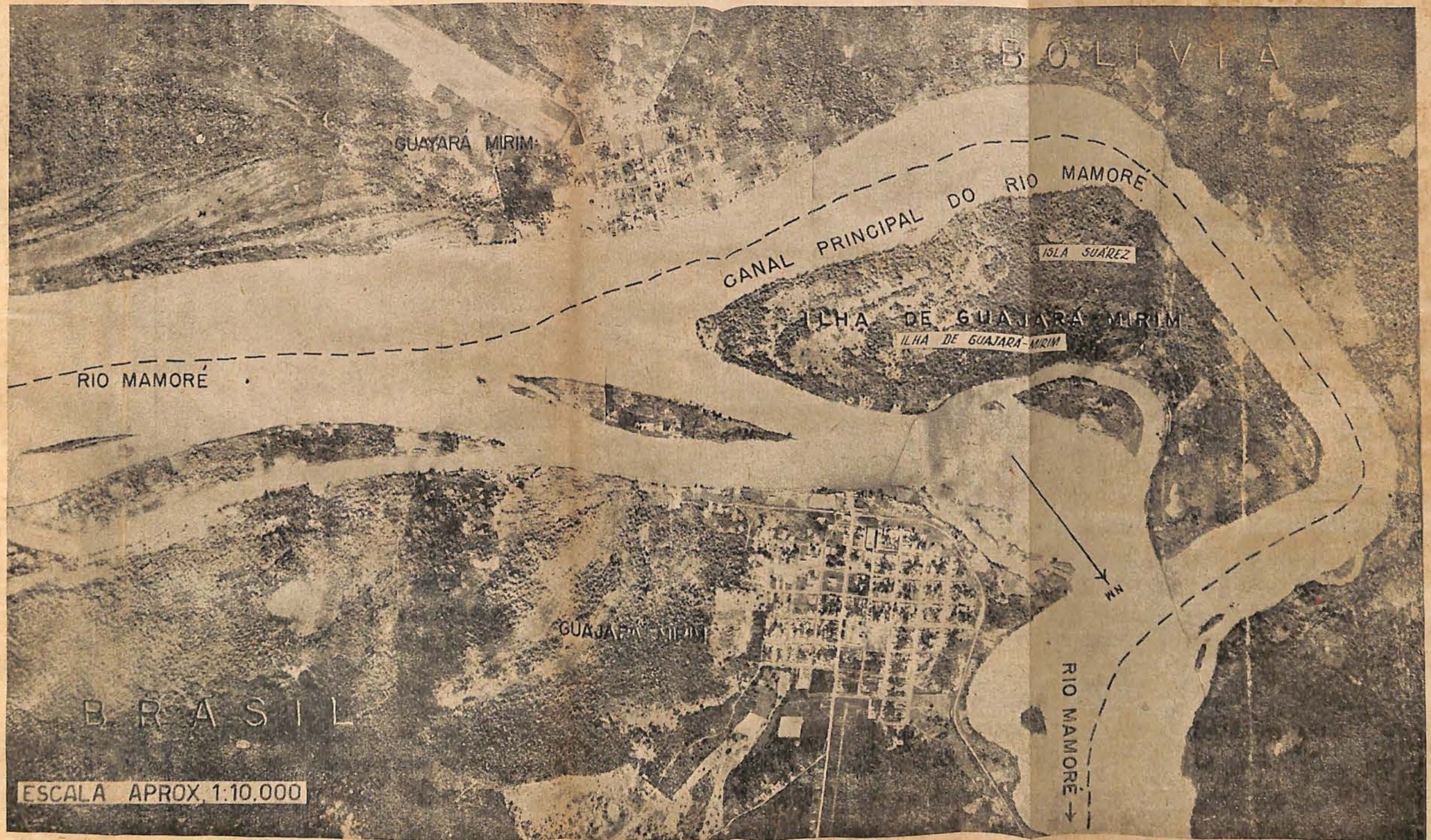
Mapa mostrando a nova fronteira norte entre o Brasil e a Bolívia. 0,24 x 0,42.

Mapa da fronteira do Brasil com a Bolívia em Mato Grosso. 0,17 x 0,29.

Mapa mostrando os territórios transferidos ao Brasil e à Bolívia e a pretensão peruana. 0,26 x 0,29.

FRONTEIRA BRASIL — BOLÍVIA

(ILHA DE GUAJARÁ-MIRIM)



(Figura 3)

V — ARTIGO ESTRANGEIRO

COMO DEVEMOS ESTUDAR GEOPOLÍTICA

Por "GEOPOLÍTICO"

(Traduzido da "Revista Militar" do Círculo Militar da República Argentina N. 10-50 pelo Ten HEITOR FERREIRA)

A filosofia da história demonstra, sem dar lugar a dúvidas, que, da mesma forma como se cumpre na natureza aquêle postulado: "nada se perde, tudo se transforma" pode aplicar-se à evolução cultural dos povos.

Com efeito, o estudo dessa evolução nos mostra que quando um povo, ou grupo de povos, entram no período de decadência, ou quando são violentamente arrancados de uma situação de preeminência mundial e deixam de ter pêsno no conceito das nações, suas concepções culturais não desaparecem; pelo contrário, experimentam um grande efeito de dispersão para as zonas periféricas do mundo.

E assim com o correr do tempo, vemos aparecer tais manifestações culturais em povos ou nações longínquas, extraordinariamente distantes, por vèzes dos centros de dispersão daquelas culturas.

Aclaremos nossa idéia com um exemplo. É coisa comprovada que em muitos dos templos pertencentes às civilizações americanas descobertos pelos espanhóis na conquista do novo mundo, foram encontrados restos arquitetônicos de expoentes da cultura assírio-caldéia, muito antes desaparecida.

Como explicá-lo? Sem dúvida não se pode pensar num contacto material entre povos tão distantes no tempo e no espaço. O mais perto da verdade pareceria ser que, por diferentes meios, resábios da cultura assírio-caldéia tenham chegado a tais lugares, processo êsse de lentidão lógica, principalmente por razões de caráter geográfico.

Idêntico processo desenvolveu-se em nossos dias com a geopolítica, ainda que de forma mais rápida devido às condições das atuais vias e meios de comunicações de que dispõe o homem moderno.

Se reconhecemos que foram os cientistas alemães que levaram a Geopolítica à sua aplicação integral na direção do Estado e que podemos, sem incorrer em êrro, considerar a Alemanha como o centro de irradiação de seus princípios fundamentais, concordaremos em que, com respeito a ela cumpriu-se de forma absoluta o que foi dito.

Temos visto como, esmagada a Alemanha em consequência da 2ª Guerra Mundial, a Geopolítica toma corpo de ciência e é reconhecida como necessária e de grande utilidade para o estadista e, em tal sentido começa um estudo da mesma mais profundo do que o realizado até então, em vários países: Rússia, Estados Unidos, Brasil, Chile e Argentina.



Notemos que, de maneira geral, são regiões periféricas em relação ao centro irradiado (Alemanha).

Assim chegamos ao momento atual, em que os pólos do mundo — EE.UU. e Rússia apresentam-se como os mais altos expoentes de uma firme e decisiva Geopolítica, especialmente a segunda, cuja di-

reção de cúpula age baseada em planos geopolíticos de um extraordinário alcance.

Assentado o que dissemos e reconhecida a imperiosa necessidade de estudar Geopolítica para compreender certos processos políticos mundiais e continentais, surge a dúvida: Como estudá-la? Que método seguir?

Antes de mais nada, é indispensável compreender que o geopolítico trabalha num campo que exige o máximo esforço e a mais fina e delicada compreensão dos problemas que se enfrentam. Em consequência tem-se a reconhecer que tais exigências impõem metodologia especial para poder alcançar o êxito.

Se reconhecemos "a priori" que nenhum dos métodos usados pelas ciências fisio-naturais ou fisio-matemáticas é aplicável à Geopolítica, dado que elas baseiam-se em leis ou postulados que não se ajustam à disciplina de que tratamos, é de convir que esta deve ter um método especial concorde com suas características nesse sentido, acreditamos que o método mais conveniente é o chamado histórico.

Consiste no seguinte: "expor todos os fatos conhecidos e as teorias e argumentos que os abonam, reputá-las sucessivamente e substituí-las pelo que parece mais provável".

Explicaremos com um exemplo a aplicação do método que oferecemos, para o qual nos vamos valer da análise do que diz J. Parker Van Zandt em sua "Geografia do Transporte Aéreo Mundial", na qual fixa toda a supremacia do tráfego aéreo ao que ele denomina "hemisfério principal", materializado da seguinte maneira: "finque-se um alfinete num globo, num ponto de superfície da terra ao sudoeste de Nantes (oeste da França).

Com o ponto como centro ou polo, trace-se um círculo a uma distância igual à metade da semi-circunferência da terra" e ter-se-á definido o hemisfério denominado principal pelo enorme aglomerado que possui e pelo fato de reunir 98 por cento da atividade industrial do mundo.

Para Van Zandt de acordo com sua teoria, o resto das nações do mundo estaria numa situação desfavorável para garantir do ponto de vista econômico sua saída aérea de forma a poder competir, com certo êxito, com outros países que dispõem de mais meios e experiência.

Nesse sentido não estamos de acordo com a teoria, por quanto o mencionado autor subestimou o valor econômico da América do Sul, uma vez que suas possibilidades sob esse aspecto já originaram uma intensa corrente de tráfego aéreo nessa parte do mundo considerado por Van Zandt como secundária e não "principal".

Apesar disso, o autor nega as enormes possibilidades que possui nosso país para o desenvolvimento do tráfego aéreo, com o que pensamos de maneira bem diferente.

Nosso arrazoado fortifica-se pelo nascimento de novas nacionalidades na Ásia, Oceania e África com as quais a posição geográfica de nosso país permitiria estabelecer e manter uma extensa corrente de tráfego aéreo.

Faz relativamente pouco tempo que apareceram em publicações oficiais, planos tendentes a materializar o anteriormente exposto, o que retifica nosso conceito.

Ademais, o aumento sempre crescente do nosso potencial econômico, que faz com que o resto do mundo cada vez com maior intensidade ponha em nós os olhos tem-nos permitido, por meio da F.A.M.A. incorporar-nos à torrente circulatória do tráfego aéreo mundial em condições competitivas e projetar nossa rede de linhas aéreas a todos os países americanos num processo de íntima e generosa irmandade.

Como podemos ver, através dessa análise sumária, a teoria de Van Zandt padece de falhas apreciáveis. Por que? Porque em Geopolítica não se podem estabelecer postulados terminantes que a realidade dos fatos e a história podem destruir facilmente.

Em conseqüência, podemos dizer que embora de momento a densidade de tráfego aéreo mundial seja maior no "hemisfério principal" a evolução notadamente favorável de nosso país e das nações do "hemisfério não principal" permitirá, em prazo mais ou menos curto estabelecer uma condição de paridade entre os dois hemisférios.

Para finalizar este simples trabalho achamos conveniente dizer que a observação geopolítica não pode basear-se na consideração de situações individuais ou unilaterais, e sim que toda a conclusão geopolítica exige previamente uma profunda análise das causas motoras, acontecimentos ou fatores que se consideram de natureza mundial ou continental.

Por outro lado, todo aquêle, que como nós, deseja aprofundar "essa pequena mas enciclopédica ciência" deve ter presentes os requisitos essenciais que, para Haushofer "pai da geopolítica alemã — tem de reunir o "técnico político" por ele assim descritas: "possuir os talentos do bom jornalista e seu agudo sentido noticioso, a instrução do oficial de estado-maior com sua apreciação exata das mais diversas informações e a sóbria erudição do sábio.

Como podemos ver, as exigências são grandes, não obstante, o sacrifício necessário para alcançar a meta esteja amplamente compensado, para uns, em sua capacidade para servir de ajuda ao estadista e, para outros, em poder traçar os planos de uma Geoestratégia que melhor responde aos altos interesses nacionais.

VI — O LIVRO DO MÊS

Ten-Cel GERALDO MAGARINOS

A GEOGRAFIA NA POLÍTICA EXTERNA — Ten-Cel Jayme Ribeiro da Graça — Biblioteca do Exército, volume 165. Edição de 1951 — 147 páginas e 39 figuras.



Distingue-se na obra do Tenente-Coronel Graça uma parte teórica e outra de aplicação.

Aproveita-se o autor da primeira, para indicar sua posição intermediária entre o determinismo da chamada escola alemã e o possibilismo de Vidal de La Blache, Camille Vallaux e outros. Condenando a geopolítica de Haushofer, compara a Geografia Física à Anatomia, a Geografia Política à Fisiologia e a Geopolítica à Terapêutica, o que vem, desde logo, estabelecer sensível diferença entre Geopolítica e aqueles outros dois ramos da Geografia. Com Kjellén e Backheuser, situa a nova disciplina na esfera da Ciência Política e aceita, deste último, o conceito de que Geopolítica é "Política feita em decorrência das condições geográficas". Não a considera

ciência, todavia, por isso que lhe nega leis, admitindo apenas "tendências dos Estados" ou "política de Estados".

Quer como "Geografia na Política Externa", quer como "Introdução à Geopolítica" (subtítulo do livro), apresenta o trabalho do Tenente-Coronel Graça, em todos os capítulos em que aplica a análise geográfico-política a diversas regiões do globo, uma dominante e quase exclusiva preocupação com a Política de Segurança dos Estados, que outra coisa não é senão Estratégia. De fato, nessas páginas, são abundantes as expressões: campo estratégico, importância estratégica, situação estratégica, pôsto avançado para a defensiva, base de partida para a ofensiva, trampolim para a invasão, base de operações etc. E, como a análise se fundamenta em antagonismos resultantes de fatores geográficos, notadamente o "espaço" e a "posição", pode-se afirmar

que o autor realizou, antes de mais nada, um estudo de Geo-Estratégia. Não vai aqui nenhuma intenção de crítica; desejamos somente focalizar um aspecto que poderia passar despercebido a certos leitores iniciantes nos estudos de Geopolítica, a fim de que não confundam esses dois ramos de conhecimento, seja embora lícito considerar a Geo-Estratégia como a Geopolítica de Segurança dos Estados.

O livro que hoje comentamos oferece leitura suave ao entendimento de especializados e leigos, desenvolvendo-se segundo determinadas características da boa doutrina, que deve presidir em trabalhos dessa natureza: visão global, preocupação com o antagonismo estratégico dominante na época considerada, finalidade pacífica.

Sem dúvida, a obra do Ten-Cel Graça já deve ter despertado em muitos dos nossos leitores militares o desejo de adentrar-se, cada vez mais profundamente, nos domínios dos complexos conhecimentos geográfico-políticos, contribuindo, assim, para a formação de uma elite cultural especializada, capaz de colaborar, quando necessário e oportuno, na solução de importantes problemas nacionais.



“Quando se consideram, em conjunto, os fenômenos econômicos e políticos que se processam em pleno continente Sul-Americano e em seu derredor, tem-se de admitir os dois antagonismos formais que se verificam em seu extenso e variado território, como dos fatores essenciais às modalidades por que manifestam aqueles mesmos fenômenos.

Esses antagonismos se de certo modo separam, como de resto todos os antagonismos, podem traduzir-se conjugados, as verdadeiras forças criadoras do quanto se passa nos domínios políticos e econômicos da atividade sul-americana.

Aliás, essa constatação não vem senão confirmar uma das mais decisivas conclusões da ciência geográfica moderna, em face da qual os antagonismos se revelam como forças homogenizadoras por excelência, se se encaram os aspectos antropogeográficos que encerram.

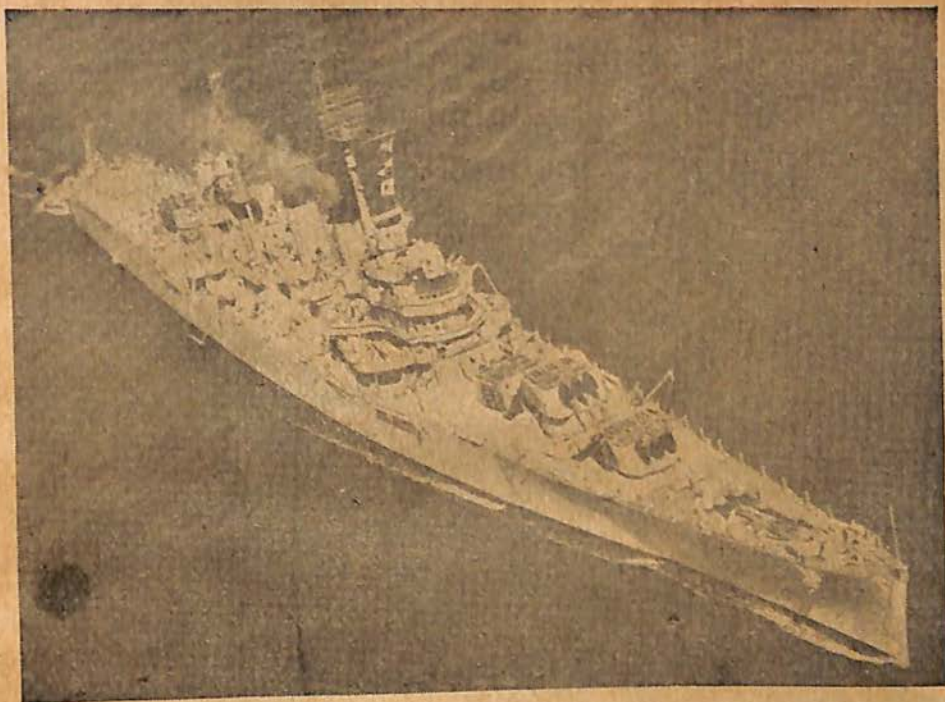
E isso se torna tanto mais verdadeiro quanto mais se desenvolvem, de uma parte as vias de comunicações e meios de transporte, e, de outra, a riqueza a fazer circular”.

MÁRIO TRAVASSOS

(“Aspectos Geográficos Sul-Americanos”)

“Periódicamente a superestrutura dos processos táticos deve ser alterada ou totalmente posta abaixo; porém, os antigos fundamentos da estratégia até hoje permanecem, como se repousassem sobre um rochedo”.

MAHAN



N. 3

Coordenador — Tenente A. BRANDAO DE FREITAS

NOSSA * MARINHA

PRINCIPAIS TIPOS DE NAVIOS DE GUERRA

O núcleo de uma Fôrça Naval moderna, com sua importância demonstrada pela experiência das últimas guerras, é o Navio-Aeródromo, comumente conhecido como porta-aviões. Além da possibilidade de levar os esclarecimentos necessários a grandes distâncias, é ele unidade excelente pela capacidade ofensiva, podendo fazer sentir sua ação destruidora, através os aviões, a centenas de milhas de distância. É, entretanto, frágil em relação a ataques aéreos inimigos, necessitando, por este motivo, de cobertura de outros tipos de navios.

Para que uma Fôrça Naval possa cumprir cabalmente tôdas as missões que lhe forem atribuídas é mister dispor de um ou mais navios aeródromos e, conseqüentemente, de aviação naval.



O Encouraçado, embora tenha perdido o 1º lugar, permanece, graças à sua artilharia de médio e pequeno calibre (com mais de 100

canhões) como um dos melhores suportes antiaéreos das forças de navios aeródromos. Além disso, com a sua artilharia de grosso calibre e couraçamento do costado e do convés, é o navio indicado para o combate com outros da mesma categoria, e também para as operações de bombardeio prolongado contra o litoral.

*

* *

Segue-se o Cruzador que, se por um lado perdeu parte de sua utilidade de antigamente como esclarecedor a grandes distâncias das forças navais, ganhou em virtude de sua versatilidade, novas tarefas de grande importância.

A sua classificação simplificou-se, existindo atualmente as denominações de Ligeiro e Pesado, somente para indicar o calibre dos canhões com os quais são armados, respectivamente menores ou maiores de 152 mm; entretanto, as missões essenciais de ambos os tipos são as mesmas.

Neste período de após-guerra, quando se observa a maior transformação nos armamentos, em virtude da energia nuclear e dos projetis dirigidos, o Cruzador, o "pau para toda obra" naval, conserva e amplia sua posição, sempre pronto a fazer sentir o peso da artilharia contra navios semelhantes; ou a apoiar Contratorpedeiros que ataquem; ou a garantir as operações de Navios-Aeródromos e Encouraçados, defendendo-os contra aviões audazes; ou a bombardear costas hostis; ou a cooperar em ações terrestres ribeirinhas; ou mesmo, seguindo nas águas das Fragatas ancestrais, a esclarecer e cruzar os mares em disputa ou a lançar-se em curso agressivo contra as linhas de comunicações vitais de um adversário.

Existem atualmente diferentes tipos especializados de Cruzadores, destacando-se os Lançadores de Projetis Dirigidos, os Antiaéreos, os Capitânicas de Forças-Tarefas, etc.

*

* *

Os Contratorpedeiros, também conhecidos como destroyers, são navios de alta velocidade, grande mobilidade, tamanho moderado (de 900 a 4.200 toneladas de deslocamento) e seu armamento principal é constituído por tubos de torpedos. O raio de ação e a proteção estrutural são sacrificados em benefício das outras características.

São usados como cobertura contra ataques de navios maiores e contra ataques aéreos; como armas de oportunidade destinam-se a atacar navios inimigos maiores com torpedos e, por outro lado, a repelir ataques de seus semelhantes; são usados também como escolta de combóios e no apoio a operações de desembarque.

Sua eficiência é muito aumentada quando operam em flotilhas, atacando o inimigo simultaneamente de diversas direções. Não dispondo de proteção de couraça nem de muitos compartimentos estanques, defendem-se de navios maiores utilizando sua velocidade e mobilizando sua velocidade e mobilidade ou ainda a cortina de fumaça.

Existem ainda os Contratorpedeiros-Líder e os Contratorpedeiros de Escolta. Os primeiros são os de maior tonelagem, dispondo de acomodações para o Comando da Fôrça e respectivo Estado-Maior em virtude desse tipo de navio ser geralmente grupado em flotilha e não existir, nos tipos menores, tais acomodações. Além disso, dispõem de maiores recursos em radars e aparelhos de radiocomunicações e também de um conjunto de equipamentos (em sua maioria eletrônicos) por meio dos quais se obtêm, coletam e disseminam as informações necessárias às manobras durante o combate ou ainda ao controle e interceptação de aviões inimigos. Este conjunto é o CIC-Centro de Informações de combate.

O Contratorpedeiro de Escolta é um Contratorpedeiro destinado especialmente à escolha de comboios e ataques a submarinos, relativamente barato, e de fácil construção em grande escala.

É equipado com grande número de bombas de profundidade, armamento de calibre médio, de duplo efeito, composto de canhões de 76 ou 120 mm, armas automáticas e, alguns têm 3 tubos de torpedos.

Em comparação com os demais Contratorpedeiros, eles são menores e sua velocidade é bastante reduzida.



A importância do Submarino na guerra no mar é inversamente proporcional ao seu tamanho. É comum, para um simples submarino, afundar 20 vezes a sua própria tonelagem em mercantes inimigos.

É ele um navio capaz de imergir, podendo operar na superfície do mar ou debaixo dela. Suas qualidades principais são: imergibilidade, armamento (tubos de torpedo) e raio de ação.

Tornando-se praticamente invisível enquanto imerso e podendo avistar os outros navios por meio de periscópio, o submarino é essencialmente uma arma de surpresa, que pode aproximar-se bastante do inimigo para lançar torpedos. Possui grande raio de ação em virtude de poder transportar combustível em seus tanques de lastro.

É muito vulnerável ao tiro de canhão e às bombas de profundidade, e a sua melhor defesa é manter-se invisível.

Operando em águas inimigas, é habitual aos submarinos viajar na superfície durante a noite e imergir, a fim de evitar a detecção, durante o dia.

Os submarinos operam sòzinhos ou em flotilhas e a sua missão é afundar navios inimigos por meio de torpedos; além disso são muito úteis em missões de reconhecimento e observação; no desembarque de "comandos"; na evacuação de civis e feridos; no socorro a aviões, e no bombardeio de portos a fim de obter efeito psicológico e, ainda, no lançamento de minas.

A energia nuclear, já experimentada em submarinos com resultados satisfatórios, tornará êsse tipo de navio muito mais perigoso, por ter aumentado consideravelmente a sua velocidade em imersão e seu raio de ação.

Praticamente os submarinos da atualidade só têm restrições quanto ao reabastecimento de víveres e munições e à resistência física de seus tripulantes.

Existem ainda muitos outros tipos de navios que passaremos sòmente a enumerar:

Navios varredores — utilizados para varrer as minas dos canais, passagens estreitas, etc.;

Navios mineiros — empregados para semear campos de minas;

Corvetas e Fragatas — destinados à patrulha anti-submarino e à escolta de comboios;

Caça-submarinos — usados na guerra anti-submarino e na escolta de comboios;

Lanchas-torpedeiras — empregadas na patrulha de águas costeiras, podendo atacar com torpedos lançados à curta distância;

Embarcações de desembarques — existem de vários tipos e são destinadas ao desembarque de homens, armamentos, veículos e material nas operações anfíbias;

Navios-auxiliares — com o seu nome indicando o emprêgo, existem: transportes de tropas, transportes de carga, oficina, hospital, tanques, tênder, balizadores, faroleiros, hidrográficos, rebocadores, etc., etc.

CONSTRUÇÃO NAVAL

Teve lugar, no mês passado, o início da construção dos estaleiros da Companhia de Indústrias Pesadas Ishikawajima. Trata-se de plano aprovado pelo GEICON e que marca um passo decisivo no restabelecimento desse tipo de indústria entre nós. Depois de ter possuído estaleiros amplos, lançados ainda pelo Barão de Mauá, o fato é que a indústria de construção naval no Brasil desapareceu, transformando-se numa mera indústria de reparação. Durante a última guerra tentou-se restabelecer tão importante setor de trabalho, destacando-se neste particular o esforço do Sr. Henrique Lage. A Marinha de Guerra pôs em marcha suas instalações e realizou alguns trabalhos dignos de mérito. Mas a todos estes empreendimentos faltava sentido econômico. O equipamento havia envelhecido, tornando-se obsoleto. A mão-de-obra especializada não existia no país e faltava o capital, grande e decisivo para empresa dessa ordem.

As instalações da Ishikawajima que vão surgir na Ponta do Caju, ocupando uma área de 338.000 metros quadrados, reunindo interesses financeiros do grupo japonês do mesmo nome, do governo e de grupos privados brasileiros, marcam o renascimento da construção naval no Brasil. País de extenso litoral e de rios navegáveis, tem no transporte sobre água um dos pontos de apoio mais firmes para a circulação da riqueza. Contrastando com essa realidade, praticamente não possuímos marinha mercante. A nossa frota está em grande parte obsoleta, não podendo atender às solicitações crescentes do comércio. Não há padronização de unidades, de tipos, de acordo com portos e serviços. Em consequência, o transporte por mar tornou-se caro, a condição de armador deixou de interessar realmente ao capital privado.

Segundo os planos financeiros do empreendimento, a Ishikawajima investirá no Brasil 8,6 milhões de dólares, dos quais 6.780.000 dólares em máquinas e materiais. O governo brasileiro participa da empresa com o terreno necessário às instalações e mais com a promoção de recursos em cruzeiros.

Receberá o Brasil a cooperação inestimável de técnicos japoneses, dos mais acreditados em todo o mundo no setor da construção naval. Aqui, ela se especializará tendo em vista as necessidades e as condições de operação da marinha mercante brasileira. Irá criar interesse para que surjam outras indústrias, complementares e essenciais ao desenvolvimento da de construção naval. Exigirá maiores quantidades de chapas de aço do parque siderúrgico nacional ou da importação, até que o parque esteja em condições de dar, ao mercado, os suprimentos que sejam solicitados.

É de crer que, dentro dos planos e esquemas estabelecidos pelo GEICON, à semelhança de como procedeu o GEIA, outras iniciativas de igual natureza venham a surgir, notando-se particular interesse, inclusive de grupos holandeses, também portadores de tradição no setor da construção naval.

SUBMARINO TRITON

O submarino "Triton", que foi recentemente lançado ao mar, está equipado com dois reatores nucleares da General Electric, cada um com capacidade para produzir maior força de propulsão do que qualquer outro conjunto propulsor submarino construído até agora, segundo declarou o Sr. Frederick E. Crever, gerente-geral do Laboratório Knolls de Energia Atômica, em Schenectady, Nova York.

O laboratório é dirigido pela General Electric para a Comissão de Energia Atômica.

O Sr. Crever declarou que o conjunto propulsor do "Triton" tem menos peso por HP produzido do que qualquer outro submarino atômico. Ao mesmo tempo, continuou o Sr. Crever, o "Triton" tem um núcleo mais compacto que o de qualquer outro submarino com reatores resfriados a água.

O "Triton", primeira embarcação construída com reator-duplo, dispõe de núcleos assim compactos porque emprega combustível em forma de fitas retorcidas em vez dos elementos convencionais em forma de chapa.

Espera-se que o combustível, em fitas retorcidas melhore bastante a eficiência de transferência de calor, e reduza o custo de fabricação.

A construção radicalmente nova da unidade celular dos reatores do "Triton" possibilita processos mais rápidos e fáceis de reabastecimento de combustível e proporcionará uma economia equivalente a mais ou menos um submarino extra por ano, em cada 25 do tipo "Triton" postos em serviço durante um longo período de operação.

Durante o reabastecimento, cada célula pode ser removida se-

paradamente, através de uma pequena escotilha no casco do submarino.

Nos outros submarinos nucleares, com exceção do "Seawolf", é preciso cortar uma parte do casco de pressão para ter acesso ao núcleo.

A maior facilidade de reabastecimento do "Triton" significa uma economia de cerca de 4 semanas, em comparação com o tempo normal exigido para abastecer as primeiras embarcações nucleares.

A facilidade de remoção dos diversos elementos do núcleo permite o reabastecimento enquanto o submarino está ancorado no mar, com o auxílio de uma barça, ao passo que os primeiros submarinos nucleares são obrigados a se reabastecerem atracados ao cais, a fim de aproveitar os guindastes mais poderosos que os existentes numa barça.

As unidades celulares permitem flexibilidade de operação, o que possibilita a inserção de células especiais no núcleo para efeito de testes, sem perturbar a operação das demais células do reator. Os elementos combustíveis e as unidades celulares são adaptáveis às técnicas de produção em série.

Na prática, a potência de um só reator é suficiente para propulsionar a embarcação. Os dois reatores funcionariam simultaneamente para obter a máxima potência e eficiência.

O laboratório Knolls, que trabalha atualmente no projeto e construção de um sistema de propulsão com reatores duplos para o primeiro destróier nuclear americano, projetou e construiu o sistema nuclear de propulsão do submarino "Seawolf".



JURAMENTO À BANDEIRA DOS RESERVISTAS DE 3ª CATEGORIA

A maior parte da juventude brasileira, em idade militar, não passa pelos Corpos de Tropa, Repartições Militares ou Tiros de Guerra. Recebe, nas Juntas de Alisamento dos municípios, o Certificado de Reservista de Terceira Categoria. Antes de recebê-lo, presta, perante a Bandeira Nacional e na presença, desejável, das altas autoridades municipais, o Compromisso à Bandeira, constante do Regulamento de Continências, compromisso em tudo idêntico ao prestado pelos reservistas, de primeira e de segunda Categoria. É óbvia a necessidade do aproveitamento desta rara oportunidade para incentivar e aperfeiçoar os sentimentos cívicos da juventude e para o preparo psicológico das reservas. A 14ª CR, em Sorocaba, estabeleceu para os numerosos municípios do território da sua jurisdição (130) a obrigatoriedade da realização, no dia do Juramento, de uma Palestra cívica, em que são recordados os deveres do cidadão brasileiro, de um modo geral e, sobretudo, quanto ao Serviço Militar, tão estreitamente ligado aos objetivos nacionais do Brasil.

É o plano de sessão dessa palestra, organizado pelo Coronel Moacir Araújo Lopes que é transcrito a seguir.

1ª PARTE

Unidade de Instrução — Conceito de Família e Pátria. Símbolo da Pátria: A Bandeira, o Hino, as Armas e o Selo Nacional — Obrigação moral de defender a família e proteger o lar. Necessidade de defender a Pátria, como expressão da família nacional. O cidadão,

a Religião e Trabalho. Necessidade das Forças Armadas. Papel do Exército. A instituição do Serviço Militar como base física da soberania nacional: sua obrigatoriedade. Constituição e Lei do Serviço Militar. Alistamento. Convocação. Incorporação. Excesso do Contingente. Liberação da classe. Reservas e seu papel. Disponibilidade. O Certificado de Reservista. Necessidade de estar em dia com as obrigações militares. Infrações e penalidades. Os Deveres do Reservista. Papel da Circunscrição e da Delegacia de Recrutamento e da Junta de Alistamento Militar.

Tipo da Sessão de Instrução — Palestra.

Tempo Disponível — 50 minutos.

A Quem Destinada — Futuros Reservistas de 3ª Categoria.

Utensílios, Equipamentos e Materiais — Suportes de Quadros Murais.

Pessoal — Um Auxiliar.

Meios Auxiliares — Um Mapa e Quadros Murais.

Referências:

— Constituição, 1946: Artigos 1º, 4º, 141 — § 7º, 145 — Parágrafo único, 163, 176, 177, 181 e 195.

— Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, de 10 Dez 948.

— L. S. M. (Decreto-lei 9.500, de 23 Jul 46). Arts. 1º, 2º, 4º, 5º, 6º, 14, 15, 16, 17, 34, 37, 62, 63, 104 e 140.

— Decreto-lei n. 4.545, de 31 Jul 1942, Arts. 1º, 4º, 7º, 8º e 10º.

— Decreto n. 42.018, de 9 Agô 57 (RISG), Arts. 5º e 6º.

— "Breviário Cívico", Coelho Neto, Organização Simões Editora, Rio, 1957.

— "Instrução Moral e Cívica", de Gaspar de Freitas, Livraria Francisco Alves, 1957.

— "Curso de Formação Cívica", SESI, 1957.

— "Guia sobre o Serviço Militar", SESI, 1955.

— "Oração aos Moços", Rui Barbosa, Organização Simões Editora, Rio, 1957.

Fontes de Consulta — Ver Referências.

2ª PARTE

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO (10 min)

a. *Ligação com os conhecimentos anteriores* — Todos Vocês receberam no lar, em escolas e da própria vida, educação e instrução, o que lhes permite compreender a sua situação como cidadãos brasileiros. Conhecem os seus principais deveres cívicos. Muitos foram mesmo estudantes de instrução moral e cívica.

b. *Objetivo da palestra* — A finalidade da presente reunião será, então, recordar-lhes noções, que já possuem, e situá-los, com mais realce, como cidadãos recém-incluídos na reserva do Exército Nacional. Ajudá-los a compreender os deveres e os direitos dos reservistas, consequência, natural, do uso e gozo dos deveres e direitos de cidadão brasileiro.

c. *Padrões esperados* — Ficarão Vocês em condições de mais, perfeitamente, cumprirem aqueles deveres e de melhor compreenderem a felicidade suprema de, como homens, possuírem uma Pátria, altiva, magnânima, respeitada e livre e de poderem concorrer, ainda que com limitado esforço, para a sua grandeza e a sua segurança.

d. *Razões para o ensino* — A Pátria brasileira precisa, na paz, do amor e do trabalho dos seus filhos, e, na guerra, de todo esforço que lhes fôr pedido, inclusive do maior deles: o sacrifício da própria vida, se necessário. Esta palestra visará, então, preparar, sobretudo psicologicamente, o futuro reservista para a compreensão do seu papel. Assim poderá ele desempenhar a sua missão construtiva, por convicção, sem deixar-se influenciar, no mínimo que seja, pela ação negativa dos indiferentes, dos apáticos, dos cépticos, dos egoístas e até dos apátridas, fauna consentida pela característica democrática do Estado Brasileiro: respeito integral à dignidade, à consciência e à liberdade da pessoa humana, com o uso da coação somente em casos imprescindíveis e especificados.

e. *Breve referência ao desenvolvimento da palestra* — (Comentar o Sumário).

2. EXPLANAÇÃO (35 min)

a. *A Família* é a base da organização do Estado, sobretudo em uma Nação democrática. É nela que se desenvolvem as forças altruístas que permitem ao indivíduo romper o invólucro do EU físico, sensitivo-intelectivo. Tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

b. *A Pátria* — O Brasil é a terra onde nascemos, onde vivemos em comum, sujeitos às mesmas leis, costumes e governo. "A língua, os hábitos, as tradições, o culto e a lei são os fundamentos da nacionalidade."

A individualização da nossa Pátria é o resultado do trabalho e do sacrifício das gerações que nos antecederam.

A sua grandeza será confiada aos nossos descendentes, como fruto do nosso esforço, da nossa dedicação e do nosso sacrifício.

(Mostrar o mapa do Brasil)

c. A Bandeira Nacional, assim como Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional, são símbolos nacionais.

(Mostrar os Quadros Murais 1 (Bandeira); 2 (Hino); 3 (Armas nacionais) e 4 (Selo nacional), sucessivamente).

c. *A Bandeira* é o retrato sagrado da Pátria, e o Hino é a voz sacrossanta da Pátria, sínteses dos nossos ideais, de brasileiros.

d. Temos o dever moral e legal de amar e proteger a família e defender o lar. Como um ato decorrente, imediato, temos o dever moral e legal de amar e defender a Pátria, como cidadãos, e, sobretudo, na sua expressão mais viril e objetiva: como soldados.

e. *O Cidadão* — A Constituição fixa as condições necessárias para a nacionalidade brasileira: nascer no Brasil, ser filho de brasileiro, a serviço do Brasil no estrangeiro e, quando filhos de outros países, naturalizar-se brasileiros.

Cidadão é o nacional que tem o direito de votar e ser votado.

f. *Religião e Trabalho* — Para bem exercermos os nossos deveres nas coletividades Família e Pátria, devemos cultivar uma Re-

ligião, qualquer que ela seja, e amar o Trabalho. A Constituição assegura a liberdade de crença e o livre exercício dos cultos religiosos.

Mais que uma obrigação social é o trabalho um direito da vida.

“Quem quer, pois, que trabalhe, está em oração ao Senhor. Oração pelos atos, ela emparelha com a oração pelo culto”. (Rui Barbosa).

Só assim conseguiremos ser Ajustados, socialmente.

g. *Necessidade das Forças Armadas — Papel do Exército* — Para a existência de um Estado, na situação atual da civilização, há necessidade de forças encarregadas da sua Segurança interna e externa. A Constituição fixa a necessidade e finalidade das Forças Armadas.

“Art. 176. As Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.”

“Art. 177. Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a ordem e a lei.”

Estabelece mais que o Brasil só recorrerá à guerra, quando falharem a arbitragem e os meios pacíficos e que em caso algum se empenhará em guerra de conquista (Art. 4º).

h. *O Serviço Militar como base física da soberania nacional* — O exame do disposto em os Artigos 1º, 176, 177 e 181 da Constituição permite-nos constatar ser o Serviço Militar a base-física da soberania nacional.

i. *Obrigatoriedade do Serviço Militar* — E, para formar as Forças Armadas, fixa, assim, a Constituição, no seu Artigo 181, que “Todos os brasileiros são obrigados ao Serviço Militar, segundo suas habilitações e condições de capacidade.”

j. *Constituição e Lei do Serviço Militar* — As prescrições da lei magna — Constituição — na parte referente ao Serviço Militar, são complementadas pela Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n. 9.500, de 23 Jul 946).

A obrigação do Serviço Militar dura 28 anos, podendo exceder esse prazo. É prestado por classes de indivíduos nascidos no mesmo ano civil e a classe é designada pelo ano de nascimento ou pela idade dos seus componentes.

O Serviço Militar na ativa tem a duração normal de 1 ano.

(Fazer a pergunta — A que classe você pertence?)

1. *Alistamento* — Inicialmente, todo brasileiro deverá Alistar-se para o Serviço Militar, isto é, incluir-se no rol dos cidadãos que atingem a idade necessária, para o serviço da Pátria.

O alistamento deve ser feito nos primeiros 6 meses do ano civil em que completar 17 anos de idade. É a primeira obrigação militar, pelo cumprimento da qual o cidadão recebe o Certificado de Alistamento Militar.

m. *Convocação, Incorporação e Excesso do Contingente*

"Todo brasileiro, alistado ou não, deverá considerar-se convocado para o Serviço Militar no ano civil em que completar 18 anos, independentemente de Editais, Avisos ou Notificações" (Art. 34 da LSM).

A convocação é precedida da Apresentação dos convocados em Pontos de Reunião, previamente determinados, para a realização da Seleção (inclusive inspeção de saúde), para a escolha dos que deverão ser incorporados nas Organizações da ativa (Unidades e Repartições) ou matriculados nos Tiros de Guerra. Aquêles que, embora submetidos à seleção, não foram escolhidos para incorporação ou matrícula em Tiro de Guerra, serão colocados no *excesso do Contingente anual*.

Prêviamente, antes da realização da seleção, o Ministro da Guerra, mediante autorização do Presidente da República, poderá dispensar da incorporação, em cada ano, os cidadãos alistados em determinados municípios. Estes convocados são, também, incluídos no *excesso do Contingente anual*.

O excesso do Contingente destina-se a atender, durante o tempo de prestação do serviço ativo da classe, à chamada complementar para o recompletamento de Unidades ou para a organização de novas Unidades.

n. *Liberação da Classe* — O excesso do Contingente poderá ser incluído na Reserva de 3ª Categoria, a partir do licenciamento daqueles que foram incorporados. É a liberação da classe.

Vocês pertencem à classe de 1938 (ou...). Alistaram-se com 17 anos, isto é, em 1955 (ou...). Apresentaram-se para a seleção em fins de 1956 (ou...). Não foram escolhidos para incorporação ou haviam sido dispensados da mesma por residirem em zona rural de município sede de Tiro de Guerra. Os companheiros incorporados serviram nos Corpos de Tropa e Repartições ou foram matriculados em TG, durante todo o ano de 1957 (ou...). Estes mesmos companheiros foram licenciados no fim desse ano de 1957 (ou...). E, a partir do licenciamento dos incorporados, foram liberados para serem incluídos na reserva de 3ª Categoria e receberem os respectivos certificados. Estão realizando, hoje, a cerimônia do Juramento à Bandeira, necessário para o recebimento do Certificado de Reservista de 3ª Categoria.

o. *Reservas e seu papel* — Disponibilidade — Destinam-se as Reservas a preencherem tôdas as necessidades da Mobilização Total ou Parcial das Forças Armadas, que fôr decretada, por necessidade de segurança interna ou externa da Pátria.

Já vimos que a obrigatoriedade de atender ao Serviço Militar dura 28 anos, isto é, até 46 anos de idade, podendo, ainda, êsse prazo ser ampliado, em caso de guerra.

Cada reservista recebe uma missão, para caso de mobilização. Por isto, deve estar com a sua residência, atualizada, nas CR.

Durante 5 anos, após receber o Certificado de Reservista de 3ª Categoria, o cidadão pertence às classes em Disponibilidade, isto é, prontas para emprêgo. Está incluído em Corpo de Tropa, Formação ou Órgão de Serviço, existente ou criado para a mobilização.

Vocês estarão em disponibilidade até julho de 1963 (ou...). Depois desse ano, serão empregados em outras necessidades.

p. *O Certificado de Reservista* — É o documento que prova, em definitivo, a situação do cidadão, quanto ao Serviço Militar.

É de modelo idêntico para o Exército, Marinha e Aeronáutica. Seguramente, nenhum outro documento honrará mais o brasileiro que o Certificado de Reservista, que Vocês, hoje, vão receber.

q. *Necessidades de estarem em dia com suas obrigações militares — infrações e penalidades* — Para que seja Planejada a Segurança da Pátria, é preciso que o cidadão esteja, realmente, capaz de receber missão. Daí a necessidade de estar em dia com as suas obrigações, permitindo que os seus documentos, nos Órgãos do Serviço Militar, estejam em ordem. Em particular, o seu enderêço deve estar sempre atualizado.

Para aqueles cuja consciência não lhes obriga a cumprir os seus deveres cívicos, a lei estabelece sanções.

Assim, de acôrdo com o Art. 140 da LSM, nenhum brasileiro, entre 17 e 45 anos de idade, poderá, sem fazer prova de, estar em dia com as suas obrigações militares:

- ser nomeado funcionário público federal, estadual ou municipal;
- assinar contrato com o Governo Federal, Estadual ou Municipal;
- obter passaporte, carteira profissional ou licença para o exercício de qualquer indústria ou profissão;
- matricular-se ou prestar exame em qualquer Estabelecimento de Ensino;
- exercer cargo eletivo (Telegrama 943.000-68 de 21 Ago 50, do Tribunal Superior Eleitoral).

Estabelece ainda a Lei as multas a que estão sujeitas Autoridades e Chefes ou Diretores de quaisquer coletividades que deixarem de cumprir os seus deveres, com referência ao Serviço Militar. Em particular, fixa as multas a que estão sujeitos os reservistas que deixarem de cumprir qualquer um dos seus Deveres.

r. *Os Deveres do Reservista*

(Mostrar o QM-5)

Uma vez definida a situação do cidadão, para com o Serviço Militar, com o recebimento do Certificado de Reservista, deve o mesmo manter-se sempre em dia com os seus Deveres, que são:

- 1º. Apresentar-se em caso de convocação (Art. 110 da LSM);
- 2º. Apresentar-se no Dia do Reservista — 16 de dezembro — aniversário de Olavo Bilac, Patrono do Serviço Militar (Art. 110 da Lei do Serviço Militar).
- 3º. Participar a mudança de residência, dentro de 30 dias, após efetuada (Art. 110 da LSM).
- 4º. Participar o recebimento de diploma de ensino superior ou o fato de passar a exercer ofício ou profissão de caráter técnico-científico (Art. 111 da LSM).
- 5º. Requerer a 2ª via do Certificado de Reservista, no caso de extraviar o Certificado recebido.
- 6º. Dever Moral — Explicar, aos demais cidadãos, quando houver oportunidade, a significação do Serviço Militar e condenar os processos de fraude de que tiver conhecimento.

A participação da mudança de residência é imprescindível para o seu contato com o Serviço Militar e deve ser feita à Junta de Alistamento Militar, do município de residência. No caso da classe em

disponibilidade, a lei manda participar a mudança de residência antes de efetuá-la. (Art. 105, Parágrafo único, da LSM).

As Juntas de Alistamento Militar dos municípios e as Agências dos Correios, do território de jurisdição da 14ª CR, possuem, à disposição de cada interessado, uma fórmula impressa, para participar a mudança de residência. A referida fórmula é gratuita e possui franquia postal.

(Mostrar e distribuir uma fórmula de mudança de residência)

s. *Papel da Circunscrição de Recrutamento, Delegacia de Recrutamento e Juntas de Alistamento Militar* — Para a execução da Lei do Serviço Militar, é o território brasileiro dividido em Circunscrições de Recrutamento, de modo a que a cada uma sejam atribuídos cerca de dois milhões de habitantes. Estas Circunscrições são Organizações subordinadas às Regiões Militares. São Órgãos diretos de Execução e Fiscalização do Serviço Militar. Os seus trabalhos de recrutamento são executados através de Órgãos Alistadores. O Órgão Alistador de base é a Junta de Alistamento Militar, de cada município, presidida pelo Prefeito Municipal. A Lei entregou ao Chefe da célula do Estado, o município, a Presidência da célula de execução do Serviço Militar — a Junta de Alistamento Militar — tal a sua importância e significação democrática. Também certas Unidades do Exército são Órgãos Alistadores.

Para facilitar o trabalho de uma CR, os encargos de várias JAM são centralizados, para fins de orientação e fiscalização, por uma Delegacia de Recrutamento. Esta é dirigida por um oficial do Exército e é sediada junto à JAM de um município importante, pela sua expressão demográfica e econômica.

Todas as ligações do reservista com o Exército são feitas com a CR, através da JAM do seu município. Os documentos que firmam a sua situação estão sempre arquivados na CR, a cuja jurisdição pertencer o seu município de residência. No caso de a mudança de residência ser feita para município de jurisdição de outra CR, esta última solicita à CR anterior, do reservista, os seus documentos, à vista da participação da referida mudança.

(Mostrar QM-6)

3. REVISÃO (5 min)

- a. Esclarecer as dúvidas.
- b. Fazer um resumo, orientado pelo Sumário.
- c. *Fêcho* — Vocês foram esclarecidos quanto à significação do fato de serem incluídos na Reserva do Exército Brasileiro e quanto à necessidade de bem cumprirem os Deveres de Reservistas.

Em consequência, estão em condições de considerarem, com nobre orgulho, a honra de estarem arrolados como cidadãos capazes e necessários à Segurança da Pátria, Bem Amada.

À Pátria tudo se deve e nada se pede!

ANEXOS

SUMÁRIO

- Conceito de Família e Pátria. Símbolos da Pátria: a Bandeira, o Hino, as Armas e o Selo Nacionais.
- Obrigação moral de defender a Família e proteger o Lar.
- O Cidadão. Religião e Trabalho.

- As Forças Armadas — Papel do Exército.
- O Serviço Militar como base física da soberania nacional. Sua obrigatoriedade.
- Constituição e Lei do Serviço Militar.
- Alistamento — Convocação — Incorporação — Excesso do Contingente — Liberação da Classe.
- As reservas e seu papel — Disponibilidade.
- O Certificado de Reservista.
- Necessidade de estar o Reservista em dia com as suas obrigações militares — Infrações e penalidades.
- Os deveres do Reservista.
- Papel das CR, DR e JAM.

OBJETIVO

Esclarecer (recordar) o futuro reservista quanto à sua situação de *cidadão brasileiro*, e, em particular, como recém-incluído na reserva do Exército.

Explicar o papel das Reservas e os Deveres do Reservista.

MAPA DO BRASIL

(Colorido)

DESENHO, COLORIDO, BANDEIRA NACIONAL (QM-1)

HINO NACIONAL (QM-2)

ARMAS NACIONAIS DESENHO COLORIDO (QM-3)

(letra)

DESENHO, COLORIDO, SÊLO NACIONAL (QM-4)

OS DEVERES DO RESERVISTA (QM-5)

- 1º Apresentar-se em caso de convocação (Art. 110 da LSM);
- 2º Apresentar-se no Dia do Reservista (Art. 110 da LSM);
- 3º Participar a mudança de residência, dentro de 30 dias (Art. 110 da LSM);
- 4º Participar o recebimento de diploma de Ensino Superior ou o fato de passar a exercer ofício ou profissão de caráter técnico ou científico (Art. 111 da LSM);
- 5º Requerer segunda via do Certificado de Reservista, em caso de extravio.
- 6º *Dever Moral* — Explicar, aos demais cidadãos, quando houver oportunidade, a significação do Serviço Militar e condenar os processos de fraude de que tiver conhecimento.

NOTA: — As ligações do reservista com o Serviço Militar, são feitas na CR, por intermédio da JAM do seu município.

REFERÊNCIAS

I. *Constituição*, de 18 Set 1946

Art. 1º. Os Estados Unidos do Brasil mantêm, sob o regime representativo, a Federação e a República.

Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido.

Art. 4º. O Brasil só recorrerá à guerra, se não couber ou se malograr o recurso ao arbitramento ou aos meios pacíficos de solução do conflito, regulados por órgãos internacional de segurança, de que participe; e em caso nenhum se empenhará em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outro Estado.

Art. 141. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residente no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
§ 7º. É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes. As associações religiosas adquirirão personalidade jurídica na forma da lei civil.

Art. 145

Parágrafo único. A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social.

Art. 163. A família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel e terá direito à proteção especial do Estado.

Art. 176. As forças armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

Art. 177. Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

Art. 181. Todos os brasileiros são obrigados ao serviço Militar ou a outros encargos necessários à defesa da Pátria, nos termos e sob as penas da lei.

Art. 195. São símbolos nacionais a bandeira, o hino, o selo e as armas vigorantes na data da promulgação desta Constituição.

II. Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, de 10 Dez 948

Art. 1. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados como estão de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros.

Art. 3. Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa.

Art. 7. Todos são iguais perante a lei e têm, sem distinção, direito a igual proteção da lei

Art. 16.

3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Art. 17.

1. Toda pessoa tem direito à propriedade, individual e coletivamente.

2. Ninguém será privado arbitrariamente da sua propriedade.

Art. 18. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião;

Art. 19. Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão;

Art. 23. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do seu trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e a proteção contra o desemprego.

Art. 25.

1. Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, a saúde e o bem-estar, e em especial a alimentação, o vestiário, a moradia, a assistência médica e os serviços sociais necessários;

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistências especiais.

Art. 26.

1. Toda pessoa tem direito à educação

2. A educação terá por objeto o pleno desenvolvimento da personalidade humana, e o fortalecimento do respeito aos direitos do homem e às liberdades fundamentais; favorecendo a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as ações e todos os grupos étnicos ou religiosos;

Art. 29.

1. Toda pessoa tem deveres de respeito à comunidade, posto que só nela pode desenvolver livre e plenamente sua personalidade.

III. *Decreto-lei n. 545, de 31 Jul 1942.*

Art. 1º. São Símbolos nacionais:

- a) a Bandeira Nacional;
- b) o Hino Nacional;
- c) as Armas Nacionais;
- d) o Selo Nacional.

Art. 4º. A Bandeira Nacional é a que foi adotada pelo Decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889 (Anexo 1)

Art. 7º. O Hino Nacional é o que se compõem da música de Francisco Manoel da Silva e poema de Joaquim Osório Duque Estrada, conforme o disposto nos decretos n. 171, de 20 de janeiro de 1890 e n. 15.671, de 6 de setembro de 1922.

Art. 8º. As Armas Nacionais são as instituídas pelo decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889 (Anexos ns. 8 a 9).

Art. 10. O Selo Nacional tem os distintivos a que se refere o decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889 (Anexo n. 10).

IV. *Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n. 9.500, de 23 Jul 1946)*

Art. 1º. O Serviço Militar consiste em atividades desempenhadas nas Forças Armadas — Exército, Marinha e Aeronáutica — e compreenderá em caso de mobilização, todos os encargos relacionados com a defesa nacional.

Art. 2º. Todos os brasileiros são obrigados a prestar à Pátria, na forma desta Lei e do respectivo regulamento o tributo do Serviço Militar, segundo suas habilitações e condições de capacidade.

Art. 4º. A obrigação para com o serviço militar em tempo de paz, começará no primeiro dia de janeiro do ano em que o brasileiro atingir dezessete anos de idade e subsistirá, até 31 de dezembro do ano em que completar quarenta e cinco anos.

§ 1º. Dentro desse período, a partir dos dezoito anos de idade, quer tenham ou não prestado o serviço militar, poderão os brasileiros ser convocados em qualquer época e nas condições que forem ordenadas ou autorizadas pelo Presidente da República, tendo em vista a participação em manobras e exercícios ou, ainda, em casos especiais para o preenchimento de claros.

§ 2º. Em tempo de guerra, esse período poderá ser ampliado de acordo com os interesses da defesa nacional. (Mod da Lei 1585, 28 Mar 52).

Art. 5º. O Serviço Militar será prestado por classes constituídas de indivíduos nascidos no mesmo ano civil e designadas pelo ano de nascimento ou pela idade dos que as compõem.

Art. 6º. O Serviço Militar na ativa terá a duração normal de um ano, ressalvados os casos de redução ou de dilação previstos na presente lei.

Art. 14. Competirá à Circunscrição de Recrutamento, como órgão de execução regional, além de suas atribuições especiais de mobilização que serão objeto de instruções próprias centralizar todas as atividades que, dentro de seus limites territoriais, disserem respeito ao Serviço Militar.

Art. 15. As Circunscrições de Recrutamento, como órgãos diretos de execução e fiscalização do Serviço Militar, subordinar-se-ão:

- a) A Diretoria de Recrutamento, por intermédio do Serviço Regional de Recrutamento em assuntos de orientação técnica e doutrinária do Serviço Militar;
- b) Aos Comandos de Região Militar, no que referir à execução dos serviços gerais, administração e disciplina, a elas afetos.

Art. 16. As Circunscrições de Recrutamento reger-se-ão por um regulamento próprio, em que serão definidas as atribuições das Juntas de Alistamento, das Delegacias de Recrutamento e das Juntas de Revisão de Alistamento.

Art. 17. Os trabalhos de recrutamento a cargo das Circunscrições de Recrutamento, serão executados através dos seguintes órgãos, delas dependentes ou não:

.....
§ 1º. Serão Órgãos Alistadores no Exército as Juntas de Alistamento Militar, as Juntas de Revisão de Alistamento das Circunscrições de Recrutamento, certas Unidades e certos Estabelecimentos Militares.

Art. 34. Todo brasileiro, alistado ou não, deverá considerar-se convocado para o Serviço Militar no ano civil em que completar dezoito anos de idade independentemente de Editais, Avisos ou Notificações.

Art. 37. O Ministro da Guerra, ouvidos, em tempo, os Estados-Maiores das Forças Armadas e mediante autorização do Presidente

da República, poderá, com a necessária antecedência da data inicial prevista para as primeiras inspeções de saúde, dispensar da incorporação, em cada ano, parcial ou totalmente, os alistados em municípios de recrutamento que possuírem uma das seguintes condições:

- a) Indústria extrativa de interesse da defesa nacional;
- b) Recenseamento militar de fraco coeficiente;
- c) Meios de comunicação deficientes;
- d) Pronunciada atividade agrícola;
- e) Excesso sobre os totais necessários ao preenchimento dos claros nas Guarnições Federais próximas ou excessos sobre as matrículas previstas nos Tiros de Guerra e Centros de Formação de Reservistas.

§ 1º. Os alistados que estiverem nas condições dêste artigo serão dispensados, automaticamente, da incorporação, ficando, enquanto não forem incluídos na Reserva, considerados à disposição do Comandante da Região para convocações de emergências.

§ 2º. Nos municípios de incorporação total dispensada, não haverá as inspeções de saúde de que trata o art. 45.

Art. 62. Os convocados que não forem por qualquer motivo incorporados nas fileiras nem matriculados nos Tiros de Guerra ou Centros de Formação de Reservistas, serão relacionados na Circunscrição de Recrutamento de seu domicílio e constituirão o excesso do Contingente anual.

§ 1º. O excesso do Contingente anual destina-se a atender, durante o tempo de prestação do serviço ativo da classe, à chamada complementar para reacompletamento ou acréscimo de efetivo das Unidades desfalcadas ou que forem criadas.

§ 2º. Serão relacionados no excesso do Contingente destinado às Forças Armadas:

- a) Os dispensados da incorporação por efeito da letra a), do art. 55, durante o ano de serviço de sua classe;
- b) Os dispensados da incorporação por efeito da letra b), do art. 55, que por qualquer motivo não forem incluídos na data prevista nos Tiros de Guerra ou nos Centros de Formação de Reservistas.

Art. 63. Os contemplados no excesso do Contingente anual de cada classe, que não forem chamados para incorporação no decurso do ano de instrução correspondente à sua classe, poderão ser incluídos na Reserva de 3ª Categoria, a partir do licenciamento desta, excetuados os que tenham a incorporação adiada, durante o prazo de adiamento.

Art. 104. Serão incluídos na Reserva de 3ª Categoria:

- a) Os convocados que, julgados aptos em inspeção de saúde, tenham sido dispensados de incorporação consoante o disposto no art. 63;
- b) Os que residirem em municípios de incorporação dispensada, logo após o licenciamento de sua classe;
- c) Os que interromperem ou deixarem o serviço ativo sem possuir instrução militar, se não tiverem incidido em qualquer dos casos de isenção previstos no art. 54 ou de adiamento previstos no art. 85.

Art. 140. Nenhum brasileiro, entre dezessete e quarenta e cinco anos de idade poderá, sem fazer prova de que está em dia com suas obrigações militares:

- a) Ser nomeado funcionário público ou extranumerário federal, estadual ou municipal, ou ingressar como funcionário ou empregado em Institutos Paraestatais, Autarquias, Associações ou Empresas oficiais, oficializadas ou subvencionadas ou cuja existência e funcionamento dependem de autorização ou reconhecimento pelo Poder Público.
- b) Assinar contrato de qualquer natureza com o Governo Federal, Estadual ou Municipal.
- c) Obter passaporte ou prorrogação de sua validade.
- d) Obter carteira profissional.
- e) Obter licença para o exercício de qualquer indústria ou profissão.
- f) Matricular-se ou prestar exame em qualquer Estabelecimento de Ensino.

V. Decreto n. 42.018, de 9 Agô 1957 (RISG)

Art. 5º. O Exército é uma instituição nacional permanente, organizada com base na hierarquia e na disciplina.

O Exército colabora com as demais Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

Art. 6º. O Exército ativo e sua Reserva.

*
* *

Somente EM SEGURANÇA poderá alcançar o Brasil os supremos objetivos em que se traduzem as aspirações e os anseios do povo e somente EM SEGURANÇA poderá mesmo sobreviver a Nação, coesa, íntegra e próspera, num planêta, que ambições desmedidas de poderio e domínio ameaçam submergir num caos imprevisível "de sangue, de suor e de lágrimas".

Cel GOLBERY DO COUTO E SILVA
(Planejamento Estratégico)

OS ESTADOS UNIDOS DA ÁFRICA

Parece que o velho sonho da unidade da África vai agora transformando-se em realidade. Nós, particularmente, vimos sofrendo os efeitos da concorrência dos cafés e do cacau de Ghana e sentimos em nossa balança comercial os primeiros efeitos dessa transformação porque vem passando o continente negro.

O fato é que parece que aqueles povos primitivos querem saltar da idade da pedra para a era atômica num intervalo de apenas uma geração. Há cinco anos atrás, um senador francês da Costa do Marfim foi assassinado, assado e comido pelos seus eleitores. Hoje, a juventude da África Ocidental, manipulada por hábeis líderes políticos trabalha pela união de Ghana e Guiné, a primeira ligada à Comunidade Britânica e, a segunda, à França.

A confederação de todos os povos africanos deverá, ao que tudo indica, nascer no oeste. Os territórios dessa região são muito ricos em minerais. Só em ferro, as reservas são estimadas em dois bilhões de toneladas, sem falar no cobre, diamantes, bauxita e fosfatos de alumínio. A economia da Europa Ocidental depende muito desses recursos.

No mês passado, 500 delegados reuniram-se para discutir as bases da Confederação, ficando deliberada a criação dos Estados Unidos da África. Do Cairo chegou, imediatamente, mensagem da Conferência Agro-Asiática de Solidariedade, documento pejado de tiradas "anti-imperialistas", traindo logo as suas origens.

Ao mesmo tempo, essa situação provocou na imprensa francesa comentários indignados: a Grã-Bretanha é que estaria estimulando o movimento na Guiné a fim de tirar a região da área do franco e passá-la ao domínio da libra esterlina. Mas, passados os primeiros momentos, verificou-se que não havia dedo inglês, o que torna a situação ainda mais alarmante para as potências do ocidente europeu.

Há, é verdade, algumas rivalidades políticas que embarçam os movimentos unionistas. Uma delas é a que existe entre o líder político mais influente da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny, e o primeiro-ministro de Guiné, Sekou-Touré. A Nigéria, por seu turno, que deverá tornar-se independente em 1960, é outro obstáculo à união. Isso porque, com seus 33 milhões de habitantes, não teria interesse em ligar seu destino a um país bem menor, como é Ghana com seus cinco milhões de habitantes.

O comunismo, por sua vez, não perde tempo. O que se poderia chamar de elite intelectual desses países tem feito inúmeras viagens de "treinamento" e "instrução" à Rússia ou à China.

POPULAÇÃO MUNDIAL: CÁLCULOS DA ONU

Desde o término da guerra, as Nações Unidas já fizeram três estimativas da população mundial para o ano de 1980. No primeiro desses estudos, de 1951, a ONU informava que a população mundial, em 1980, oscilaria entre 3 e 3,6 bilhões. No segundo estudo, de 1954, as cifras situavam-se entre 3,5 e 4 bilhões.

O último desses trabalhos, elaborado em bases mais científicas — informações mais detalhadas e métodos mais refinados, orça a população, em 1980, entre 3,85 e 4,28 bilhões de seres humanos.

Baseia-se o documento, principalmente, nos dados sobre a Ásia e a África. Segundo os técnicos da ONU, só esses dois continentes terão, em 1980, uma população igual, em número, à do mundo inteiro em 1950. No fim do século, segundo os mesmos peritos, a população do mundo irá aos 6 bilhões de seres humanos.

No último censo realizado na China, verificou-se que a população do país crescera, de 1948 a 1953, de 100 milhões de habitantes.

Os técnicos classificaram, no tocante à população, três grupos de países: 1) América do Norte (EUA e Canadá), Europa Ocidental e Oceania, grupo esse de taxa demográfica "baixa"; 2) América, Ibérica, Japão, Europa Oriental e URSS, com taxas médias; 3) Ásia e África, com taxas elevadas. Em 1950, esses três grupos tinham, respectivamente, a população seguinte: 486, 519 e 1.495 milhões de habitantes. A estimativa para 1980, para os mesmos três grupos, é: 652, 893 e 2.735 milhões.

A crescer a população no ritmo em que vai, teremos, no século XXI, uma população estimada entre 10 e 25 bilhões. Não se pode ainda prever as alterações sociais que tal massa humana irá produzir, levando em conta, ainda, o desenvolvimento da ciência e da técnica.

Apresentamos, abaixo, dois quadros interessantes extraídos da mencionada estimativa da ONU:

POPULAÇÃO MUNDIAL POR REGIÕES

(Em milhões)

	1950	1975
África	199	303
América do Norte	219	330
América do Sul	112	200
Ásia (exclusive URSS)	1.380	2.100
Europa (exclusive URSS)	393	465
Oceania	13	25
URSS	181	270

POPULAÇÃO DOS 12 MAIORES PAÍSES

(Em milhões)

	1950	1975
China	600,0	894,0
Índia	386,0	563,0
URSS	197,0	275,0
Estados Unidos	166,0	217,0
Paquistão	83,2	128,0
Indonésia	81,9	122,0
Japão	89,1	116,0
Brasil	59,2	102,0
Alemanha	71,0	80,5
Itália	48,1	56,1
Reino Unido	51,0	55,5
México	29,7	53,3

Interessa-nos, particularmente, a posição da América Latina. Para 1975, estima-se que a população desta parte do Continente ascenderá a 312,5 milhões. Brasil e México, somados, representam quase a metade desse total. Em 1975, apenas quatro países latino-americanos, além dos dois citados, terão população superior a 10 milhões: Argentina, 27,2 milhões (teremos 102 milhões); Colômbia, 21,6 milhões; Peru, 15,7 milhões; Venezuela, 10,6 milhões.

*
* *

DESCOBERTA IMPORTANTE CORRENTE NO PACÍFICO

Cientistas do Instituto Scripps da Oceanografia, da Universidade de Califórnia, em cooperação com o Serviço de Pescas, nos Estados Unidos, localizaram nas profundidades do sul do Pacífico uma corrente rapidíssima e tão poderosa quanto mil rios Mississippi juntos, ao realizarem recentemente estudos de dois meses das correntes submarinas no equador. Correndo três vezes mais rápido do que a corrente da superfície, a equatorial do sul, esse novo "rio" submarino se encaminha na direção oriental ao longo do equador a uma distância de pelo menos 6.500 quilômetros. Os cientistas determinaram as suas dimensões em 460 quilômetros de largura por 300 metros de profundidade. Segundo o Dr. Roger Revelle, diretor do referido Instituto, trata-se de uma das maiores descobertas oceanográficas de nosso tempo.

As provas e as medidas da direção, curso e outras características da nova corrente submarina foram feitas dos navios "Horizon" e "Hugh M. Smith".

Até agora, a corrente só foi medida até a metade do oceano. Acreditam os especialistas em oceanografia que essa corrente atue como um mecanismo importante que torna as águas equatoriais como uma das regiões mais piscosas de todo o mundo. A referida corrente foi descoberta, na realidade, em 1952, por Twonsend Cromwell, falecido cientista do Serviço de Pesca dos Estados Unidos, ao investigar métodos de pesca. O cientista John A. Knaus, dirigente da nova expedição, espera, por isso, que a nova corrente seja chamada de "Corrente Cromwell".

BRASILIANAS

● Viracopos

O convênio celebrado entre a Secretaria de Viação e Obras Públicas (Diretoria de Aeroportos) de São Paulo e o Ministério da Aeronáutica tem dado excelentes resultados no que se refere à melhoria dos campos de pouso do Estado. Através desse convênio, os aeroportos de São Paulo estão entrando na "era do jato".

A pavimentação de pistas e execução de obras complementares estão sendo levadas a efeito em aeroportos de grande centros como Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Lins, Araçatuba, Marília, Tupã, Bauru e Ribeirão Preto.

A mais importante dessas obras é, contudo, a que vem sendo empreendida no Aeroporto de Viracopos, em Campinas, que possibilitará a utilização desse campo-de-pouso como alternativa do Aeroporto Internacional de Congonhas. A Diretoria de Aeroportos está, presentemente, concluindo a pavimentação de 1.800 metros de pista (45 m de largura), possibilitando a operação de aviões Scandia e Convaire. Essa é a primeira fase das obras.

Numa segunda fase, prevista em bem elaborado "plano diretor", a pista será ampliada para 3.240 metros, com a largura de 45 m e espessura de 25 cm, comportando cargas de 135 toneladas, permitindo, inclusive, a operação de aviões a jato comerciais de grande porte, tais como o "Boeing 707" e o DC-8. Viracopos será assim o primeiro aeroporto brasileiro aparelhado para receber esses possantes pássaros aéreos, possibilitando, des-sarte, a ligação direta Campinas-Lisboa.

O "plano diretor" prevê, ainda, a execução de novas pistas de ro-

lamento, pátios de estacionamento, hangares, instalações para combustíveis, garages e estação rodoviária que comportará milhares de passageiros, dispondo de telefones, amplos salões de espera, dependência para bagagens e demais requisitos dos mais modernos.

As vias de acesso a Viracopos já foram estudadas. Está em fase de execução a rodovia Aeroporto-Campinas e outra que estabelecerá ligação com São Paulo utilizando a Via Anchieta que será atingida na altura de Vinhedo.

A primeira fase das obras (pista de 1.800 metros) estará concluída ainda este ano. Foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 70 milhões. A segunda etapa — conclusão da pista de 3.240 metros — deverá estar terminada em março de 1960.

Como se vê, pelo exame das moderníssimas características do novo aeroporto internacional, Viracopos representa um marco relevante na história da aviação brasileira. É o ingresso indiscutível do nosso país na "era do jato". Teremos, em março de 1960, o primeiro trampolim para o salto enorme, por sobre o Atlântico, até à Europa.

O êxito do convênio celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e o Estado de São Paulo, deve estimular a assinatura de outros semelhantes, pois, não é demais que se repita, o Brasil é o país da aviação.

● Prognósticos sobre o café

Sabemos que há uma tendência para o crescimento vegetativo do consumo do café da ordem de 2% ao ano. Segundo os prognósticos de Georges Paton, em 1960 haverá uma sobra mundial, só da safra de 1960 — sem contar as sobras an-

teriores — de 11 milhões de sacas. Ora, se não houver estímulo para plantação de novos cafézais, é provável que em 5 ou 6 anos o consumo mundial alcance o nível da produção restabelecendo-se um razoável equilíbrio que permita um preço mais ou menos compensador.

Não podemos, evidentemente, pensar no café em termos de aventura, em termos quase de exploração dos consumidores, como temos feito até agora. Cumpre-nos melhorar a produtividade, reduzir os custos de produção, como consequência da melhoria de produtividade, e vender o café nas condições mais satisfatórias que o mercado permitir, sem, entretanto, criar condições, como fizemos no passado, para incentivar uma produção mundial que exceda as possibilidades do consumo.

Por outro lado, a longo prazo, no que respeita à procura, acredito que seja possível aumentar a taxa de crescimento vegetativo, que, como declarei há pouco, é de 2% por ano. Uma propaganda adequada no sentido do consumo intenso de café, possivelmente fará com que aumente esse consumo no mundo inteiro. Os americanos não ensinaram o mundo inteiro a beber Coca-cola? Com muito mais facilidade seria possível ensiná-lo a beber mais café.

Além disto, há áreas que são de difícil penetração, mas que ainda estão praticamente virgens de consumo de café, com uma população muitíssimo elevada, como a Ásia. Até que ponto seria possível ampliar, um pouco que fôsse, o consumo de café nessas áreas, com uma propaganda adequada e preços baixos?

● Brasil produzirá em 1960 três milhões de toneladas de aço

VOLTA REDONDA VEM SERVINDO DE INSPEÇÃO A OUTROS PAÍSES DEEJOSOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO — PRODUÇÃO DE 1 MILHÃO DE TONELADAS ANUAIS JÁ NO PRÓXIMO ANO

O contínuo esforço do Brasil para abastecer-se a si próprio, no que

diz respeito a aço, cresce de ano para ano. A produção deste metal indispensável é um ??.....? possibilidades que tem uma nação de industrializar-se e alcançou ... 1.500.000 toneladas no ano passado. Para 1960, as usinas de aço do Brasil deverão estar produzindo 3.000.000 toneladas de acordo com os técnicos do governo.

O maior produtor do país é, sem dúvida alguma Volta Redonda. A usina da Companhia Siderúrgica Nacional, dirigida pelo Gen Edmundo Macedo Soares e famosa no mundo inteiro, tem servido como exemplo e inspiração para outros países que desejam industrializar sua economia. E por muito boas razões.

Volta Redonda é moderna em todos os sentidos. O Gen Macedo Soares, a mais alta autoridade em aço do Brasil, fez com que a organização e distribuição da enorme fábrica, a par de suas modernas máquinas, sejam o que há de melhor em matéria de técnica mundial. Qualquer novo invento ou técnica é amplamente testado e imediatamente incorporado, se os engenheiros de Volta Redonda acharem que a adição satisfará seu desejo de aumentar a qualidade do produto em si ou o rendimento da produção. O contínuo crescimento da fábrica tem feito necessária a expansão de suas instalações em várias ocasiões.

PRESENTE E FUTURO

Este dinâmico tipo de operações requer um suporte adequado da organização inteira recaindo provavelmente as maiores responsabilidades no departamento de engenharia. Claro é, que os engenheiros e desenhistas mantêm-se ocupados tanto em projetos para o futuro como para necessidades presentes da companhia.

Os desenhos das adições à fábrica ou das reformas dos numerosos edifícios atuais, para acomodar novas máquinas ou técnicas, assim como instruções detalhadas para os chefes de obras, tudo deve ser feito às pressas, sem todavia

ter um erro sequer. Volta Redonda resolveu este problema com as máquinas copiadoras Antara, que produzem cópias brancas, nítidas, em questão de segundos.

A enorme companhia, cuja produção começou durante a Segunda Guerra Mundial, constituindo uma decidida ajuda para a causa aliada, espera estar produzindo uma média de 1 milhão de toneladas anuais ao fim de 1959. E com seus planos de expansão já bem adiantados. Volta Redonda confia alcançar a produção anual de 1.500.000 toneladas.

OUTRAS USINAS

Existem outras produtoras de aço brasileiras, que naturalmente, estão contribuindo para a produção nacional. Entre elas figura a Companhia Ferro-Aço de Vitória. Atualmente esta usina produz 10.000 toneladas por ano, porém, há projeto em andamento para aumentar esta produção até a marca das cem mil toneladas.

A Usina da Belgo-Mineira em Monlevade, no Estado de Minas Gerais, é outra importante contribuidora para a economia brasileira. Esta usina acaba de iniciar sua produção de aço inoxidável numa média de 240.000 toneladas anuais. Esta produção deverá sofrer um aumento de 360.000 toneladas o que será suficiente para suprir o mercado interno. Para 1960, a Usina da Belgo-Mineira espera estar produzindo 500.000 toneladas de aço.

Assim, contando com outras companhias, não menos ambiciosas e determinadas, a esperança brasileira de produzir 3.000.000 toneladas de aço por ano, não parece por demais exagerada.

● Concorrência do café africano

A África é um concorrente excepcionalmente sério para o Brasil. Em primeiro lugar, porque produz o seu café a um custo bastante baixo, dado, principalmente, o custo da mão-de-obra nos territórios co-

loniais; em segundo lugar, por se tratar de um produto das colônias européias da África, o qual entra no mercado das metrópoles independentemente de barreiras alfandegárias, que, evidentemente, pesam sobre o café brasileiro. Finalmente, porque é um café neutro, isto é, um café que não dá gosto especial à bebida e se presta muito bem, portanto, à fabricação dos cafés solúveis.

A demonstração de como o café africano está nos fazendo concorrência, mesmo em relação ao mercado norte-americano e sem contar o mercado europeu, do qual praticamente fomos excluídos, está nestes dados: no primeiro semestre de 1957, em confronto com o mesmo período do ano anterior, os Estados Unidos compraram a menos do Brasil 8,75%, ao passo que ampliaram suas compras de café de Angola e da Etiópia em 27,5%, e das outras áreas africanas em 43,20%.

Está havendo, portanto, uma considerável substituição de café brasileiro por café africano, que se presta, como disse, para o preparo do café solúvel talvez mais do que o café brasileiro, por ser muito mais barato do que o nosso, como uma diferença para menos que varia entre 10 e 20 cents por libra-peso.

Devemos reconhecer que pela super-produção mundial de café que ultimamente se tem verificado, o maior responsável é o nosso próprio país. De todas as zonas cafeeiras do mundo a que mais expandiu sua produção foi justamente a nossa. Em confronto com as safras de 1953/1954, a próxima safra de 1958/1959 representa um acréscimo de 60%; enquanto isso, na África, o aumento foi de apenas 40%, na Colômbia de 8%, e nos demais países da América Latina, um pouco inferior a 30%.

● Calculada em mais de 400 mil toneladas a safra algodoeira de 1959

Segundo estimativa de "Conjuntura Econômica", a produção algo-

doeira da safra de 1959, não obstante as más colheitas nordestinas em consequência das sêcas, será aproximadamente de 50 a 60% mais elevada que as dos três últimos anos agrícolas. Admitem os cálculos daquela publicação especializada que a colheita do ano vindouro se aproximará de 450 mil toneladas, o que dará para atender as 240 mil toneladas consumidas pelo mercado interno e deixará um excedente exportável da ordem de 200 mil toneladas.

Embora a superfície de plantio tenha declinado de cerca de 28% em São Paulo, Paraná e Goiás, onde se concentra o grosso da produção, o volume da safra de 1957-1958 superou ligeiramente o da anterior, com uma elevação do rendimento por alqueire de 43%.

O preço médio recebido pelos lavradores, por arrôba de algodão carôço, aumentou de 183 cruzeiros, no primeiro semestre de 1957, para 190 cruzeiros no corrente ano. O incremento verificado na rentabilidade das lavouras na safra atual faz prever para o próximo ano algo de melhor considerável ampliação de superfície de plantio. Mas tal eventualidade muito dependerá da conduta do Banco do Brasil. Se este iniciar, sem exigir fiador, verificar-se-á, realmente, grande expansão do cultivo de algodão, podendo concretizar-se as previsões animadoras para a safra do próximo ano.

● Obras contras as sêcas

Há quase três quartos de século iniciou o Governo do Brasil sua longa e penosa obra de acumular água por meio de açudes, para a irrigação das terras semi-áridas do Nordeste.

O resultado final pode ser avaliado pelos seguintes números constantes de um documento oficial⁽¹⁾. "Centro-e-trinta açudes públicos —

desde 1909, foram concluídos através do seu atual Departamento de Obras Contra as Sêcas, com cerca de 2.600.000 m³ de capacidade de represamento".

Entretanto, dos 130 açudes públicos, 91, com capacidade total de 232.000.000 m³, foram entregues aos Estados e Municipalidades *porque não se prestassem ao aproveitamento agrícola digno de nota.*

"Além dos açudes referidos foram construídos, sob o regime de cooperação, 366, com 754.000.000 m³, o que totaliza, de água acumulada, 3.440.000.000 m³". Se todo este considerável volume de água estivesse contido em reservatórios judiciosamente selecionados e racionalmente construídos, o que não é o caso, permitiria irrigar mais de 100.000 hectares, cujo aproveitamento maciço teria criado riquezas de valor considerável.

Todavia, a área atualmente irrigada não excede de 8.000 ha., dos quais 5.000 hectares beneficiados com as obras de represamento diretamente administrado pelo DNOCS.

Verbas avultadas foram destinadas à execução das obras, e esforços foram despendidos, em diversas fases, para um resultado decepcionante, como prova o balanço acima reproduzido.

É indispensável esclarecer que ao relacionarmos os fatos causadores do retardamento de uma política bem sucedida não nos move o objetivo de crítica, mas apenas lembrar a experiência adquirida pela nação em quase três quartos de século, largo período cheio de iniciativas, de excelentes propósitos e também de erros e de fracassos, que devem ser apreciados à luz do mais alto interesse nacional.

Os fatores de retardamento são de três ordens:

- a) carência de planos sob vários aspectos;
- b) falha de execução;
- c) interferência perturbadora de ordem política.

(1) Considerações sobre a questão das sêcas do Nordeste Brasileiro — pelo então Diretor do DNOCS, Engenheiro Fernando Saboya de Albuquerque, em 13 de maio de 1953.

Dêles em conjunto advêm as seguintes consequências:

- a) demora excessiva na execução das obras, que, além de outros prejuízos, encarece seu custo;
- b) execução das obras mal projetadas;
- c) desvio e desperdício de recursos em obras inadequadas.

Em resumo, a falta de planos bem estudados, continuamente se-

guidos e respeitados, tem sido a causa do mais sério e importante obstáculo ao bom êxito das obras de combate às secas.

Exemplos poderão ser apresentados às centenas, provenientes das fontes mais insuspeitas e autorizadas e que podem ser colhidos nas mensagens dos Presidentes da República e Governadores, relatórios de Ministros de Estado, de diretores de diversos órgãos da administração e no testemunho de parlamentares eminentes, em trabalhos divulgados em livros e na imprensa.



O Chefe do Estado-Maior da 3ª DI — Ten-Cel Ramão Mena Barreto, colaborando com "A Defesa Nacional", conseguiu em Santa Maria (RGS) nada menos de 42 assinantes para nossa revista.

Ao caro amigo, os agradecimentos da Diretoria.

A DEFESA NACIONAL

(FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913)

Órgão da "Cooperativa Militar Editôra e de Cultura Intelectual A Defesa Nacional Ltda.", registrada no Departamento Nacional da Indústria e Comércio, sob o n. 18.843, em 7 III-943

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Ministério da Guerra (ala da rua Visconde da Gávea — 3º pavimento) — Telefone 43-0563 — Caixa Postal 17, do Ministério da Guerra

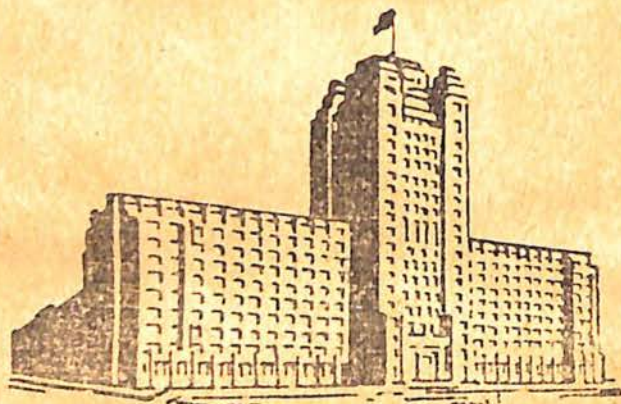


TABELA DE PREÇOS

Capa externa.....	Cr\$ 10.000,00
Capa interna.....	Cr\$ 8.000,00
Página inteira.....	Cr\$ 5.000,00
1/2 página.....	Cr\$ 3.000,00
1/4 página.....	Cr\$ 2.000,00

Relatórios, contratos, extratos, reportagens,
entrevistas, etc. :

Página — Cr\$ 10.000,00



OS "PEQUENOS" E A ENERGIA NUCLEAR

A segunda conferência para a utilização pacífica da energia nuclear, realizada em Genebra de 1 a 13 de setembro último, não teve o brilho da anterior. O fator ineditismo que cercou a anterior espicava a imaginação: seria a primeira vez que, num debate público, os sábios na matéria se reuniam.

Hoje, quando não há mais o segredo militar cercando esses assuntos, esses conclaves entraram na rotina dos congressos científicos comuns. No último, porém, a várias conclusões importantes chegaram os cientistas. Vamos aqui tratar da que particularmente nos interessa: o aproveitamento pacífico da energia nuclear pelas nações pequenas ou subdesenvolvidas.

A princípio pensava-se que o emprego da energia nuclear permitiria acelerar a industrialização nas regiões subdesenvolvidas. Atualmente, porém, predomina a opinião de que essa energia não poderá ser utilizada senão no momento em que o país em questão tenha atingido a um grau de industrialização correspondente a um consumo relativamente importante de energia.

De outro lado, se existem sábios em quantidade suficiente na matéria, há enorme carência de técnicos para manejar os reatores.

O fato de ter deixado de ser segredo militar, proporciona, às nações menores, a formação de especialistas e até de sábios que poderão eventualmente abrir novos horizontes num campo ainda tão aberto à pesquisa.

Esboroa-se assim a crença de que a ciência moderna seria o instrumento da igualdade entre as nações. Os brutais investimentos reclamados para a utilização pacífica da energia nuclear acentuam ainda mais os desníveis. Aos pequenos países sobram apenas as discussões sobre ciência teórica. Os grandes caminham para o monopólio científico e industrial.

A conferência teve, pelo menos o mérito de abrir, para nós, os olhos à realidade. Devemos, por ora, desistir de marchar pela cadência dos

grandes, mas isso não quer dizer que deixemos vazio o terreno que cabe a nós ocupar, o da formação de físicos teóricos, base para, em melhores tempos, sairmos do atual estágio.

CAÇA SUPERSÔNICO APERFEIÇOADO

— O novo caça supersônico e de reconhecimento que está sendo fabricado para a RAF, sobrepujará em alguns aspectos o caça supersônico 454, empregado pela Força Aérea Norte-Americana. O Sr. George Ward, Ministro da Aeronáutica Britânica, declarou na Câmara dos Comuns, que o avião "poderia ser manobrado de pistas curtas improvisadas que o caça norte-americano não pode usar". Em princípios do ano o Ministro de Abastecimento britânico informou que o TR-2 substituiria o bombardeiro Canberra e entraria em serviço nos anos subseqüentes a 1960. A "Vickers-Amstrong" em colaboração com a "English Electric" está fabricando um novo avião que poderá atuar em qualquer teatro de operações, sob quaisquer condições atmosféricas, e transportar todos os tipos de armas, inclusive bombas nucleares.

O FORNECIMENTO DE ARMAS A PAÍSES ESTRANGEIROS

— Perguntou-se, recentemente, na Câmara dos Comuns quais as normas que o Governo britânico observa para a autorização de venda de armas a um país estrangeiro que se encontre em guerra civil e porque se permitiu o envio de armamentos a Cuba. O subsecretário Parlamentar para Relações Exteriores, Sr. Robert Allan respondeu nos seguintes termos: "O Governo britânico não permite que se venda armas a um país estrangeiro, caso este tenha o propósito de empregá-las em uma guerra civil. Todas as solicitações para a venda de armas são consideradas à luz da importância e implicações políticas, estratégicas e econômicas que possam ter. Todavia, em princípio, se autoriza a venda nos governos com os quais o Reino Unido mantém relações diplomáticas normais, sempre e quando não exista qualquer motivo que permita supor que o fornecimento de armas será aproveitado para um ato de agressão contra outros países".

PROJÉTIL A JATO QUATRO VÊZES MAIS VELOZ QUE O SOM

O projétil a jato puro X-7, da Força Aérea norte-americana, foi lançado recentemente de um avião sobre o deserto do Novo México alcançando uma velocidade superior a 4.150 quilômetros por hora, ou seja, quatro vezes mais do que a velocidade do som, que é de 1.056 quilômetros por hora a altitude entre 12 mil e 30 mil metros. O X-7 é considerado o projétil "respirador-de-ar" mais veloz que existe. Um projétil "respirador-de-ar" é o que possui um gerador que obtém oxigênio, para combustão, do ar exterior e não do oxigênio contido num combustível, como no caso dos foguetes.

ESCOLA DE ARTILHARIA DE COSTA

Nossas Escolas especializadas já tratam, com o devido interesse do problema relativo aos engenhos-foguetes.

ANO DE 1959

25 HORAS

TENENTES

PLANO DE ENSINO DE ENGENHOS-FOGUETES

Unidade	N. de Ordem	Discriminação	Horas	Tipo de Atividade
15.1		GENERALIDADES. Objetivo: Dar noções sobre os engenhos dirigidos.		
	15.101	Generalidades	7	Pal
15.2		PROBLEMAS DOS ENGENHOS Objetivo: Apresentar os problemas.		
	15.201	Problemas dos engenhos dirigidos	7	Pal e Conf
		1º TRABALHO PARA JULGAMENTO	2	T J
15.3		CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DOS ENGENHOS Objetivo: Dar noções sobre as características dos tipos existentes.		
	15.301	Características fundamentais	5	Pal
	15.302	Engenhos U.S.A-URSS e demais países	2	Pal
		EXAME FINAL	2	T J
		Observações: Serão programadas conferências por oficiais das 3 Forças Armadas.		

PORTEIRA DE MOIRÕES

BARBOSA LEITE

Em vários pontos do país, notadamente no Nordeste, ao sul de Minas Gerais, no oeste da Bahia e no interior fluminense, a porteira de moirões é usada nos currais de bovinos. Suas características diferem das cancelas comuns, permitindo o seu enquadramento entre nossos aspectos paisagísticos. De fato, não obstante algumas variações sensíveis entre uma e outra região, esse tipo de porteira não perde, substancialmente, a estrutura original; encontram-se em Minas Gerais, por exemplo, modelos desprovidos de certos pormenores que não se comparam aos existentes em alguma zona do Ceará e do Piauí, onde o vaqueiro alimenta certo orgulho neste particular, chegando a requintes de fatura que incluem desde a escolha da madeira até ao aparelhamento das pranchas, lavradas a enxó, pacientemente, por um especialista.

Os moirões são esteios principais; via de regra é de três o seu número, dividindo-a em duas partes desiguais a maior, ao lado direito, que permite entrada e saída do gado em geral e a parte mais estreita, à esquerda, que deixa passar somente um animal de cada vez, facilitando, assim, a "apartação" dos bezerros no desmame, além de outras práticas de natureza seletiva.

Os paus da porteira, em número de doze aproximadamente, correm em sentido horizontal conservando intervalos iguais entre si ao serem introduzidos nos furos dos moirões. Uma das suas extremidades é chanfrada e se encaixa nos furos retangulares do último moirão do lado esquerdo, valendo esta particularidade pela segurança e resistência da porteira; porque, nos moirões anteriores os furos são circulares e permitem, apenas, que os paus roliços, deslizem livremente.

Sobre os moirões é colocado uma prancha resistente e de igual volume, por cima da qual o vaqueiro se coloca para verificar o gado ou defender-se das pontas de um novilho rebelde.

Acredita-se seja portuguesa a origem da porteira de moirões que ainda hoje subsiste evocando o passado; sendo, portanto um legado antigo que se anexou aos hábitos das populações sertanejas. Sua presença, inclusive, contribuiu para a formação de expressões populares, como a que se refere a "encostar o cabra ao moirão", muito comum e usada contra um oponente que se tenta subjugar; o moirão significando resistência contra a qual os caprichos não podem prevalecer indefinidamente.

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos, Portarias e Avisos de interesse geral para o Exército, e publicados durante o mês de janeiro do corrente ano no "Diário Oficial".

LEI N. 3.531 — DE 19 DE JANEIRO DE 1959

Concede abono provisório aos servidores civis e militares do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Enquanto não for aprovado o Plano de Classificação de Cargos e Funções e revistos os níveis de retribuição correspondentes, na conformidade do art. 259 da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952, é concedido aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios um abono provisório correspondente a 30 % (trinta por cento) dos respectivos padrões, referências e símbolos de vencimento, salários e funções.

Art. 2º. O abono de que trata o art. 1º é extensivo:

a) aos militares, na base dos atuais padrões de vencimento dos postos dos oficiais — excluídos para o cálculo do abono os benefícios do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares — e dos salários das praças de pré das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;

b) aos atuais extranumerários tarefeiros calculado sobre o valor unitário da tarefa;

c) aos atuais extranumerários contratados, mediante termo aditivo;

d) ao pessoal da Comissão Executiva do Plano de Carvão Nacional;

e) aos servidores em regime de "acôrdo" entre a União e os Estados, equiparados aos extranumerários-mensalistas, na forma do art. 264 da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952;

f) ao pessoal ativo e inativo das autarquias federais e entidades paraestatais;

g) ao pessoal tabelado pago à conta de dotações globais constante da Consignação 1.6.00 — Encargos Gerais, Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico Social e Consignação 4.1.00 — Obras, na base da respectiva retribuição.

h) aos servidores civis inativos e militares da reserva da 1ª classe ou reformados;

i) aos pensionistas civis e militares pagos pelo Tesouro Nacional ou pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado;

j) aos inativos da extinta Polícia Militar do Território do Acre ;
k) ao pessoal ativo e inativo das empresas marítimas administradas pela União, em regime autárquico ou outro de natureza especial, assim como das autarquias de transportes marítimos e de administração de portos ;

l) ao pessoal ativo e inativo das estradas de ferro da União, incorporadas à Rede Ferroviária Federal S.A., de que tratam os arts. 15 e 16 da Lei n. 3.115, de 15 de março de 1957 ;

m) aos servidores públicos atingidos pela Lei n. 3.205, de 15 de julho de 1957 ;

n) aos servidores de que trata a Lei n. 3.414, de 20 de junho de 1958.

§ 1º. O abono de que trata a letra f) deste artigo será concedido mediante decreto do Poder Executivo.

§ 2º. O abono a que se referem as letras k) e l), deste artigo, correrá por conta dos recursos próprios das entidades para o pessoal ativo, e das instituições de previdência para os inativos, suplementados, quando fôr o caso, pelo crédito previsto no art. 3º desta lei.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 16.000.000.000,00 (dezesseis bilhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes desta lei.

Art. 4º. As vantagens financeiras desta lei serão pagas a partir de 1 de janeiro de 1959.

Art. 5º. Nenhum servidor civil, inclusive pessoal pago à conta de dotações globais, poderá perceber vencimentos, remunerações, salário de retribuição de qualquer natureza inferior ao salário mínimo previsto para a região em que estiver lotado.

Parágrafo único. Na hipótese de ser o salário mínimo da região superior à retribuição atual acrescida do abono provisório, proceder-se-á ao ajustamento dos níveis nas regiões em que se verificar diferença, mediante gratificação complementar.

Art. 6º. Fica o Tesouro Nacional autorizado a encampar, até a quantia de Cr\$ 63.500.000.000,00 (sessenta e três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), das emissões de papel-moeda feitas por solicitação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S.A., mediante compensação de débitos e créditos, com a referida Carteira e com o Banco do Brasil Sociedade Anônima, indicando o Ministro da Fazenda os totais parciais dos débitos do Tesouro a serem liquidados e aplicando-se, no que couberem, as normas da Lei n. 2.426, de 16 de fevereiro de 1955.

Parágrafo único. Para efeito de contagem de juros, as contas de responsabilidade direta do Tesouro serão balanceadas a partir do segundo semestre de 1958, com a conta "Fundo para Eventuais Diferenças de Câmbio" que figurará na escrita do Tesouro Nacional, competindo ao Ministro da Fazenda fixar a comissão a ser paga ao Banco do Brasil S.A., pelos serviços relacionados com a arrecadação das sobretaxas cambiais.

Art. 7º. Os vencimentos dos Ministros de Estado são fixados em Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros).

Art. 8º. O Poder Executivo reexaminará os quadros do serviço público federal, inclusive dos órgãos de administração descentralizada e das sociedades de economia mista de que faça parte a União, suprimindo os cargos ou funções que não sejam absolutamente necessários.

§ 1º. Sempre que o serviço reclamar mais funcionários recorrer-se-á, de preferência, ao aproveitamento daqueles do mesmo quadro ou função, sem ocupação útil ou apenas temporária noutros setores.

§ 2º. Os chefes de serviço organizarão relações dos servidores nas condições do parágrafo anterior, as quais serão publicadas no "Diário Oficial" para conhecimento dos órgãos interessados.

Art. 9º. O abono provisório de que trata esta lei não será, em caso algum, nem para qualquer efeito, incorporado ao vencimento, remuneração, salário ou retribuição dos beneficiados, nem ao provento dos inativos e pensionistas.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1959; 138º da Independência e 71º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Cirillo Junior.

Jorge do Passo Matoso Maia.

Henrique Lott.

Francisco Negrão de Lima.

Lucas Lopes.

Lucio Meira.

Mario Meneghetti.

Clovis Salgado.

Fernando Nóbrega.

Francisco de Mello.

Mario Pinotti.

Portaria n. 103 — O Exmo. Sr. Ministro da Guerra, de acôrdo com o parecer do Estado-Maior do Exército, resolve:

1 — De acôrdo com o art. 97 da Lei do Serviço Militar, adiar por seis (6) meses o licenciamento dos atuais cabos que desejarem engajar-se ou reengajar-se, satisfeitas as condições do art. 86 da citada lei.

2 — Os atuais Cabos habilitados pelos Cursos de Formação de Graduados até 1958, inclusive, e os 3ºs Sargentos promovidos a esta graduação em consequência da Nota Ministerial n. 480 D3/B, de 23 Dez 58, ao DGP, sòmente poderão engajar-se ou reengajar-se, se aprovados em um exame de Suficiência a ser realizado consoante Instruções a serem baixadas pelo Estado-Maior do Exército.

3 — O adiamento do licenciamento acima referido obedecerá às seguintes condições:

a) a existência de vaga de Cabo ou 3º Sargento no Núcleo-Base da Organização Militar a que pertencer o elemento interessado e correspondente à sua qualificação militar;

b) ter o cabo ou 3º Sargento declarado, por escrito, desejar fazer o exame de suficiência exigido para engajar-se ou reengajar-se.

4 — As disposições desta Portaria não se aplicam aos Cabos pertencentes às Guarnições Especiais de Fronteiras, amparados por Legislação Especial, reguladora do assunto em aprêço, enquanto permanecerem em tais guarnições.

Gen Ex Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

DECRETO N. 45.275 — DE 23 DE JANEIRO DE 1959

Transfere a sede da Escola Preparatória de São Paulo para Campinas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. É transferida a sede da Escola Preparatória de São Paulo, ora na Capital do Estado para a cidade de Campinas (SP), devendo ocupar o imóvel ali construído para tal mister.

Art. 2º. O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra deverá tomar as providências necessárias.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1959; 138º da Independência e 71º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Henrique Lott

DECRETO N. 45.276 — DE 23 DE JANEIRO DE 1959

Dá nova redação ao § 3º do art. 51 do Regulamento do Colégio Militar do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto n. 12.277, de 19 de abril de 1943

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. O § 3º do art. 51 do Regulamento do Colégio Militar, aprovado pelo Decreto n. 12.277, de 19 de abril de 1943, passa a ter a seguinte redação:

Art. 51.

“§ 3º. A juízo do Ministro da Guerra a concessão de que trata o § 1º deste artigo poderá, em casos excepcionais, ser estendida aos filhos dos funcionários federais, de oficiais e praças das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.”

§ 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1959; 138º da Independência e 71º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Henrique Lott

AVISO N. 55 D5/E, EM 21 DE JANEIRO DE 1959

Andamento de processos nos Conselhos de Justiça das Unidades,
Repartições e Estabelecimentos

Em consideração ao solicitado pelo Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Ministro Octávio Figueiredo de Medeiros, Presidente do Superior Tribunal Militar, recomendo aos Senhores Presidentes dos Conselhos de Justiça das Unidades, Repartições e Estabelecimentos, que evitem toda e qualquer procrastinação no andamento dos processos a seu cargo, tudo envidando para que a Justiça Militar atinja o seu ideal de justiça exata e rápida. Outrossim, determino que comuniquem com urgência, via rádio, à Secretaria daquela Egrégia Corte, o número de processos em andamento em 31 de dezembro de 1958 — *Henrique B. D. Teixeira Lott*, Ministro da Guerra.

DESPACHO

Portaria n. 171 — O Exmo. Sr. Ministro da Guerra, de acôrdo com o parecer do Estado-Maior do Exército, resolve alterar as "Normas Gerais para a Formação e o Acesso das Praças", aprovadas pela Portaria n. 1.400, de 13 de julho de 1957, na forma por que se segue:

1. O Curso de Formação de Graduados (CFG), citado nas referidas Normas, passa a ter a denominação de Curso de Formação de Cabos (CFC).

2. O n. 1. da letra b) do item II — Disposições Gerais — passa a ter a seguinte redação:

"1. Os Cursos de Formação de Cabos (CFC), realizados de acôrdo com os PP de Formação de Graduados e Regulamentos, em vigor, habilitam os soldados ao acesso à graduação de cabo na ativa. Entretanto, por ocasião do licenciamento, os soldados e cabos que tenham obtido grau final de aprovação de curso igual ou superior a seis (6), mediante indicação do Comandante de Subunidade e a juízo do Comandante da Unidade, serão declarados, respectivamente, "aptos" a promoção a cabo e 3º sargento, quando mobilizados".

Gen *Henrique Teixeira Lott*, Ministro da Guerra.

PORTARIA N. 86, DE 15 DE JANEIRO DE 1959

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, considerando o que propõe o Estado-Maior do Exército e tendo em vista atualizar as "Instruções sobre as Bandas de Música, Fanfarras, Bandas de Clarins e de Corneteiros, Tambores, aprovadas com a Portaria n. 604, de 10 de setembro de 1954, resolve introduzir as seguintes alterações naquelas Instruções :

1. No Título I — Classificação e Organização das Bandas de Música e Fanfarras :

— Acrescer o inciso 2, com a redação abaixo :

"2. Os oficiais mestres de Música são recrutados entre os Subtenentes Contramestres de Música. As funções para os músicos (QMP-124) são :

- a) Contramestre (Subtenente ou 1º Sargento) ;
- b) Músico (1º, 2º, 3º Sargento e Cabo) ;
- c) Aprendiz de música (Soldado)".

2. No Título II — Recrutamento :

— O inciso I passa a ter a seguinte redação :

"1. Do Contramestre de Música — Concorrentes : Primeiros-Sargentos Músicos do Exército.

O preenchimento das vagas far-se-á por concurso que constará de duas (2) provas assim constituídas :

1ª Prova — Suficiência intelectual e conhecimentos militares, concernentes à graduação, na especialidade ;

2ª Prova — Suficiência artístico-musical.

A primeira prova será organizada pela Diretoria-Geral de Ensino e as questões versarão estritamente sobre o programa do concurso, anexo.

Será realizada nas sedes das Regiões Militares perante uma comissão constituída de três (3) oficiais, da qual fará parte, como presidente o Chefe do Estado-Maior Regional. As questões serão remetidas em envelope lacrado que só será aberto no ato da prova.

Terminada esta, serão as provas remetidas à Diretoria-Geral de Ensino, acompanhadas de ofício do presidente da comissão, em envelope lacrado, para o devido julgamento.

A segunda prova será realizada na Capital Federal, perante uma Comissão Examinadora composta de um oficial superior, representante da Diretoria-Geral de Ensino, e de dois mestres de música, da ativa ou da reserva. Esta comissão organizará as questões observando estritamente o programa do concurso, anexo.

A Diretoria do Pessoal da Ativa se incumbirá das providências para a realização do concurso. Depois de recebida a comunicação do Comandante da Região Militar, onde se der a vaga, dará disso conhecimento ao Diretor-Geral de Ensino, em época oportuna, para a organização e remessa das questões relativas à primeira prova.

A primeira prova terá lugar nas primeiras quinzenas de fevereiro ou julho e a segunda nos meses de abril ou setembro.

A Diretoria-Geral de Ensino enviará à Diretoria do Pessoal da Ativa o resultado final para os fins de promoção.

Os candidatos aprovados serão promovidos a Subtenente Contramestres de Música, obedecendo-se ao número de vagas existentes de acordo com as "Normas Gerais para Promoção de Graduados", aprovadas pela Portaria n. 2.100, de 19-11-56, ou qualificados 1º Sargento Contramestre de Música".

— Tornar insubsistente o inciso 2 deste Título II.

— O inciso 3, será o n. 2, com a redação seguinte:

"2. Do 1º Sargento Músico — Concorrente: todos os 2ºs Sargentos Músicos da Ativa ou da Reserva que satisfaçam às exigências regulamentares.

O preenchimento das vagas far-se-á por concurso que constará de duas provas assim constituídas:

1ª Prova — Suficiência intelectual e instrução militar, concernente à graduação, na especialidade;

2ª Prova — Suficiência artístico-musical.

A primeira prova será organizada pela Diretoria-Geral de Ensino e as questões serão formuladas tendo-se em conta o programa do concurso, anexo.

A realização dessa prova terá lugar nas sedes das Regiões Militares e será feita nas mesmas condições da prova de Contramestre e de acordo com o n. 4.

A segunda prova será executada nas mesmas condições da 2ª prova do Contramestre, de acordo com o n. 4.

A Diretoria-Geral de Ensino remeterá à Diretoria do Pessoal da Ativa, o resultado final para os fins de promoção.

O concurso será para o instrumento vago e os candidatos aprovados serão promovidos a 1º Sargento Músico, de acordo com as "Normas Gerais para Promoção de Graduados", aprovadas pela Portaria n. 2.100, de 19-11-56, obedecendo-se ao número de vagas existentes".

— O inciso 4, será o n. 3, com a redação abaixo:

"3. Dos 2º e 3º Sargentos Músicos — Concorrentes: 3ºs Sargentos e Cabos Músicos (da Ativa ou da Reserva), respectivamente, que satisfaçam às exigências regulamentares.

— Dos Cabos Músicos — Concorrentes: Soldados aprendizes voluntários e reservistas, que satisfaçam às exigências regulamentares.

O preenchimento das vagas far-se-á por concurso que constará de duas (2) provas assim constituídas:

1ª Prova — Suficiência intelectual e instrução militar concernente à graduação, na especialidade

.....
.....
.....
cada matéria e cinco (5) no conjunto;

c) a prova de Instrução Militar é obrigatória;

d) o julgamento das 1ª e 2ª provas será feito separadamente por média ponderada, atribuindo-se:

— na 1ª prova — coeficiente dois (2) à parte de Português e de Instrução Militar e, coeficiente um (1), às demais;

— na 2ª prova — coeficiente três (3), para a parte instrumentação da prova escrita e para a parte de execução da prova prática; às demais coeficiente dois (2); a parte teórica da prova de suficiência artístico-musical, para os candidatos a 2º e 3º Sargentos Músicos, será apenas sobre noções do previsto nos "Programas para os Concursos", das Instruções aprovadas pela Portaria n. 604-54;

— o grau final será a média aritmética entre as 1ª e 2ª provas".

— O inciso 8, será o n. 7, mantendo-se a redação da Portaria número 604-54.

3. No Título VI — Disposições Gerais:

— Os incisos 1, 2, 3, 5 e 8, passam a ter a redação que se segue:

"1. Os concursos dos ns. 2 e 3 do Título II — Recrutamento, só serão válidos para o preenchimento das vagas que os motivarem".

"2. O candidato a um dos concursos previstos nos ns. 2 e 3 do Título II — Recrutamento, deve, antes de realizar qualquer prova, ser julgado "apto" em inspeção de saúde, a que se submeterá no Corpo a que pertencer".

"O candidato a mestre de música ou de fanfarra, bem como o candidato a Contramestre, será submetido a uma inspeção de saúde por uma junta médica na sede da respectiva Região Militar".

"3. O engajamento e o reengajamento dos músicos serão regulados pela legislação específica vigente".

"5. Os limites de idade dos músicos no serviço ativo são de:

— 52 anos, para os Subtenentes Contramestres;

— 50 anos, para os 1º Sargentos Contramestres e 1º Sargento Músicos;

— 48 anos, para os 2º e 3º Sargentos Músicos; e

— 44 anos, para os Cabos e Soldados Músicos".

"3. Ao reservista músico é permitido preencher vaga de graduação inferior à que possuía ao ser excluído, só podendo, entretanto, atingir a graduação anterior mediante concurso e observado o disposto no art. 44 do Decreto-lei n. 9.698, de 2 de setembro de 1946 e nas Normas aprovadas pela Portaria n. 2.100, de 19 de novembro de 1956".

"4. No Título VII — Programas para os concursos:

— Tornar insubsistente a expressão "Contramestre ou Regente.

— Onde houver a expressão "Mestre", substituí-la por "Contramestre".

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

FUNDADA EM 10-X-913

Enderêço: Ministério da Guerra — 3º pavimento — Ala voltada para
Rua Visconde da Gávea — Caixa Postal, 17 — Telefone 43-0563
Rio de Janeiro — Brasil



PREÇOS

Assinatura anual militar	Cr\$ 100,00
Assinatura anual particular	Cr\$ 200,00
Número avulso	Cr\$ 20,00

INFORMAÇÕES

A remessa da revista aos seus assinantes é feita mensalmente pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo Correio Aéreo Militar, sendo enviada diretamente ou por intermédio de representantes credenciados nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições.

Para facilidade de controle do serviço, a partir de janeiro de 1956, só existirão duas formas de pagamento à escolha de cada assinante:

- assinatura anual, de Cr\$ 100,00, paga antecipadamente, a contar do mês de janeiro;
- desconto mensal de Cr\$ 10,00, em folha de vencimentos, processo este que deve ser adotado preferencialmente nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições, cabendo aos nossos representantes, em cada um deles, zelar não só pela distribuição de acordo com as guias de remessa, como também pelas providências relacionadas com os respectivos pagamentos endereçados ao Diretor-Gerente da Revista.

Os exemplares de assinantes que mudarem de endereço devem ser restituídos à redação, podendo também ser encaminhados ao destinatário pelos próprios representantes.

Os trabalhos enviados à Diretoria para fins de publicação devem ser datilografados e assinados pelo autor, que deverá indicar também o respectivo endereço.

A Revista não se responsabiliza por idéias e opiniões contidas em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Diretoria serão expressas através do "Editorial" ou artigos da Redação sempre em termos elevados e no plano dos altos interesses nacionais.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, editado pela Imprensa Nacional em dezembro de 1943.

"A Defesa Nacional" considera altamente valioso o intercâmbio com as publicações congêneres nacionais e estrangeiras.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados em nossas páginas desde que seja citada a fonte.

Só nos responsabilizamos por anúncios tratados por agentes autorizados pela Diretoria, cujas credenciais devem ser sistematicamente examinadas pelos anunciantes.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen João Baptista de Mattos
Cel Moacyr de Araujo Lopes
Cel João Bina Machado
Cel Ayrton Salgueiro de Freitas
Cel Golbery do Couto e Silva
Ten-Cel Welt Durães Ribeiro
Ten-Cel Tasso Villar de Aquino
Ten-Cel John E. Kieffer
Cel Carlos de Meira Mattos
Geraldo Magarinos
Vio Tosta
Raposo Filho
de Pereira
do Pereira
Silva
Freitas

veca

ou parcial de
de que seja

20,00